

Carlos Alberto de Jesus Alves

POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA EM TEMPO DE GUERRA E PAZ: COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO

Tese de Doutoramento em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, orientada pelo Doutor António Martins da Silva, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA
EM TEMPO DE GUERRA E PAZ:
COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO**

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA EM TEMPO DE GUERRA E PAZ: COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO
Autor	Carlos Alberto de Jesus Alves
Orientador	Doutor António Martins da Silva
Coorientador	
Identificação do Curso	3º Ciclo em História
Área científica	Identities, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo
Especialidade	História Política e Relações Internacionais
Data	2013



*Em memória dos meus pais
e das vítimas inocentes da guerra civil em Angola*

Agradecimentos

Agradeço às diversas pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram para a investigação e escrita deste trabalho académico, seja através de apoio no fornecimento de documentação, seja possibilitando-nos a aquisição, transporte, indicação de publicações e de fontes, entre outras razões.

Em Angola, agradeço, de forma particular, aos amigos André Fonseca, António José Dalama (falecido em 2011), Augusto Baptista, Eduardo Daniel, Ninda Baptista, Paulo Soma, Pedro Nazaré Pascoal e Victor João. Agradeço também à Wanda, pela sua generosa ajuda, disponibilidade e eficácia, que permitiram ter acesso aos documentos do Arquivo Lúcio Lara, da Associação Tchiweka de Documentação (ATD), com sede em Luanda.

Em Portugal, devo o meu sincero agradecimento especial a Abílio Fernandes, Fernando Correia, Fernando Costa, Hélio Coimbra, Joana Portela, José Quintanilhas, Margarida Adónis, Margarida Paredes, Maria da Natividade e família. Estou também profundamente agradecido ao Centro de Investigação Identidade e Diversidade, do Instituto Politécnico de Leiria, pelo apoio na utilização das instalações, nomeadamente da biblioteca, bem como do material informático para processamento e impressão. O meu agradecimento estende-se, igualmente, aos funcionários dos arquivos em Lisboa e das bibliotecas em Coimbra, Leiria e Lisboa, pela ajuda, compreensão e disponibilidade.

Do Brasil, estou grato a Maria Manuela e a Luíra Freire, pelo envio de material não disponível em Portugal. Da África do Sul, agradeço ao Aimate Jorge, pelos seus conselhos e amizade. Dos EUA, estou grato a Kesha Fikes, pelo seu apoio e amizade.

Gostaria ainda de agradecer aos amigos e familiares pelo precioso apoio moral e financeiro que ajudou a minimizar a ausência de apoio institucional. Devo agradecer, de modo especial, à Maria da Conceição pela sua paciência, apoio e afeto face às minhas ausências e o envolvimento na pesquisa e escrita deste trabalho. Sem a sua ajuda, este trabalho não seria possível.

Por fim, agradeço os docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra do curso de doutoramento Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, iniciado em 2008, pelo apoio e estímulo intelectual. Devo um especial agradecimento ao Doutor António Martins da Silva por ter aceitado orientar a tese, pelos seus comentários e ideias.

Resumo

O presente estudo trata da ação política dos movimentos armados de libertação de Angola – nomeadamente a FNLA, o MPLA e a UNITA, que disputaram o poder durante o atribulado processo de transição política naquele país africano, iniciado em 1974 –, assim como da política externa do Estado angolano liderado pelo MPLA, que criou, na década de 60, o Departamento de Relações Exteriores para busca de apoio e reforço da ação diplomática contra a política colonial do Estado Novo português, numa fase em que a FNLA era reconhecida por vários países do continente africano. Outro tema deste estudo é o empenho político dos movimentos de libertação, através das suas delegações e colaboradores no exterior, no sentido de obterem apoios e serem reconhecidos internacionalmente como os representantes legítimos das populações angolanas.

Será ainda objeto de estudo a política externa do Estado de Angola e a normalização das relações com vários países, o reforço da cooperação, a luta contra o regime do *apartheid* e o fim dos vestígios do colonialismo em África. Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, os partidos políticos de Angola participaram nas primeiras eleições gerais, supervisionadas pelas Nações Unidas, em 1992. A mudança ideológica do Estado de Angola, em vigor desde 1975, foi inevitável, tendo permitido o reconhecimento oficial do Estado angolano pelos EUA e a constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Terminada a guerra civil, em 2002, o Estado angolano privilegiou as relações com a China, enquanto mantinha as ligações tradicionais com vários países como o Brasil, Cuba, ex-União Soviética e outros Estados, como nos dá conta este estudo.

Palavras-chave: Angola; diplomacia; FNLA; MPLA; política externa; UNITA; relações internacionais.

Abstract

This study addresses the political actions of the armed liberation movements of Angola, namely FNLA, MPLA and UNITA, which vied for power during the troubled process of political transition, started in 1974 in that African country. This research addresses as well the foreign policy of the Angolan State led by the MPLA, which had created, in the 60's, the Department of Foreign Affairs in order to seek support and strengthen the diplomatic action against the colonial policy of the Portuguese Estado Novo, while FNLA was been recognized by several countries in the African continent. Another subject of this study is the political commitment of the liberation movements, by means of their overseas delegations and collaborators, to obtain international support and recognition as the legitimate representatives of the Angolan population. This study also focuses the foreign policy of the Angolan State and the normalization of diplomatic relations with several countries, as well as the strengthening of cooperation, the fight against the apartheid regime and the end of the remains of colonialism in Africa. After the fall of the Berlin Wall in 1989, political parties in Angola participated in the first general elections, which were supervised by the United Nations in 1992. Ideological change in the Angolan State, in force since 1975, was inevitable and it resulted in the official recognition of the country by the U.S.A. and the institution of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP). After the civil war in 2002, the Angolan State has privileged relations with China, while maintaining traditional links with various countries like Brazil, Cuba, the former Soviet Union and other States, as it is reported this study.

Keywords: Angola; diplomacy; FNLA; MPLA; foreign policy; UNITA; international relations.

Índice

Agradecimentos	5
Siglas e acrónimos	15
Introdução	17
Período cronológico e objetivos da pesquisa	22
Fontes e bibliografia	24
Temas e estrutura de investigação	26
1. Angola entre o colonialismo e o anticolonialismo	29
1.1 Defesa da unidade e da soberania	31
1.2 Política externa portuguesa	34
1.3 Norte-americanos	36
1.4 Asiáticos	40
1.5 Soviéticos, Cubanos e aliados	42
2. “Epifania” do Movimento Popular de Libertação de Angola	48
2.1 Presidência de Mário Pinto de Andrade	51
2.1.1 Em busca da unidade política	54
2.1.2 Conferência do Cairo	57
2.1.3 Movimento afro-brasileiro	58
2.1.4 Procura de apoio	59
2.2 Liderança de António Agostinho Neto	60
2.2.1 Viagem aos Estados Unidos	64
2.2.2 Representação do Movimento Popular de Libertação de Angola na Argélia	65
2.2.3 Reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio	66
2.2.4 Falta de unidade entre os movimentos angolanos	71
2.2.5 Frente Democrática de Libertação de Angola	75
2.2.6 Participação em conferências e reforço da ação política do Movimento Popular de Libertação de Angola	77
3. “Corrida” ao poder político	84
3.1 Reestruturação política, informação e propaganda do Movimento Popular de Libertação de Angola	87

3.2	União Nacional para a Independência Total de Angola, busca de reconhecimento para a revolução democrática.....	93
3.3	Fim da soberania portuguesa em Angola e transição política.....	96
3.4	Vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola e auxílio das tropas cubanas	102
3.4.1	Reconhecimento internacional da República Popular de Angola.....	106
3.4.2	Derrota da República Democrática de Angola	109
3.4.3	Atitude da África do Sul.....	111
3.4.4	Implantação do socialismo	114
3.5	Manutenção de paz das Nações Unidas.....	119
3.6	Política pós-socialista.....	123
3.6.1	Reinício da guerra.....	125
3.7	Imagem de Angola em tempo de guerra e de paz.....	129
4.	Angola independente no período da Guerra Fria	139
4.1	Política externa	139
4.2	Cooperação.....	144
4.2.1	Países socialistas.....	146
4.2.2	Países ocidentais	149
4.2.3	Países afro-lusófonos.....	151
4.3	Portugal democrático.....	155
4.4	Reconhecimento brasileiro	166
4.5	Normalização das relações políticas com o ex-Zaire.....	169
4.6	Relações políticas com a Zâmbia	173
4.7	Estados Unidos da América, política e petróleo.....	176
4.7.1	Apoio à União Nacional para a Independência Total de Angola.....	180
4.7.2	Política de <i>linkage</i>	184
4.8	Ajustamento político e reforço da autoridade de José Eduardo dos Santos	190
5.	Política externa do Estado angolano no pós-Guerra Fria.....	193
5.1	Novos e antigos aliados	198
5.2	Visita do Papa e relações diplomáticas com a Santa Sé	202
5.3	Países lusófonos	205
5.3.1	Brasil, exemplo de cooperação Sul-Sul	208
5.4	União Europeia.....	209

5.5	África Austral.....	211
5.6	Conselho de Segurança das Nações Unidas	213
5.7	Petróleo e política.....	217
	Conclusão	221
	Anexos.....	227
	Carta de Iko Carreira a Mário Pinto de Andrade	229
	Carta de Mário Pinto de Andrade a Agostinho Neto, presidente do MPLA	231
	Discursos de António Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola	233
	1. Acordos assinados em Bissau, entre a República Popular de Angola e Portugal, no dia 29 de junho de 1978	233
	2. Reunião dos embaixadores da República Popular de Angola, no dia 15 de agosto de 1978, no Cuanza Sul.....	235
	Discursos do Presidente José Eduardo dos Santos.....	239
	1. Encontro nacional sobre relações exteriores, em Luanda, no dia 4 de maio de 1989	239
	2. Conselho consultivo alargado do Ministério das Relações Exteriores de Angola, em Luanda, no dia 25 de agosto de 1994.	240
	3. Conselho consultivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola, no dia 7 de fevereiro de 2011.....	241
	Discurso de Bernardo Domingos Quiosa, primeiro embaixador da República de Angola, junto da Santa Sé, no dia 7 de fevereiro de 1998	245
	Entrevistas	249
	1. Luís de Almeida, embaixador da República Popular de Angola em Paris, publicada em maio de 1982	251
	2. Alexandre Rodrigues “Kito”, chefe da delegação da República Popular de Angola nas conversações de Lusaka, publicada em fevereiro de 1984	257
	Declaração de Havana, assinada entre a República Popular de Angola e Cuba, no dia 19 de março de 1984	259
	Quadros.....	261
	Quadro 5 - Ministros das Relações Exteriores da República Popular de Angola (1975–1992).....	261
	e da República de Angola (1992–2010).....	261
	Quadro 6 - Embaixadas acreditadas na República de Angola (2010).....	261
	Quadro 7 - Embaixadas da República de Angola em África (2012).....	262
	Quadro 8 - Embaixadas da República de Angola na América (2012)	262

Quadro 9 - Embaixadas da República de Angola na Europa (2012).....	263
Quadro 10 - Embaixadas da República de Angola na Ásia (2012).....	263
Fontes	265
Arquivos	267
1. Arquivo Histórico Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros	267
2. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo	267
3. Fundação Mário Soares	268
4. Associação Tchiveka de Documentação	269
Outras fontes	270
1. Webgrafia	270
2. Estudos policopiados	270
3. Boletins	273
4. Jornais.....	273
5. Revistas	274
6. Leis e portarias.....	274
7. Documentação diversa.....	277
8. Biografia e afins	278
9. Entrevistas publicadas.....	281
10. Discursos e mensagens.....	285
Bibliografia.....	287
1. Relações internacionais, política externa e diplomacia.....	289
2. Colonialismo, anticolonialismo e movimentos de libertação.....	297
3. Angola pós-colonial.....	306

Siglas e acrónimos

AHD/MNE – Arquivo Histórico Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros
ALLIAZO – Aliança dos Naturais do Zombo
ANC – Conselho Nacional Africano/África do Sul
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOS – Arquivo Oliveira Salazar
ATD – Associação Tchiveka de Documentação
BNA – Banco Nacional de Angola
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados de África Central
CGG – Comissão do Golfo da Guiné
CI – Centro de Informação
CIA – Agência Central de Inteligência
CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGS – Direção Geral de Segurança
EUA – Estados Unidos da América
FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMS – Fundação Mário Soares
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FUA – Frente de Unidade Angolana
GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio
GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
MAC – Movimento Anticolonialista
MDIA – Movimento de Defesa dos Interesses Angolanos
MFA – Movimento das Forças Armadas
MIA – Movimento para a Independência de Angola
MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola
MIREX – Ministério das Relações Exteriores de Angola
MLA – Movimento de Libertação de Angola
MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda

MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA/PT – Movimento Popular de Libertação de Angola/Partido do Trabalho
NT – Número de Transferência
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização de Unidade Africana
PAA – Política Asiática e Africana
PAIGC – Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC – Processo-Crime
PCA – Partido Comunista Angolano
PCC – Partido Comunista Cubano
PCP – Partido Comunista Português
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDA – Partido Democrático de Angola
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança
PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola
RAU – República Árabe Unida
RDC – República Democrática do Congo
RPA – República Popular de Angola
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SC – Serviço Central
SR – Serviço Reservado
SWAPO – Organização Popular do Sudoeste Africano
UA – União Africana
UE – União Europeia
UGEAN – União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa
UNEA – União dos Estudantes Negros de Angola
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UPA – União das Populações de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZANU – Zimbabwe African National Union
ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
ZAPU – Zimbabwe African People Union

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria (período compreendido entre os finais da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a queda do Muro de Berlim, em 1989, e caracterizado pela tensão entre a União Soviética e os Estados Unidos) que os pressupostos subjacentes à análise da política externa adquiriram uma renovada importância e centralidade. As relações internacionais¹ passaram a ser consideradas uma área de referência matricial da Ciência Política, que, paralelamente à Sociologia Internacional, têm estudado os fenómenos internacionais. A análise da política externa enquanto abordagem teórica distinta teve a sua origem na década de 1950, ao identificar o principal determinante do comportamento do Estado, e manteve-se até à década de 1960, altura em que foi reforçada a necessidade de aplicar conhecimentos de outras ciências sociais no estudo da política externa, contribuindo, assim, para analisar a sua complexidade.

A política externa e a diplomacia são áreas de estudo das Relações Internacionais cujo objetivo é perceber as especificidades da esfera internacional, de forma a completar os elementos fornecidos pela História, pela Sociologia, pela Economia e pela Antropologia². Todavia, existem diferenças entre política externa, política internacional e diplomacia. Do ponto de vista teórico, a política externa constitui um aspeto da política internacional, segundo James Rosenau, teórico das relações internacionais³. Hans J. Morgenthau concebe a diplomacia como formação e execução da política externa⁴. Jacques Chazelle define a diplomacia como conjunto de métodos e instrumentos que o Estado coloca ao serviço da sua política externa⁵.

¹ A expressão foi introduzida para referir a dinâmica social interativa no plano relacional da sociedade internacional. O qualificativo “internacional” foi utilizado por Jeremy Bentham na obra *Principles of International Law*, publicada em 1843. Victor Marques dos Santos, *Introdução à teoria das relações internacionais. Referências de enquadramento teórico-analítico*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, p. 66; Victor Marques dos Santos, “Ordem mundial e relações internacionais”, Separata da revista *Nação e Defesa*, n.º 68, Lisboa, 1993, pp. 21-22 e notas 33 e 36.

² João Gomes Cravinho, *Visões do mundo. As relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 15-16.

³ J. Rosenau, *Linkage politics: essays in the convergence of national and international politics*. New York: Free Press, 1969, citado por Maria Raquel Freire e Luís da Vinha, “Política externa: modelos, atores e dinâmicas”, in *Política externa. As relações internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 13-14.

⁴ José Calvet de Magalhães, *A diplomacia pura*. Venda Nova: Bertrand, 1996, p. 78.

⁵ *Ibidem*.

Em 1978, foi criado o Instituto para o Estudo da Diplomacia, na Georgetown University, com a finalidade de estudar a diplomacia como instrumento de aplicação da política externa e de a distinguir da prática diplomática. Harold Nicolson, especialista em relações internacionais, criticou a confusão entre diplomacia e política externa. Porém, foi o Presidente Wilson que, ao pretender criar a diplomacia democrática, contribuiu para confundir política externa e diplomacia, ou melhor, entre a ação e o instrumento. O facto de o diplomata ou agente diplomático poder influir na elaboração da política externa, ou ascender ao cargo de chefe do Governo ou, então, de ministro dos Negócios Estrangeiros, contribuiu para que se mantivesse a confusão entre política externa e diplomacia.

Quando um diplomata, intermediário entre dois governos, contribui para a formação de política externa, não atua, nesse caso, como diplomata, mas como expositor ou criador da política externa, como cidadão a quem é reconhecido o direito de exprimir opiniões políticas. A diplomacia, entendida como instrumento da política externa, coloca em contacto os governos de dois ou mais Estados. É a arte da negociação e um instrumento da política externa para estabelecer contacto entre os detentores de poder dos Estados, cujos interesses, como membros da comunidade internacional, os levam a estabelecer relações diplomáticas e a enviar e receber missões diplomáticas. Estes são, porém, conceitos distintos, pois dois Estados podem estabelecer relações diplomáticas sem que, por isso, tenham necessariamente de trocar entre si missões diplomáticas.

A revolução bolchevista introduziu nas relações internacionais o princípio marxista da luta de classes, distinguindo entre Estados capitalistas e socialistas, com o objetivo de unir o proletariado e de implantar o sistema político-económico socialista. As relações internacionais entre os Estados socialistas eram formuladas com base no marxismo-leninismo e no princípio do internacionalismo proletário, formulado por Karl Marx (1818-1883): “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” O *Dicionário diplomático soviético*, editado em Moscovo entre as décadas de 1940 e 1950, define diplomacia como “instrumento técnico para a realização da política externa”⁶. A diplomacia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) serviu os interesses dos trabalhadores de todos os países que faziam parte do mesmo bloco político. Portanto, o sistema económico é um fator determinante da política externa. A análise neomarxista

⁶ José Calvet de Magalhães, *op. cit.*, p. 78.

abriu novos debates sobre o imperialismo, evidenciando as estruturas de dominação ou de dependência unilateral ligadas ao capitalismo; os não marxistas recorreram à determinação económica das relações internacionais.

Para o marxismo, o sistema internacional é produto de fatores económicos e ordenado segundo interesses de classes, com domínio da burguesia. A teoria do imperialismo de Vladimir Ilitch Ulianov, Lenine (1870-1924), argumenta que, internacionalmente, as potências cuja ação esteja orientada segundo os interesses da burguesia levam à autodestruição do sistema capitalista. Os conceitos centrais são: a determinação socioeconómica; a determinação histórica; a luta de classes; e a revolução.

A substituição do conceito de Relações Internacionais pelo de Política Internacional teve como objetivo debruçar-se sobre as teorias, as perspectivas, o objeto, os métodos de estudo da Política Internacional, bem como dos sistemas internacionais, dos fins da política externa e sua explicação. O panorama juridicizante das Relações Internacionais destaca a fronteira entre direito e política externa, o direito do mar, a lei sobre direitos humanos e a legislação em tempo de guerra e de paz. A corrente, no âmbito do Direito, das Relações Internacionais destaca a evolução histórica da sociedade internacional contemporânea, assim como os mecanismos de associação das organizações internacionais, regionais e suas competências⁷. A propaganda, a divulgação de ideias e modelos de organização política e económica, as práticas sociais, os intercâmbios culturais, as atitudes e os comportamentos adotados no âmbito da diplomacia pública e multilateral, desenvolvida no contexto das organizações internacionais, são os instrumentos da política externa. A propaganda e a diplomacia pública, enquanto instrumentos de política externa, desenvolvem-se, frequentemente, com base no poder e no exercício da respetiva influência.

O acesso progressivo das populações à informação e ao conhecimento, o efeito globalizante da realidade dos factos e de ação, transmitida em tempo real pela televisão, pela imprensa escrita e pelas tecnologias da informação, têm determinado a ênfase evidente e progressiva sobre os processos de legitimação política dos dirigentes e dos decisores políticos, projetando-se, em termos de efeitos concretos, nas relações internacionais e na condução da política externa dos Estados. A abordagem tradicional parte do princípio de que o Estado é agente unitário e monolítico na formulação e execução da política externa; da dicotomia entre política externa e política interna. Esta

⁷ Nuno Rogeiro, *O que é a política*. Quimera: Lisboa, 2002, pp. 149-153.

é vista como esfera distinta e independente da política externa, sendo o principal problema de análise a necessidade governamental de manter a autonomia e a integridade do Estado face às possibilidades de agressões externas.

Na política externa, o Estado desempenha um papel crucial, juntamente com os partidos políticos, os sindicatos, as empresas, entre outras entidades. A política externa é formulada de forma homogénea e unitária, com base e em conformidade com os elementos do poder e definição do interesse nacional, sendo os cálculos estratégicos sobre a segurança nacional as principais determinantes das decisões dos políticos. As relações internacionais entre Estados podem ser de reciprocidade, de cooperação e de integração; a reciprocidade envolve relações consulares e diplomáticas; a cooperação e a integração podem ser políticas, económicas, militares, sociais, humanitárias, científicas, culturais e técnicas⁸.

A política externa não é apenas domínio exclusivo dos Estados, apesar de constituir uma área de atuação por excelência dos Estados. O órgão encarregado das relações externas assume designações diferentes em todo o mundo, de acordo com a visão que o Estado tem do conceito de diplomacia. Em Angola, por exemplo, denomina-se Ministério das Relações Exteriores, também conhecido pelo acrónimo MIREX.

A política externa implica múltiplas variáveis relativamente aos níveis de análise, atores, processos e resultados, envolve dinâmicas complexas, como a incerteza sobre o ambiente político. Os grupos de interesse e a opinião pública são fatores de análise no estudo de política externa. Os objetivos da política externa, fundamentalmente assentes em interesses nacionais, são modelados de acordo com elementos de cariz subjetivo: motivações, identidade e perceções da realidade. Em suma, a política externa abrange temas ambientais, culturais, de segurança e económicos.

O Estado é o principal ator das relações internacionais. Os Estados diferem uns dos outros tendo em conta o território, a população (povo), o poder económico e de atração (*soft power*), a força militar, o regime e o poder político soberano. Apesar de o Estado conservar o estatuto de agente privilegiado, deixou de ser o único nas relações internacionais. No âmbito dos atores não estatais das relações internacionais, destacamos as empresas multinacionais, as organizações não governamentais e os

⁸ António José Fernandes, *Relações internacionais. Factos, teoria e organizações*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 22-23.

movimentos de libertação nacional, considerados atores da descolonização, após reconhecimento.

No plano jurídico, o movimento de libertação é um ator secundário das relações internacionais, cuja finalidade é formar o Estado. Segundo Pascal Boniface, os movimentos de libertação nacional são “organizações políticas que lutam em nome da sua população, para libertar de uma tutela ou ocupação ilegítima. Este conflito com o poder central inscreve-se, a maior parte das vezes, no jogo das potências exteriores”⁹.

Foi o que aconteceu com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Tinham como objetivo a criação do Estado independente e soberano de Angola, sem a estrutura política portuguesa. Apesar de terem em comum o mesmo objetivo, não conseguiram formar uma frente comum unida, como daremos conta neste estudo. Com ajuda externa, enveredaram pela guerrilha, optaram por um discurso ideológico nacionalista e contaram com numerosos apoios de países já independentes, de países comunistas e não comunistas, para serem reconhecidos como representantes legítimos.

O movimento revolucionário de 25 de abril de 1974 permitiu o fim do Estado Novo, regime político autoritário, corporativista, colonialista e antidemocrático, iniciado com a ditadura militar de 28 de maio de 1926 e institucionalizado pela Constituição política de 1933. A Revolução de 1974 permitiu, igualmente, a transferência, para os movimentos de libertação, da soberania política que Portugal exercia nas ex-colónias africanas.

O MPLA proclamou a República Popular de Angola (RPA) para instaurar o regime socialista. A coligação FNLA/UNITA proclamou a República Democrática de Angola para implantar o regime democrático, o qual não viria a ter o reconhecimento e apoio internacional necessário para a sua afirmação e consolidação, ao contrário do que aconteceu com a RPA.

A guerra civil em Angola teve vários atores externos, nomeadamente a África do Sul, Cuba, Estados Unidos, União Soviética e ex-Zaire, atual República Democrática do Congo (RDC), que apoiaram os movimentos de libertação de Angola. Relativamente à África do Sul, a sua intervenção no conflito deveu-se, essencialmente, a questões de segurança e de manutenção do controlo do território da Namíbia.

⁹ Citado por Fernando de Sousa, *Dicionário de relações internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 7.

Os Estados Unidos apoiaram a FNLA indiretamente, inicialmente por meio do ex-Zaire, e mais tarde também a UNITA, a partir da África do Sul. O objetivo dos Estados Unidos era travar a expansão e influência soviética na África Austral. William Colby, que foi diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), em declarações publicadas no jornal português *Expresso* (8 de julho de 1995), afirmou que, receando a vitória do MPLA, os Estados Unidos apoiaram clandestinamente a coligação formada pela FNLA e UNITA, utilizando Mobutu Sese Seko, presidente do ex-Zaire (1965-1997)¹⁰, para levar a cabo a “Operação Iafeature”, que custou catorze milhões de dólares¹¹. Noutro registo, Frank Carlucci, que foi embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, confirmou, na *Revista* do jornal *Expresso* (6 de agosto de 1994), o apoio que o seu país prestou à UNITA e, em relação ao MPLA, afirmou: “Era implacavelmente hostil aos Estados Unidos e tinha uma agenda totalmente diferente da nossa. Não acredito que estivessem minimamente empenhados no processo democrático.”

Período cronológico e objetivos da pesquisa

A pesquisa é de carácter histórico e cobre o período de tempo que vai desde a década de 60 do século XX até 2010, sendo o destaque maior dado ao período pós-colonial, explorando as relações de vizinhança, inserção no quadro regional, posicionamento nas relações internacionais e o papel do Estado como ator privilegiado na formulação da política externa. A investigação tem em conta a política do Estado Novo português, que recusou o processo de descolonização para manter o projeto imperial. O fim daquele regime político, iniciado com o 25 de Abril de 1974, favoreceu a descolonização como um dos desafios da política externa do Portugal democrático, que privilegiou as relações com os novos Estados africanos lusófonos e com o Brasil.

Tendo em conta a complexidade do tema e as limitações em consultar documentação do período pós-colonial, escolhemos estudar a política externa do Estado

¹⁰ Em 1959, Léopoldville (atual Kinshasa) é alvo de sublevação, com várias vítimas mortais durante a revolta reprimida. Patrice Lumumba, dirigente do Movimento Nacional Congolês, é preso. Em janeiro de 1960, é libertado e voltará a ser preso em Léopoldville em outubro; no dia 17 de janeiro de 1961 será assassinado. Ludo de Witte, *O assassinato de Lumumba*. Lisboa: Caminho, 2001. Em 1965, Mobutu Sese Seko, que nasceu com o nome de Joseph-Désiré, também conhecido por Mobutu Sese Seko Kudu Ngbendo wa za Banga, proclama, em novembro, a segunda república, concentrando todos os poderes na sua pessoa. Chega ao fim a chefia de Joseph Kasavubu, iniciada em 1960. Jules Choné, *Mobutu, chefe supremo. Do sargento Joseph Désiré ao general Sese Seko*. Porto: Afrontamento, 1975, pp. 172-175.

¹¹ Pedro Pizarat Correia, *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996, p. 39.

angolano, concentrando a atenção nos períodos da Guerra Fria e da Nova Ordem Mundial que se lhe seguiu. No entanto, tivemos necessariamente de analisar a ação política dos movimentos de libertação de Angola, que assinaram com Portugal os Acordos de Alvor, em 15 de janeiro de 1975, para permitir a transição para a independência, de modo a perceber melhor a política externa do Estado angolano pós-colonial. Este termo emergiu com a publicação do livro *Orientalism*¹², na década de 70, da autoria de Edward Said, que veio a estender-se também para América do Sul e África. Surgiu nos países anglo-saxónicos, no âmbito dos estudos culturais a propósito do Médio Oriente, Oriente e Sul da Ásia, para analisar os efeitos da colonização nas ex-colónias britânicas.

Mesmo limitando-se dentro do período cronológico acima referido, o tema poderia afigurar-se-nos demasiado extenso, tendo em conta a documentação e algumas publicações disponíveis. Fomos, pois, levados a destacar a ação política do MPLA por ter sido o movimento de libertação que seguiu o modelo ideológico marxista-leninista, que beneficiou do apoio, durante a Guerra Fria, da União Soviética, de Cuba e dos seus aliados. Com ajuda dos países socialistas, o MPLA venceu a coligação formada pela FNLA e UNITA, proclamou a República Popular, liderou o Governo que foi admitido na Organização de Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA), como 47.º membro daquela organização regional africana, em fevereiro de 1976, e como 146.º membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro daquele ano. Outra razão prende-se com o facto de o MPLA governar Angola desde 1975, ter sido reconhecido pelos observadores internacionais como vencedor das eleições gerais em setembro de 1992¹³, das eleições parlamentares realizadas nos dias 5 e 6 de setembro de 2008¹⁴ e das eleições presidenciais reagendadas para 2009 e depois para 2010, que tiveram lugar no dia 31 de agosto de 2012.

¹² Edward Said, *Orientalism*. London: Penguin, 1977.

¹³ O MPLA teve 2 124 126 votos, a UNITA 1 347 636 votos, a FNLA 94 742 votos, o Partido Renovador Democrático (PRD) 35 293 votos, o Partido da Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola (PAJOCA) 13 924 votos, o Partido Progressista e Democrático de Angola (PDP-ANA) 10 608 votos, o Fórum Democrático Angolano (FDA) 12 038, a Coligação Angola Democrática (AD) 34 166 votos, o Partido Renovador Social (PRS) 89 875 votos, o Partido Social Democrático (PSD) 33 088 votos, o Partido Liberal Democrático (PLD) 94 269 votos. Fonte: Alberto Cafussa, *Tendências de voto do eleitor angolano nas eleições legislativas de 2008*. Luanda: Kilombelombe, 2012, p. 91

¹⁴ As eleições legislativas permitiram ao MPLA, no poder desde 1975, ter uma maioria qualificada, tendo eleito 191 deputados dos 220. A UNITA elegeu 16 deputados, a FNLA 3 deputados, o PRS 8 deputados e a Nova Democracia União Eleitoral (Nd) 2 deputados. O PDP-ANA, PLD, AD, Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola (PADEPA), Frente para a Democracia (FpD), PAJOCA, PRD,

A investigação pretende estudar a política externa da RPA e as relações com a comunidade internacional contemporânea pós-colonial; traçar as principais linhas de atuação da política externa da República Popular; perceber as suas implicações no conflito da Guerra Fria, as transformações políticas que permitiram a redefinição da política interna, assim como da política externa durante o processo de transição para a República de Angola, tendo como pano de fundo a guerra civil; realçar as alianças e o estabelecimento de relações de cooperação com os países socialistas e alguns países democráticos ocidentais, bem como a defesa e consolidação do Estado soberano, a política de solidariedade com a Namíbia, a luta contra o *apartheid*, o estabelecimento de relações formais com os Estados Unidos, África do Sul e com a Santa Sé; destacar a função do Ministério das Relações Exteriores de Angola, órgão responsável do Estado angolano para a materialização da política externa, assim como as questões da cooperação bilateral e multilateral; realçar o caráter presidencialista do Estado angolano, o que permite maior protagonismo do líder do MPLA, que é também chefe de Estado.

Fontes e bibliografia

As fontes reúnem documentos de arquivos, policopiados, impressos e disponíveis *online*. As fontes de arquivos são compostas por documentos manuscritos e datilografados; os documentos policopiados incluem estudos académicos, relatórios e comunicações; os documentos impressos dizem respeito a boletins, decretos-leis e portarias, jornais, revistas, (auto)biografias, memórias, entrevistas publicadas, documentos, discursos e mensagens. Relativamente à bibliografia, a secção reúne alguns estudos sobre relações internacionais, política externa, diplomacia, movimentos de libertação, colonialismo, anticolonialismo e pós-colonialismo.

Para levar a cabo os objetivos da pesquisa, consultámos alguns arquivos e várias publicações disponíveis, nomeadamente compilações de entrevistas publicadas, relatos jornalísticos e literários, memórias, biografias, atas de congressos, discursos, depoimentos, protocolos, memorandos, comunicações, planos, programas, acordos e estudos disponíveis. Relativamente ao período pós-colonial, foi consultada pouca documentação de arquivo disponível, como o estudo deixará transparecer.

Plataforma Política Eleitoral (PPE) e Forum Fraternal Angolano Coligação (FOFAC) não elegeram nenhum deputado. Alberto Cafussa, *op. cit.*, p. 116.

A maior parte da documentação de arquivo consultada é referente ao período colonial e está disponível em vários núcleos: em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE), no Arquivo António de Oliveira Salazar (AOS) e na Fundação Mário Soares (FMS); em Luanda, na ATD.

Apesar da importância que os movimentos de libertação de Angola deram ao contacto com o exterior para a busca de apoio, em especial nas décadas de 60 e 70 do século XX, a verdade é que não existe nenhum estudo de fôlego que aborde em conjunto a ação política dos principais movimentos de libertação daquele país africano lusófono. A historiadora Dalila Cabrita Mateus refere os apoios externos à luta pela independência dados ao MPLA pelos países africanos, nomeadamente a Argélia, Congo-Brazzaville, Zâmbia, Tanzânia, países onde o MPLA chegou a ter representantes. O estudo dedica também algumas páginas ao apoio recebido da União Soviética, China, Cuba e dos países nórdicos¹⁵.

Os estudos que consultámos sobre política externa angolana destacam a influência socialista, a transição para a democracia, os acordos de cooperação (económica, comercial, de segurança, educação, saúde, indústria)¹⁶; a ação político-diplomática do Estado angolano na Comissão do Golfo da Guiné (CGG)¹⁷, na UA, na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹⁸, na Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC)¹⁹ e na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

¹⁵ Dalila Mateus Cabrita, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Inquérito, 1999, pp. 115-152. Publicações sobre o auxílio prestado pela Alemanha de Leste e pela Suécia aos movimentos de libertação na África Austral, incluindo Angola: Tor Sellstrom, *Sweden and national liberation in Southern Africa. Formation of a popular opinion (1950-1970)*. Upsala: Nordiska Afrikaninstitut, 1999, vol. I.; Tor Sellstrom (coord.), *Liberation in Southern Africa. Regional and Swedish voices. Interviews from Angola, Mozambique, Namibia, South Africa, Zimbabwe, the Frontline and Sweden*. Upsala: Nordiska Afrikaninstitut, 1999.

¹⁶ Manuel Alfredo Miguel, *A política externa angolana e a sua inserção no contexto nacional e internacional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais, 2002.

¹⁷ Criada em 2006, em Libreville, Gabão, por proposta da Nigéria, apresentada em 1999, para a promoção da gestão do petróleo. Além de Angola, que presidiu em 2007-2009, fazem parte desta organização outros países como S. Tomé e Príncipe, RDC e Guiné Equatorial.

¹⁸ A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento de África Austral (SADCC) foi formalizada em 1980 em Lusaka, capital da Zâmbia. Luís Castelo Branco, *Das razões políticas da SADCC às razões económicas da SADC*. Lisboa: Universidade Lusitana, 1997.

¹⁹ Angola presidiu à CEEAC em 2009, dez anos depois de ter deixado de ser membro observador daquela organização, formalizada em outubro de 1983.

(ZOPACAS)²⁰; a emergência de Angola, desde 1991, como potência na África Austral²¹.

O modelo económico centralizado e planificado, adotado pela RPA, não impediu os Estados Unidos, a França e a Itália – com as suas companhias petrolíferas Cabinda Gulf Oil Company, Elf Aquitaine e Agip, respetivamente – de explorarem o petróleo; politicamente, a RPA, durante a Guerra Fria, estava ligada ao modelo socialista e, economicamente, ao modelo ocidental, o que foi já denominado como o “paradoxo angolano”²². Ainda no âmbito do petróleo, destacamos alguns estudos sobre o seu papel na política internacional, nomeadamente nas relações entre Angola e os Estados Unidos²³.

Temas e estrutura de investigação

A política é a arte ou a ciência da organização, direção e administração de um país, nação ou Estado, de um governo ou de um partido. Quando é utilizada nos negócios internos, denomina-se política interna; nos negócios externos, intitula-se política externa, definida como “atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem”²⁴, ou também entendida como “programa orientado para a resolução de objetivos ou de problemas, elaborado pelos decisores políticos com autoridade (ou seus representantes), direcionado a entidades externas à jurisdição dos responsáveis pela formulação política”²⁵.

Quanto à sua organização, este estudo está dividido em cinco capítulos, em alguns casos subdivididos, por sua vez, em secções e subsecções, para além da introdução e da conclusão, dos anexos documentais, das fontes e da bibliografia.

²⁰ Joveta José, *A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

²¹ Eugénio da Costa Almeida, *Angola: potência regional em emergência*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

²² José Maria Nunes Pereira Conceição, *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. S. Paulo: Universidade de S. Paulo, 1999, p. 22.

²³ Ana Paula Fernandes, *EUA e Angola. A diplomacia económica do petróleo*. Lisboa: Principia, 2004; Eduardo Beny, *A paz e a guerra nas novas relações internacionais*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005; Manuel Ennes Ferreira, “Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola”, *Política Internacional*, julho de 2005, pp. 73-89; Philippe Sébille-Lopez, *Géopolitique du pétrole*. Paris: Armand Colin, 2006.

²⁴ Citado por Fernando de Sousa, *op. cit.*, p. 159.

²⁵ Maria Raquel Freire e Luís da Vinha, *op. cit.*, p. 17.

Depois de apresentar as considerações preliminares, o capítulo 1 destaca a soberania portuguesa em Angola e a sua política colonial, que, em 1951, com a revisão da Constituição política de 1933, passou a classificar-se de política ultramarina, bem como as medidas para a defesa do Estado, a política externa portuguesa e a emergência do movimento anticolonial. Em finais da década de 50, a oposição ao Estado Novo ganha fôlego, tanto em Portugal como nas ex-colónias portuguesas, oposição que irá caracterizar as décadas de 60 e 70, com repercussão internacional. Em 1961, tiveram lugar os seguintes acontecimentos: a repressão de uma revolta na Baixa de Cassanje, por causa do preço do algodão; a queda de Goa e a sua ocupação militar; o ataque às prisões de Luanda e a revolta sangrenta no Norte de Angola; o assalto e sequestro do navio *Santa Maria*.

No capítulo 2, é tratada a falta de unidade entre os movimentos angolanos, assim como a política do MPLA, o qual criou, em 1960, o Departamento de Relações Exteriores e o respetivo organigrama (reproduzido na p. 57). Este capítulo estuda a política do MPLA²⁶ durante a liderança de Mário Pinto de Andrade (1929-1990), entre 1960 e 1962, e de António Agostinho Neto (1922-1979), assim como a busca de apoio externo, o reforço da ação diplomática do MPLA, numa altura em que o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), criado em 1962 pela FNLA, era reconhecido por alguns países africanos.

Entretanto, será examinada no capítulo 3 a política do MPLA após o reconhecimento pelo Comité de Libertação da OUA, em 1968, e respetiva reorganização interna, bem como a política da UNITA, que, após a sua fundação, em 1966, se empenhou para obter apoios e ser reconhecida internacionalmente. Os últimos anos da soberania portuguesa em Angola, a atribulada e confusa transição política e a proclamação da República Popular pelo MPLA, que considerou a democracia liberal ou parlamentar como forma burguesa ou capitalista, são aspetos analisados, assim como a intervenção das tropas cubanas, a mobilização e reorganização da UNITA, liderada por Jonas Malheiro Savimbi (1934-2002), com apoio externo, e o declínio da FNLA e o exílio do seu líder, Holden Roberto (1923-2007). Será também tema de estudo, neste capítulo, a atitude da África do Sul, a afirmação socialista do MPLA e o seu

²⁶ A versão oficial do MPLA realça a atividade diplomática em África, na Europa, na Ásia e nos países socialistas, entre 1963 e 1966. *História do MPLA. 1.º volume 1940-1966*. Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pp. 303-311.

reconhecimento internacional, a transformação em Partido do Trabalho (PT)²⁷, em dezembro de 1977, as reformas políticas iniciadas na década de 80 e a imagem do Estado angolano no exterior.

Serão objeto de estudo, no capítulo 4, o internacionalismo socialista; as relações entre a RPA e os países que fizeram parte do bloco socialista; a normalização das relações com o ex-Zaire, com a Zâmbia; o início de uma nova fase nas relações entre a República Popular e o Portugal democrático; o reconhecimento da RPA pelo Brasil; o reforço da cooperação com os países africanos de língua portuguesa; o contributo do Estado angolano para a independência da Namíbia. Será igualmente examinada a política angolana após a morte do Presidente Agostinho Neto, em setembro de 1979; o ajustamento político levado a cabo pelo seu sucessor, José Eduardo dos Santos, na altura com 34 anos de idade, assim como a oposição política e militar da UNITA, que beneficiou de apoio dos Estados Unidos e aliados, bem como as negociações levadas a cabo para a retirada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia.

Com o capítulo 5, concentrámo-nos na investigação da política externa do Estado angolano após a queda do Muro de Berlim, em 1989, assim como da visita do Papa João Paulo II, cardeal polaco Karol Wojtyła, sucessor de João Paulo I, e o reinício da guerra civil após a realização das primeiras eleições gerais em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas, em 1992. Neste capítulo, será destacada a política da República de Angola, liderada pelo MPLA, durante a primeira década do século XXI, altura em que teve início a aplicação da Agenda Nacional de Consenso²⁸, aprovada em 2008, que delineou o plano de desenvolvimento a ser aplicado até 2025, dando particular realce ao período do pós-guerra civil, à candidatura de Angola para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e seu mandato, assim como a relevância dada às questões africanas.

²⁷ Chega ao fim o ciclo iniciado na Conferência Nacional, em Léopoldville, em dezembro de 1962, que declarou o MPLA como movimento de massas, revolucionário, dando primazia à luta armada como complemento da diplomacia. A transformação do MPLA em PT visou a implantação do socialismo em Angola, seguindo o lema: “Angola é e será a trincheira firme da revolução em África” (citado de memória), *slogan* que serviu de mote para o contributo da RPA para a independência do Zimbabué e da Namíbia e para o combate do *apartheid* na África do Sul.

²⁸ Traça metas para a criação de infraestruturas e a promoção de relações políticas e económicas de Angola na SADC, na CEEAC, na CGG e no âmbito de outras organizações internacionais.

1. Angola entre o colonialismo e o anticolonialismo

A ditadura militar em Portugal reforçou o aparelho ideológico colonial, substituiu as disposições autonomistas e radicalizou a política imperial. A subida de António de Oliveira Salazar (1889-1970) ao poder irá marcar o início de um Estado autoritário, antiparlamentar, antiliberal, anticomunista, colonialista e corporativista²⁹. A política da ditadura militar e, mais tarde, do Estado Novo será determinada por um contexto internacional de crise económica e financeira e de avidez das colónias por outras potências da Europa, situação que originou o regresso do “pacto colonial”, com a nacionalização dos mercados das colónias³⁰.

Entretanto, coube ao Estado Novo a reorganização do Ministério das Colónias, a aprovação da Constituição de 1933 e a assinatura da Concordata com a Santa Sé, bem como do Acordo Missionário, no dia 7 de maio de 1940, documentos que, para as ex-colónias portuguesas em África, vigoraram até à descolonização. A revisão da Constituição de 1933, em 1951, permitiu a revogação do Ato Colonial, firmado pelo Decreto-lei n.º 18 570, de 8 de julho de 1930, documento considerado por Cunha Leal, criador do Banco de Angola, que dirigiu de 1927 a 1930, “pequeno mostrengo pretensioso”³¹. Foi redigido pelo advogado e jornalista Quirino Avelino de Jesus, integrado na Constituição política, substituindo o título V da Constituição de 1911, e integrou as colónias na nação portuguesa. De facto, o Ato Colonial deu continuidade à política definida pela ditadura militar; (re)organizou a política colonial, a unidade da nação, a política indígena³², revogada em setembro de 1961; enalteceu as colónias; consagrou o termo “Império Colonial Português”, em vez de “Ultramar”, dando o mote ao imperialismo colonial, segundo o artigo 2.º do Ato Colonial, Decreto-lei n.º 18 570.

Durante a década de 1950, era patente uma corrente reformista no Estado Novo português em matéria política. Botelho Moniz representava a ala militar que não estava

²⁹ Rui Ramos, “A vida nova” in José Mattoso (org.), *História de Portugal. A segunda fundação*, vol. VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 633.

³⁰ David Birmingham, *História de Portugal. Uma perspetiva mundial*. Lisboa: Terramar, 1998, pp. 205-206.

³¹ Jorge Manuel Bastos da Silva, “Sob o signo do Ato Colonial – A propósito do II Congresso Nacional de 1930”, *Africana*, 23, 2001, Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense, Porto, p. 109.

³² Mário Moutinho, *O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000; Elisabeth Ceita Vera Cruz, *O estatuto do indigenato: Angola: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

satisfeita com o rumo político seguido. Aquela década foi também caracterizada pelo surgimento da corrente reformista em matéria de política colonial. Para Marcelo Caetano (1906-1980), professor de Direito e político, a mudança da designação “Colónia” para “Ultramar”, em 1951, foi justificada nestes termos:

As palavras têm as suas épocas (...) Colónia fora a expressão da política autonomista que o regime republicano trouxe no seu programa. O movimento nacionalista que faz caminho após 1926 toma o termo Império como lema. Mas após a Segunda Grande Guerra, com a crescente ofensiva anticolonialista e a oposição aos nacionalismos, tornava-se conveniente abandonar uma terminologia que se prestasse a equívocos. Foi-se então ao vocabulário tradicional buscar as velhas designações de Ultramar e Província ultramarina para as utilizar.³³

Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo brasileiro, foi convidado para falar do luso-tropicalismo em todo o antigo Império Colonial Português, iniciando viagem em agosto de 1951 e terminando em fevereiro de 1952. Ao terminar a visita que efetuou a Angola, em dezembro de 1951, afirmou ter conhecido uma “África portuguesa ou um Portugal africano”³⁴.

Na verdade, durante o Estado Novo, tanto os assimilados como os brancos naturais de Angola (euro-africanos) e os metropolitanos viviam, como em Portugal, debaixo de graves limitações às liberdades sindicais, associativas e de imprensa; os partidos políticos foram proibidos, com exceção da União Nacional; as obras literárias e as publicações eram censuradas³⁵.

O Partido Comunista Português (PCP), em 1957, reconheceu o direito à independência das ex-colónias portuguesas em África e apoiou o combate “contra a exploração e opressão colonialista”³⁶. Foi aquele partido que chamou a atenção para a preparação do envio de paraquedistas e outros contingentes militares portugueses para as ex-colónias em África, em 1959, como o início da preparação da “guerra colonial em

³³ Marcelo Caetano, *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967, p. 103.

³⁴ Gilberto Freyre, *Um brasileiro em terras portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil, 1953, p. 230.

³⁵ Maria da Graça Costa Franco, *Para a história da censura à imprensa em Portugal, 1820-1974*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, 1983, pp. 136-142; Maria do Carmo Medina, *Angola: processos políticos na luta pela independência*. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2003, p. 26.

³⁶ José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história do século XX*. Lisboa: Tinta da China, 2008, p. 135-140; José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. O prisioneiro*. Lisboa: Temas e Debates, 2005, pp. 502-507, 518-520.

perspetiva³⁷. Lúcio Lara, com ajuda dos comunistas portugueses, enviou, na década de 50, uma máquina de impressão para elaboração de panfletos, que foi recebida no Lobito por André Franco de Sousa³⁸, fundador, com Ilídio Machado, Higino Aires e Matias Miguéis, do Movimento para a Independência de Angola (MIA).

1.1 Defesa da unidade e da soberania

Até serem estendidas as competências da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) ao Ultramar³⁹, pelo Decreto-lei n.º 39 749, de 9 de agosto de 1954, a defesa da soberania portuguesa naqueles territórios era feita pela Polícia de Segurança Pública (PSP). Em 1958, com a Portaria n.º 16 662, de 14 de abril, foram abertos postos da polícia em várias localidades de Angola. Entre os meses de março e outubro de 1959, em Luanda, foram presos alguns naturais de Angola que faziam parte do Movimento de Libertação de Angola (MLA)⁴⁰, do MIA e do Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA)⁴¹, por razões políticas. Estes viriam depois a ser julgados pelo Tribunal Militar Territorial de Angola, em 1961, no que ficou conhecido por “Processo dos 50”, o qual incluiu também alguns cidadãos angolanos residentes no estrangeiro, nomeadamente: Holden Roberto, António Josias, Deolinda Rodrigues de Almeida⁴², João Eduardo Pinnock, Manuel Barros Nekaka, Manuel Tomás da Costa Nkodo, Manuel Sidney Barros Nekaka, Mário Pinto de Andrade, Matias Miguéis, Viriato Clemente da Cruz, entre outros, e alguns cidadãos norte-americanos que eram marítimos: George Barnett, Francisco Javier Hernández, Isaac Leon⁴³. Entretanto, houve vários processos organizados à medida que a PIDE ia prendendo.

³⁷ *O Avante!*, ano 28, série VI, n.º 283, novembro de 1959, p. 2.

³⁸ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 40/59 “Gabriel Leitão Pereira”, NT 454-455, folhas 81 e segs.

³⁹ Dalila Mateus Cabrita, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004; Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores - Temas & Debates, 2007.

⁴⁰ Foi criado, em janeiro de 1952, por António Pedro Bengue, Fernando Pascoal da Costa e Joaquim de Figueiredo. Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida (1939-1967) fez parte do grupo desde 1956. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 22/59 “Pascoal Gomes de Carvalho”, NT 452, folha 227.

⁴¹ Foi criado em 1958 e a maior parte dos seus membros fazia parte da Sociedade Cultural de Angola.

⁴² Foi assassinada com as suas companheiras do Esquadrão Kamy (Teresa Afonso, Lucrecia Paim, Irene Cohen e Engrácia dos Santos) pela FNLA, depois de terem estado detidas na base de Kinkouzou. Margarida Paredes, “Deolinda Rodrigues, da família metodista à família MPLA, o papel da cultura na política”, *Caderno de Estudos Africanos*. Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa, 20, janeiro de 2011, pp. 12-26.

⁴³ Fernando Hedvíges Chasse, *O processo dos cinquenta. Tempo e memória (1940-1962). Considerações históricas*. S/l: s/ed., 2012, pp. 216-224; Maria do Carmo Medina, *op. cit.*, pp. 47-86; Maria do Carmo

As autoridades portuguesas, em resposta ao levantamento armado levado a cabo pela União das Populações de Angola (UPA), em março de 1961, enviaram reforço militar para reprimir a sublevação. Com o Decreto-lei n.º 43 568, de 28 de março de 1961, foi criado, na ex-colónia portuguesa, o corpo voluntário composto por cidadãos residentes, de modo a cooperarem na defesa do território; foi revogada a legislação referente a formações patrióticas de voluntários, aprovada pelo Decreto-lei n.º 39 786, de 25 de agosto de 1954. No dia 13 de abril de 1961, foi anunciado o envio de soldados portugueses, pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, com a frase que ficou célebre: “Para Angola, rapidamente e em força”. Rosa Coutinho, capitão de fragata português, foi feito prisioneiro pela UPA, naquele ano, durante quatro meses numa penitenciária de Kinshasa⁴⁴.

As pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que em Angola, e no exercício de qualquer comércio, indústria, arrendamento de prédios urbanos ou exploração agrícola, florestal, pecuária, de pesca ou de minas, tivessem realizado, isolada ou cumulativamente, lucros ou rendimentos líquidos de importância igual ou superior a 500 000 escudos eram obrigadas a entregar, na Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Angola, os lucros, para o imposto extraordinário de defesa, segundo os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 13º e demais disposições contidas no Decreto-lei n.º 46 112, de 29 de dezembro de 1964.

Marcelo Caetano foi indigitado por Américo Tomás, último Presidente português durante o Estado Novo (1958-1974), para tomar o cargo de Presidente do Conselho, devido a doença de António de Oliveira Salazar. O novo Presidente do Conselho irá tomar medidas para modernizar, liberalizar e abrir Portugal à Europa, por um lado, e dar continuidade à política do Estado Novo em relação às ex-colónias, por outro. Tratou-se de uma “evolução na continuidade”⁴⁵.

A Organização Nacionalista foi criada, em 1969, em Luanda, para procurar defender a política do Estado Novo em Angola, para combater as injustiças e acusar os falsos colaboradores e inimigos da nação, com o intuito de defender e fazer cumprir as

Medina, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/I: Edição de Autor, 1999, pp.74-75.

⁴⁴ Rosa Coutinho, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 268; João Paulo Nganga, *O pai do nacionalismo angolano. As memórias de Holden Roberto, 1.º volume 1923-1974*. S. Paulo: Editora Parma, 2008, p. 121.

⁴⁵ Fernando Rosas, “Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)”, in José Mattoso (org.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, p. 547.

leis do regime político vigente, colaborar com a PIDE, com as Forças Armadas, com Polícia de Segurança Pública e com a União Nacional, assim como organizar festas gratuitas e palestras nos musseques de Luanda, difundir para a população a mensagem de unidade nacional através da emissora A Voz de Angola.

Da comissão organizadora para a informação e defesa dos interesses da nação faziam parte vários naturais de Angola, que propuseram ao governador-geral de Angola a formação, em Luanda, de um grupo de ativistas assimilados e euro-africanos, para fomentar e defender a linha política e administrativa do Estado Novo. O grupo levou a cabo propaganda nos musseques, tendo obtido inscrições de mulheres para a União Nacional, após intenso trabalho psicossocial junto das mulheres nascidas em Angola.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 1969, foi gasto um total de 785 000 escudos⁴⁶ para levar a cabo os objetivos da Organização Nacionalista, numa altura em que o desenvolvimento de Angola foi considerado urgente, assim como a intensificação de uma equilibrada distribuição de responsabilidade, preconizando ações justas em todos os setores da administração. Era urgente construir moradias económicas nos bairros suburbanos da periferia da cidade, planificar e realizar a política económica e social dentro das normas modernas, desenvolvendo as atividades industriais em regime cooperativo; cumprir a pré-industrialização de toda a produção mineira, mobilizando capitais que correspondessem à resolução de problemas; incrementar a agricultura e a fiscalização do emprego no Estado; promulgar leis sobre a admissão dos chefes de família nos empregos públicos, a fim de atenuar o descontentamento entre os naturais de Angola devido às injustiças sociais; materializar a unidade nacional nos estabelecimentos comerciais e industriais, admitindo uma maior percentagem de naturais de Angola nessas atividades; estabelecer, na administração pública, normas de recrutamento de chefes de serviço para os diversos departamentos do Estado, escolhidos entre os oficiais das Forças Armadas, dotados de cursos superiores da especialidade, por ser considerada a disciplina militar indicada para a situação que Angola atravessava naquele tempo, para se acabar com as injustiças.

⁴⁶ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, processo 15 37 A/5 “Colaboração dos Portugueses Naturais de Angola”, NT 2100, folha 77.

1.2 Política externa portuguesa

Entretanto, o Estado Novo reforçou a política de defesa das ex-colónias, o que será um dos principais objetivos da política externa, por rejeitar a hegemonia internacional e o discurso anticolonial, bem como o modelo político e económico, democrático, liberal, contrário ao modelo vigente nas ex-colónias e em Portugal, cuja diplomacia irá permitir a admissão do país como membro da ONU, na década de 50.

Portugal cooperou com a África do Sul e a Rodésia (atual Zimbabué) para a defesa dos seus interesses em Angola e Moçambique⁴⁷. O Estado Novo português e o South African Reserve Bank assinaram um empréstimo de 150 milhões de *rands*⁴⁸. As relações políticas entre Portugal e a República Federal Alemã permitiram a compra de tecnologia para equipar a indústria militar portuguesa⁴⁹; outro aliado português foi a França, que possibilitou equipar as Forças Armadas Portuguesas, que adquiriram autometralhadoras e aviões de transporte *Nord Atlas* e de ataque ao solo, helicópteros *Alouette III* e camiões de transporte *Berliet*⁵⁰.

Porém, a frase “orgulhosamente sós”, utilizada pelo Estado Novo, pretendeu evidenciar a coragem e o esforço na defesa dos princípios políticos e ideológicos e na apologia e preservação das ex-colónias portuguesas. Mas, o facto de o Estado Novo ter recebido apoio político, diplomático, financeiro e militar externo mostra bem que a propaganda do regime não correspondia à realidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal conservou-se neutro, recusando igualmente a descolonização, reforçando a maior integração entre as ex-colónias e a metrópole⁵¹. O luso-tropicalismo sustentou a civilização híbrida, resultado do contacto e das relações que os Portugueses mantiveram ao longo dos séculos nos trópicos. Esteve “ao serviço da política externa portuguesa”⁵², cuja finalidade era defender a política ultramarina.

⁴⁷ Luís Barroso, *Salazar, Caetano e o “reduto branco”. A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*. Lisboa: Fronteira do Caos, 2012, pp. 303-324.

⁴⁸ Maria Eugénia Neto e Irene Neto (coord.), *Agostinho Neto e a libertação de Angola (1949-1974) – Arquivo PIDE/DGS*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2011, vol. 1, pp. 393-394.

⁴⁹ Ana Mónica Fonseca, “Dez anos de relações luso-alemãs, 1958-1968”, *Relações Internacionais*, setembro de 2006, pp. 47-60; João Moreira Tavares, *Indústria militar portuguesa no tempo da guerra, 1961-1974*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005, pp. 43-45.

⁵⁰ Marcos Daniel, “Portugal e a França na década de 1960: a questão colonial e o apoio internacional”, *Relações Internacionais*, setembro de 2000, pp. 31-45.

⁵¹ John Iliffe, *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 319.

⁵² Cláudia Castelo, “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1998, pp. 96-101.

Mário Pinto de Andrade, com o pseudónimo de Buanga Fele, com 26 anos de idade, criticou o luso-tropicalismo num artigo que escreveu para a *Présence Africaine*⁵³. Nessa fase, o discurso anticolonial de Mário de Andrade radicalizou-se, bem como o seu “posicionamento específico no quadro político ideológico”⁵⁴. Com Francisco Tenreiro, organizou o livro *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, publicado em Lisboa, em 1953, e em Paris, em 1958⁵⁵.

A política externa portuguesa orientou-se pelo princípio do multirracismo, conceito segundo o qual as várias raças devem viver juntas e em convívio umas com as outras, destacando, para o efeito, a igualdade perante a lei. Outro princípio orientador da política externa portuguesa foi o da evolução sociológica do território e das populações como sociedade multirracial, integrada “num Estado unitário, formado de Províncias dispersas e constituído de raças diferentes”⁵⁶. Politicamente, pretendeu-se assegurar a integridade territorial da metrópole e do império, além de manter a estabilidade económica de que dependia a estabilidade política do regime, que tinha receio de uma eventual expansão do comunismo nas ex-colónias portuguesas e na Península Ibérica.

Para o Estado Novo, a autodeterminação traduzia-se na adesão da população à forma de governo, ao sistema de administração, à estrutura do conjunto ou agregado nacional, e à orgânica do Estado português, mantendo a sua unidade política e administrativa. Deste modo, a autodeterminação era entendida como igualdade de todos perante a lei.

Entretanto, o MPLA, a FNLA, a UNITA e outros movimentos angolanos que tiveram pouca expressão e que não chegaram a enveredar pela luta armada entendiam a autodeterminação como independência por separação e não por integração, o que equivaleria a reconhecerem a estrutura do Estado português já autodeterminado, respeitando “a unidade da Nação portuguesa”⁵⁷. Neste sentido, foi aprovada, em 1972, a Lei Orgânica do Ultramar e dos Estatutos Territoriais, que considera as províncias

⁵³ Buanga Fele [Mário de Andrade], “Qu’est-ce que le luso-tropicalisme?”, *Présence Africaine*, 4, octobre/novembre 1955, pp. 24-35.

⁵⁴ Citado por Victor Kajibanga, “Mário Pinto de Andrade. Subsídios para o estudo biográfico do seu retrato social e intelectual”, in Inocência Mata e Laura Padilha (orgs.), *Mário Pinto de Andrade. Um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 207.

⁵⁵ Pires Laranjeira, *A negritude de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.

⁵⁶ ANTT, AOS/CP-90, “Joaquim Moreira da Silva Cunha, 1967-1968”, vol. III, folhas 562-563.

⁵⁷ António de Oliveira Salazar, *Problemas portugueses em África*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1962, p. 3.

ultramarinas “parte integrante da Nação, com estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional”⁵⁸.

1.3 Norte-americanos

O estabelecimento de bases aéreas e navais norte-americanas nos Açores representou “uma afirmação de prestígio das forças americanas, que não querem depender em nada dos Ingleses”⁵⁹. O acordo assinado em 1944, para o estabelecimento de bases áreas e navais nos Açores, foi precedido de um outro assinado entre Portugal e o Reino Unido. Portugal procurou, com as negociações com os Estados Unidos, resolver também a questão da ocupação de Timor pelos japoneses e a manutenção do império colonial, assunto vital para a política externa do Estado Novo⁶⁰.

Mas António de Oliveira Salazar mostrou receio do discurso anticolonialista e democrático dos Estados Unidos. Após o convite para aderir ao Plano Marshall, em julho de 1947, Salazar recusa-o, alegando “incompatibilidade com os fundamentos político-ideológicos do regime português”⁶¹. Outro motivo para esta recusa estava relacionado com o modelo político e económico vigente nos Estados Unidos, oposto ao paradigma político português, que, além de ser anticomunista, era também antidemocrata e antiliberal.

Mais tarde (em setembro de 1948), Portugal anunciou a sua intenção de recorrer ao Plano Marshall por causa das alterações entretanto ocorridas, do agravamento da situação económica e financeira portuguesa e da pretensão de obter financiamento para levar a cabo o plano de fomento, segundo a nova política económica⁶². O processo de negociações diplomáticas que conduziram à aceitação, pelo Governo português, da segunda fase da ajuda Marshall não alterou em nada a política externa portuguesa⁶³.

A questão colonial, desde a Segunda Grande Guerra, era fundamental para o Estado Novo. Assim sendo, a partir de 1954, as relações entre Portugal e os EUA irão

⁵⁸ Lei n.º 5/72, de 23 de junho; Decreto-lei n.º 544/72, de 22 de dezembro (Estatuto Político-Administrativo da Província de Angola).

⁵⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar–Kennedy: a crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961-1963*. Lisboa: Notícias Editorial, 2002, p. 17.

⁶⁰ Nuno Severiano Teixeira, “Portugal”, in Maria Raquel Freire, *op. cit.*, pp. 280-282.

⁶¹ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 21.

⁶² Maria Fernanda Rollo, “Plano Marshall”, *Dicionário do Estado Novo*, vol. II, pp. 734-739.

⁶³ Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 115 e segs.

regular-se pela desconfiança, enquanto a preocupação de António de Oliveira Salazar residia na influência do comunismo em África, sobretudo entre os movimentos de libertação. A dificuldade na venda de armas foi outro fator de crise nas relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos, que invocaram o Acordo do Auxílio Mútuo de Defesa, assinado em 1951, com Portugal.

No seu encontro com o norte-americano Dwight Eisenhower, em Lisboa, no mês de maio de 1960, António de Oliveira Salazar manifestou o receio do apoio comunista aos movimentos de libertação. Por outro lado, Eisenhower via com bons olhos a viragem dos movimentos de libertação africanos para o Ocidente, “que lhes oferecia melhor oportunidade de melhorar o seu modo de vida”⁶⁴.

Assim, com a subida de John F. Kennedy ao poder nos Estados Unidos em 1961, que dispunha de informações fornecidas por senadores democráticos que tinham visitado o continente africano em 1960, as relações entre Portugal e os Estados Unidos tornaram-se mais complexas. O relatório elaborado pelos senadores democráticos aconselhava os Americanos a não descurarem o apoio ao nacionalismo africano, uma vez que a União Soviética atuava em África. Em resumo, o relatório apontava para uma nova relação entre os Estados Unidos e África, tendo em conta os interesses norte-americanos no continente africano.

Em 21 de janeiro de 1961, teve lugar o assalto ao navio português *Santa Maria*, paquete transatlântico pertencente à Companhia Colonial de Navegação, assalto que ficou também conhecido pelo nome de código “Operação Dulcineia”, organizado pelo capitão Henrique Galvão. Para os Estados Unidos, o assalto ao navio *Santa Maria* não foi considerado como pirataria. O Governo britânico, que o tinha considerado como pirataria, mudou de opinião. O Governo brasileiro deu ordens para que o navio pudesse entrar no porto do Recife com imunidade diplomática. O capitão Henrique Galvão acabaria por solicitar asilo político no Brasil, cujo Governo entregou oficialmente o paquete ao Governo português.

Entretanto, a tomada do navio *Santa Maria* por dissidentes portugueses mereceu um comunicado do MPLA, em Conacri, com data de 29 de janeiro. Dois dias antes, Mário de Andrade, em conferência de imprensa, afirmara que não se tratava de um ato de pirataria.

⁶⁴ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 31.

Porém, o contacto dos Americanos com os nacionalistas africanos foi um ponto de fricção entre Portugal e os Estados Unidos entre 1961-1962. Portugal estava ao corrente dos contactos mantidos com Holden Roberto, considerado anticomunista pelos Estados Unidos. Entretanto, a embaixada portuguesa em Washington entregou um protesto junto do Departamento de Estado⁶⁵. Os contactos com a UPA em África eram feitos por intermédio da embaixada dos Estados Unidos em Léopoldville.

Mas, afinal, quais foram as razões da alteração da política norte-americana em relação a Portugal? Uma das causas apontadas para esta mudança está relacionada com a base das Lajes, nos Açores, que será o principal fator da mudança na política dos Estados Unidos para com Portugal em 1962. Outra causa reside no confronto que houve, nos Estados Unidos, entre a corrente africanista, por um lado, e a corrente europeísta, por outro. A corrente africanista defendia que os Americanos deviam abandonar a política de tolerância para com o colonialismo português e tomar uma posição em relação à independência das ex-colónias portuguesas em África. A corrente de pensamento europeísta sustentava uma política externa norte-americana que privilegiasse o relacionamento com a NATO.

Durante o ano de 1961, os adeptos da corrente africanista foram bem-sucedidos, mas, a partir de 1962, surgiram sinais da viragem europeísta da Administração Kennedy. Um desses sinais esteve relacionado com a política para com o Estado Novo português. No entanto, destacamos outra razão, a nível interno, para a mudança de política por parte da Administração Kennedy. A ala maioritária, conservadora, no Congresso, composta por republicanos e democratas do Sul dos EUA, não defendia a política africana. Outra razão prende-se com a firma Salvage & Lee, contratada em maio de 1961 por um consórcio de companhias portuguesas envolvidas em negócios ultramarinos, conhecido por O Grupo, com escritórios nos Estados Unidos (Washington), em Portugal (Lisboa) e em Angola (Luanda), que conduziu, nos Estados Unidos, uma campanha a favor da política do Estado Novo português junto da imprensa e de várias associações norte-americanas. O eco que teve a ação militar portuguesa em Angola criou uma imagem favorável à política portuguesa de então.

Contudo, entre 1962 e 1963, desapareceram as declarações públicas de políticos dos Estados Unidos em relação à questão colonial portuguesa nas ex-colónias africanas;

⁶⁵ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 111.

aumentou a exportação de material militar para Portugal; a discricção nos contactos entre a Administração norte-americana e Holden Roberto foi evidente.

George Ball, subsecretário de John F. Kennedy e a favor da corrente europeísta, que tinha tido intervenções moderadas em relação a Goa, esteve em Lisboa, em agosto de 1963, para conversar com António de Oliveira Salazar e Franco Nogueira sobre o plano de descolonização gradual, com um período de preparação das populações africanas.

Em setembro de 1963, George Ball esteve novamente em Lisboa, onde recebeu um documento que definia Portugal como “país geograficamente separado mas unitário nacionalmente” com “sociedade multirracial e paritária”. De regresso aos EUA, reuniu-se com presidente John F. Kennedy, com alguns membros do National Security Council e com o recém-nomeado embaixador em Lisboa, almirante George Anderson.

George Ball, subsecretário de Estado norte-americano para os Negócios Estrangeiros, escreveu ao Presidente do Conselho português, António de Oliveira Salazar, no mês de outubro de 1963, com o intuito de promover a autodeterminação das ex-colónias africanas de Portugal, tendo em conta a salvaguarda dos interesses norte-americanos, numa tentativa de evitar que aquelas caíssem sob influência comunista, como veio a acontecer após a independência política. A resposta de Salazar foi dada numa carta com data de 29 de fevereiro de 1964:

Ora nós temos neste ponto três graves queixas que não têm sido ouvidas nem atendidas:

1.^a – os territórios ultramarinos portugueses não são, não eram territórios dependentes mas politicamente integrados num Estado que nessa forma constitucional foi admitido sem discrepância nas Nações Unidas;

2.^a – nas moções votadas referentes a Portugal a autodeterminação não tem sido a escolha de opções diversas, conforme prescreve a Carta, mas a imposição de uma só – a independência;

3.^a – no tocante aos territórios portugueses (pelo menos em relação a estes) a independência imediata que se tem exigido recusa a natural evolução dos povos e a existência de uma formação esclarecida.

Isto é, nós queixamo-nos do objeto, do modo e do tempo quanto à aplicação a territórios portugueses dessa mola da evolução política do mundo. E podíamos queixar-nos ainda de que a chamada autodeterminação está sendo procurada através de todos os meios de pressão externa, como se a vontade de outros povos possa substituir-se à única válida das populações interessadas.⁶⁶

⁶⁶ *Revista Expresso*, 12 de novembro de 1994, pp. 106-108; Diogo Freitas do Amaral, *A tentativa falhada de um acordo Portugal–EUA sobre o Ultramar português (1963)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

O plano para a descolonização de Angola apresentado pelos Estados Unidos ao Governo português, em 1963, foi recusado⁶⁷. O plano previa assistência financeira, formação de partidos políticos, realização de eleições/referendo e a independência política, na década de 1970, altura em que Marcelo Caetano, relativamente à independência de Angola à “rodesiana”, considerou que a ideia não colocava fim à oposição a nível “internacional, como no caso da própria Rodésia se tem visto”⁶⁸.

1.4 Asiáticos

A descolonização foi um acontecimento importante do século XX, tendo a primeira fase sido levada a cabo na Ásia, entre 1945 e 1955, o que possibilitou aos representantes da Índia, do Paquistão, da Indonésia, do Ceilão e da Birmânia, reunidos em Ceilão, analisar a política internacional, em abril de 1954. Em dezembro daquele ano, voltaram a reunir-se em Bogar, na Indonésia, para agendarem a data da Conferência de Bandung, inaugurada no dia 18 de abril de 1955, que teve repercussões nos movimentos de libertação. No seu comunicado final de 24 de abril de 1955, enunciou os princípios da coexistência pacífica: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; não-agressão mútua; não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados; igualdade; benefício mútuo⁶⁹. Bandung foi o ponto de partida do movimento dos não-alinhados, por iniciativa do Marechal Tito (1892-1980), da Jugoslávia, de Gamal Abdel Nasser (1918-1970), do Egito, e de Jawaharlal Nehru (1889-1964), da Índia.

Porém, os discursos de encerramento mostraram, entretanto, pontos de vista diferentes, designadamente a definição de colonialismo. Os delegados do Ceilão, do Irão e do Paquistão sugeriram que a resolução final deveria condenar o imperialismo soviético como forma de colonialismo, razão pela qual foi condenado o colonialismo em todas as suas formas. A transferência, para África, do centro de gravidade do anticolonialismo definido em Bandung inspirou um conjunto de ações de apoio ao direito dos povos à independência, ajuda aos estudantes afro-asiáticos e ao proletariado.

⁶⁷ Luís Nuno Rodrigues, “O homem do presidente: George Ball em Lisboa, 1963”, *História*, 61, novembro de 2003, pp. 22-27; Luís Nuno Rodrigues, “Missão impossível: o Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965”, *Relações Internacionais*, março de 2004, pp. 99-112.

⁶⁸ Marcelo Caetano, *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973, p. 36.

⁶⁹ Carmen Amado Mendes, “República Popular da China”, in Maria Raquel Freire (coord.), *op. cit.*, p. 354.

Após a Segunda Guerra Mundial, a China, no seu discurso diplomático, posicionou-se a favor dos países do então Terceiro Mundo. Para o auxílio chinês com sucesso, a unificação dos movimentos de libertação numa frente única era essencial⁷⁰. A China apoiou o nacionalismo africano, incluindo o angolano, através do movimento afro-asiático, mas o maoísmo não progrediu como era desejado pelos chineses⁷¹.

Eduardo Macedo dos Santos e Viriato da Cruz, membros do MPLA, visitaram aquele país asiático, em agosto de 1960, para participarem em jornadas de solidariedade para com o movimento anticolonial. A primeira ajuda monetária foi dada a Viriato da Cruz e Eduardo Macedo dos Santos, em outubro de 1960⁷². A segunda viagem à China para obter apoios foi levada a cabo por Viriato da Cruz, em janeiro de 1961. Dez anos depois, em julho, a delegação do MPLA, chefiada por Agostinho Neto, de que faziam parte Lúcio Lara, Alberto Neto, Ananias Escórcio e António Condessa de Carvalho, visitou a China, país para onde tinham sido enviados alguns guerrilheiros do MPLA para estágios militares⁷³.

Em 1963, Holden Roberto, com 40 anos de idade, manteve contactos com a China. Com a diminuição do apoio americano à FNLA, Holden Roberto passou a contar com ajuda chinesa, que se prolongou até à década de 70⁷⁴. Entretanto, em 1973 e em 1974, em busca de apoio, Holden Roberto visita a China, acompanhado por Eduard Pinnock, Samuel Abrigada e Mateus Neto.

Em entrevista concedida a José Antunes, na década de 1990, no Bailundo, Jonas Savimbi realçou a ida à China⁷⁵, em 1967, quando tinha 33 anos de idade. A ajuda chinesa foi importante para organizar a guerrilha e a logística da UNITA. As aulas que alguns militantes daquele movimento angolano tiveram no país asiático contemplavam política, ideologia, estratégia, engenharia técnico-militar (carreira de tiro e tática),

⁷⁰ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo SC, CI (2) “Relatórios recebidos da Delegação de Angola”, NT 7921-7924, folhas 3-5.

⁷¹ Jung Chang e Jon Halliday, *Mao. A história desconhecida*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 635.

⁷² Joaquim Pinto de Andrade, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 93; *História do MPLA, 1.º volume*, p. 310.

⁷³ *História do MPLA, 2.º volume 1967-1976*. Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p. 27.

⁷⁴ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 11.32.F/3 “China Comunista”, NT 1863, folha 72; Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas, 1945-1995. Cronologia e documentos*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, p. 204.

⁷⁵ Jonas Savimbi, “Arte de resistir”, in José Freire Antunes, *A guerra de África, 1961-1974*, vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1996, p. 95.

topografia, natação e o pensamento de Karl Marx, Engels, Lenine, Mao Tsé-Tung e Ho Chi Min. Em 1968, Jonas Savimbi recebeu ajuda, em Lusaka, da embaixada da China.

1.5 Soviéticos, Cubanos e aliados

A União Soviética, Federação Russa desde setembro de 1991, tornou-se uma força política mundial, apresentando-se, assim, como um “projeto alternativo da modernidade”⁷⁶. Originou diversas formas de comunismo, designadamente o comunismo jugoslavo de “autogestão”; o checoslovaco “da primavera de Praga”; o chinês da “revolução cultural”; e o cubano de eliminação das “relações de mercado”⁷⁷. Relativamente ao comunismo como ideologia, a partir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels (1820-1895), emerge o marxismo, que teve autoridade até ao século passado.

O marxismo, desenvolvido pela releitura de Marx por Lenine, foi transformado na ideologia oficial que irá corporizar-se na URSS, Estado comunista, considerado “farol do socialismo” para uns, “império do mal” para outros⁷⁸. Lenine, por sua vez, acrescentou ao marxismo a teoria do imperialismo, que transformou o dualismo social da luta de classes dos operários contra o capitalismo.

De facto, a União Soviética apelou para o combate ao imperialismo, assim como para a formação do movimento contra o colonialismo, prometendo apoio aos movimentos anticoloniais; exortou à criação de uma frente anti-imperialista, assunto retomado no congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)⁷⁹, na década de 1950. Em 1956, teve lugar a dissolução oficial do Cominform⁸⁰, os estudos africanos

⁷⁶ Nelson Maldonado-Torres, “A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina e Centro de Estudos Sociais, 2009, pp. 344 e 357.

⁷⁷ Gilles Martinet, *Os cinco comunismos: russo, jugoslavo, chinês, checo, cubano*. Lisboa: Europa-América, 1975.

⁷⁸ José Milhazes, *Samora Machel. Atentado ou acidente? Páginas desconhecidas das relações sovieto-moçambicanas*. Lisboa: Alêtheia, 2010, p. 121.

⁷⁹ Designação utilizada pelo partido bolchevique soviético (1952-1991). Partido único da URSS até 1991, altura em que a sua desintegração deu origem a 15 Estados independentes. John Bradley, *União Soviética. A perestroika*. Rio Tinto: ASA, 1989, p. 7; Henry Kissinger, *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 612.

⁸⁰ Organização de partidos operários de esquerda, criada por Vladimir Ilitch Ulianov, Lenine, em 1919 e dissolvida por Estaline, por pressão dos Estados Unidos e da Inglaterra, em 1943, aprovada no Congresso Constituinte de 1919, em Moscovo, apenas indicava a Europa, a América e a Ásia. Ao ser criado o Comité de Operário Negro, na década de 20 do século XX, e com a realização da primeira conferência, em 1930, em Hamburgo, o continente africano é referido por causa do colonialismo. A Associação

passaram a ser coordenados pela Academia de Ciências e executados pelo Instituto de Estudos Orientais da Academia de Ciências, que elaborou o plano de investigação sobre África, incluindo Angola e Moçambique, para ser implementado entre 1957 e 1960. Em 1959, foi reconhecido, pelas autoridades políticas portuguesas de então, que a URSS “em África procura, antes de mais, conseguir que a África expulse o Ocidente”⁸¹.

Entretanto, a reunião da Federação Sindical Mundial em Praga, em março de 1956, votou a resolução sobre a independência dos povos coloniais; o conselho geral, em Sófia, capital da Bulgária, entre os dias 27 de setembro e 3 de outubro de 1956, tratou da luta contra o colonialismo, tema do congresso do sindicato, em outubro de 1957, em Leipzig. Naquele ano, os representantes comunistas da Argélia, de Marrocos e da Tunísia assinaram em Moscovo, com delegados de outros partidos comunistas, uma declaração conjunta para a colaboração mútua, numa fase em que o PIB da URSS e dos seus aliados era de cerca de 25 000 milhões de dólares, tendo disponibilizado cerca de 1900 milhões de dólares para fins militares⁸².

A República Democrática Alemã (RDA) forneceu apoio técnico, militar e diplomático aos movimentos de libertação⁸³. Entretanto, a convite do Comité de Solidariedade Afro-Asiática, Viriato da Cruz visitou aquele país, onde contactou, em fevereiro de 1961, com os membros da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)⁸⁴ Bernard Dombele e Pascoal Luvualu, estudantes, com os quais tinha mantido correspondência em 1960. Um dos temas tratados foi a unidade entre o MPLA e a UNTA. Este desejo será concretizado com constituição da Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA), para formar uma frente comum contra o colonialismo português, em 1963, já sem Viriato da Cruz no MPLA.

Soviética de Amizade com os Povos Africanos, criada em Moscovo em 1939, teve como objetivo levar a cabo reuniões, edições de livros de autores africanos, assim como a difusão, em África, sobre a URSS.

⁸¹ *Diário de Lisboa*, 27 de fevereiro de 1959, p. 1.

⁸² Alejandro Botzàris, *África e o comunismo*, vol. 1. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 56-59.

⁸³ José Medeiros Ferreira, “Os militares no poder e as relações internacionais”, *Revista da História das Ideias*, Coimbra, volume XVI, 1994, pp. 487-506; Tilo Wagner, “Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos”, *Relações Internacionais*, setembro de 2006, pp. 79-89.

⁸⁴ No plano internacional, a UNTA contou com ajuda de associações dos países socialistas com o objetivo de denunciar a falta de liberdade sindical e de justiça social, apoiar a luta para a independência política, as reivindicações dos camponeses e operários de Angola. Comunicado da UNTA à imprensa, *Le Courrier D’Afrique*, edição de 19/10/1961, com o título: “Os trabalhadores angolanos refugiados em Léopoldville decidem-se a uma ação conjunta de libertação nacional”, ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 11.27.C “UNTA-União Nacional dos Trabalhadores Angolanos”, NT 1858, folhas 187-188.

Algumas escolas e universidades em Moscovo, Budapeste, Varsóvia e Berlim Oriental eram frequentadas por bolsheiros africanos, recrutados em Paris, Grenoble, Bruxelas, Neuchatel, Roma, Oxford, Cambridge e Londres. Alguns estudantes provenientes dos países africanos e asiáticos frequentavam o Instituto de Estudos Económicos e Sociais, em Praga. O maior número de estudantes, de que faziam parte algumas mulheres, era proveniente dos países da África Ocidental e Equatorial, da União Indiana e da Argélia. Relativamente aos países africanos lusófonos, em 1958, Angola tinha dois estudantes e Moçambique apenas um estudante⁸⁵.

Entretanto, o facto de alguns países não terem sido potências coloniais em África foi um argumento utilizado na sedução dos movimentos de libertação, nomeadamente o MPLA, para se aproximarem do modelo político socialista, considerado na altura a proposta que oferecia a possibilidade para a criação do “Homem novo”.

Em 1961, teve lugar a conferência dos países não-alinhados, em Belgrado, que não conseguiu formar uma força independente de paz, nem posicionar-se fora dos blocos formados pelos EUA e a URSS. As relações entre os Estados Unidos e a União Soviética tornaram-se claramente menos tensas (desanuviamento), embora não significando necessariamente que os diferendos existentes tivessem sido resolvidos.

Mário Pinto de Andrade, presidente do comité diretor do MPLA até 1962, pediu auxílio material aos Jugoslavos; em março de 1961, visitou Belgrado, depois de ter mantido contacto com o representante diplomático da União Soviética em Léopoldville, enquanto Holden Roberto visitava Londres e Washington.

Em 1963, a União Soviética ajudou material e financeiramente o MPLA, no valor de 50 mil dólares e, dez anos depois, a ajuda foi de 220 mil dólares, encaminhada através do Fundo Sindical Internacional de Ajuda às Organizações Operárias de Esquerda, com sede na Roménia⁸⁶. Agostinho Neto visitou a União Soviética, Roménia, Checoslováquia, Hungria, Bulgária e Jugoslávia para pedir ajuda militar e dar a conhecer o estado da luta contra a soberania portuguesa em Angola, isto é, a descolonização (entendida como o fim das instituições coloniais e do seu poder).

Alguns membros da juventude do MPLA (cuja identidade não foi possível apurar) estiveram em Moscovo, em agosto de 1964, no Fórum Mundial da Juventude, que aprovou a criação de um comité internacional de ajuda, reconheceu o 4 de Fevereiro

⁸⁵ Alejandro Botzàris, *op. cit.*, p. 319.

⁸⁶ José Milhazes, *Angola. O princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Vega, 2009, p. 55.

como data de início da insurreição armada em Angola, recomendando a sua comemoração como forma de solidariedade para com o MPLA.

Mais de uma centena de estudantes naturais de Angola que faziam parte do MPLA encontravam-se na Alemanha de Leste, Bulgária, Cuba, Roménia, Checoslováquia, União Soviética e Jugoslávia, em 1964⁸⁷. Foram também enviadas para os países socialistas algumas mulheres, nomeadamente Ana Wilson, Luísa Gaspar e Maria Mambo Café. Em setembro de 1964, um navio atracou em Ponta Negra, com material de guerra enviado pela URSS, que depois foi transportado para Congo-Brazzaville e para a Tanzânia⁸⁸. No que diz respeito aos emblemas, assim como as primeiras pistolas utilizadas para a segurança pessoal dos militantes do MPLA, são provenientes da Checoslováquia, país que acolheu guerrilheiros daquele movimento angolano para treino durante meio ano, em 1964. A primeira visita realizada naquele país para obter apoios foi levada a cabo por Viriato da Cruz, secretário-geral do comité diretor do MPLA (1960-1962), em janeiro de 1961.

Porém, a décadas de 60 e 70 do século XX foram de grandes mudanças em África. Entretanto, o comunismo teve uma enorme influência no continente africano e ajudou a criar novos Estados. São de salientar também as revoluções sociais na Etiópia, no Madagáscar e a opção de alguns países africanos, como o Congo, o Benim e as ex-colónias portuguesas em África, pela orientação política marxista-leninista e pelo partido único. Deste modo, a ajuda soviética e dos seus aliados, nomeadamente de Cuba, foi crucial para a criação do Estado angolano liderado pelo MPLA.

Em 1960, Viriato da Cruz manteve contactos com Cuba, com o Comité de Libertação da Costa do Marfim e com a União das Populações dos Camarões, país que, juntamente com a Guiné-Conacri, foi importante para a penetração comunista nas ex-colónias francesas africanas. O contacto cubano com o MPLA foi levado a cabo com ajuda de diplomatas⁸⁹ das embaixadas de Cuba na Argélia, no Egito, na Guiné-Conacri e na Tanzânia. Cuba levou a cabo uma política de ajuda técnica e militar aos movimentos de libertação de África, utilizando receitas provenientes do açúcar. Desde 1964, Cuba instruiu guerrilheiros angolanos do MPLA, numa altura em que foi instalado um *bureau*

⁸⁷ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 3852 CI (2) “Infiltração comunista no Ultramar”, 1.º vol., NT 7296-7304, folha 267.

⁸⁸ *História do MPLA 1.º vol.*, pp. 309-310.

⁸⁹ Cerca de 75% dos diplomatas cubanos no estrangeiro eram agentes dos serviços secretos. Juan Vivés, *Os donos de Cuba*. Lisboa: Europa-América, [s/d], p. 265.

sob a direção de Ernesto “Che” Guevara, com o intuito de promover o estudo, troca de informação sobre África e ajudar os movimentos de libertação.

Durante a sua estada em África, “Che” Guevara, ao visitar Congo-Brazzaville, em 2 de janeiro de 1965, visitou os escritórios do MPLA em Brazzaville. “Che” conversou com dirigentes do MPLA e com Massemba Débat, que criou um governo após a queda do executivo chefiado por Fulbert Youlou, no Congo-Brazzaville. O novo Governo congolês, considerado progressista, criou também condições para que o MPLA tivesse uma sede após a sua expulsão de Léopoldville.

Em fevereiro de 1965, seis cubanos, especialistas em guerrilha, foram enviados para a Tanzânia, onde estabeleceram centros para treinar os guerrilheiros, com apoio da embaixada cubana naquele país africano. Cuba, no segundo semestre de 1965, enviou alguns instrutores, sob o comando do capitão Rafael Moracem Limonta (conhecido também por Quitafusil), que ficaram em Cabinda. Os instrutores cubanos treinaram guerrilheiros que integraram a I.^a Região e ajudaram na abertura da III.^a Região na fronteira com a Zâmbia. Naquela altura, o MPLA recebeu também ajuda de material de guerra, alimentos e medicamentos por intermédio da República Popular do Congo, proveniente de países socialistas.

Em 1967, foi decidido criar escolas para a formação de quadros políticos dos movimentos de libertação em Cuba, na Guiné-Conacri e na Coreia. Pablo Ribalta Perez, Jorge Serguera Rivera e Armando Entralgo González, diplomatas cubanos em África, foram consultados por Fidel Castro para nomear uma comissão para ajudar os movimentos de libertação, em 1968.

Cuba auxiliou os guerrilheiros do MPLA que se encontravam em Cabinda. Jorge Risquet Valdés, militar cubano que acompanhou “Che” Guevara, ajudou na preparação da guerrilha do movimento liderado por Agostinho Neto⁹⁰. Humberto Vasque Mancebo, conhecido também por Rafael Moracem Limonta, foi um dos militares cubanos que no Congo-Brazzaville (1965-1967) prestou assessoria militar e política ao MPLA.

Em março de 1968, alguns cubanos que estavam por conta do Governo do Congo-Brazzaville deram instrução militar aos guerrilheiros do MPLA. Outros guerrilheiros foram treinados em Cuba. Quanto às relações entre o Governo congolês e Cuba, destacamos o facto de os congoleses não tomarem qualquer decisão sem consultar primeiro os técnicos militares cubanos, presentes em Dolisie e Kimongo, dois

⁹⁰ Jorge Risquet, *in* Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 333.

acampamentos do MPLA no Congo-Brazzaville. A PIDE dispunha de alguma informação sobre o apoio cubano aos movimentos de libertação em África, nomeadamente ao movimento de libertação liderado por Agostinho Neto⁹¹.

Entretanto, a ajuda soviética ao MPLA foi retomada em agosto de 1974 e, naquela altura, os Estados Unidos viam com entusiasmo a substituição de Agostinho Neto na chefia do movimento angolano por ele dirigido. A União Soviética ajudou a RPA no aconselhamento militar e na formação de quadros militares e civis. Os soldados e oficiais cubanos tiveram um papel crucial na assistência política, militar, médica e educacional em Angola, como demonstram os documentos assinados entre os dois países, designadamente os acordos de cooperação e a declaração de 19 de março de 1984 sobre a presença de tropas cubanas no território angolano.

⁹¹ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 38 52 CI (2) “Infiltração Comunista no Ultramar Português”, NT 7296-7304, folhas 26 e segs.

2. “Epifania” do Movimento Popular de Libertação de Angola

Não é conhecido nenhum documento que prove a fundação do MPLA em 10 de dezembro de 1956. O Manifesto de dezembro de 1956, cuja paternidade foi atribuída ao primeiro secretário-geral do MPLA (1960-1962), Viriato da Cruz, e que refere o “amplo Movimento Popular de Libertação de Angola” é visto como o conjunto dos vários movimentos clandestinos existentes em Luanda, nomeadamente o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Partido Comunista Angolano (PCA), o Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA) e outros grupos que atuavam clandestinamente em Luanda⁹².

O PCA foi criado em novembro de 1955, no Largo Ramada Curto, em Luanda, por António Jacinto, Viriato da Cruz, Mário António de Oliveira e Ilídio Machado. Manteve ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1956, o PCA foi transformado em PLUAA⁹³. Na década de 50, foram criados o MIA, o MLA e o MLNA. Em 1957, Viriato da Cruz viaja para Lisboa e depois para Paris, em outubro desse ano⁹⁴. Em 1958, Matias Miguéis parte de Luanda para o Congo; foi criado em Luanda o segundo PCA, de que faziam parte alguns membros da Sociedade Cultural de Angola (SCA), fundada em 1942, que reuniu progressistas com profissões liberais, simpatizantes da luta dos operários e dos camponeses, formando um grupo heterogéneo⁹⁵.

No testemunho com o título: “1956 – O ano da viragem (2) – depoimento”, publicado em 1982, em Luanda, Ilídio Machado afirmou que o MPLA foi criado em 1956, naquela cidade, tendo rejeitado as questões raciais e optando “pela luta de

⁹² Amadeu José Freitas, *Angola: o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes Editora, 1975, pp. 102-104; John Marcum, *The Angolan revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: MIT Press, 1969, vol. 1, p. 27 e segs.; René Pélissier, *La colonie du minotauro, nacionalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978, pp. 244-245.

⁹³ Mário de Andrade mencionou duas datas para a criação do PLUAA: 1953 e 1956. Mário de Andrade, “Et les colonies de Salazar”, *Démocratie Nouvelle*, vol. 14, n.º 9, setembro de 1960, refere a data de 1956; Mário de Andrade, “Le nationalisme angolais”, *Présence Africaine*, n.º 42, 1962, afirma que o PLUAA foi criado em 1953. Mário de Andrade, *Liberté pour l’Angola*. Paris: François Maspero, 1962, p. 16.

⁹⁴ Foi funcionário público no Liceu Diogo Cão, de Sá da Bandeira, em 1951, com 23 anos de idade, de onde foi afastado por razões políticas. Ao regressar a Luanda, com a ajuda de António Jacinto, empregou-se na Singer. Para mais informações sobre a sua vida e percurso, consultar Edmundo Rocha, Francisco Soares, Moisés Silva Fernandes, *Angola: Viriato da Cruz, o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 – Beijing (China) 1973*. Lisboa: Prefácio, 2008.

⁹⁵ Américo de Carvalho, *Angola, anos de esperança*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001, p. 88.

classes”⁹⁶. Para Edmundo Rocha “Esta tese (...) pretendia criar uma anterioridade e interioridade histórica em relação ao nascimento, em 1958, da UPA, em Léopoldville”⁹⁷.

André Franco de Sousa disse ter sido um dos fundadores do MPLA, juntamente com Ilídio Machado, Viriato da Cruz, Matias Miguéis e Higinio Aires. Relativamente à sigla MPLA, diz que foi mantida em segredo: “O MIA e o MPLA eram exatamente a mesma coisa e digo ter combinado com o Ilídio Machado mantermos o nome do MPLA em segredo.”⁹⁸ Para Saydi Mingas, ministro das Finanças da RPA (1975-1977), o MPLA surgiu com Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Hugo de Meneses, Eduardo Macedo dos Santos e Agostinho Neto. Saydi Mingas reconheceu, após o 25 de Abril de 1974, que o grande ideólogo foi Viriato da Cruz.

Na verdade, Lúcio Lara, no *memorandum* que enviou ao *bureau* político do Neo Destour (partido tunisino), em Tunes, redigido em francês, com data de 26 de dezembro de 1959, referiu a ação da UPA e do MPLA, citação que “não confirma necessariamente a existência do MPLA como uma organização política formal”⁹⁹. Numa entrevista que o histórico do MPLA concedeu, em Luanda, em fevereiro de 1995, ao investigador brasileiro Marcelo Bittencourt, Lúcio Lara afirmou:

O nome [MPLA], realmente, só aparece em 59, a primeira vez que aparece em público internacionalmente... Então há essa primeira divulgação do MPLA, que é feita até, creio, no jornal *Avant-garde*, em 59, e daí em diante, começamos, embora agindo em nome do MAC [Movimento Anticolonialista]¹⁰⁰, começamos pouco a pouco.¹⁰¹

Durante a sua permanência na Tunísia, Lúcio Lara, com 30 anos de idade, manteve contactos com organizações pan-africanas, afro-asiáticas e com o Governo provisório revolucionário da Argélia; convidou Deolinda Rodrigues – que se encontrava no Brasil, desde fevereiro de 1959, a estudar no Instituto Metodista em S. Paulo – por carta de 5 de

⁹⁶ *Revista Angolana Novembro*, outubro de 1982, p. 25.

⁹⁷ Edmundo Rocha, *Angola. Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964). Testemunho e estudo documental*. Luanda: Kilombelombe, 2003, p. 221.

⁹⁸ André Franco de Sousa, *Angola. O apertado caminho da dignidade*. Lisboa: Edição de Autor, 1998, p. 42. André Franco de Sousa, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 58.

⁹⁹ Julião Soares Sousa, “MPLA: da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)”, *Latitudes*, n.º 28, dezembro 2006, p. 11; consultar também Carlos Pacheco, *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega, 1997.

¹⁰⁰ Foi criado em 1958 a partir do Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), por Agostinho Neto e Amílcar Cabral, para procurar apoios junto dos afro-asiáticos. Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Vega, 2011, p. 129.

¹⁰¹ Marcelo Bittencourt, “A criação do MPLA”, *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro), 32, dezembro de 1997, p. 19.

janeiro de 1960, para aderir ao MAC. Em resposta, em janeiro de 1960, esta aceitou e enviou também o endereço de Matias Miguéis, residente na República do Congo¹⁰².

No que respeita às ex-colónias portuguesas, participaram na Conferência dos Povos Africanos, realizada de 25 a 29 de janeiro de 1960, em Tunes, representantes da UPA e do MAC, representados por Holden Roberto e Lúcio Lara, respetivamente. A credencial que Lúcio Lara utilizou para participar na conferência foi assinada por Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Viriato da Cruz, com data de 6 de dezembro de 1959. Lúcio Lara apelou para a libertação dos presos políticos, para a realização de sessões de solidariedade para com os povos sob dominação colonial, para a independência política das ex-colónias portuguesas.

Por seu turno, Holden Roberto criticou a política do Estado Novo em Angola, descrevendo a situação social e económica que aí se vivia, defendendo a independência do país no quadro da unidade africana¹⁰³. O PCP, ao referir-se aos membros das organizações clandestinas que foram presos, em 1959, na cidade de Luanda, e que vieram a fazer parte do “Processo dos 50”, menciona a ação do MAC, que denunciou o colonialismo português em Tunes e Conacri¹⁰⁴.

O documento dado a conhecer por Lúcio Lara, com a data de abril/maio de 1960, relata a conversa que teve com Manuel Pedro Pacavira. Nesse documento, consta que o MINA, liderado por José Bernardo Domingos, foi criado em Luanda em 1959 e que, em 1960, Agostinho Neto foi nomeado dirigente do MINA. Tinha postos nas províncias do Uije e de Malanje. Segundo Edmundo Rocha, em maio de 1960, foi convertido em MPLA¹⁰⁵. Procurou manter contacto com os países africanos e europeus¹⁰⁶. Agostinho Neto e Joaquim Pinto de Andrade tinham sido convidados para fazer parte do MINA por Bernardo Joaquim Silas, David Bernardo d’Eça de Queirós e Cândido Fernandes da Costa¹⁰⁷.

¹⁰² Lúcio Lara, *Documentos e comentários para a história do MPLA até fevereiro 1961*, vol. I. Lisboa: Edição D. Quixote, 1999, pp. 315 e 323.

¹⁰³ A versão integral dos discursos (em língua francesa) pronunciados por Lúcio Lara e Holden Roberto, em Tunes, em janeiro de 1960, encontram-se no Arquivo do AHD/MNE, PAA, Maço 225. A versão do discurso de Lúcio Lara na Conferência de Tunes está disponível em ATD, Arquivo Lúcio Lara.

¹⁰⁴ *O Avante!*, série VI, n.º 288, março/abril de 1960, p. 2.

¹⁰⁵ Edmundo Rocha, *Angola, op. cit.*, p. 274.

¹⁰⁶ Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, p. 466; Edmundo Rocha, *O clube marítimo africano: a sua contribuição para a luta pela independência nacional*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, 1998, pp. 31-32.

¹⁰⁷ Adriano João Sebastião, *Dos campos de algodão aos dias de hoje*. S/I: Edição de Autor, 1993, pp. 68-85. A lista dos membros do MINA está reproduzida em Maria Eugénia Neto e Irene Neto (coord.),

2.1 Presidência de Mário Pinto de Andrade

Após a Conferência de Tunes, foram analisados o programa e os estatutos do MPLA, criados por Viriato da Cruz e depois debatidos num encontro que juntou Hugo de Meneses, Lúcio Lara, Mário de Andrade e o próprio Viriato da Cruz, considerado um dos primeiros maoistas africanos, pois criticou a democracia liberal e defendeu a militância revolucionária profissional, a democracia centralizada, hierarquizada com cabeça, tronco e membros. Era da opinião de que o revolucionário devia conhecer as questões protocolares, diplomáticas e a política internacional, agindo sempre em nome do movimento de que fazia parte.

A este respeito, é de referir que, em março de 1960, Mário de Andrade e os seus companheiros estavam empenhados em internacionalizar a questão angolana e em criar um comité de amigos para o apoio à independência de Angola¹⁰⁸. Naquele ano, o MPLA apelou para o Estado português, por meio de cartas (com datas de 13 e 30 de junho), no sentido de estabelecerem conversações. Estas cartas são consideradas os primeiros documentos oficiais que Mário de Andrade assinou na qualidade de presidente do MPLA. A tentativa de conversação com o Estado Novo português foi recusada e, nessa altura, João César Correia, membro da UPA, contactou com o cónego Manuel das Neves.

O documento, assinado por Viriato da Cruz e Mário de Andrade, com data de 12 de julho de 1960, dirigia outro apelo ao Estado Novo português para conversações, que não chegaram a ter lugar. O documento faz menção das prisões levadas a cabo em Luanda, Malanje, Lobito e Ndalatando. É também referida a prisão de Agostinho Neto, “um líder do MPLA”, e o padre Joaquim de Andrade é aí mencionado como “personalidade bem conhecida pelas suas tomadas de posição anticolonialistas”¹⁰⁹. Na verdade, o MPLA empenhou-se para que fossem implementadas, em 1960, medidas diplomáticas contra o Estado português, assim como ajuda para a libertação dos presos políticos¹¹⁰.

Na realidade, Lúcio Lara lamentou, numa carta dirigida a Viriato da Cruz, o facto de não existir gente do MPLA no Congo, cuja estruturação provisória permitiu

Agostinho Neto e a libertação de Angola, 1949-1974. Arquivos da PIDE/DGS. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2012, pp. 97-100.

¹⁰⁸ Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara, de 16 de março de 1960. Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, p. 431.

¹⁰⁹ *História do MPLA*, 1.º vol., *op. cit.*, pp. 457-458.

¹¹⁰ Intervenção de Viriato da Cruz, em nome da delegação de Angola, na 2.ª Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, 11 a 15 de abril de 1960, Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, p. 457.

criar o Departamento de Relações Exteriores, dirigido por Mário de Andrade até 1963 e de que faziam parte Américo Boavida, Hugo de Meneses e Luís de Almeida¹¹¹.

O primeiro comité diretor do MPLA foi formado em Conacri em 9 de julho de 1960. Agostinho Neto consta da lista como “vice-presidente do MPLA” e “presidente do *presidium* de honra”, juntamente com outros angolanos que se encontravam presos por pertencerem ao MIA, ao MLNA e ao MLA, como prova o quadro que reproduzimos a seguir:

¹¹¹ Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara, de 16 de março de 1960. Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, pp. 505, 705-706.

Quadro 1 - Comité Diretor do Movimento Popular de Libertação de Angola (1960)

<p>Departamento de Assuntos Interiores: Matias Miguéis Luís de Azevedo Júnior Viriato [Clemente] da Cruz</p>	<p>Comité Diretor (em exercício): Mário de Andrade Eduardo Macedo dos Santos Lúcio Lara Hugo de Meneses Matias Miguéis Luís de Azevedo Júnior Viriato da Cruz</p>
<p>Departamento de Assuntos Exteriores: Diretor-Geral: Mário [Pinto] de Andrade Adjuntos: Américo [de Barros e Assis] Boavida Luís de Almeida Hugo [Azancot] de Meneses</p>	<p>Presidente do Comité Diretor: Mário de Andrade</p>
<p>Departamento Defesa e Segurança: Diretor Geral: Lúcio [Rodrigo Leite Barreto de] Lara Adjuntos: Eduardo Macedo dos Santos Viriato da Cruz Matias Miguéis</p>	<p>Vice-presidentes: [António] Agostinho Neto Ilídio [Tomé Alves] Machado</p>
<p>Departamento Assuntos Sociais e Económicos: Diretor-Geral: Eduardo Macedo dos Santos Adjuntos: Lúcio Lara Luís de Azevedo Júnior</p>	<p>Presidium de Honra: Carlos [Alberto Pereira dos Santos] Van Dúnem Manuel dos Santos Júnior João Lopes Teixeira [Carlos Aniceto] Vieira Dias (Liceu) Gabriel [Francisco] Leitão Pereira Noé da Silva Saúde Higino Aires [Alves de Sousa] Nobre [Pereira] Dias [Fernando] Pascoal da Costa [Sebastião] Gaspar Domingos Joaquim Figueiredo Florêncio Gaspar Belarmino Van Dúnem Francisco [José Pereira] Africano Garcia [Lourenço Vaz] Contreiras Pedro Bengé</p>
<p>Departamento de Informação e Cultura: Diretor-Geral: Hugo de Meneses Adjuntos: Mário de Andrade Luís de Azevedo Júnior Ivo Loio</p>	<p>Presidente do Presidium de Honra: Agostinho Neto</p>
	<p>Vice-presidente do Presidium de Honra Ilídio Machado</p>

Fonte: Lúcio Lara, vol. 1, *op. cit.*, pp. 505-506.

Em termos políticos, João Cabral, membro da Convenção Política de Goa, preparou uma conferência de imprensa que veio apresentar na Câmara dos Comuns, em Londres, em dezembro de 1960, em nome do MPLA, do Partido Africano de Independência (PAI), de duas outras organizações nacionalistas da Guiné e da Convenção Política de Goa, órgão coordenador de várias organizações nacionalistas goesas. Foi este membro da Convenção Política de Goa que, com o comunicado de 10 de fevereiro de 1961, reconheceu, em Londres, que a situação em Angola era grave. No dia anterior, na capital britânica, emitiu outro comunicado com o título “Angola. Massacre racial”¹¹².

Lúcio Lara, de Conacri, na ausência de Viriato da Cruz, escreveu uma carta, em junho de 1961, para a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO),

¹¹² Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, pp. 591-593.

relativamente à semana de solidariedade para com Angola, organizada pelo secretariado afro-asiático, referindo os esforços políticos daquele movimento no combate “para liquidação do colonialismo português”¹¹³.

2.1.1 Em busca da unidade política

Durante o ano de 1960, foi levada a cabo por Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Lúcio Lara, Eduardo Macedo dos Santos e Hugo de Meneses¹¹⁴, sem sucesso, a tentativa para a criação de uma frente comum com a Aliança dos Naturais do Zombo (ALLIAZO), formada por comerciantes bazombos (fundada em 1956, em Léopoldville), a UPA e o MPLA, este último representado em Léopoldville por António Josias, Inocêncio Martins, Jordão Aguiar, Cesário Martins e José Domingos. Neste sentido, o MPLA, em outubro de 1960, mostrou disponibilidade para iniciar negociações para formar uma frente comum “ao serviço da nossa pátria Angola”¹¹⁵.

Com o afastamento de José Domingos do MPLA e com a chegada de Mário de Andrade, proveniente de Conacri, foi possível manter contactos com o Partido Democrático de Angola (PDA) para formar uma frente, que não teve, porém, o sucesso esperado¹¹⁶. Entretanto, após o fracasso da unificação com o MPLA, o PDA fez diligências para a unidade, sem êxito, junto do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), do Movimento de Defesa dos Interesses dos Angolanos (MDIA), da Associação dos Congolezes de Expressão Portuguesa (NGUIZAKO) e da Associação dos Bacongos de Angola (NTOBAKO).

Nos meses de maio, junho e novembro de 1960, o MPLA, a partir de Conacri, apelou para a unidade para derrubar o “domínio colonial”¹¹⁷. Na verdade, o MPLA, inicialmente, não queria nem tinha “pretensão de ser o único partido angolano”¹¹⁸. O seu programa, em 1961, previa a formação de uma frente unificada para a independência política de Angola¹¹⁹. Em maio daquele ano, Mário de Andrade

¹¹³ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 11.32.M “Gana”, NT 1866, folha 17.

¹¹⁴ Na qualidade de membro do MAC, instalou-se em Conacri, em julho de 1959, com 31 anos de idade, para preparar condições para receber Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário de Andrade.

¹¹⁵ *História do MPLA*, 1.º vol., *op. cit.*, p. 531.

¹¹⁶ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.25 C/25 “FNLA”, NT 1845, folhas 172-175.

¹¹⁷ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 359/51 SC SR “Lúcio Rodrigo Leite Barreto Lara”, NT 2683, folha 443.

¹¹⁸ Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, p. 581.

¹¹⁹ *História do MPLA*, 1.º vol., *op. cit.*, p. 472.

apresentou, em Monróvia, uma proposta a Holden Roberto para a criação da frente unida, ideia que este rejeitou, bem como o apelo apresentado por Kwame Nkrumah para a união com os outros movimentos angolanos.

Portanto, a desavença com Holden Roberto deve-se também ao facto de Mário de Andrade ter classificado a ação da UPA como “nacionalismo bárbaro”¹²⁰, por causa dos massacres de 15 de março de 1961 no Norte de Angola. Holden Roberto assumiu a responsabilidade daquele acontecimento no depoimento que prestou na 4.ª Comissão das Nações Unidas sem as perguntas dos membros da Comissão na sessão de 29 de novembro de 1962¹²¹.

Holden Roberto recusa, por divergências ideológicas, o convite para participar, em Casablanca, na criação Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que realizou a 1.ª conferência entre 18 e 20 de abril de 1961, tendo sido eleitos, como presidente, Mário de Andrade; como secretário-geral, Marcelino dos Santos; e, como secretários para a informação, Aquino de Bragança e Amália Lopes Fonseca¹²².

Em 1961, no mês de agosto, o MPLA instala-se em Léopoldville, dando início também às atividades do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), com estatutos aprovados e criado com auxílio de membros do Partido Trabalhista britânico¹²³, que funcionará entre 1961 e 1963. Oficialmente, o MPLA abre as suas instalações apenas em outubro de 1961¹²⁴.

Portanto, convém destacar que a UPA, para engrossar a luta pela independência política de Angola, juntamente com a ALLIAZO e o MPLA, admitiu a formação da Associação Democrática da Juventude Angolana. Porém, em carta de 30 de outubro de 1961, a UPA demarcou-se da ideia, situação que provocou o pedido de explicações por parte do MPLA, com carta datada de 10 de novembro de 1961, sobre a atitude da UPA. Esta respondeu oito dias depois, alegando indisponibilidade, ficando assim suspensa a criação daquela associação. Mesmo assim, o comunicado do MPLA, com data de 5 de dezembro de 1961, voltou a insistir na criação de uma associação que reunisse a juventude da UPA, da ALLIAZO e do MPLA.

¹²⁰ João Paulo Nganga, *op. cit.*, pp. 130-131.

¹²¹ O depoimento integral está reproduzido em João Paulo Nganga, *op. cit.*, pp. 143-145.

¹²² Entrevista de Amália Lopes, publicada por ocasião do 50.º aniversário da CONCP, com o título: “A CONCP na primeira pessoa”, *Novo Jornal*, 15 de abril de 2011, pp. 5-7.

¹²³ Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, p. 517.

¹²⁴ *Novo Jornal*, 26 de agosto de 2011, pp. 3-5.

Os movimentos de estudantes criados pelos movimentos angolanos estão na origem da tensão política que era necessário dissipar. A União dos Estudantes Negros de Angola (UNEA) foi criada em 1964, para rivalizar com a União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa (UGEAN)¹²⁵, em 1961, que alinhava, no plano ideológico, com o MPLA, associada, desde setembro de 1961, à CONCP¹²⁶.

As várias tentativas levadas a cabo para alcançar a unidade entre os movimentos angolanos levaram Mário de Andrade a afirmar que o objetivo do MPLA era a independência política de Angola, numa altura em que os países africanos independentes, na Conferência de Lagos, em janeiro de 1962, reafirmaram o propósito da criação da OUA para pôr fim ao colonialismo, ao *apartheid*, à discriminação racial, e para estabelecer a cooperação e o desenvolvimento, princípios que estão na base da fundação daquela organização africana, em maio de 1963, em Adis Abeba, Etiópia.

Jonas Savimbi, com 28 anos de idade, referindo-se às divergências com o MPLA, destacou o facto de a FNLA ser um movimento de massas que controlava o interior e dirigia a luta armada. Relativamente ao MPLA, considerou-o um movimento de intelectuais e estudantes exilados, formado em Paris, segundo a publicação *La Semaine Africaine*, de Brazzaville, na edição de 16 de agosto de 1962.

Por sua vez, não existindo ainda unidade entre os movimentos angolanos, a Frente de Unidade Angolana (FUA), em outubro de 1962, enviou uma carta circular à FNLA, MPLA, PDA, MLEC e UNTA, considerando a formação de uma frente unida para a independência de Angola como necessária. Entretanto, o MPLA e a FNLA não deram resposta, mas a UNTA mostrou interesse¹²⁷.

¹²⁵ No segundo semestre de 1965, propôs a elaboração de um estatuto que fosse expressão da unidade entre estudantes angolanos. Aprovou a moção que analisa a situação da luta contra a política colonial/ultramarina portuguesa, considerando urgente a coordenação político-militar, a unidade e o seu reforço.

¹²⁶ Edmundo Rocha, *Angola, op. cit.*, pp. 203-210; Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009, p. 303.

¹²⁷ Sócrates Dáskalos, *op. cit.*, p.105; Lúcio Lara, *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara, vol. II, 1961-1962*. Luanda: Edição de Autor, 2006, p. 466.

2.1.2 Conferência do Cairo

A conferência realizada na capital do Egito, em março de 1961, inaugurada pelo presidente Gamal Abdel Nasser, contou com a participação de Mário de Andrade e Holden Roberto, segundo notícias publicadas na imprensa local¹²⁸. Aquela reunião criou comissões para discussão da independência política dos territórios africanos, a unidade e cooperação entre os movimentos de libertação africanos. Mário de Andrade, naquela altura com 32 anos de idade, afirmou que estava pronto para assumir as responsabilidades políticas, defendendo a criação de uma frente com todos os movimentos de libertação angolanos. Neste contexto, na qualidade de presidente do MPLA, aproveitou também para apelar para o corte de relações diplomáticas e económicas com todos os países que, como Portugal, tinham colónias em África¹²⁹.

Na resolução final da Conferência do Cairo foi pedida a aplicação imediata das deliberações do Conselho de Segurança da ONU, assim como também foi dirigido um apelo aos países afro-asiáticos e aos membros das Nações Unidas para empregarem todos os esforços no sentido de obrigarem Portugal a aplicar a “Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Colonizados”, aprovada pela Resolução 1514, de 14 de dezembro de 1960, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Conferência pronunciou-se também sobre o fim da intervenção militar e a restauração da legalidade, assim como apresentou algumas medidas importantes, tais como a criação de um fundo africano para o financiamento dos movimentos de libertação, de uma agência de rádio para a propaganda e uma agência de informação africana.

Foram sugeridas, também, as seguintes iniciativas: a criação de consultores africanos que mantivessem contactos com os representantes dos países independentes, para elaborar em conjunto uma política africana para os Estados africanos; a formação de um comité de peritos africanos para implementarem uma política económica pan-africana; um comité de comandantes militares africanos para a defesa conjunta do continente e, finalmente, um comité cultural pan-africano.

¹²⁸ *Progrès*, 26 mars 1963, p. 1.

¹²⁹ AHD/MNE, PAA, Maço 225.

2.1.3 Movimento afro-brasileiro

A respeito do Brasil, julgamos necessário lembrar que Mário de Andrade, na qualidade de presidente do MPLA, enviou ao Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), que mantinha ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma mensagem em que dava conta da luta contra o colonialismo português e do apoio que o movimento que liderava estava a ter no Brasil¹³⁰.

Neste sentido, José Lima de Azevedo, do “Bureau do Exterior”¹³¹ – residente no Brasil desde 1962, altura em que chegou ao Rio de Janeiro proveniente do Gana – com o objetivo de preparar a visita de Mário de Andrade, manteve contacto com várias personalidades brasileiras, nomeadamente o padre Alípio de Freitas, Paulo de Castro, coronel Bayard, Eduardo Portela, Álvaro Lins, Jorge e James Amado. Manuel Myres Dores participou, com Miguel Urbano Rodrigues, num programa de televisão. A Associação Universitária da cidade de S. André, em S. Paulo, organizou uma reunião sobre a independência de Angola, em julho de 1961, tendo como oradores José Manuel Gonçalves e Paulo Matoso, que enviaram aos embaixadores dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, no Brasil, um telegrama em que manifestavam a sua opinião contra a política do Estado Novo português¹³².

Com ajuda do Partido Comunista Italiano, em 1962, Fernando Costa Andrade viajou de Itália para o Brasil, onde manteve contactos com o MABLA. No plano externo, o golpe militar no Brasil, ocorrido dois anos depois, interrompeu o contacto que o MPLA iniciara com os setores progressistas brasileiros; forçou Fernando da Costa Andrade a viajar novamente para a Itália, seguindo depois para a Argélia. Esteve em Lusaka, onde colaborou com o Comité de Coordenação Político-Militar do MPLA. Entretanto, o movimento de libertação angolano enviou um protesto ao presidente do Brasil, a propósito da detenção de militantes e seus simpatizantes que se encontravam naquele país, numa altura em que os factos convenceram os dirigentes do MPLA de que a independência política só podia ser obtida pela via armada.

¹³⁰ *Portugal Democrático*, setembro de 1961.

¹³¹ Lúcio Lara, vol. II, *op. cit.*, p. 508.

¹³² *Portugal Democrático*, agosto e setembro de 1961.

2.1.4 Procura de apoio

Em julho de 1960, Lúcio Lara, com 31 anos de idade, encontrava-se em Acra, capital do Gana, para onde viajara, em junho, com credencial da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN)¹³³, para pedir apoio para a publicação de documentos, brochuras e postais do MPLA, cuja declaração de 25 de outubro de 1960 refere que foi fundado em 1956, mostrando satisfação pela solidariedade da Guiné-Conacri, comandada por Sékou Touré¹³⁴.

Em agosto de 1961, Mário de Andrade e Gentil Viana conversaram com o responsável marroquino para as questões africanas, Abdekrim Khatib, que garante apoio para a realização de uma conferência de estudantes em Casablanca. Mas, em termos políticos, Mário de Andrade, na conferência de imprensa que concedeu em Rabat no dia 12 de dezembro de 1961, fez um apelo às nações africanas e asiáticas para ajudarem o nacionalismo angolano e aplicarem sanções ao Estado Novo português¹³⁵.

Delegados do Comité Especial das Nações Unidas para Angola chegaram ao Congo, em maio de 1962, para ouvir os representantes do MPLA e da UPA/FNLA; no mês seguinte, Mário de Andrade esteve em Itália, país onde participou numa conferência de imprensa na livraria Einaudi, por ação do movimento anticolonial¹³⁶. Sobre os “consensos e dissensões” nas relações entre Portugal e aquele país europeu, devido à questão colonial, está disponível o estudo bem documentado de Vera de Matos¹³⁷.

Relativamente a Ben Bella¹³⁸, este político recebeu em audiência, no mês de novembro de 1962, em Argel, Mário de Andrade e Lúcio Lara para abordarem questões relacionadas com a luta pela independência de Angola. No final do encontro, o político argelino dirigiu uma mensagem aos militantes do MPLA, na qual assegurava “apoio

¹³³ A dissolução do MAC deu origem ao FRAIN depois da Conferência de Tunes, em janeiro de 1960. Edmundo Rocha, *Angola, op. cit.*, pp. 161-162; 178-180.

¹³⁴ Lúcio Lara, vol. I, *op. cit.*, p. 533.

¹³⁵ *Maroc Informations*, 12 de dezembro 1961, pp. 1 e 5.

¹³⁶ Comunicação não publicada, gentilmente cedida pela investigadora italiana Mariagrazia Russo, apresentada no IV Encontro Internacional de História de Angola, realizado em Luanda nos dias 28, 29, 30 de setembro e 1 de outubro de 2010, no painel 4: “Identidades nacionais: alguns elementos para a sua construção”, com o título “A imagem em Itália da identidade angolana através dos acontecimentos do 4 de Fevereiro: como a imprensa italiana acolheu o início da guerra de independência”.

¹³⁷ Vera de Matos, *Portugal e Itália. Relações diplomáticas, 1943-1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 86-106.

¹³⁸ Político argelino, líder nacionalista da guerra da Argélia para a independência. Foi um dos criadores do movimento Frente de Libertação Nacional em 1954.

mais concreto, mais dinâmico”¹³⁹, concretizado através da abertura, em fevereiro de 1963, da representação do MPLA na Argélia. Mário de Andrade, em conferência de imprensa, destacou o apoio dado, no plano político, por Ben Bella, presidente da Argélia, que encorajava as iniciativas diplomáticas do MPLA.

2.2 Liderança de António Agostinho Neto

Em 30 de junho de 1962, com a ajuda do PCP (Jaime Serra, José Nogueira e António Dias Lourenço), Agostinho Neto, com 39 anos de idade, juntamente com a família (esposa e filhos), foge de Portugal com destino a Léopoldville¹⁴⁰.

De 1 a 3 de dezembro de 1962, em Léopoldville, teve lugar a conferência nacional que realçou o facto de o MPLA ser um movimento de massas e revolucionário, que colocava a primazia da ação no interior, como complemento da atividade no exterior, assim como o incremento da política de formação de quadros. A conferência destacou os princípios orientadores da política para com o exterior e também o princípio do “neutralismo positivo”, considerado uma afirmação realista e o único comportamento possível num mundo pleno de ameaças, onde os povos ainda sob dominação colonial teriam muito a perder se se empenhassem no jogo da competição entre os dois blocos.

Foi reafirmado o neutralismo em matéria política. Neste contexto, a política levada a cabo pelo MPLA foi organizada no âmbito dos movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas, agrupados na CONCP¹⁴¹, atuando em coordenação e reforçando as alianças com os países independentes anticoloniais, ao mesmo tempo que defendiam a política de não-alinhamento e a internacionalização da luta contra a política do Estado Novo português.

¹³⁹ *Vitória ou Morte – Boletim de Informação do MPLA*, n.º 17, de 17 de novembro de 1962, pp. 1-2.

¹⁴⁰ Os pormenores da fuga estão relatados em Edmundo Rocha, *Angola, op. cit.*, pp. 260-262. A carta, com data de 7 de junho de 1962, de Álvaro Cunhal enviada a Lúcio Lara refere os preparativos da fuga de Agostinho Neto. Lúcio Lara. *Tchiweka. Imagens de um percurso... 80 anos... até à conquista da independência*. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação e Caminho, 2009, p. 52. A CONCP emitiu um comunicado, a 21 de julho de 1962, em Rabat, com assinatura do secretariado permanente, acerca da saída clandestina de Agostinho Neto e família de Portugal, onde se encontravam em residência fixa desde 24 de março de 1962. FMS/Mário Pinto de Andrade, pasta 04314. 002.004.

¹⁴¹ Tinha como objetivo contribuir para a unidade africana e para o reforço da solidariedade afro-asiática (artigo 2.º); a não-intervenção nos assuntos internos das organizações e dos seus membros (artigo 3.º). FMS/Mário Pinto de Andrade, pasta 04334 002 008, “Artigo 8.º do Regulamento Interno do Secretariado da CONCP, de 1960”.

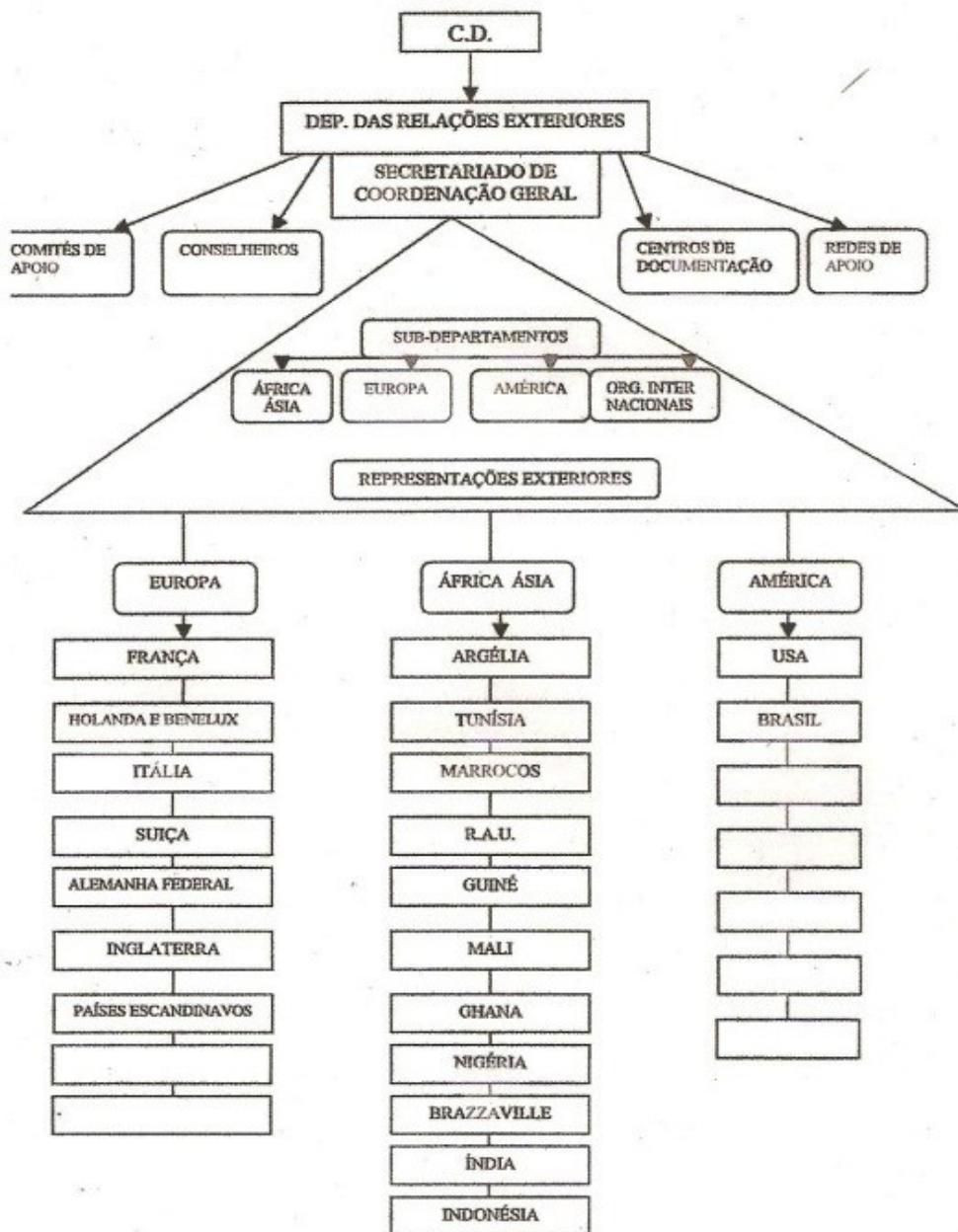
A circular de Mário de Andrade, responsável pelo Departamento das Relações Exteriores do MPLA, com data de 18 de dezembro de 1962, enviada aos colaboradores no exterior e aos militantes, exorta-os a defenderem os interesses do movimento de libertação; a informarem e levarem a cabo propaganda em conferências internacionais, inscrevendo no plano internacional o problema angolano, por meio de informação orientada e periódica; a criarem uma corrente de opinião em favor da luta e das posições políticas anticoloniais, suscitando a formação de comités e redes de apoio e centros de documentação; a seguirem com atenção os acontecimentos políticos dos países onde o movimento se encontra representado; a fornecerem com regularidade ao Secretariado do Departamento das Relações Exteriores informações relacionadas com Angola; a manterem uma atitude de não-ingerência nos assuntos internos dos países; a assegurarem, todavia, uma presença do MPLA em todas as manifestações anticolonialistas¹⁴².

Entretanto, a partir de dezembro de 1962, o Departamento das Relações Exteriores passou a ser chefiado por Mário de Andrade e a contar com a colaboração ativa de Américo Boavida, Hugo de Meneses e Luís de Almeida, que faziam parte do primeiro comité diretor do MPLA, bem como o respetivo organigrama, que reproduzimos:

¹⁴² Lúcio Lara, vol. II, *op. cit.*, pp. 520, 532-533.

Organigrama do Dept. das Relações Exteriores do MPLA

[policopiado, com carimbo do CD]



Fonte: Lúcio Lara, vol. II., *op. cit.*, p. 534.

O MPLA só abriu representações na Argélia, em Brazzaville, no Egito – que fazia parte da República Árabe Unida (RAU)¹⁴³ –, em Itália e nos países escandinavos (cf. 3.1., quadro 2). Em Itália, contou com alguns comités de apoio. A representação na Argélia levou a cabo uma intensa campanha junto da Conferência dos Países Não-Alinhados, denunciando a prisão de membros do MPLA pela FNLA. Paulo Teixeira Jorge fugiu de Portugal, país onde estudava Engenharia, em outubro de 1962, com destino a França, juntando-se depois ao MPLA. Foi representante no Egito, no Congo-Brazzaville e na Argélia.

António Mingas, representante do MPLA em Rabat, Marrocos, escreveu uma carta, com data de 24 de agosto de 1964, a Agostinho Neto, comunicando o envio de medicamentos para assistência aos refugiados provenientes de Angola. Em novembro de 1965, o Ministério do Interior do Egito determinou que todos os políticos africanos exilados naquele país tinham de se apresentar aos serviços de imigração, estando isentos de cumprir esta obrigação os políticos das ex-colónias portuguesas, assim como os do Zimbabué e da África do Sul. Entretanto, as subvenções financeiras do Governo egípcio aos exilados políticos mantiveram-se¹⁴⁴. Esta medida veio beneficiar a representação do MPLA naquele país.

Garcia Bires, em 1967, é nomeado delegado do MPLA no Gana e, em 1968, regressou a Brazzaville, de onde partiu para a União Soviética. Aí se formou em Direito Internacional, na Universidade Patrice Lumumba, de Moscovo. Um representante do MPLA (cuja identidade não foi possível apurar), em fevereiro de 1968, agradeceu os apoios recebidos do Egito, do Congo-Brazzaville, da Tanzânia e da Zâmbia, numa fase em que os esforços empreendidos tinham aumentado o prestígio internacional, a necessidade de intensificar a atividade diplomática e a criação de representações do MPLA no exterior.

¹⁴³ Em fevereiro de 1958, o Egito e a Síria formaram a RAU. Em 1963, a união com o Iémen foi dissolvida. Entretanto, o Egito conservou o seu nome oficial de RAU e, em 1971, passou a chamar-se República Árabe do Egito.

¹⁴⁴ MNE, AHD, PAA, Maço 62.

2.2.1 Viagem aos Estados Unidos

A reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas terminou no dia 18 de dezembro de 1962, tendo adotado uma resolução que condenava a guerra em Angola. Devido aos trabalhos da conferência nacional, Agostinho Neto só viajou para Nova Iorque no dia 15 de dezembro, facto que não impediu a sua inscrição como peticionário da IV Comissão, que o ouviu no dia 17 daquele mês: “O nosso povo não ignora o papel positivo que a ONU, e em particular esta Comissão, desempenham incessantemente para o triunfo do direito do povo angolano à autodeterminação e à independência.”¹⁴⁵

Agostinho Neto, na qualidade de presidente do MPLA, durante a única visita que efetuou aos Estados Unidos, foi ouvido como peticionário de Angola, após terem sido escutados, naquela mesma qualidade, Jean Pierre Bala, presidente do MDIA, em novembro de 1962; Holden Roberto, da FNLA, em dezembro de 1962; Angelino Alberto, presidente da NTOBAKO; Luís Ranque Franque, presidente do MLEC (apoiado por Fulbert Youlou, presidente do Congo-Brazzaville, que era anticomunista), em novembro de 1962. Durante a audição, Agostinho Neto colocou como condições para negociar com o Estado Novo português: o reconhecimento do direito do povo de Angola à autodeterminação; a libertação de todos os presos políticos; a retirada das forças armadas de Angola; o exercício das liberdades fundamentais; e a marcação da data para a independência. Estes pedidos não tiveram eco junto das autoridades políticas em Lisboa, até ao dia 25 de abril de 1974.

Em resposta a uma pergunta colocada pelo delegado da Bolívia, Carlos Salamanca, Agostinho Neto respondeu que as autoridades políticas portuguesas ainda não tinham entrado em contacto com o MPLA para negociações. Durante a sua intervenção, Agostinho Neto afirmou que o movimento que dirigia era a favor de uma política de não-alinhamento e da formação de quadros para dirigirem os destinos de Angola pós-independência. Entretanto, Kemal Hacene, representante da Argélia, assegurou que o seu país iria “fazer de Angola a sua própria causa, qualquer que seja o número de anos que a luta dure”¹⁴⁶.

Nos Estados Unidos, Agostinho Neto manteve contacto com alguns estudantes angolanos, maioritariamente protestantes, nomeadamente Jorge Sangumba, Ismael Martins, Elísio de Figueiredo, José Chipenda, entre outros. Esteve também com o bispo

¹⁴⁵ *Vitória ou Morte – Boletim de Informação do MPLA*, n.º 15, de 16 de janeiro de 1963, p. 18.

¹⁴⁶ AHD/MNE, PAA, Maço 163.

metodista Ralph Dodge¹⁴⁷ – ex-missionário em Angola a quem tinha sido emitido um mandato de captura “por atividades contrárias à soberania de Portugal em África”¹⁴⁸ – e com o missionário protestante Melvin Blake.

2.2.2 Representação do Movimento Popular de Libertação de Angola na Argélia

Uma das razões da abertura da representação na Argélia está relacionada com o facto de o GRAE/FNLA pretender abrir as suas sedes em Tunes e em Léopoldville, o que deixou, naturalmente, ao MPLA a escolha de Argel. Com exceção da África do Sul, a Argélia era o país que estava mais bem equipado militarmente e que deu garantias de auxílio ao MPLA.

O jornal *La Dépêche d'Algérie*, na sua edição de 3 de fevereiro de 1963, refere a inauguração da representação do MPLA na Argélia¹⁴⁹. De acordo com aquela fonte, estiveram presentes na inauguração Ben Bella, os ministros argelinos do Comércio e dos Desportos e os embaixadores da Rússia, China, Checoslováquia e Bulgária na Argélia, que conversaram com Agostinho Neto e com outro representante do MPLA, o médico Eduardo dos Santos, que criou o *Boletim de Informação* da representação, contribuindo muito para melhorar a imagem do MPLA em alguns países africanos, especialmente na Argélia, em Marrocos e no Tanganica.

Outra presença a assinalar no ato de inauguração da representação do MPLA é a do advogado argelino Jacques Vergès, que falou sobre a ocupação portuguesa, depois de Agostinho Neto e Eduardo Macedo dos Santos terem referido que o objetivo da luta do movimento de libertação que representavam era a independência política de Angola. O presidente Ben Bella fez referência às relações que mantinha com o MPLA e falou sobre o colonialismo e sobre o fascismo.

Após a cerimónia de inauguração da representação do MPLA, Sócrates Dáskalos conversou com Agostinho Neto, pedindo-lhe que intercedesse junto do Governo argelino no sentido de a FUA abrir também o seu escritório naquele país. Em agosto de

¹⁴⁷ Ralph E. Dodge, *The revolutionary bishop. Who saw God at work in Africa*. Arizona: Wheatmark, 2009, pp. 146-148.

¹⁴⁸ Ordem de serviço n.º 190/62 da Direção-Geral da PIDE. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 888/61 SR “Ralph Edward Dodge, John Tucker Parsons, Escrivão António Anglaze ou Escrivão, António Zungunze, Eugeen Mawrence Smith, Roy Short e Eunice Elvira Davis Dodge” NT 3082, folha 129.

¹⁴⁹ AHD/MNE, PAA, Maço 7A.

1963, Sócrates Dáskalos toma a decisão de se afastar do comité diretor da FUA, de que era presidente, coadjuvado por Adolfo Maria, secretário, e João Mendes, vogal¹⁵⁰.

Luís de Almeida, na qualidade de representante do MPLA em Argel, depois de o mesmo cargo ter sido exercido pelo médico Eduardo dos Santos, destacou a luta pela independência de Angola levada a cabo pelo MPLA¹⁵¹. A representação da Argélia levou a cabo intensa campanha para a libertação de presos políticos em Angola, na Guiné e em Moçambique¹⁵².

2.2.3 Reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio

O anúncio para a criação do Governo da República Angolana no Exílio, mais tarde rebatizado Governo Revolucionário de Angola no Exílio¹⁵³ teve lugar em Nova Iorque, no dia 18 de dezembro de 1961, mas, efetivamente, só surgiu em 5 de abril de 1962, com sede provisória em Léopoldville, para estabelecer contactos com as instituições internacionais e com os governos, para a independência de Angola. Segundo os serviços de informação franceses, foi constituído em julho de 1962. Porém, a informação da PIDE, de 14 de abril de 1962, afirma que foi criado na primeira semana de abril¹⁵⁴. Em setembro de 1962, a FNLA dirigiu um *memorandum* aos chefes de Estado e de Governo da União Africana e Malgaxe, a ter lugar em Libreville, no Gabão, com pedido de apoio para levar a cabo a descolonização de Angola¹⁵⁵.

Na realidade, o ano de 1963 foi caracterizado por um acentuado incremento de ações políticas da FNLA e do MPLA; Holden Roberto e os seus colaboradores levaram a cabo intensa campanha para a FNLA ser reconhecida como a única organização política angolana empenhada na luta pela independência de Angola.

Em entrevista publicada no *Jeune Afrique*, na edição de 28 de janeiro de 1963, o líder da FNLA apelou para a implementação de sanções políticas, diplomáticas e económicas ao Estado Novo português. Holden Roberto, na sua alocução pronunciada no dia 15 de março de 1963, com a presença do primeiro-ministro do Congo e membros

¹⁵⁰ Sócrates Dáskalos, *op. cit.*, p. 117.

¹⁵¹ AHD/MNE, PAA, Maço 7A.

¹⁵² FMS/Documentos Mário Pinto de Andrade, pasta 04306 006 005, “Apelo a favor da libertação dos prisioneiros políticos angolanos, guineenses e moçambicanos...”

¹⁵³ Douglas Wheeler e René Pélissier, *op. cit.*, p. 291.

¹⁵⁴ Moisés Silva Fernandes, *O percurso chinês de Viriato da Cruz, 1958-1973*, in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *op. cit.*, p. 271, nota 38.

¹⁵⁵ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, pasta 11.25.C/25 “FNLA”, NT 1845, folha 140.

do corpo diplomático, afirmou que as fases de luta contra a política colonial passavam por guerrilha; quanto ao apoio, declarou:

Embora busque de todos os lados e por todos os meios apoio material e caução moral, o governo português é veemente contra a ajuda e o apoio que nos dão os nossos irmãos congolezes. Fazendo-o, o regime do Senhor Salazar quer ignorar todas as afinidades étnicas e culturais que ligam os nossos dois povos.¹⁵⁶

Tiveram lugar, no Parque Henry Debock, as manifestações comemorativas levadas a cabo pela FNLA, a 16 de março de 1963, onde Cyrille Adoula elogiou o GRAE e a sua política e criticou o MPLA por colaborar com o comunismo. Jonas Savimbi, militante da FNLA na altura, com 29 anos de idade, participou na conferência, em Dar-es-Salam, do comité de coordenação da ajuda aos movimentos de libertação, em 1963, e nos trabalhos da comissão de conciliação dos movimentos nacionalistas angolanos. Naquele ano, teve lugar o reajustamento da economia congoleza. Os membros da FNLA consideraram que a opinião africana e internacional devia ser informada quanto ao conflito armado em que estavam envolvidos¹⁵⁷.

Por seu turno, Holden Roberto, com 40 anos de idade, em declarações que dirigiu à imprensa, frisou que estava recetivo aos que quisessem integrar-se na FNLA, desde que falassem a mesma linguagem. Após a Conferência de Adis Abeba, em que participou aquele movimento de libertação, o seu líder, de passagem por Tunes, deu uma entrevista ao jornal *L'Action*, publicada no dia 7 de junho de 1963, reconhecendo a falta de unidade entre os movimentos angolanos¹⁵⁸. No campo político, destacamos o reconhecimento do GRAE, naquele mês, numa altura em que Holden Roberto, consciente da sua força política e com receio de a ver diluída a favor do MPLA, recusou o diálogo com Agostinho Neto, enquanto a FNLA ia consolidando a sua posição política e intensificava a sua ação militar.

Entretanto, o reconhecimento por parte do Congo-Léopoldville, tornado público em junho de 1963¹⁵⁹ pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, foi uma surpresa para o MPLA, que soube da notícia pela imprensa. O MPLA contestou a tese

¹⁵⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 11.27.B/1 “Juventude da União das Populações de Angola”, NT 1858, folhas 64-65.

¹⁵⁷ *Juventude Revolucionária* – Órgão de Combate da Juventude Angolana, n.º especial, Léopoldville, 15 de março de 1963, p. 7.

¹⁵⁸ AHD/MNE, PAA, Maço 7.

¹⁵⁹ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Comunicado do GRAE sobre o reconhecimento pelo Congo-Léopoldville, de 29 de junho de 1963”.

dos que pretendiam convencer os chefes de Estado, como Cyrille Adoula, de que só a FNLA estava envolvida na luta pela independência de Angola. A conferência dos chefes de Estado de África, reunida em Dar-es-Salam, também ficou surpresa, tanto mais que o próprio delegado do Governo de Léopoldville à conferência que decorria deu a entender que só teve conhecimento da decisão pela imprensa. O reconhecimento veio reforçar a posição da FNLA relativamente ao MPLA.

As razões deste reconhecimento estão relacionadas com a pressão exercida pelos Estados Unidos sobre as autoridades políticas de Léopoldville, uma vez que o MPLA era visto como um movimento com ligações aos países do Leste e os Estados Unidos procuravam competir com os comunistas, ajudando Holden Roberto. Entretanto, a influência que os Estados Unidos tinham no Governo de Cyrille Adoula¹⁶⁰ excluiu a hipótese de este ter agido à margem da vontade de Washington. Outra razão está relacionada com a preocupação de Cyrille Adoula em eliminar do Congo-Léopoldville o perigo do afluxo de combatentes de África, apoiados pelos países do Leste. Ora, ao ser reconhecido o GRAE, a preocupação de Cyrille Adoula e dos Estados Unidos era colocar o subcomité de Dar-es-Salam perante o facto consumado que lhe desse uma orientação na escolha do movimento que deveria beneficiar do auxílio africano.

O representante do GRAE no Catanga, em agosto de 1963, levou a cabo uma intensa atividade política, nomeadamente a abertura de subdelegações regionais para agrupar e organizar os núcleos de angolanos residentes em Kolwezi e Jadotville para propaganda política. O objetivo era abrir mais delegações noutras localidades, como Dilolo, onde viviam trabalhadores mineiros que prestavam serviço nas minas de manganês. Na verdade, as regiões de Dilolo e Kisenje tinham afinidades com o Alto Zambeze, Cazombo e Caianda, servidas de caminhos de ferro e estradas, tanto em direção ao interior de Angola, como para o interior do Catanga.

Naquela fase, o representante do Catanga tinha excelentes relações com as autoridades políticas catanguesas e com alguns funcionários das Nações Unidas, especialmente alguns oficiais de nacionalidade etíope, nigeriana, paquistanesa, sueca e italiana que faziam parte da brigada sanitária. As relações do representante com as autoridades oficiais congolenses, catanguesas, com as Nações Unidas e os cônsules eram estabelecidas de forma discreta, pressionando no sentido de serem expulsos alguns angolanos que faziam parte do MPLA.

¹⁶⁰ Tornou-se primeiro-ministro do Congo-Léopoldville, em agosto de 1961. Foi responsável pelo encerramento dos escritórios do MPLA e do CVAAR, em Léopoldville, em novembro de 1963.

Na conferência de ministros africanos dos Negócios Estrangeiros em Dakar, em agosto de 1963, a Comissão dos Bons Ofícios aconselhou o reconhecimento do GRAE. Este conselho foi seguido pela Tunísia, Argélia, Marrocos, Senegal e Mauritânia. De acordo com a publicação *Jeune Afrique* de 22 de dezembro de 1963, alguns países como o Congo-Léopoldville, Tunísia, Argélia, Marrocos, Nigéria, Daomé, Mauritânia, Senegal e a RAU tinham reconhecido, mas apenas a Tunísia, Nigéria, Argélia e Congo-Léopoldville contribuíram com ajuda financeira e militar, segundo a mesma fonte. Na realidade, o reconhecimento da FNLA veio retirar o apoio que o MPLA recebia de alguns países africanos. Na qualidade de responsável do GRAE, Jonas Savimbi visitou a Etiópia, Tunísia, Senegal, Gana e Egito.

Na verdade, Holden Roberto escreveu ao presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, com data de 22 de dezembro de 1963, pedindo audiência para o seu colaborador Jonas Savimbi, solicitando ajuda financeira, abertura de um *bureau* no Cairo, bolsas de estudo, medicamentos e material de guerra (minas, explosivos, lança-*rockets*, granadas)¹⁶¹. Foi também enviada outra carta dirigida ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, U. Thant, em dezembro de 1963, sobre a questão dos territórios sob administração portuguesa, informando sobre a presença, em Angola, de unidades militares catanguesas, situação que tinha sido denunciada pelo seu representante no Catanga, que acusou o Governo português de utilizar mercenários catangueses¹⁶².

Jonas Savimbi, que representava a tendência pró-americana, numa altura em que a FNLA fazia uma aproximação à China, esteve no Cairo em janeiro de 1964, acompanhado por Florentino Duarte para uma audiência com Abdel Nasser, com quem conversou sobre a questão da crise do nacionalismo angolano. Em fevereiro, Florentino Duarte e Jonas Savimbi assistiram à reunião ministerial da OUA, na qualidade de observadores, em Lagos.

Após o reconhecimento do GRAE pela Nigéria, em abril de 1964, foi proposto que este fosse estabelecido em Cabinda. Para o efeito, foi negociado um acordo entre o Congo-Léopoldville, a Nigéria e a Etiópia para instalar a FNLA em Cabinda. No entanto,

¹⁶¹ AHD/MNE, PAA, Maço 7 B.

¹⁶² AHD/MNE, PAA, Maço 92.

a ideia não foi concretizada, por causa do derrube do Governo de Abubakar Tafewa Balewa, na Nigéria, caracterizado por uma “política externa conservadora e tímida”¹⁶³.

Em termos políticos, na Conferência da OUA, no Cairo, em junho de 1964, foi recomendado o reconhecimento do movimento liderado por Holden Roberto, facto que permitiu que países como a República Centro-Africana, a Costa do Marfim e os Camarões reconhecessem o GRAE. Após a nomeação de Florentino Duarte como representante no Cairo, em 1964, e depois de ter sido reconhecido pelo Mali, o MPLA levou a cabo ações para impedir o reconhecimento por parte de outros Estados africanos, considerando que o GRAE não tinha legitimidade moral para representar os Angolanos, devido aos problemas de organização que enfrentava internamente.

Até à demissão de Jonas Savimbi, em julho de 1964, outros países africanos reconheceram a FNLA devido a pressões do Mali, da Líbia, da Nigéria e do Togo. Eduardo Pinock acumulou as funções de representante em Argel com as de responsável do GRAE. Até ao ano de 1965, o movimento liderado por Holden Roberto tinha sido reconhecido pelo Ruanda, Burkina Faso, Benim, Chade, Quénia, Libéria, Togo, Etiópia, Sudão, Camarões, Níger, Costa do Marfim, República Centro-Africana, Tanzânia, Líbia, Nigéria, Iraque (general Aref), Egito, Marrocos, Tunísia, Argélia (reconhecido pelo Governo, mas não pelo partido), Congo-Léopoldville. Relativamente ao Gana e à Guiné-Conacri, chegaram a colocar a hipótese de não ajudar Holden Roberto enquanto se mantivessem as divergências políticas com o MPLA.

Holden Roberto chegou a ter representantes no Egito, no Quénia, no Senegal, no Gana, em Lubumbashi e em Lusaka, em Nova Iorque, Paris, Estocolmo e Léopoldville. Tinha como missão recensear e controlar os refugiados angolanos na sua localidade; proceder à venda de cartões; informar, por escrito e por contacto pessoais (conferências ou contactos privados), sobre as diferentes atividades da FNLA e dos organismos dependentes. Outra obrigação do representante consistia no envio de relatórios mensais sobre as suas ações e assuntos de carácter urgente que não podia solucionar, e no envio, todos os meses, da contribuição financeira por ele recolhida para a FNLA. Competia-lhe também coordenar as atividades; assegurar o funcionamento dos organismos do movimento de libertação na sua área de ação; contactar e manter relações com as autoridades locais do país onde estava colocado.

¹⁶³ Paula Duarte Lopes e Daniela Nascimento, “República Federal da Nigéria”, Maria Raquel Freire (coord.), *op. cit.*, p. 290.

2.2.4 Falta de unidade entre os movimentos angolanos

Em 1962, a FUA¹⁶⁴ foi considerada a terceira força nacionalista angolana, ao lado da FNLA e do MPLA¹⁶⁵. Entretanto, Lúcio Lara e Mário de Andrade conversaram com Sócrates Dáskalos e companheiros, em casa de Câmara Pires, em Paris. O debate girou em torno da tese de que a FUA era apenas “só para brancos”. Foi recusada aquela tese, “pois ela contrariava um dos principais objetivos da FUA, que era a multirracialidade”¹⁶⁶.

Foi após o encontro com os membros do MPLA, na capital francesa, que os membros da FUA partiram para Argel, capital da “revolução africana”, onde tencionavam abrir escritório¹⁶⁷. Sócrates Dáskalos e Adolfo Maria partiram para Argel de barco em janeiro de 1963. Depois seguiram o mesmo destino Adelino Torres, Artur Pestana (Pepetela), Mário Nobre João e Maria do Carmo Reis. João Mendes e Carlos Morais permaneceram na Europa. Ernesto Lara Filho viajou para Brazzaville, de onde regressou mais tarde para Angola.

A FUA dissolveu-se e os seus membros filiaram-se no MPLA; alguns dissidentes da FNLA criaram e tornaram-se militantes do novo movimento de libertação de Angola, facto que levou Holden Roberto a afirmar que a UNITA foi uma cisão do movimento que liderou¹⁶⁸. As detenções levadas a cabo por motivos políticos provocaram a saída de vários jovens estudantes de Angola e de Portugal, os quais depois viriam a integrar o MPLA, a FNLA e a UNITA¹⁶⁹.

¹⁶⁴ Chegou a procurar apoio junto do embaixador brasileiro em Lisboa; proclamou o direito de os naturais de Angola disporem do seu próprio destino; criticou a política de integração, de assimilação e da missão civilizadora. Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 238-239; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 61 SC CI (2), “Sócrates Dáskalos”, NT 6954, folhas 756-757.

¹⁶⁵ *Jeune Afrique*, 107, 5-11 novembre de 1962, p. 20.

¹⁶⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 1203 SR “Ernesto Pires Barreto de Lara”, NT 980, folha 55; Sócrates Dáskalos, *Um testemunho para a história de Angola. Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000, p. 107.

¹⁶⁷ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 515/61 SC SR, “FUA”, NT 3059, folha 7.

¹⁶⁸ Desde Jonas Savimbi até Miguel Nzau Puna, António da Costa Fernandes, Armando Dembo, Ernesto Mulato, Nicolau Spencer, José Ndele, Jerónimo Wanga, José Kalundungu, João Lihauca, Jorge Valentim, entre outros. Pediram a demissão, alegando ineficiência, falta de unidade e de apoio. João Paulo Nganga, *op. cit.*, p. 203.

¹⁶⁹ Luísa d’Almeida, “A juventude estudantil africana nos anos 60: assimilado mas não tanto... Uma fuga para a ‘luta’”, in Philip J. Havik, Clara Saraiva, José Alberto Tavim (orgs.), *Caminhos cruzados em História e Antropologia. Ensaios de homenagem a Jill Dias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 196-198.

Em 1963, data em que se completavam 300 anos sobre a morte da rainha Jinga Mbadi, a ocasião foi considerada, pelo MPLA, a melhor altura para “acelerar o processo da independência nacional”¹⁷⁰. O seu líder e os militantes viveram momentos difíceis por causa de divergências internas, as quais levariam a uma reestruturação com vista a seguir uma orientação política diferente, facto que veio a dar origem à rutura de Viriato da Cruz, Matias Miguéis e José Miguel. Entretanto, enquanto Agostinho Neto defendia, em Dar-es-Salam, a política do MPLA, Viriato da Cruz, que tinha sido secretário-geral do MPLA, e companheiros decidiram destituir, em Léopoldville, em julho de 1963, a direção existente e colocar outra em seu lugar. A nova direção deveria convocar um congresso, no prazo de três meses, para eleição de novos dirigentes. Entre os membros, contavam-se Matias Miguéis, Viriato da Cruz, José Bernardo Domingos, Jorge Manteya Freitas, António Alexandre, José Miguel¹⁷¹.

O núcleo fiel a Agostinho Neto, que não podia manter-se no Congo-Léopoldville, estava decidido a instalar-se em Brazzaville, Conacri ou Marrocos, onde julgava encontrar mais apoio. Daniel Chipenda tinha sido enviado, em 1963, pelo MPLA, juntamente com Ciel da Conceição, em missão de implantação à Zâmbia, onde foram presos e depois libertados, após a independência daquele país africano, em 24 de outubro de 1964. A independência da Zâmbia permitiu abrir a sua delegação em Lusaka e preparar a guerrilha no Leste de Angola.

Durante o ano de 1963, os conflitos com a facção de Viriato da Cruz atingiram o auge, uma vez que este pretendia retirar autoridade ao comité diretor, situação que provocou a expulsão de alguns militantes do MPLA¹⁷². Deste modo, a crise dividiu os membros da FUA. Naquelas circunstâncias complexas, uma profunda crise abateu-se entre os militantes daquele movimento, dando origem a dois grupos: os que viam Viriato da Cruz como o mais credível, por um lado, e os que consideravam Agostinho Neto o líder mais ajustado para o MPLA, por outro¹⁷³.

A FNLA considerou o MPLA como movimento de mestiços e brancos. Neste sentido, o reverendo Domingos da Silva, pastor metodista que viveu na região de Catete e que depois se juntou ao MPLA, dirigiu uma “Carta Aberta ao Povo Angolano”, com data de 26 de junho de 1963, pelo facto de o MPLA ser considerado “como partido de

¹⁷⁰ *Vitória ou Morte – Boletim de Informação do MPLA*, n.º 15, de 16 de janeiro de 1963, p. 1.

¹⁷¹ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Comunicado do MPLA sobre resolução do conselho disciplinar sobre Luís Miguel, José Miguel, M. Custódio e Tomás dos Santos, 12 de abril de 1963”.

¹⁷² *História do MPLA*, 1.º vol., *op. cit.*, p. 245.

¹⁷³ Fernando Tavares Pimenta, *op. cit.*, nota 301, p. 66.

brancos ou de mulatos”¹⁷⁴. O reverendo destacou também o facto de alguns mestiços (Henrique Macedo, Joaquim Macedo e Pais Brandão) terem sido presos, deportados e torturados como os seus compatriotas negros.

Entretanto, Samuel Chiwale apercebeu-se de que a FNLA era, para o MPLA, “uma pedra no sapato”¹⁷⁵. António da Costa Fernandes, membro da União dos Estudantes Negros de Angola até 1965, após ter recebido um comunicado da comissão preparatória do Congresso de Estudantes Angolanos, escreveu de Friburgo, com data de 11 de abril de 1966, uma carta dirigida aos seus conterrâneos, apelando para a unidade, com o lema “unidos venceremos”¹⁷⁶, numa altura em que a clivagem entre o MPLA e a FNLA era desmedida.

Para Ruben Chitacumbe, os dois movimentos de libertação não tinham autoridade para contribuírem com eficácia para a independência de Angola, defendendo a criação de uma frente que excluísse o MPLA. Considerou as promessas feitas por Holden Roberto como ineficazes, mostrou-se céptico quanto à união dos movimentos angolanos sob os auspícios de Mobutu Sese Seko¹⁷⁷; destacou o facto de o MPLA, liderado por Agostinho Neto, não ser o mesmo de quando era chefiado por Mário de Andrade; referiu o insucesso da FNLA e do MPLA, sendo este último responsabilizado pela morte de Matias Miguéis¹⁷⁸ e de José Miguel, em Brazzaville. Na verdade, este assassinato abalou profundamente Viriato da Cruz e levou a FNLA, em declarações publicadas algum tempo depois na revista *Jeune Afrique*, de 20 de fevereiro de 1966, a

¹⁷⁴ Lúcio Lara, vol. II, *op. cit.*, pp. 172-173; Lúcio Lara, *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara*, vol. III, 1963-1964. Luanda: Edição de Autor, 2008, p. 193; Irene Alexandra Neto, *Angola, à flor da pele*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1998, p. 33; Maria do Céu Carmo Reis e Fidel Carmo Reis, “O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos”, in AA.VV., *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp. 697-709; Fernando Tavares Pimenta, *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 83.

¹⁷⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a história*. Lisboa: Sextante, 2008, p. 53.

¹⁷⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 4809/62 SR “União dos Estudantes de Angola”, NT 3249, folhas 54-55.

¹⁷⁷ Carta que Ruben Chitacumbe dirigiu ao Comité dos Angolanos no Catanga, quando era secretário da informação da UNEA na Suíça, com data de 27 de abril de 1966. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 1202 Gab “Ruben Sanjovo Chitacumbe”, NT 8071, folhas 13-16.

¹⁷⁸ Esteve envolvido como testemunha de um ato irregular praticado por Graças Tavares, relacionado com questões internas. ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Comunicado do MPLA sobre expulsão de Graça Tavares, 27 de fevereiro de 1963”.

prometer vingar-se¹⁷⁹. Chitacumbe, naquele ano, saiu em defesa de Jonas Savimbi, considerando-o realista e não separatista, conservador ou oportunista¹⁸⁰.

De facto, o Movimento de Mobilização no Interior de Angola (MMIA) e a Frente Unida de Juventude Angolana (FUJA), criados na capital para apoiar o MPLA, no panfleto datado de 2 de junho de 1967 e distribuído clandestinamente em Luanda, consideram a falta de união entre a FNLA e o MPLA como uma questão que seria resolvida pela OUA e que não impossibilitava a independência política de Angola¹⁸¹. Várias tentativas foram levadas a cabo por alguns países africanos, como o Egito, Gana e Congo-Brazzaville, para os reconciliar, mas fracassaram.

Por que razão não foi possível a unidade? Os dirigentes dos movimentos de libertação eram provenientes de estratos sociais diferentes e com múltiplas formas de encarar a política e as questões de pertença que, por vezes, se tornaram antagónicas por causa da mundividência pessoal. Isto dificultou, de certa forma, a contribuição individual para a formação de uma consciência comum para a independência de Angola, como a criação de uma frente unida tentada, várias vezes, sem sucesso, porque cada movimento de libertação estava convencido de que era o melhor e o único representante do povo angolano.

Após a saída de Viriato da Cruz, de Matias Migueis e companheiros, da demissão de Mário de Andrade e de Gentil Viana, o MPLA atravessou momentos difíceis. As rivalidades mútuas levaram a que cada movimento de libertação procurasse abalar o prestígio do adversário político. Porém, o reconhecimento da FNLA/GRAE como o único movimento a dirigir a luta armada contra a política do Estado português foi um dos obstáculos para a unidade, assim como as posições ideológicas, que se acentuaram por causa do regionalismo, do tribalismo e do racismo. Em 1964, Viriato da Cruz demite-se do GRAE. Após algum tempo na Argélia, vai viver para China como dirigente da Associação Internacional dos Jornalistas Afro-Asiáticos, onde faleceu em 1973, com 45 anos de idade.

¹⁷⁹ João Paulo Nganga, *op. cit.*, pp. 196-197.

¹⁸⁰ Carta escrita em Neuchatel, com data de 30 de maio de 1966, dirigida a E. Chiteculo, residente em Catanga, por Ruben Chitacumbe. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 1202 Gab, *proc. cit.*, folhas 13-16.

¹⁸¹ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 8266 CI (2), “Movimento de Mobilização no Interior de Angola”, s/NT, folha 19.

2.2.5 Frente Democrática de Libertação de Angola

O presidente do MPLA, ao regressar a Léopoldville proveniente de Dar-es-Salam, confrontou-se com os factos de, por um lado, o movimento liderado por Holden Roberto ter sido reconhecido pelas autoridades políticas congoleesas e, por outro, de a liderança de Agostinho Neto ter ficado diminuída pelas dissensões internas, enquanto o líder estava ausente. Foi neste contexto que Agostinho Neto, em conferência de imprensa em julho de 1963, anunciou a criação da FDLA, juntando o MPLA, o NGUIZAKO, a UNTA, o MDIA e o Movimento Nacional de Angola (MNA), para formar uma frente comum¹⁸².

Entretanto, Agostinho Neto mostrou-se disponível para negociar com Holden Roberto para a formação de uma frente única, proposta recusada, porém, pela FNLA, uma vez que o ambiente no Congo-Léopoldville era francamente favorável ao GRAE, apesar de ter contado com a oposição dos membros e deputados do Governo congolês do Baixo Congo, do Catanga e do Kasai, regiões com ligações económicas a Angola.

Porém, a abertura do *bureau* de Brazzaville, já sob o nome de FDLA – formada com o objetivo de unir os movimentos angolanos e levar a cabo a luta armada e diplomática –, foi apreciada por Agostinho Neto, que, numa carta escrita aos militantes no exterior, afirmou ser favorável à criação de uma frente única, em que o MPLA “valerá pela vanguarda da sua personalidade política”¹⁸³. A presidência e o secretariado para as Relações Exteriores estavam a cargo do MPLA.

Com a criação da FDLA, Mário de Andrade demite-se, em julho de 1963, por considerar que se tratava da assinatura duma convenção com movimentos tribelistas e colaboracionistas que contrariava a política do MPLA¹⁸⁴. A saída de Mário de Andrade dificultou a continuação do trabalho diplomático, numa altura em que o MPLA era visto com simpatia na Bélgica, na Suécia, na Nigéria, no Cairo e em Adis Abeba. Mário de Andrade, considerado “diplomata, tratável”¹⁸⁵, durante o período em que fez parte do MPLA procurou mostrar aos países africanos independentes a urgência de “radicalizar a sua posição frente a Portugal”¹⁸⁶. Por esta razão, Agostinho Neto escreveu uma carta,

¹⁸² AHD/MNE, PAA, Maço 7.

¹⁸³ Agostinho Neto, *Textos escolhidos*. Luanda: Edições DIP, 1987, p. 15.

¹⁸⁴ Lúcio Lara, vol. III, *op. cit.*, p. 267.

¹⁸⁵ Lúcio Lara, in Drummond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 51.

¹⁸⁶ Lúcio Lara, vol. III, *op. cit.*, p. 391.

com data de 30 de agosto de 1963, convidando o demissionário para um encontro no Congo-Brazzaville.

Em resposta, datada de 23 de setembro de 1963, Mário de Andrade propõe que o encontro tenha lugar em Rabat, porque o Congo não oferecia condições para tratar do assunto¹⁸⁷. Entretanto, Lúcio Lara, do MPLA, com data de 13 de novembro de 1963, escreveu a Mário de Andrade, garantindo o encontro no Congo-Brazzaville. Na resposta, datada de 5 de dezembro de 1963, Mário de Andrade prometeu encontrar meios para viajar para o Congo-Brazzaville¹⁸⁸.

Após a conferência de quadros do MPLA, iniciada no dia 3 e concluída no dia 10 de janeiro de 1964, em Brazzaville, foi intensificada a luta armada na região de Cabinda, seguindo o lema adotado nesta conferência: “A força do MPLA reside no apoio que lhe concedem as camadas populares no interior do país.”¹⁸⁹ A conferência de quadros aprovou resoluções sobre a unidade interna e o desenvolvimento da luta e disciplina. Decidiu-se, igualmente, reclamar junto da OUA e dos países africanos a cessação imediata do apoio ao GRAE, por se tratar de um “governo” não representativo do nacionalismo angolano e constituir um dos elementos patrocinados pelo imperialismo, isto é, pelos Estados Unidos e seus aliados. Foi também decidido reafirmar o apoio às organizações integrantes da CONCP e determinado que o 4 de Fevereiro seria o dia do “nacionalismo angolano”.

Agostinho Neto, com 41 anos de idade, foi reeleito presidente do MPLA com maioria absoluta¹⁹⁰. A direção tornou-se mais centralizada, foi reafirmada a política de não-alinhamento, o combate ao regionalismo e ao tribalismo. Luiz de Azevedo passou a dirigir o Departamento das Relações Exteriores. Em maio de 1964, Agostinho Neto confere poderes a Lúcio Lara, que tinha na altura 35 anos, para cuidar de “todas as questões relacionadas com o MPLA”¹⁹¹. Quatro anos depois, Mário de Andrade foi reintegrado, mas por pouco tempo, como nos dá conta Dino Matross nas suas memórias:

¹⁸⁷ Lúcio Lara, vol. III, *op. cit.*, pp. 300-301.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 340.

¹⁸⁹ Dino Matross, *Memórias, 1961-1971*. Luanda: Nzila, 2007, p. 438.

¹⁹⁰ Carta de Daniel Chipenda dirigida aos camaradas Afonso Van Dúnem, Luísa Gaspar e Julião Mateus, com data de 16 de janeiro de 1964. Dino Matross, *op. cit.*, p. 428.

¹⁹¹ Lúcio Lara, vol. III, *op. cit.*, p. 565.

Em meados de 1968, Mário Pinto de Andrade dá algum sinal. Voluntariamente, entra em contacto com a Direção do MPLA e pede a sua reintegração nas fileiras do movimento, sendo de novo aceite. Regressa para o Leste, 3.^a Região, fronteira com a Zâmbia. É recebido pela direção e pelos militantes com simpatia e satisfação. Nessa altura, a guerrilha, tanto no Leste como na 4.^a Região, ganhava grandes espaços (...).

Não haviam passado seis meses da sua reintegração no MPLA, já que tinha sérias dificuldades em aguentar as difíceis condições da guerrilha, pese embora estivesse na fronteira, acabou definitivamente por abandonar a luta e o MPLA. Regressou à procedência, ou seja, ao estrangeiro (...)¹⁹²

Em 1969, uma “comissão política”, em Praga, dirigida pelo Isaac Moisés Sebastião, estudante de Medicina, pedia a demissão de Agostinho Neto, propondo Mário de Andrade, na altura com 40 anos de idade, ou então a sua reintegração no MPLA, que naquele ano substituiu a palavra de ordem: “Vitória ou Morte” por “Um só povo, uma só nação. Guerrilheiro ao ataque! MPLA – A vitória é certa!”¹⁹³ Após a proclamação da RPA, o movimento de libertação, já transformado em partido único, irá adotar o *slogan* “MPLA é o povo, o povo é o MPLA”, para “impor a cultura política da *família MPLA* a todos os angolanos. Quem não é MPLA não é angolano. Quem estivesse contra o MPLA estava contra Angola.”¹⁹⁴

2.2.6 Participação em conferências e reforço da ação política do Movimento Popular de Libertação de Angola

O MPLA esteve presente na Conferência afro-asiática de Moshi, em fevereiro de 1963¹⁹⁵, na Tanzânia, à qual se associou Mário de Andrade, que também participou na conferência de chefes de Estado dos países africanos, em Adis Abeba, em maio daquele ano, depois de Agostinho Neto ter visitado os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, França, Itália, Suíça, Argel, Marrocos e Tunísia¹⁹⁶. Nestes países, manteve contactos com os meios anticolonialistas; agradeceu o acolhimento dado pelo presidente Julius Nyerere e,

¹⁹² Dino Matross, *op. cit.*, p. 51.

¹⁹³ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 110 00 30 “MPLA”, NT 2545-2562, folha 449.

¹⁹⁴ Margarida Paredes, *op. cit.*, p. 23.

¹⁹⁵ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Conferência de Solidariedade Afro-Asiática em Moshi, entre 4-11 de fevereiro de 1963; Ida de Mário de Andrade à Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, 3 de fevereiro de 1963”.

¹⁹⁶ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Viagem de Agostinho Neto à Europa e África do Norte, 11 de março de 1963”.

ao mesmo tempo, pediu apoio para a luta contra a política colonial, desejo “dos povos de África, da Ásia e da América Latina”¹⁹⁷.

Entretanto, a Conferência de Moshi apelou para a intensificação da luta contra o colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo e para a criação de uma frente nacional unida em cada um dos países ainda não independentes, de modo a tornar a luta pela independência mais eficaz; pediu aos países africanos e asiáticos independentes para boicotarem a participação de Portugal nas reuniões internacionais, nomeadamente em África e na Ásia, e para proibirem a utilização do seu espaço aéreo; recomendou que se estabelecesse no seio do grupo afro-asiático, nas Nações Unidas, uma ação concertada para condenação do Estado português no Conselho de Segurança. A conferência decidiu apoiar os esforços da CONCP.

Em suma, a Conferência de Moshi exortou à utilização do fundo de solidariedade afro-asiático e a que se empregassem esforços para auxiliar a luta pela independência das ex-colónias portuguesas; apelou ainda para a libertação do padre Joaquim Pinto de Andrade e de todos os presos políticos angolanos, assim como recomendou que o 4 de Fevereiro fosse observado como “a jornada de Angola”¹⁹⁸, em benefício do MPLA.

Foi, precisamente, na Conferência de Adis Abeba, realizada em maio de 1963, que o MPLA apresentou um memorando no qual pedia ajuda material, financeira, bolsas de estudo e facilidades de acesso na imprensa africana para publicação de notícias e informação. Por outro lado, o boletim da Agência Itália, de 15 de maio de 1963, dá conta de uma entrevista de Mário de Andrade, na qual este dirigente destacou a ajuda da Argélia no domínio político, técnico e militar, uma vez que o MPLA esperava a criação de condições para a rutura total dos Estados africanos com Lisboa, por intermédio do boicote diplomático, económico e a convocação do Conselho de Segurança sobre o colonialismo português, assim como o incremento do auxílio africano ao nacionalismo angolano, que devia ser concertado.

A imprensa do Brasil, país onde o MPLA contava com a colaboração de José Lima de Azevedo, através do jornal *Tribuna da Imprensa*, de 6 de junho de 1963, reproduz as declarações de Mário de Andrade condenando o colonialismo, antes da reunião de Adis Abeba, que contou com o apoio de Marrocos e da Argélia. Mário de Andrade mostrou-se satisfeito com a criação do Comité dos 9 (Argélia, Congo-Léopoldville, Etiópia, Guiné-Conacri, Nigéria, Uganda, RAU, Senegal e

¹⁹⁷ *Vitória ou Morte – Boletim de Informação do MPLA*, n.º 18, de 27 de abril de 1963, p. 21.

¹⁹⁸ *Vitória ou Morte – Boletim de Informação do MPLA*, n.º 17, de 12 de março de 1963, p. 12.

Tanzânia) e com a resolução de Adis Abeba. O Comité dos 9 decidiu acolher nos respetivos territórios os movimentos de libertação e, simultaneamente, favorecer ajuda logística, financeira e diplomática.

Em Winneba, Gana, Agostinho Neto participou na conferência de solidariedade afro-asiática realizada em maio de 1965. Na sua intervenção, pediu solidariedade e ajuda dos países afro-asiáticos. Em relação ao problema colonial português, reconheceu que, perante a intransigência do Estado Novo, a luta armada era a única via para a independência política de Angola¹⁹⁹.

A conferência ocorrida em Havana, em janeiro de 1966, presidida pelo ministro cubano das Relações Exteriores, Raul Roa, e tendo como secretário da conferência Youssef Sebai, secretário-geral do Comité de Solidariedade Afro-Asiática da RAU, aprovou resoluções sobre as colónias portuguesas e declarou o seu apoio aos movimentos de libertação e à sua luta pela independência política; à unificação dos movimentos de libertação; à formação de quadros; à cooperação política e económica para auxílio dos movimentos de libertação²⁰⁰.

A delegação do MPLA era composta por Luís de Azevedo, Luís de Almeida, Miguel Baya António, Paulo Jorge, Nicolau Spencer, José César Augusto, Daniel da Costa Garcia. Mário de Andrade, da CONCP, também esteve presente. A revista de artes e literatura de África, Ásia e América Latina²⁰¹, *La Gaceta de Cuba*, na sua edição de 1966, fez referência a poetas das ex-colónias portuguesas. Publicou o poema de Agostinho Neto intitulado “Fuego y Ritmo”, cuja versão em língua portuguesa se intitula “Fogo e Ritmo”, que reproduzimos a seguir:

¹⁹⁹ AHD/MNE, PAA, Maço 107.

²⁰⁰ AHD/MNE, PAA, Maço 226.

²⁰¹ *La Gaceta de Cuba*, Enero-Feb. 1966, pp. 5-6.

Sons de grilhetas nas estradas
canto de pássaros
sob a verdura húmida das florestas
frescura na sinfonia adocicada
dos coqueirais
fogo
fogo no capim
fogo sobre o quente das chapas do Cayatte

Caminhos largos
cheios de gente cheios de gente
cheios de gente
em êxodo de toda a parte
caminhos largos para os horizontes fechados
mas caminhos
caminhos abertos por cima
da impossibilidade dos braços

Fogueiras
Dança
tam-tam
ritmo

Ritmo na luz
ritmo na cor
ritmo no som
ritmo no movimento
ritmo nas gretas sangrentas dos pés descalços
ritmo nas unhas arrancadas
Mas ritmo
Ritmo
Ó vozes dolorosas de África!²⁰²

A conferência que teve lugar em Havana, em janeiro e em maio de 1966, permitiu a criação do Secretariado Executivo, liderado pelo capitão Osmani Cienfuegos, membro do Partido Comunista Cubano (PCC). Agostinho Neto e José Mendes de Carvalho estiveram em Havana, onde conversaram com Fidel Castro. Em outubro de 1966, o MPLA envia a Cuba o primeiro grupo de jovens para treinos militares. Luís de Azevedo

²⁰² Agostinho Neto, *Sagrada Esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1979, pp. 139-140. O poema fez parte da antologia publicada pela *Revista de Estudos Ultramarinos* do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em finais da década de 50, e foi depois integrado no livro *Sagrada Esperança*. O poema foi traduzido e publicado também em russo por Lídia Netratova.

Júnior, numa entrevista que concedeu naquele ano ao diário cubano *El Mundo*²⁰³ reconheceu o quanto era decisivo o apoio cubano para o MPLA, como se veio a confirmar antes e após a proclamação da RPA.

Os países africanos independentes mostraram preocupação pela independência de Angola e das outras ex-colónias portuguesas, assim como pela situação política na África do Sul, na Rodésia do Norte (Zâmbia) e na Rodésia do Sul (Zimbabué). Os Estados independentes recomendaram sanções económicas ao Estado português, a retirada imediata de soldados de Angola, assim como a libertação dos presos políticos; fizeram apelo a todos os Estados africanos independentes para reforçarem medidas que levassem ao isolamento internacional de Portugal e à exclusão do país de todos os organismos internacionais²⁰⁴. Neste sentido, o MPLA, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) aproveitaram a participação nas conferências para solicitarem também apoio²⁰⁵.

O MPLA levou a cabo vários contactos para obter apoio e afirmação política, como nos dão conta as visitas de Agostinho Neto a Bona, Frankfurt/Main, Estugarda, Munique e Friburgo, em janeiro de 1963²⁰⁶. Em Frankfurt, conversou com Carlos Schmidt, vice-presidente do Partido Alemão Social Democrata, que, em 1955, tinha coordenado o debate do problema da independência da Argélia.

O jornal sueco *Dagens Nyheter*, de tendência liberal, publicou, na sua edição de 8 de junho de 1963, uma reportagem sobre a visita feita por Mário de Andrade à Suécia, onde manteve encontro com estudantes e políticos, em busca de apoio material e financeiro. Em entrevista à televisão sueca, criticou a política do Estado português. Durante a estada naquele país, fez referência à reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos em Dakar, onde foram tomadas decisões sobre a forma de levar a questão angolana às Nações Unidas e de fazer aprovar sanções diplomáticas e económicas contra Portugal²⁰⁷.

Na realidade, o “*Aide Mémoire sur le question angolaise a l’intention de la Conférence de l’OUA*”, apresentado pelo MPLA, inicialmente, em Lagos, destaca as

²⁰³ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 4328 CI (2) “Penetração Cubana em África”, NT 7348, folha 512.

²⁰⁴ AHD/MNE, PAA, Maço 83.

²⁰⁵ AHD/MNE, PAA, Maço 92.

²⁰⁶ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Relatório sobre a visita de Agostinho Neto a Alemanha, elaborado por Luís de Almeida, de 25 de janeiro de 1963”.

²⁰⁷ AHD/MNE, PAA, Maço 7.

dificuldades do movimento em Léopoldville, bem como a não-afirmação do nacionalismo angolano, ao mesmo tempo que pedia liberdade de ação no Congo-Brazzaville e em Léopoldville. Por esta razão, o MPLA criticou alguns Estados africanos pela ausência e atenção aos ganhos “presentes e futuros do povo angolano”²⁰⁸.

A reunião da CONCP, cujo secretariado era composto por Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Amália Fonseca e Aquino de Bragança, realizada em Dar-es-Salam, em outubro de 1965, tratou de questões político-militares, das relações externas dos movimentos de libertação e da conjuntura internacional. Na sessão de abertura, esteve presente o ministro tanzaniano Oscar Kambona, presidente, na altura, do Comité de Libertação de África da OUA, que recordou a conferência realizada em Casablanca, em abril de 1961. Agostinho Neto congratulou-se por participar com a sua delegação e considerou que aquele encontro iria marcar a etapa de luta contra o colonialismo e o imperialismo²⁰⁹.

Em 1966, foi aberta a frente leste (Moxico e Cuando Cubango) e enviado reforço para a frente norte. Entretanto, o MPLA dá início à sua transferência para o interior de Angola, intensifica a luta armada e prepara assembleias regionais em Cabinda e no Moxico para debater problemas políticos, militares e sociais. No Catanga, Holden Roberto tinha alguns apoiantes e delegados nas regiões de Jadotville, Kolwezi e Dilolo, que foram importantes para enviar propaganda e material de guerra para o interior de Angola. Um grande número de naturais de Angola residentes no Catanga era originário do Centro e do Sul de Angola. Alguns eram catequistas das missões dos Adventistas do Sétimo Dia do Moxico e outros deslocados eram provenientes da Lunda. Entretanto, as dificuldades financeiras da FNLA contribuíram para que a sua atividade política e a do seu representante não fosse levada a cabo entre os angolanos deslocados.

As representações do MPLA na Tanzânia e na Zâmbia foram cruciais para a primeira missão de transporte de armas para a frente leste, em janeiro de 1966. A ação militar no Leste de Angola teve lugar, de acordo com Daniel Chipenda, em maio de 1966, em Lumbala²¹⁰. Aníbal de Melo, também conhecido por Kamaxilo, foi responsável pelos programas da rádio e representante na Tanzânia e na Zâmbia, país

²⁰⁸ Carta de Agostinho Neto aos chefes de Estado africanos, em dezembro de 1965. *História do MPLA*, 1.º vol., *op. cit.*, p. 242.

²⁰⁹ *La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises. La conférence de Dar-es-Salam*. Information CONCP: Alger, 1968, p. 93.

²¹⁰ Dino Matross, *op. cit.*, p. 114; Daniel Chipenda, “Revolta do Leste”, in José Freire Antunes, vol. 2, *op. cit.*, pp. 845-850.

onde era conhecido como “Mister de Melo”. Por causa de dificuldades financeiras, naquela altura o MPLA beneficiou dos veículos da Frelimo e do Conselho Nacional Africano/África do Sul (ANC), concedidos pelo Governo zambiano.

Quanto ao MPLA, estava empenhado em manter as células que tinha em Malanje e na Lunda, e mostrou-se preocupado por não ter nenhum representante no Catanga, mas procurou obter informação dos angolanos aí residentes, a quem deu panfletos para distribuir, graças à colaboração de alguns informadores que tinha no Catanga e que agiam clandestinamente.

3. “Corrida” ao poder político

Com a ajuda da CONCP, o MPLA foi reconhecido na Conferência do Comité de Libertação da OUA, em Argel, em julho de 1968²¹¹. Naquele ano, a UNITA recebeu auxílio, em Lusaka, de algumas organizações da Suíça, país onde contava com o apoio de Ruben Chitacumbi²¹². O congresso da UNITA, realizado em 1969, em Sachinbanda, tomou a decisão de enviar para a OUA um memorando, pedindo reconhecimento.

Em 1969, nos dias 18 a 20 de janeiro, a delegação do MPLA presente na Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas e da África Austral²¹³, realizada em Cartum, no Sudão, era constituída por Agostinho Neto, Paulo Jorge, Carlos Rocha e Francisco Barros. A conferência teve lugar no Sudão por este país ser, então, um dos Estados africanos (além da Argélia, Guiné e Egito) convenientes para acolher os movimentos de libertação da África Austral. O Sudão mantinha boas relações com a União Soviética, com quem chegou a estabelecer relações económicas.

Estiveram presentes em Cartum delegados do ANC, da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), do PAIGC, da Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) e da Zimbabwe African People’s Union (ZAPU), movimentos de libertação reconhecidos pelo Comité de Libertação da OUA. O comunicado conjunto das delegações dos representantes de movimentos de libertação de Angola, da África do Sul, de Moçambique e do Zimbabué – nomeadamente a Zimbabwe African National Union (ZANU), a UNITA, o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) e o Pan-Africanist Congress (PAC), da África do Sul, que não estiveram presentes por não terem sido ainda reconhecidos pela OUA –, emitido em Londres, realçou o facto de a URSS pretender controlar os movimentos de libertação de África²¹⁴.

²¹¹ Julião Soares Sousa, *MPLA, op. cit.*, p. 16.

²¹² João Paulo Guerra, *Savimbi. Vida e morte*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002, p. 208; Jorge Valentim, *1954-1975. Esperança: época de ideais da independência e dignidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2005, p. 189.

²¹³ As reuniões da comissão preparatória da Conferência de Cartum, realizadas em Helsínquia, em setembro e outubro de 1968, contaram com a participação de Youssef Sebai, secretário-geral da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.

²¹⁴ Informação da delegação da PIDE em Moçambique, de 29 de janeiro de 1969, dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Ministério do Ultramar e a outras entidades portuguesas. AHD/ MNE, PAA, Maço 222.

O 2.º volume da *História do MPLA*²¹⁵, no seu capítulo I, expõe a ação política levada a cabo por aquele movimento de libertação, destacando a Conferência Internacional de Solidariedade que teve lugar em Cartum, Sudão, para preparar a Conferência Internacional de Solidariedade com os movimentos de libertação africanos, realizada em Roma, em junho de 1970. No apelo que os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA emitiram na reunião preparatória da Conferência de Roma, no dia 12 de janeiro de 1970, foi lembrada a anterior Conferência realizada em Cartum²¹⁶. A delegação do MPLA que participou na Conferência de Roma, nos dias 27 a 29 de junho de 1970, era composta por Agostinho Neto e Maria Eugénia Neto, António Alberto Neto, Fernando da Costa Andrade, José Condesse, Joaquim Castro Lopo, Lúcio Lara e Ruth Lara.

A Conferência de Roma de 1970, através da comissão de mobilização política, fez um apelo aos partidos políticos e às organizações internacionais para interditem a participação das companhias financeiras dos respetivos países nos investimentos nas ex-colónias portuguesas; propôs sanções económicas sobre Portugal, tal como a revisão das vantagens de que aquele país beneficiava na Associação Europeia de Comércio Livre; defendeu a suspensão da discussão da candidatura de Portugal ao Mercado Comum Europeu; advogou a criação, em todos os países participantes da Conferência de Roma, de comités de apoio e solidariedade aos movimentos de libertação reconhecidos pela OUA. Coube à comissão de apoio a organização de campanhas de solidariedade com os movimentos de libertação nos dias em que se assinalavam os aniversários do início da luta pelos movimentos de libertação: 4 de fevereiro para o MPLA; 3 de agosto para o PAIGC e 25 de setembro para a Frelimo.

Terminada a Conferência de Roma, Agostinho Neto, do MPLA, Marcelino dos Santos, da Frelimo, e Amílcar Cabral (1924-1973), do PAIGC, foram recebidos pelo Papa Paulo VI (1897-1978), no dia 1 de julho de 1970²¹⁷. A audiência tinha sido pedida por Marcella Glisenti, presidente da secção italiana da *Présence Africaine*, numa carta que dirigiu à Secretaria de Estado do Vaticano, datada de 29 de maio de 1970, endereçada a Monsenhor Frana, como nos dá conta a revista italiana *Nuovi Tempi*, na

²¹⁵ *História do MPLA*, 2.º vol., *op. cit.*, pp. 19-34.

²¹⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo SC CI (2) “Relatórios recebidos da Delegação de Angola”, NT 7921-7924, folha 5. Daniel Chipenda, do MPLA, participou na reunião preparatória. Daniel Chipenda, “Revolta do Leste”, in José Freire Antunes, *op. cit.*, pp. 845-850.

²¹⁷ Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998, pp. 180-185; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 13.20.A/21 “Audiência dada pelo Papa a Elementos Terroristas”, NT 1889, folha 1.

sua edição de 6 de dezembro de 1970. Marcelino dos Santos, da Frelimo, entrevistado pelo jornalista português José Pedro Castanheira, na década de 90, afirmou que no encontro que tiveram com o Papa foi dado a conhecer o sentido da luta²¹⁸.

Após o encontro com o Papa, que demorou alguns minutos, Agostinho Neto visitou alguns países, entre os quais a Dinamarca, a convite do Partido Social Democrata, e a Suécia, país onde foi recebido por Olof Palme. A audiência papal gerou uma forte reação por parte das autoridades políticas e religiosas. Marcelo Caetano, presidente do Conselho português, falou sobre a audiência no dia 7 de julho²¹⁹. O arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel, sucessor de D. Moisés Alves de Pinho, lamentou o facto de o Papa ter recebido em audiência os líderes dos movimentos de libertação, segundo o jornal *Diário de Notícias*, na edição de 7 de julho de 1970. A manifestação de indignação pública que estava prevista em Angola foi cancelada após o discurso de Marcelo Caetano²²⁰. A Secretaria de Estado do Vaticano, para minimizar o sucedido, emitiu um comunicado onde se lê:

Não se tratou de uma audiência no sentido próprio do termo; no quadro dos encontros de carácter geral que, na qualidade de Pastor Universal, Sua Santidade tem com inúmeros grupos de católicos e não católicos, das mais diversas proveniências, o Santo Padre entendeu não poder opor uma recusa ao pedido de um breve encontro que lhe chegou da parte de um grupo de pessoas de que se trata. Fê-lo pela forma mais simples, mais discreta e menos significativa que possível fosse: não na Basílica de S. Pedro, onde se realiza a audiência geral, mas numa sala de passagem, quando regressava, terminada a audiência geral (...) ²²¹.

Carlos Zola, que se apresentou como representante na Europa da Frente de Libertação Nacional Angolana (FLNA), com sede em Kinshasa, criticou a Conferência de Roma, considerando-a uma iniciativa da União Soviética²²². Segundo Jorge Valentim, a Conferência de Roma foi uma “grande cartada político-diplomática da URSS”²²³ em benefício do MPLA, do PAIGC e da Frelimo.

²¹⁸ Revista do jornal *Expresso*, 15 de julho de 1995, p. 48.

²¹⁹ O texto integral encontra-se publicado no semanário católico *A Defesa*, 11 de julho de 1970.

²²⁰ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 13.20 A/21, proc. cit., folha 6.

²²¹ O texto integral encontra-se publicado no jornal *A Capital*, 9 de julho de 1970, pp. 1 e 24.

²²² AHD/MNE, PAA, Maço 223.

²²³ Jorge Valentim, *1954-1975, op. cit.*, p. 213.

3.1 Reestruturação política, informação e propaganda do Movimento Popular de Libertação de Angola

A ação política do movimento de libertação, sob liderança de Agostinho Neto, teve como base o princípio de independência e de solidariedade anti-imperialista. A este propósito, foi lembrada a declaração proferida pelo líder aquando da sua participação na Conferência de Roma, em junho de 1970, onde afirmou o seguinte:

O MPLA, nunca é demais repetir, tem um programa preciso de luta que se opõe a toda e qualquer forma de opressão e exploração imperialista colonialista e neocolonialista. Na nossa luta sem desfalecimento através de numerosas dificuldades de toda a espécie, nós mantivemos sempre uma atitude de independência que nos é imposta pelos interesses supremos do nosso povo. Esta atitude, queremos-la compreendida por todos os nossos amigos sinceros.²²⁴

Mas a crise económica da década de 70, que os países ocidentais atravessavam naquela altura, estava relacionada, em parte, com a quebra do lucro e também com a redução dos investimentos privados e o aumento do desemprego em países como os Estados Unidos, França, Itália, Inglaterra e Japão. As despesas militares aumentaram e os países capitalistas levaram a cabo esforços para alargarem e conquistarem os mercados internacionais, para obtenção de lucro.

As dificuldades materiais e logísticas do MPLA eram enormes. Na região do Cunene, no Sudoeste de Angola, o movimento levou a cabo um programa de desmobilização. Em Cabinda, foi destruída alguma propaganda portuguesa e, na frente norte, o MPLA tinha dificuldades no reabastecimento, devido à recusa de alguns países vizinhos.

Em abril de 1970, Agostinho Neto propõe a realização de uma conferência para redefinir a orientação política a ser seguida, devido a problemas internos, nomeadamente informações que davam conta da sua substituição da presidência por causa de notícias do seu estado precário de saúde.

Nessa altura, Iko Carreira escreveu uma carta (reproduzida no anexo documental, p. 223) para Mário de Andrade, convidando-o para dirigir o DRE, numa fase em que o MPLA tinha representantes na Europa e em África. Entretanto, Mário de Andrade

²²⁴ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Os Representantes no exterior do Movimento Popular de Libertação de Angola, chamados a reunir-se para passar em revista, s/data”, folhas 13-14.

manteve a sua posição crítica em relação ao poder colonial e ao nacionalismo angolano, aquando da sua demissão, altura em que passou a dedicar-se à CONCP.

Nas reuniões da Comissão de Coordenação Político Militar, realizadas em novembro de 1970 e nos meses de janeiro e de abril do ano seguinte, o MPLA debruçou-se sobre a questão da estrutura militar para a guerrilha, quando já dispunha de guerrilheiros com preparação militar.

Em 1971, o MPLA teve necessidade de ajustar a sua política para com o exterior, entendida como reflexo da política interna, para eliminar, no plano internacional, os obstáculos e mobilizar apoios para a independência política de Angola, afirmando-se externamente como o único representante legítimo de Angola. Para o efeito, convocou os seus representantes para, em conjunto, refletirem sobre as relações externas e fazerem o balanço dos dez anos de luta político-militar em prol da independência política.

A reunião teve lugar em Kitexe II²²⁵, localizado no Leste de Angola, no Sikongo²²⁶, onde foi apresentado, ao comité diretor do MPLA, o relatório sobre questões estruturais, estratégicas e táticas. Os representantes no exterior foram considerados fundamentais, uma vez que a luta para a independência não dependia apenas da luta armada, como reconheceu Agostinho Neto, quando afirmou que, se o MPLA mobilizasse a opinião pública internacional, o regime político do Estado Novo não podia “usar a sua força militar, por maior que ela fosse”²²⁷.

Entretanto, a reunião em Kitexe II tomou algumas decisões importantes, que vamos destacar a seguir. O primeiro conjunto de medidas diz respeito à reorganização das estruturas relacionadas com o Departamento das Relações Exteriores, o seu regulamento interno e a parte respeitante à coordenação das atividades no exterior. Do segundo grupo de medidas aprovadas, realçamos: a obtenção, pelo MPLA, do estatuto de observador nos organismos especializados das Nações Unidas; a possibilidade de apresentar a questão angolana ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia e de pressionar o Congo-Kinshasa, utilizando países com os quais mantinha relações, para

²²⁵ A reunião deve ter sido realizada em novembro ou dezembro de 1971. Em janeiro de 1972, teve lugar naquele local o Congresso do MPLA. A reunião, presidida por Agostinho Neto, teve lugar entre 27 de setembro e 3 de outubro de 1971. Maria Eugénia Neto e Irene Neto (coord.), *op. cit.*, p. 327.

²²⁶ O mapa indicando a localidade está reproduzido em *Lúcio Lara “Tchiweka”: 80 anos*, p. 95.

²²⁷ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Os Representantes no exterior do Movimento Popular de Libertação de Angola, chamados a reunir-se para passar em revista, s/data”, folha 1.

alterar a sua posição em relação a Angola; a possibilidade de estabelecimento de uma representação na Nigéria, cuja área de responsabilidade devia abranger a África Central.

Foi sugerido o envio regular, a todos os Ministérios dos Negócios Estrangeiros do mundo, de informação sobre o desenvolvimento da luta político-militar; propôs-se também a crítica da política do Malawi, da África do Sul e da Rodésia; foram aprovadas ainda duas recomendações de modo a permitir reajustar as relações com o PAIGC e a Frelimo no âmbito da CONCP; finalmente, foi recomendado que as relações do MPLA com o ANC, a SWAPO e a ZAPU fossem também no sentido de os levar a intensificarem a luta armada nos seus respetivos países.

Relativamente aos problemas estruturais, foram apontadas como ponto fraco: a falta de coordenação entre os vários departamentos, a ausência de uma supervisão dos trabalhos realizados pelos representantes no exterior, bem como a falta de normas, tendo em consideração as mudanças na conjuntura internacional na década de 70. Desta forma, os representantes no exterior foram exortados a reajustar, com a máxima urgência, a política no exterior, de forma a definir-se com clareza quais eram os aliados e quais os inimigos do MPLA.

Quanto à falta de coordenação política entre os vários departamentos, a reunião concluiu que esta situação se deveu à ausência de um regulamento interno do Departamento das Relações Exteriores e de estruturas para levar a cabo as ações políticas no exterior. Foi também realçada a falta de políticas concertadas durante os dez anos de luta, os quais permitiram ao MPLA, por via da sua política, afirmar-se como movimento revolucionário contra a luta de classes, o colonialismo e o imperialismo. Entretanto, era necessário, contudo, que reforçasse a criação de bases para a revolução socialista, para consolidar o poder popular sob orientação marxista.

No que se refere à situação internacional à data da reunião dos representantes do MPLA no exterior, a conjuntura era caracterizada pela crise económica e política, nomeadamente em países como o Japão, França, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Itália. Porém, a existência de Estados não capitalistas na Europa, na Ásia e na América permitiu a luta de libertação em vários países do mundo, bem como a luta contra a hegemonia dos Estados Unidos em África, na Ásia e na América Latina.

Em relação às organizações internacionais, o MPLA exortou os seus representantes a estarem presentes em reuniões e conferências internacionais, levando a cabo propaganda de modo a que o movimento ganhasse visibilidade enquanto única força legítima de Angola. Assim, teve de apelar para a necessidade urgente da presença

de um representante nas Nações Unidas, integrado numa delegação africana de países amigos do MPLA, pelo menos durante os debates da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e em outros organismos com o estatuto de observador. Noutras organizações internacionais de solidariedade, o esforço dos representantes devia ser no sentido de fazer com que a questão angolana figurasse como prioritária.

Durante a reunião realizada em Kitexe II, foi também proposto que as representações tivessem sete áreas de influência, distribuídas de seguinte forma: a primeira e a segunda abrangeriam os países europeus pela seguinte ordem: Itália, Áustria, Suíça, França, Espanha, Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Islândia e Bélgica; da terceira área de influência faziam parte alguns países africanos, nomeadamente o Egito, a Líbia, o Sudão e países do Médio Oriente não especificados; da quarta área faziam parte todos os países socialistas, com destaque para a Jugoslávia e a Alemanha Federal. A quinta, sexta e sétima áreas de ação abrangiam apenas os países africanos, sendo formadas por três grupos: do primeiro faziam parte a Tanzânia, o Ruanda, a Somália, a Etiópia, o Quênia e o Burundi; no segundo grupo de países, encontramos Brazzaville e os países da África Ocidental; o terceiro grupo era formado pela Argélia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia.

Quadro 2 - Representações do Movimento Popular de Libertação de Angola (1972-1974)

Ásia	América	África	Europa
-	-	Argélia (Argel)	Itália (Roma)
-	-	Congo (Brazzaville)	Jugoslávia (Belgrado)
-	-	Egito (Cairo)	Suécia (Estocolmo)
-	-	Tanzânia (Dar-es-Salam)	-
-	-	Zâmbia (Lusaka)	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Os representantes no exterior foram exortados a intensificar a sua solidariedade na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, e a reforçar os seus esforços no sentido do estabelecimento do socialismo. Foram, igualmente, exortados a procurar apoio material, militar, económico, financeiro e diplomático; a realçar o facto de que a cooperação económica com o Estado Novo português, mantida por vários países, fortalecia a posição contra a política do MPLA. Por outro lado, cabia também aos representantes no exterior vincar a posição do MPLA no que diz respeito à

neutralidade política em relação aos conflitos entre Estados socialistas, designadamente o conflito sino-soviético.

Agostinho Neto enviou, a partir de Dar-es-Salam, em julho de 1972, uma circular²²⁸ aos representantes do MPLA em que chama a atenção para a atitude destes quando se encontram em serviço, no sentido de evitarem solicitar as representações, sobrecarregando-as com despesas pessoais e outras que não foram antevistas, devendo evitar também contactar as embaixadas para extensão de viagens sem autorização do comité diretor do MPLA. Quanto aos militantes que pretendessem viajar para a Tanzânia, Zâmbia e Brazzaville, deveriam informar os respetivos representantes com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

Durante a Conferência da OUA realizada em Adis Abeba, em fevereiro de 1972, a delegação do ex-Zaire (atual República Democrática do Congo) criticou o MPLA por perturbar as relações entre os Estados, nomeadamente os africanos. Por esta razão, o comité diretor do MPLA, na reunião que teve lugar em 14 de março de 1972, tomou a decisão de implementar a política de flexibilidade em relação ao ex-Zaire, de não dirigir acusações contra aquele país africano, nem destacar o diferendo existente com o MPLA, bem como a cooperação que as autoridades políticas zaienses mantinham com Portugal para levarem a cabo intensa campanha política contra o MPLA e o seu líder²²⁹. Estas medidas fazem parte da estratégia seguida na altura, tendo em conta o apoio de que o movimento liderado por Agostinho Neto gozava entre os países socialistas, que se intensificou após a Conferência de Roma, em junho de 1970.

Na verdade, o MPLA contava também com o apoio de vários chefes de Estado africanos, à exceção do ex-Zaire. A preocupação do MPLA estava centrada nos esforços do presidente Mobutu Sese Seko, que considerara Holden Roberto²³⁰ como o único interlocutor válido para a independência de Angola. O movimento de libertação de Angola manifestou a sua satisfação pelos progressos realizados no desenvolvimento das relações entre a Guiné-Conacri e o Zaire, considerando que a amizade deste país, vizinho

²²⁸ Documento reproduzido na íntegra em Dino Matross, *op. cit.*, pp. 470-471.

²²⁹ ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Carta circular do DRE [Departamento das Relações Exteriores] do MPLA a todos os representantes – policopiado, em francês, 1972”.

²³⁰ Durante a década de 70, as dificuldades financeiras levaram à dispensa de alguns colaboradores da FNLA, em Kinshasa, e o seu representante em Lubumbashi também sentiu a falta de fundos. O GRAE, já em dificuldades internas, em 1974 abriu a sua representação em Lusaka, autorizada em 1973. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 1641/60 SR “João Eduardo Pinock”, NT 3015, folha 83.

de Angola, e Conacri, considerado o mais revolucionário dos países africanos, podia contribuir para acelerar o processo de unificação do nacionalismo angolano²³¹.

Os delegados do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) estiveram reunidos em Kassamba²³², fronteira da 3.^a Região (Moxico) político-militar do MPLA, no dia 26 de outubro de 1972. A reunião definiu as normas a seguir na distribuição de informação política e militar aos seus departamentos, aos representantes no exterior, aos comités de apoio e à imprensa. Coube aos delegados do DIP residentes em Brazzaville e em Dar-es-Salam assegurar as publicações dos boletins do MPLA, assim como os discursos do presidente Agostinho Neto e as declarações do comité diretor do MPLA. Ao DIP de Brazzaville, foi atribuída a missão de emitir o programa radiofónico *Angola Combatente*, assim como a edição do boletim *Vitória ou Morte* e da documentação em francês. O DIP de Dar-es-Salam foi incumbido do encargo de editar o boletim *Angola in Arms* e a documentação em inglês.

Outro tema da reunião foi a criação de uma secção para produzir reportagens fotográficas, realizar *slides* e documentários de curta-metragem (de 30 minutos e, de preferência, a cores) sobre as atividades políticas e militares do MPLA, assim como a elaboração de material artístico, nomeadamente escultura, pintura e música popular, para depois ser difundido nos boletins. Neste contexto, os serviços fotográficos do MPLA de Lusaka foram incumbidos de assegurar a revelação dos rolos, assim como a preparação de fotografias para serem despachadas para as representações do movimento na Argélia, Belgrado, Cairo, Dar-es-Salam, Brazzaville, Estocolmo e Roma.

A representação da Argélia tinha a responsabilidade de enviar documentação para Marrocos, Tunísia, Mauritânia, Mali, Guiné-Conacri, Bélgica, França, Suíça e Canadá (francófono). A representação de Belgrado era responsável pela divulgação da documentação nos países socialistas da Europa, nos países asiáticos, Cuba, Chile e Peru. A Etiópia, o Chipre e os países árabes e anglófonos estavam sob responsabilidade do Cairo. Dar-es-Salam cobria todos os países anglófonos africanos e Brazzaville alguns países africanos como o Zaire, Gabão, Guiné Equatorial, Camarões, República Centro-Africana, Níger e Costa do Marfim. Quanto aos países escandinavos, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Canadá (de expressão inglesa) e Estados Unidos, eram abrangidos

²³¹ Sobre Mobutu e Angola, consultar Luiz Gonzaga Ferreira, *Quadros de viagem de um diplomata. África. Congo/Zaire – Angola*. Lisboa: Vega, 1999, pp. 343 e segs.

²³² Na fronteira da 3.^a Região (Moxico) político-militar. Dino Matross, *op. cit.*, p. 174.

pela representação de Estocolmo. A Somália, Espanha, Portugal e Brasil recebiam documentação da representação de Roma.

3.2 União Nacional para a Independência Total de Angola, busca de reconhecimento para a revolução democrática

Em entrevista concedida a José Antunes, na década de 1990, no Bailundo, Jonas Savimbi, relativamente a sua saída do GRAE, afirmou que se deveu à falta de debate intelectual interno²³³. A UNITA foi criada após a fundação do Comité da Unidade Revolucionária Angolana (CURA) e dois anos após o lançamento do manifesto “Ama Angola”, elaborado em Brazzaville, com data de 11 de dezembro de 1964, isto é, cinco meses após a demissão de Jonas Savimbi do GRAE, na Conferência da OUA, em julho de 1964, no Cairo²³⁴. Jonas Savimbi manteve contactos para se juntar ao MPLA, sem sucesso.

Em termos políticos, para José Ndele, militante da UNITA desde a sua origem, alvo de mandato de captura pela PIDE desde dezembro de 1963²³⁵, o manifesto, publicado em Brazzaville, foi dirigido ao MPLA e à FNLA, numa altura em que a unidade entre os movimentos de libertação era necessária. Jaka Jamba, militante desde a década de 70, realça o facto de a fundação não ter surgido por ambição pessoal, nem por divergências pessoais com Holden Roberto²³⁶.

Foi escolhida a sigla UNITA, simbolizando a unidade dos que acreditavam na derrota do colonialismo:

(...) não era um acrónimo feito a partir de um conceito (União Nacional para a Independência Total de Angola): Tony [António] da Costa Fernandes, ao viajar para a Suíça por Itália com Savimbi, achara graça ao título UNITÁ do jornal dos comunistas italianos. Como Savimbi procurava um nome para o partido que queria fundar, sucumbiram ao encanto brusco da palavra e batizaram-no logo ali, inventando depois as palavras para o acrónimo.²³⁷

²³³ Jonas Savimbi, “Arte de resistir”, in José Freire Antunes, vol. 2, *op. cit.*, p. 95; Douglas Wheeler e René Pélissier, *op. cit.*, pp. 316-317.

²³⁴ O texto do discurso de Jonas Savimbi está reproduzido em Jorge Valentim, *1954-1975, op. cit.*, pp. 108-110; João Paulo Nganga, *op. cit.*, pp. 178-179. Jonas Savimbi, “Arte de resistir”, in José Freire Antunes, *op. cit.*, p. 95.

²³⁵ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, processo 3509/61 SR “Manuel André Miranda, José D’Assunção Alberto Dele”, NT 3132, folha 106.

²³⁶ Amadeu José Freitas, *op. cit.*, pp. 112- 115.

²³⁷ Jaime Nogueira Pinto, *Jogos africanos*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008, p. 186.

O primeiro congresso da UNITA, realizado em Muangai, em 1966, apelou para a luta armada contra a política do Estado Novo. Nesse período, a disputa política entre a FNLA e o MPLA passa a contar com a UNITA.

Portanto, o ataque levado a cabo pela UNITA a Teixeira de Sousa (atual Luau), na véspera do Natal de 1966, originou a prisão e a expulsão de Jonas Savimbi da Zâmbia, em 1967, sob pressão da Tanganyica Concession. A prisão teve lugar após Savimbi ter visitado a Suécia, Noruega e Dinamarca. Foi deportado para o Cairo, onde fixou residência até ao segundo semestre de 1968, altura em que regressou ao interior de Angola clandestinamente, passando pela Zâmbia.

A expulsão de Jonas Savimbi da Zâmbia beneficiou o MPLA, que via na ação diplomática o complemento da guerrilha. Durante o exílio do líder da UNITA, Tiago Calemba foi nomeado coordenador das atividades políticas em Lusaka, auxiliado por Mateus Gregório Catalayo e Camotcha. Smarta Chata²³⁸, Muliata Canimbu e Jolomba estabeleceram ligação entre os militantes que se encontravam no exterior, a partir de Lusaka. Em termos políticos, durante o período de exílio de Jonas Savimbi no Cairo, foi criado o Conselho Superior no exterior, que contou com a assistência de António da Costa Fernandes, Jorge Sangumba, Estela Makunga e Miguel Nzau Puna.

Em entrevista ao jornal zambiano *The Natal Mercury*, de 2 de março de 1967, Jonas Savimbi afirmou que o objetivo da UNITA era obrigar as autoridades políticas portuguesas a negociar, tendo realçado que a criação de uma frente comum com o MPLA e a FNLA não podia ser por amalgamação.

Em julho de 1970, em Lusaka, durante a comemoração do 4.º aniversário da UNITA, foi decidido, por unanimidade, estudar as obras de Mao Tsé-Tung, militar, poeta, ideólogo e político chinês. Naquela altura, a UNITA enviou delegados para Adis Abeba, Bona, Bruxelas, Londres, Genebra, Argel, Rabat, Conacri e Cairo para obterem apoios. Os delegados na Europa contactaram com deputados socialistas e estudantes de esquerda.

Jonas Savimbi considerou a OUA uma organização burocrática, segundo o jornal zambiano *Times of Zambia*, na edição de 18 de dezembro de 1970. Naquele ano, a UNITA obteve das autoridades zambianas permissão para que estrangeiros passassem pela Zâmbia para visitarem as zonas onde os guerrilheiros estavam implantados, numa

²³⁸ Natural da Lunda, membro da Associação dos Tchokwe [Quioco] do Congo, Angola e Rodésia (ATCAR), também conhecida por Associação dos Quiocos, veio a aderir à UNITA, tendo sido o primeiro vice-presidente.

altura em que estes já tinham assimilado as técnicas de guerrilha mas lhes faltava apoio externo.

O ano de 1971 foi decisivo para o movimento se dar a conhecer no exterior, devido à divulgação do jornalista britânico Mike Marshment, que, após ter mantido contacto com Jonas Savimbi e os guerrilheiros da UNITA, criticou o jornalista e historiador Basil Davidson, pró-MPLA. Foi Jorge Sangumba que contactou o jornalista austríaco Fritz Sitte, experiente na cobertura em cenários de guerra, desafiando-o a visitar os guerrilheiros, cabendo a Samuel Chiwale a missão de esperar o jornalista no aeroporto de Lusaka, em maio de 1971. O jornalista Fritz Sitte considerou os guerrilheiros da UNITA como “chineses negros”, apreciando, naquela altura, o movimento de libertação por não pretender “uma doutrina comunista”, segundo o *The Observer*, de Londres, na edição de 9 de abril de 1972. Steve Valentine, repórter australiano do *Times* na Zâmbia, esteve também com os guerrilheiros.

É nessa fase que Jonas Savimbi assume o comando político e militar, reestrutura os órgãos de chefia e de base, afastando alguns elementos do comando, considerados indesejáveis, medida que excluiu alguns quiocos. Em 1972, Ruben Chitacumbe visitou Rabat, Conacri e Cairo. O apelo da UNITA, pedindo armas, medicamentos e o reconhecimento, dirigido à Zâmbia, ao Zaire e à OUA, foi publicado no jornal *Times of Zambia*, de 26 de setembro de 1972. Jonas Savimbi enviou um memorando ao general português Joaquim da Luz Cunha, em novembro de 1972, onde considera o MPLA como “obstáculo à paz, não apenas no Leste, mas em todo o território de Angola”²³⁹.

O contacto mantido com o secretário da embaixada chinesa em Lusaka, Tang Yung, permitiu, em finais de 1973, o envio, por parte da China, de material militar proveniente de Dar-es-Salam, transportado em viatura da SWAPO, para Lusaka, onde a UNITA era representada por Samuel Chitunda.

Entretanto, o MPLA conseguiu maior visibilidade política no exterior, devido ao apoio de organizações comunistas, situação que colocou a FNLA e a UNITA em desvantagem, apesar da ação de Jorge Sangumba, da UNITA, cuja atividade política no exterior se fazia sentir em várias capitais europeias e nos Estados Unidos, país onde o movimento liderado por Jonas Savimbi era representado por Gonzaga Lukata.

²³⁹ José Freire Antunes, *Nixon e Caetano. Promessas e abandono (1969-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 204, nota 1; Benjamim Almeida, *Angola. O conflito na frente leste*. Lisboa: Âncora Editora, 2011, pp. 113-124.

A conferência de imprensa em Paris, no dia 5 de outubro de 1973²⁴⁰, proferida por Jorge Sangumba, apresentou informação sobre o congresso da UNITA, realizado em agosto de 1973, que realçou a necessidade de ser adotada a revolução democrática em Angola, propondo: instaurar um governo de maioria angolana; organizar eleições gerais; promover a cultura angolana e africana; combater o inimigo da unidade, o tribalismo; garantir a emancipação da mulher e a igualdade dos Angolanos; proibir bases militares estrangeiras em Angola e criar um exército nacional. Outra decisão tomada pelos congressistas está relacionada com o pedido de reconhecimento a enviar à OUA, depois de a primeira tentativa efetuada não ter obtido o resultado esperado. Por sua vez, António Vakulukuta e José Ndele foram enviados para a Zâmbia, para contactos com K. Kaunda.

De facto, Jonas Savimbi opunha-se politicamente aos países socialistas, bem como à criação de uma frente comum com o MPLA e a FNLA²⁴¹. Na realidade, no primeiro trimestre de 1974, a UNITA, pouco conhecida e referida na imprensa em Kinshasa, mantinha o seu representante na Zâmbia, numa altura em que alguns angolanos provenientes de Brazzaville e de Kinshasa simpatizaram com Jonas Savimbi e a sua luta política.

3.3 Fim da soberania portuguesa em Angola e transição política

A revolução ocorrida em Portugal no 25 de Abril é um golpe militar levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) para derrubar o regime político do Estado Novo, que deu origem a um intenso debate sobre a descolonização, a democratização da sociedade portuguesa e a negociação direta com os movimentos de libertação envolvidos na guerra em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique²⁴². Foi reconhecido, dois dias depois, pelo Brasil, o poder político saído do golpe militar; na mesma altura, a

²⁴⁰ A versão completa do discurso, em língua francesa, está disponível no Arquivo da FMS/ Documentos Mário Pinto de Andrade, pasta 04317.002.001.

²⁴¹ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, processo 19603 CI (2) “Jonas Malheiro Sidónio Savimbi”, NT 7842, folha 791.

²⁴² Norrie MacQueen, *A descolonização da África portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998; Witney W. Schneidman, *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005; Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola. Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola*. Lisboa: D. Quixote, 2011.

África do Sul, os Estados Unidos e a República Federal Alemã (RFA) garantiram que as relações com Portugal se manteriam inalteráveis²⁴³.

Por outro lado, o presidente da Comissão da Descolonização das Nações Unidas pediu a Portugal que se pronunciasse a favor da independência dos territórios africanos²⁴⁴. O Partido Popular Democrático (PPD), relativamente às ex-colónias, considerava que Portugal devia defender “os interesses morais, culturais e económicos que tem em comum com as respetivas populações”²⁴⁵. O Partido Socialista (PS) declinou qualquer forma de neocolonialismo e sustentou relações de Estado a Estado com benefícios mútuos. Por seu turno, o MFA apelou para a “criação de condições para um debate franco e aberto”²⁴⁶.

O presidente R. Nixon confirmou pessoalmente ao general Spínola, no encontro nos Açores, a 19 de junho de 1974, que os Estados Unidos eram favoráveis à autodeterminação das ex-colónias portuguesas, tal como afirmavam desde 1961, momento peculiar nas relações entre Portugal e os Estados Unidos, quer em África quer na Ásia.

Após a promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74, de 26 de julho de 1974, que reconheceu o direito à autodeterminação e a adoção da independência dos territórios ultramarinos, em 9 de agosto de 1974, foi apresentado um plano de descolonização de Angola, onde é anunciada a constituição de um Governo provisório em que se encontrem representados os movimentos de libertação, os grupos da população com mais representação, “incluindo a etnia branca”²⁴⁷. Esta posição mereceu de Agostinho Neto a seguinte resposta: “Não há minorias nem estatutos especiais para qualquer parte do povo: um só povo, uma só nação, todos os Angolanos com direitos iguais e deveres iguais”²⁴⁸. Entretanto, Agostinho Neto, após visitar Londres, no mês de maio de 1974, tornou pública a sua mensagem em que dava garantias da continuidade de presença da população branca em Angola, desde que cumprissem as leis.

²⁴³ José Medeiros Ferreira, “O 25 de Abril no contexto internacional”, *Relações Internacionais*, julho de 2004, pp. 143-158.

²⁴⁴ José Medeiros Ferreira, “A descolonização: seu processo e consequências”, in José Mattoso (org.), *História de Portugal. Portugal em transe*, vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 57.

²⁴⁵ *Expresso*, 18 de maio de 1974, p. 5.

²⁴⁶ *Expresso*, 29 de junho de 1974, p. 17.

²⁴⁷ Fernando Tavares Pimenta, *op. cit.*, p. 372.

²⁴⁸ *História do MPLA*, 2.º vol., *op. cit.*, p. 170. FMS/Documentos Mário de Andrade, pasta 04339 003 011 “Mensagem do MPLA ao povo português, tornada pública por Agostinho Neto, aquando da sua passagem por Londres, 1 de maio de 1974”.

Na realidade, o fim do regime político do Estado Novo português teve consequências políticas, porque veio permitir que, em Angola, a soberania fosse disputada entre os diferentes movimentos de libertação, nomeadamente os subscritores dos Acordos de Mombaça (5 de janeiro de 1975), Alvor (15 de janeiro de 1975) e Nakuru (15 de junho de 1975). Na verdade, a descolonização formal de Angola, iniciada em 1974, esbarrou em profundas divergências políticas e ideológicas entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, que não tinham sido resolvidas durante as décadas de 60 e 70, altura em que os Estados Unidos e a União Soviética transferem a sua disputa para o continente africano.

Entretanto, o MPLA, dirigido por Agostinho Neto desde 1962, nessa época tinha maior visibilidade política do que a UNITA, reconhecida oficialmente pela OUA na cimeira dos chefes de Estado em Mogadíscio, em junho de 1974. Em termos políticos, o reconhecimento por parte daquela organização regional africana foi importante para a sua projeção internacional. Na verdade, com o enfraquecimento político da FNLA, chefiada por Holden Roberto desde 1962, consumado em 1976, a UNITA, comandada por Jonas Savimbi e com apoio externo, assume a partir daquele ano o papel de opositor político ao Estado angolano e ao MPLA até 2002.

No final do encontro que permitiu a assinatura dos Acordos de Alvor (com 60 artigos e 11 capítulos)²⁴⁹, em 15 de janeiro de 1975, em Alvor, discursaram Agostinho Neto, presidente do MPLA, e Costa Gomes, presidente da República Portuguesa. O presidente do MPLA, no seu discurso, considerou o MFA como quarto movimento de libertação e destacou as reformas democráticas em curso na sociedade portuguesa.

Por seu turno, o presidente da República Portuguesa fez referência ao Governo de transição de Angola, às eleições para a presidência de Angola, à transmissão do poder político em 11 de novembro de 1975, aludindo aos poderes de Angola independente, destacou o início de uma nova fase para a história de Angola. Segundo Holden Roberto, a escolha do dia 11 de novembro de 1975, em Alvor, para a proclamação da independência de Angola teve a sua aprovação, mas a recusa por parte de Agostinho Neto, defensor da ideia de que essa data coincidia com o fim da Primeira Guerra Mundial²⁵⁰.

O artigo 1.º dos Acordos assinados em Alvor reconheceu a FNLA, o MPLA e a UNITA como os únicos e legítimos representantes do povo Angolano; mencionava-se a

²⁴⁹ Reproduzido em Pedro Pezarat Correia, *op. cit.*, pp. 271-280.

²⁵⁰ Holden Roberto, *in* Drummond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 26.

cooperação entre Angola e Portugal, como nos dá conta o artigo 55.º dos Acordos, que refere a cooperação nos domínios culturais, científico, económico, comercial, com base no respeito mútuo e reciprocidade. Com os Acordos de Alvor, os movimentos independentistas de Cabinda não viram as suas aspirações satisfeitas nem reconhecidas, porque o artigo 3.º reconhece Angola como: “uma entidade una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos atuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.” A Resolução das Nações Unidas, de 13 de dezembro de 1974, relativamente ao processo de descolonização em Portugal, determinou que “a integridade dos territórios deve ser preservada”²⁵¹.

Relativamente à presença de Jonas Savimbi em Alvor, Agostinho Neto opôs-se, mas Holden Roberto achou que era melhor incluir o líder da UNITA de modo a ser resolvido o problema no contexto angolano²⁵². Alguns jornalistas que estiveram em Luanda consideraram Agostinho Neto uma “personagem enigmática, insondável, um ligeiro sorriso pairando sempre no seu rosto”; Holden Roberto, com “os olhos escondidos por detrás de uns óculos escuros”; Jonas Savimbi, “de olhos vivos de malícia”²⁵³.

Dois meses depois da assinatura dos Acordos de Alvor, intensificaram-se os combates entre o MPLA e a FNLA, em Luanda e pelo Norte de Angola, causando vítimas mortais e destruição de infraestruturas.

José Eduardo dos Santos, membro do MPLA, chegou a Bissau no dia 5 de maio de 1975, juntou-se a uma delegação daquele movimento de libertação, que se encontrava na capital guineense desde o dia 1 de maio daquele ano, composta por Paulo Jorge e Pedro Alves, do DRE do MPLA, que apresentaram uma exposição da situação política angolana, após os incidentes ocorridos em Luanda.

Entretanto, nem os Acordos de Nakuru entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, assinados no dia 21 de junho de 1975, nem o comunicado do MPLA, com data de 15 de julho de 1975, sobre a situação em Luanda e em Ndalatando, apelando para a normalização da situação para que a população regressasse às suas moradias, mudaram a situação de tensão em Angola, segundo o *MPLA PRESS – Boletim Diário de Informação* de 17 de julho de 1975.

²⁵¹ Citado por Carlos Blanco de Moraes, *O direito à autodeterminação dos povos: o estatuto jurídico do enclave de Cabinda*. Lisboa: Edições da Universidade Lusíada, 1998, p. 167.

²⁵² Fried Bridgland, *Jonas Savimbi. Uma chave para África*. Lisboa: Perspetiva & Realidades, 1988, p. 168; Holden Roberto, in Drummond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 23.

²⁵³ Georges Lecoff, *Angola. Independência envenenada*. Lisboa: Edições Flecha, 1977, p. 20.

Entre março e julho de 1975, as confrontações militares, em Luanda, entre a FNLA e o MPLA agravaram-se, tal como noutras cidades angolanas, com confrontos envolvendo os guerrilheiros do MPLA, da FNLA e da UNITA. Nos meses de junho e de julho de 1975, registou-se o início da deslocação de imensas famílias para fora de Angola, nomeadamente para a África do Sul e Portugal. Nos dias 16 a 21 de junho de 1975, teve lugar a cimeira de Nakuru que não conseguiu acabar com a violência em Angola, nem criar condições para evitar a suspensão dos Acordos de Alvor pelo Decreto-lei n.º 458-A/75, de 22 de agosto de 1975.

A batalha pelo controlo de Luanda, em agosto de 1975, envolveu o MPLA, a FNLA e a UNITA. No mês seguinte, Luanda começa a perder vitalidade, pois a ligação com Lisboa é feita de avião com famílias inteiras a embarcarem. É o início da ponte aérea para a retirada de portugueses de Angola.

Na verdade, Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, enviou ao marechal Idi Amin Dada, chefe de Estado do Uganda e presidente em exercício da OUA, com data de 31 de outubro de 1975, um telegrama que mostra o seu apoio ao presidente do MPLA, de modo a “garantir a independência e a integridade territorial de Angola e a vitória das Forças Patrióticas Angolanas”, segundo o jornal guineense *Nó Pintcha*, na edição de 4 de novembro de 1975.

Por seu turno, Albert Bernard Bongo, presidente do Gabão, de visita ao Brasil em outubro de 1975, afirmou que desejava a independência de Angola “sem derramamento de sangue. Esperamos que cada partido político desse país se incline diante dos superiores interesses nacionais”²⁵⁴.

Paulo Jorge, do MPLA, esteve em Otava, Canadá, segundo o jornal *The Ottawa Citizen*, na sua edição de 21 de outubro de 1975. O diplomata angolano contactou com representantes de diversas organizações não-governamentais e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo comunicado que o MPLA controlava praticamente todas as províncias de Angola e contava com apoio da população. Paulo Jorge ouviu das autoridades canadianas que não queriam privilegiar nenhum movimento de libertação angolano, aguardando pela proclamação da independência para adotarem uma atitude.

Em novembro de 1975, teve lugar em Bissau, a semana de solidariedade para com o MPLA, promovida pela Juventude Africana Amílcar Cabral, do PAIGC. Segundo o aerograma-telegrama recebido da embaixada de Portugal em Bissau, expedido em 3 de

²⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1975, p. 2.

novembro de 1975, a delegação do MPLA de que faziam parte Garcia Pires e Francisco Antas esteve em Bissau, depois de ter visitado a Guiné-Conacri. Em conferência de imprensa, afirmaram que o MPLA iria proclamar a independência de Angola no dia 11 de novembro de 1975, “com vontade ou sem do Governo português”²⁵⁵.

Cinco dias antes da proclamação da RPA, Iko Carreira, do MPLA, visitou a Guiné-Bissau para dar a conhecer a situação política angolana. Na entrevista que concedeu durante a visita àquele país africano, fez alusão à FNLA, com um exército treinado por chineses, e referiu-se à ofensiva a norte de Angola, reconhecendo que era pouco provável que as Nações Unidas pudessem intervir diretamente em Angola “porque os países-membros da ONU amigos de Angola são em número bastante elevado”²⁵⁶.

Jeanne Martin Cisse, representante da Guiné-Conacri junto das Nações Unidas, mostrou o seu apoio incondicional ao MPLA, pedindo aos Estados-membros da OUA e a todos os países progressistas para pressionarem no sentido da retirada de todas as forças militares de Angola; apelou ao presidente da OUA para assegurar a independência de Angola no dia 11 de novembro, respeitando a integridade do seu território, incluindo a província de Cabinda, segundo a cópia da nota das Nações Unidas de 4 de novembro de 1975.

À medida que se aproximava o dia 11 de novembro de 1975, tornou-se notável a polarização das atenções internacionais entre os Países Não-Alinhados. O problema angolano devia ser resolvido no âmbito da OUA, de preferência pelos angolanos. Para a Argélia, o MPLA era o único movimento de libertação angolano que defendia a verdadeira independência e o legítimo representante do povo angolano. Aquele país africano condenou a internacionalização dos problemas internos de Angola pelas Nações Unidas, enquanto aguardava a definição da posição de Portugal, país responsável pelos acontecimentos naquela ex-colónia²⁵⁷.

Uma delegação do MPLA, portadora de uma mensagem de Agostinho Neto e chefiada por Luís Neto, manteve contacto com o secretário da Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), Youssef Sebai, em novembro de 1975²⁵⁸, o qual tinha apoiado, no mês de fevereiro daquele ano,

²⁵⁵ AHD/MNE, PAA, Maço 33 (provisório).

²⁵⁶ *Nô Pintcha*, 6 de novembro de 1975, p. 6.

²⁵⁷ Informação do embaixador português na Argélia, com data de 14 de outubro de 1975. AHD/MNE, PAA, Maço 11 B (provisório).

²⁵⁸ *The Egyptian Gazette*, 3 novembre 1975, p. 3; *Le Journal d'Égypte*, 4 de novembre 1975, p. 2.

a realização de solidariedade para com o MPLA, gesto que foi agradecido pela representante do MPLA no Cairo, Maria Eugénia²⁵⁹.

Na realidade, a República Popular do Congo continuou a apoiar o MPLA, atitude que agravou a tensão com Kinshasa. Quanto às autoridades políticas de Portugal da altura, estas desejavam manter e cumprir a data da independência de Angola, como aconteceu com a Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, esperando bom senso entre os movimentos de Angola.

3.4 Vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola e auxílio das tropas cubanas

Alguns dias antes da proclamação da RPA, resultado da independência política proclamada pelo MPLA, a situação tornou-se caótica; foram expulsos alguns jornalistas, enquanto outros se instalavam nos hotéis em Luanda. Angola foi o destino de alguns jornalistas e repórteres da imprensa internacional porque as autoridades portuguesas da altura não colocaram obstáculo em relação aos vistos²⁶⁰.

Num ambiente de agitação, no dia 10 de novembro de 1975, as autoridades portuguesas fizeram a última declaração e retiraram a bandeira portuguesa, que estava na então Fortaleza de S. Miguel (atual Museu das Forças Armadas de Angola).

A proclamação da RPA teve lugar na atual Praça da Independência às 00h00 do dia 11 de novembro de 1975, pelo presidente do MPLA²⁶¹. Angola tornava-se, assim, país independente. O presidente Agostinho Neto, relativamente a Portugal, afirmou que a luta do movimento que liderava não era contra os Portugueses: “Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre os dois povos.”²⁶²

Agostinho Neto, com 53 anos de idade, foi investido no cargo de presidente de Angola no dia 12 de novembro de 1975, quando era cerca de meio-dia, numa cerimónia que teve lugar na Câmara Municipal de Luanda (atual governo da província de Luanda). A declaração do gabinete político do MPLA foi lida por Lúcio Lara²⁶³.

²⁵⁹ *Le Journal d'Égypte*, 5 février 1975, p. 2; *Le Progrès Égyptien*, 5 février 1975, p. 3.

²⁶⁰ Georges Lecoff, *op. cit.*, p. 120.

²⁶¹ Discurso proferido na “Proclamação da Independência Nacional” por Agostinho Neto. Irene Neto e Amarildo da Conceição (coord.), *António Agostinho Neto – Discursos – Presidente da República Popular de Angola, 1975-1979*. Angola Música: Fundação Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 2009, CD 1, faixa 2.

²⁶² *História do MPLA*, 2.º vol., *op. cit.*, p. 230.

²⁶³ *Idem, ibidem*, p. 236.

O hino nacional, a bandeira e a insígnia da RPA foram aprovados juntamente com a Lei da Nacionalidade em 1975. O texto do hino nacional, “Angola, Avante!”, foi elaborado por Manuel Rui Monteiro, jurista e escritor, e musicado por Rui Mingas, que veio a ser embaixador de Angola em Lisboa. A banda que interpretou o hino nacional foi ensaiada por Fernando Costa Andrade e Carlos Lamartine.

Das propostas apresentadas para a bandeira nacional, foi escolhida e aprovada a proposta da autoria de Henrique Santos, com as cores preta e vermelha e, ao centro, uma roda dentada, uma catana e uma estrela de cor amarela. A insígnia é composta por uma roda dentada e ramagem de milho, café e algodão; na base, um livro aberto e o Sol nascente, que simboliza o novo país; ao centro, uma enxada e uma catana que simbolizam o trabalho e o início da luta armada; ao cimo, figura a estrela, símbolo da solidariedade internacional e do progresso; na parte inferior do emblema, uma faixa dourada com a inscrição: RPA.

Na bandeira, a cor preta representa o continente africano; a cor vermelha, o sangue derramado pelos Angolanos durante a guerra colonial e de libertação. A roda dentada, a catana e a estrela de cor amarela representam as riquezas de Angola. Na insígnia, a roda dentada e a ramagem de milho, café e algodão simbolizam, respetivamente, os trabalhadores e a produção industrial, e os camponeses e a produção agrícola. O livro aberto é símbolo da educação e cultura.

A ação de Cuba em Angola, segundo a obra *Trinta Anos na Praça Vermelha*, não foi planeada pela União Soviética²⁶⁴. O autor Karen Brutents, enquanto vice-chefe da secção internacional do PCUS, esteve ligado às relações entre a União Soviética e os países africanos. O livro dedica algumas páginas das memórias ao processo de descolonização de Angola e Moçambique.

O tenente-coronel cubano Pina (que veio a ser embaixador de Cuba na Guiné-Bissau) e Carlos Cadelo, membro do PCC, visitaram Angola, em dezembro de 1974, para examinar a situação política angolana,

e ver as formas de uma futura cooperação ou ajuda ao MPLA, militar, social e político. Era um momento em que se discutia se havia de haver ou não acordos de Alvor. Mas quando essa delegação terminou a visita nos fins de janeiro, já se tinham firmado os Acordos de Alvor.

²⁶⁴ *África Notícias – Revista Africana de Atualidade & Economia*, dezembro de 1998, p. 9.

(...) Mas no que diz respeito à nossa participação, enfim enviámos uma delegação que chegou a Angola, num domingo, 3 de agosto de 1975, em Luanda, procedente de Dar-es-Salam (...) Esta delegação foi encabeçada pelo companheiro Dias Arguelles.”²⁶⁵

Foi a partir das informações recolhidas pelos cubanos Pina e Cadelo que a conferência dos partidos comunistas da América Latina e das Caraíbas, realizada em Havana, em junho de 1975, continuou a apoiar o MPLA, enviando, em agosto de 1975, uma delegação cubana a Luanda e, em outubro, dois barcos, *Vietname Heroico* e *Oceano Pacífico*, que atracaram no Porto Amboim, em Angola. Na mesma altura, o barco *La Plata* chega a Ponta Negra com instrutores, que seguiram depois para Cabinda.

No dia 5 de novembro de 1975, Cuba deu início à “Operação Carlota”²⁶⁶, nome simbolicamente atribuído em memória de uma escrava angolana que tomou parte na guerra de independência de Cuba em 1868²⁶⁷, que começou com o envio dum batalhão de tropas regulares, com armamento antitanques para Angola em auxílio do MPLA.

As tropas cubanas impediram de avançar, no rio Queve, os guerrilheiros da UNITA e tropas sul-africanas que se dirigiam a partir do Sul de Angola para Luanda, no dia 8 de novembro de 1975. Dois dias depois, com ajuda dos soldados cubanos, foi possível travar, no Kifangondo, os militantes da FNLA, as tropas zairenses e mercenários que tinham como objetivo conquistar Luanda a partir do Norte de Angola.

Em dezembro de 1975, em Havana, o presidente Fidel Castro afirmou, no congresso do Partido Comunista Cubano, que a ajuda cubana ao MPLA tem como base o manual do proletariado internacionalista²⁶⁸. No ano seguinte, as tropas cubanas já eram presença visível em várias localidades de Angola, tal como as unidades de artilharia antiaérea, munidas de canhões. Os soldados cubanos foram transportados em aviões de carga *Antonov 22* e nos barcos *Abel Santa María*, *Batalha de Jigue* e *Vietnam Heroico*, facto que provocou “protestos internacionais”²⁶⁹.

A cidade do Uíje, ocupada pela FNLA, foi recuperada com a ajuda das tropas cubanas, após confrontos em janeiro de 1976, altura em que a UNITA começou a abandonar as cidades. Em fevereiro de 1976, foi anunciada pelas autoridades políticas angolanas a tomada das províncias do Bié e do Huambo, cidade esta onde Jonas

²⁶⁵ Jorge Risquet, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, pp. 339-340.

²⁶⁶ Rafael Moracen Limonta, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, pp. 320-323.

²⁶⁷ Juan Vivés, *op. cit.*, nota 29, p. 193.

²⁶⁸ Georges Lecoff, *op. cit.*, pp. 147-149.

²⁶⁹ Juan Vivés, *op. cit.*, p. 178.

Savimbi apareceu publicamente em janeiro de 1975 antes de visitar o Cunene, o Luso, Namibe, Benguela e Huíla.

Relativamente à notícia de aviões com militares cubanos a bordo que, alegadamente, teriam feito escala na ilha dos Açores, as autoridades portuguesas da altura afirmaram que não tinham informações de que se tratava de soldados cubanos²⁷⁰. Mário Soares, em conferência de imprensa de 8 de fevereiro de 1976, afirmou: “Os voos eram feitos utilizando aviões comerciais e por pessoas que tinham aspeto de turistas e não por elementos fardados.”²⁷¹

A festa do Carnaval da Vitória, celebrada desde 1978 para comemorar a vitória alcançada pelo MPLA, tornou-se uma manifestação revolucionária para comemorar a expulsão do exército sul-africano do território, em março de 1976, com ajuda das tropas cubanas, que contribuíram para o colapso da coligação entre a FNLA/UNITA²⁷².

Angola e Cuba tinham decidido repatriar gradualmente as tropas cubanas. Para o efeito, no início de maio de 1976, o presidente Agostinho Neto anunciou a retirada das tropas cubanas de Angola. Em junho de 1976, foi delineado um plano com Cuba para a retirada das tropas cubanas de Angola num período de 3 anos²⁷³. Por causa do perigo que representava o conflito no Shaba, a retirada das tropas cubanas foi suspensa temporariamente, em abril de 1978, quando já se tinha repatriado parte do contingente militar cubano.

Segundo as autoridades políticas angolanas, não existia nenhuma ligação entre a presença das tropas cubanas em Angola e a solução do problema da Namíbia, porque o grupo de contacto (composto pela Grã-Bretanha, Canadá, França, Estados Unidos, República Federal Alemã) foi formado apenas em 1977, dois anos depois da chegada das tropas cubanas a Angola, e a Resolução 435 das Nações Unidas só foi aprovada alguns anos depois, em 29 de setembro de 1978.

Em Washington, havia duas correntes sobre a intervenção cubana em Angola. A primeira destacava o facto de essa intervenção ser motivada pela ambição pessoal de Fidel Castro – e não por solidariedade –, que acreditava numa vitória rápida em Angola, tornando-se, assim, o paladino das lutas de libertação no continente africano. Os defensores desta corrente esperavam que o desgaste de um envolvimento prolongado

²⁷⁰ Georges Lecoff, *op. cit.*, pp.151-152.

²⁷¹ Pedro Ramos de Almeida, *Dicionário político de Mário Soares*. Lisboa: Caminho, 1985, p. 13.

²⁷² David Birmingham, “O carnaval em Luanda”, *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991, pp. 417-429.

²⁷³ Lázaro Cárdenas Sierra, *Angola e África Austral. Apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Mayamba, 2010, p. 67.

em Angola fosse fatal para Cuba, transformando Angola no Vietname de Fidel Castro, que passaria, então, a ter contestação interna. Entretanto, a segunda corrente acreditava que os cubanos estavam em Angola por tempo indeterminado, procurando, a partir daí, desestabilizar o Zaire e a Zâmbia e, depois, apoiar o movimento de libertação da Namíbia.

A presença cubana foi vista como ameaça à língua portuguesa, por isso “a pacificação de Angola e, com ela, a retirada das tropas cubanas”²⁷⁴, era uma ideia defendida em alguns círculos políticos portugueses, que viam com entusiasmo as pressões a nível diplomático naquele sentido, atitude considerada pelas autoridades angolanas como manobra do imperialismo para aniquilar o MPLA e a revolução angolana²⁷⁵.

3.4.1 Reconhecimento internacional da República Popular de Angola

A existência de um governo independente é a essência da qualidade do Estado. Porém, o reconhecimento do Governo é um ato político. Os primeiros países que reconheceram o Estado angolano foram Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Checoslováquia, Cuba, Etiópia, Guiné-Conacri, Ilhas Maurícias, Mali, Mongólia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, República Popular do Congo, S. Tomé e Príncipe, Síria, Somália, União Soviética e Vietname; outros países que hesitaram em reconhecer são: Canadá, China, Burundi, Gabão, Gana, Índia, Quénia, Madagáscar, Níger, Tunísia e Zâmbia. O anúncio do reconhecimento pelo Estado português foi feito por Melo Antunes, do MFA, em fevereiro de 1976, tornando-se o 82.º Estado a fazê-lo²⁷⁶. Entretanto, a RPA foi também reconhecida pelo México, Peru e Koweit²⁷⁷.

Robert Muldoon, primeiro-ministro da Nova Zelândia (1975-1984), reconheceu o Estado angolano como legítimo representante do povo angolano, condenando, porém, “os métodos pelos quais o MPLA tomou o poder”²⁷⁸.

O partido trabalhista holandês pronunciou-se, em janeiro de 1976, pelo reconhecimento imediato, por parte da Holanda, colocando à disposição dez mil florins

²⁷⁴ Virgílio de Carvalho, *Cumprir Portugal. Uma proposta para uma grande estratégia nacional*. Lisboa: Difel, 1987, pp. 165-166.

²⁷⁵ José Eduardo dos Santos, *A luta do povo pela unidade e pelo socialismo*. Lisboa: Edições Avante, 1985, p. 147.

²⁷⁶ Pedro Pizarat Correia, *op. cit.*, p. 193.

²⁷⁷ *O Século*, 23 de fevereiro de 1976, p. 7.

²⁷⁸ *O Século*, 24 de fevereiro de 1976, p. 6.

do Fundo Internacional de Solidariedade, tornando-se, assim, no primeiro partido social-democrata europeu a fazê-lo, considerando o MPLA competente para garantir o desenvolvimento da sociedade, uma independência política e a descolonização final de Angola, ao contrário da FNLA e da UNITA²⁷⁹.

A RPA, reconhecida internacionalmente pela OUA em fevereiro de 1976 e pelas Nações Unidas em dezembro de 1976, levou a cabo uma campanha diplomática para afirmação política, enquanto considerava a FNLA e a UNITA “lacaio internos do imperialismo”²⁸⁰, como foi realçado no discurso do presidente do MPLA, no dia 11 de novembro de 1975.

A OUA, então presidida por Idi Amin, teve como assunto dominante a guerra civil angolana, o que provocou divisão entre os países-membros, como mostra a reunião extraordinária dos dias 10 a 13 de janeiro de 1976, em Adis Abeba, na qual os apoiantes do MPLA empataram com os seus adversários por 22 votos²⁸¹. A facção encabeçada pela Nigéria era partidária da condenação da coligação FNLA/UNITA; a outra facção não queria privilegiar nenhum movimento de libertação de Angola, posição que era liderada pelo Senegal. O presidente L. Senghor pede, em nome da africanidade, da democracia e do não-alinhamento, que se condene, com a mesma energia, as ingerências “em África, quer sejam americanas, europeias ou asiáticas”²⁸².

O representante angolano, na qualidade de membro de um país independente e não enquanto membro do MPLA, tomou parte na reunião dos chefes de Estado da OUA, em janeiro de 1976, em Adis Abeba. A conferência não encontrou plataforma de entendimento entre o projeto de resolução apresentado pela Nigéria, visando o reconhecimento exclusivo da RPA, e o projeto do Senegal, que recomendava a reconciliação das partes em conflito antes de qualquer reconhecimento.

Por proposta do presidente Siad Barre, da Somália, foi possível a reunião da conferência extraordinária dos chefes de Estado da OUA para resolver a questão angolana. A proposta contou com apoio de alguns Estados, o que permitiu que o presidente Idi Amin convocasse a reunião para o dia 10 de janeiro de 1976 na sede daquela organização africana. O presidente da Guiné-Conacri, Sékou Touré, ameaçou

²⁷⁹ *O Século*, 21 de janeiro de 1976, p. 3.

²⁸⁰ Irene Neto e Amarildo da Conceição (coord.), *op. cit.*, CD 1, faixa 2. *A História do MPLA* debruça-se sobre o reconhecimento internacional do Estado angolano, com destaque para as Nações Unidas, a OUA e o apoio diplomático prestado pelos aliados soviéticos. *História do MPLA*, 2.º vol., *op. cit.*, pp. 255-262.

²⁸¹ José Luis Cortés López, *Historia contemporánea de África: de Nkrumah a Mandela (Desde 1940 hasta nuestros días)*. Madrid: Editorial Mundo Negro, 1995, p. 177.

²⁸² Georges Lecoff, *op. cit.*, p. 80.

abandonar aquela organização africana se não fosse reconhecida a RPA. A reunião terminou no dia 12 de janeiro. Além de 15 chefes de Estado, estiveram presentes Jonas Savimbi e Holden Roberto, que aproveitaram a reunião para pedir a admissão do seu governo provisório na OUA, tendo o MPLA recusado fazer-se representar, a não ser que aquela organização reconhecesse a RPA²⁸³.

O presidente da Somália, na sua alocução, justificou a ajuda material fornecida ao MPLA pela União Soviética e por Cuba como correspondendo ao que toda a África sempre pedira aos países socialistas e progressistas para libertação do continente. Por outro lado, a Guiné-Conacri denunciou o ex-Zaire, Camarões, Costa do Marfim, Senegal e Gabão como representantes dos Estados Unidos na conferência. Estes países tinham sido visitados pelo secretário de Estado para os Assuntos Africanos dos Estados Unidos, William Schauffelle.

Todavia, a RPA foi reconhecida por vários países de África, nomeadamente a Argélia, Burundi, Cabo Verde, Comores, Congo, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Líbia, Madagáscar, Mali, Maurícias, Moçambique, Níger, Nigéria, S. Tomé e Príncipe, Tanzânia, Benim, Somália, Sudão e Chade, em oposição a outros. Dois países africanos, nomeadamente o Uganda e a Etiópia, não tomaram posição devido às suas funções de presidente e de anfitrião da reunião, a qual preconizava o cessar-fogo, a formação de um governo de unidade nacional, condenando a intervenção sul-africana e exigindo a retirada de todas as forças estrangeiras envolvidas no conflito angolano.

Por outro lado, o presidente K. Kaunda, depois de ter referido que a antipatia por qualquer dos movimentos não tornava a sua existência nula e que nenhum estava isento de responsabilidades de reconstrução nacional, pronunciou-se a favor de uma fórmula de compromisso, isto é, cessar-fogo e governo de união nacional, enquanto lamentou o facto de os Estados africanos serem incapazes de tomar decisões por si, à margem das políticas das grandes potências, e, portanto, que as grandes decisões sobre Angola fossem tomadas em Washington e Moscovo.

Marques Cacumba, da UNITA, considerou diplomaticamente que os resultados da Conferência da OUA não foram maus, embora preferisse, evidentemente, o triunfo da posição que defendia o cessar-fogo. Este facto demonstrou que a política angolana era

²⁸³ AHD/MNE, PAA, Maço 39 (provisório).

vital para o continente africano, na medida em que deu origem à formação de dois blocos. Entretanto, não houve contactos entre representantes da UNITA e do MPLA.

3.4.2 Derrota da República Democrática de Angola

Holden Roberto planeava viajar para Luanda apenas dois ou três meses antes das eleições, por medo de ser assassinado, razão pela qual não esteve em Luanda, em março de 1975. Em abril de 1975, Jonas Savimbi foi para Luanda, onde defendeu Holden Roberto em conversa com Agostinho Neto, defensor do princípio de que para “a FNLA nem um palmo da nossa terra”²⁸⁴. Em maio de 1975, Samuel Chiwale chefou uma delegação que visitou a China para agradecer o apoio e adquirir medicamentos, uniformes e material de guerra para a UNITA²⁸⁵.

Em busca de apoio, uma delegação da UNITA, composta por Frederico Mussili e Maria Chela Chikeuka, em setembro de 1975, estiveram no Canadá para solicitarem auxílio em medicamentos e material médico, o que não foi concedido, como noticiou o jornal diário canadiano de tendência liberal *The Ottawa Citizen*, na sua edição de 24 de setembro de 1975. A retirada do MPLA do Huambo, naquele mês, veio permitir a formação da coligação FNLA/UNITA, movimentos que foram forçados a retiraram-se de Luanda, em agosto de 1975.

Dois meses depois, as tropas portuguesas retiraram-se do Lubango para o Namibe, onde aguardaram o embarque para Lisboa. No que diz respeito aos guerrilheiros da UNITA, estes foram vencidos naquela província, situação que fez com que avançassem para o Lobito e Benguela, porque a província do Huambo estava em seu poder, tal como Pereira d’Eça, Matala, Caluquembe e Quipungo. No Lubango, aquele movimento de libertação foi considerado como selvagem e sanguinário²⁸⁶.

Nos primeiros dias do mês de novembro de 1975, isto é, uma semana antes da tentativa da FNLA para ocupar Luanda, o consulado geral dos Estados Unidos em Luanda foi encerrado e evacuado. Há indícios de que a CIA pode ter estado ligada a uma tentativa feita pela FNLA para tomar o poder em novembro de 1975. No mês

²⁸⁴ Samuel Chiwale, *op. cit.*, p. 199. Fried Bridgland, *op.cit.*, p. 168; Holden Roberto, *in* Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 23.

²⁸⁵ Samuel Chiwale, *op. cit.*, p. 195.

²⁸⁶ Paula Maria, *Angola. Juventude em fuga*. Braga: Braga Editora, 1977, p. 72.

anterior, teve início a movimentação, para o Norte de Angola, das colunas “zulu” e “foxbat”, com tropas sul-africanas e da UNITA.

Enquanto isso, Jonas Savimbi viajou para a África do Sul, para conversar com os sul-africanos por causa da presença cubana em Angola, no dia 9 de novembro de 1975. No dia 11 de novembro de 1975, no Huambo, estiveram a representar a UNITA, no ato da proclamação da República Democrática de Angola, José Ndele, Jerónimo Wanga e Nzau Puna; encontravam-se também representantes do Zaire e um general sul-africano²⁸⁷. Aliás, a República Democrática de Angola foi celebrada no Huambo e no Ambriz pela coligação UNITA/FNLA. Segundo Jaka Jamba,

não houve propriamente uma campanha profunda no sentido do reconhecimento desta República, embora houvesse de facto uma anomalia no sentido de se resolver a questão da transmissão do poder em Angola. Bem, os países ficaram num “*wait and see*” em relação à situação militar que também se estava desenrolando com muita intensidade. Portanto, havia confrontações, tanto a partir do Norte de Angola em direção a Luanda, como no interior do território – foram, portanto, estas confrontações que mais tarde decidiram a correlação das forças em presença.²⁸⁸

Uma delegação da UNITA, chefiada por Jonas Savimbi, esteve em Dakar, antes do Natal de 1975, e foi recebida em audiência pelo presidente Senghor. A conversa incidiu sobre a situação política em Angola.

Porém, são conhecidas duas versões sobre o início da “longa marcha” ou “grande marcha” da UNITA. A primeira versão afirma que teve início em fevereiro de 1976, quando os seus militantes se retiraram da cidade do Huambo. A segunda versão sustenta que teve início em março de 1976, altura em que teve início a viagem com destino à Jamba²⁸⁹.

*A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*²⁹⁰, de Jardo Muekália (militante da UNITA que tomou parte nas negociações em Abidjan e em Lusaka), é um livro com bastante informação sobre algumas missões externas daquele movimento em África, na Europa e na América, após o processo atribulado que levou à criação da RPA, em 1975.

²⁸⁷ Emídio Fernando, *Jonas Savimbi no lado errado da História*. Lisboa: D. Quixote, 2012, p. 175.

²⁸⁸ Jaka Jamba, in Drummond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 190.

²⁸⁹ Fried Bridgland, *op. cit.*, p. 153; depoimento de Paulo Chipilika na Assembleia da República Portuguesa, *Audições sobre Angola. O recomeço da guerra em outubro de 1992*. Lisboa: Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, 1994, p. 57.

²⁹⁰ Jardo Muekália, *A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*. Lisboa: Sextante Editora, 2010.

O Manifesto do Cuanza, também conhecido por Manifesto da Conferência do Cuanza, assinado pelo *bureau* político da UNITA, com data de 10 de maio de 1976, declarou o combate à presença cubana e soviética em Angola, ou seja, o “imperialismo russo e cubano”, enunciou alguns princípios a seguir, tais como: democracia e não-alinhamento. O Manifesto fez apelo à destruição das vias de comunicação férrea, rodoviária e telefônicas para imobilizar a economia e administração da RPA, considerada reacionária; acusou também o MPLA de não ter cumprido os Acordos de Mombaça (5 de janeiro de 1975), de Alvor (15 de janeiro de 1975) e os de Nakuru (junho de 1975), que foram assinados pela FNLA, o MPLA e a UNITA²⁹¹.

A aprovação da Emenda Clark (que seria revogada em 1985, durante a administração de Ronald Reagan) pelo Senado norte-americano, em junho de 1976, foi um contributo crucial para o renascimento da UNITA. Outra ajuda importante foi o auxílio monetário dado pelos países árabes, entre 1976 e 1979²⁹². Na realidade, os Estados Unidos auxiliaram militarmente a África do Sul, num valor de 28,3 milhões de dólares, e estimularam países como a Arábia Saudita, Marrocos, ex-Zaire e Israel a prestarem ajuda ao movimento liderado por Jonas Savimbi²⁹³.

Graças aos apoios externos, a UNITA preparou a guerrilha e enviou alguns militantes para serem treinados no estrangeiro, em 1977 e em 1978; contou com ajuda da África do Sul, Costa do Marfim, ex-Zaire, Marrocos, tendo, por sua vez, manifestado solidariedade aos povos do Afeganistão e do Camboja.

3.4.3 Atitude da África do Sul

Hilgard Muller, ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, negou em Londres, em conferência de imprensa, no dia 19 de novembro de 1975, a presença de tropas sul-africanas em Angola. Por outro lado, Daniel Patrick Moynihan, embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, comunicou, em dezembro de 1975, que o seu país não podia aceitar “que apenas um único país – a África do Sul – tinha interferido em Angola”²⁹⁴.

²⁹¹ O texto integral do Manifesto está reproduzido em Jardo Muekália, *op. cit.*, pp. 327-334.

²⁹² Fried Bridgland, *op. cit.*, p. 337.

²⁹³ George Wright, *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho, 2000, p. 217.

²⁹⁴ Fried Bridgland, *op. cit.*, pp. 176-177.

Um mês após a proclamação unilateral da independência de Angola, altura em que foi aprovada, pelos Países Não-Alinhados, no dia 12 de dezembro de 1975, a declaração em relação à agressão sul-africana contra a Angola, Balthazar Johannes Vorster, primeiro-ministro da África do Sul (1966-1978), proferiu um discurso na Universidade de Stellenbosch que teve repercussão na imprensa escrita e na rádio do país. Tratou em público, pela primeira vez, a questão angolana, afirmando que a África do Sul não tinha ambições em relação a Angola, mas “se vier a ser considerada, pela sua oposição ao comunismo, como bode expiatório da situação ali existente, está preparada para arrostar com as consequências”²⁹⁵. A imprensa brasileira difundiu a notícia sobre a captura em Angola, pelo MPLA, apoiado pelos soviéticos e cubanos, de um cabo e três soldados rasos sul-africanos, que foram apresentados nas ruas da capital angolana²⁹⁶.

Por seu turno, o primeiro-ministro da África do Sul afirmou, em janeiro de 1976, que o envolvimento sul-africano em Angola se deveu à intervenção soviética e cubana. Entretanto, se a África do Sul reconhecesse a RPA, em 1976, as autoridades políticas angolanas facilitariam a decisão dos “problemas relativos aos investimentos e aos interesses sul-africanos em Angola”²⁹⁷, declarações consideradas interessantes pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul. Neste âmbito, os chefes dos dois partidos da oposição sul-africana pediram ao Governo do seu país que iniciasse conversações com as autoridades políticas angolanas; fontes governamentais apressaram-se a afirmar que havia ainda tempo para um diálogo, a fim de evitar confrontação direta.

Na realidade, o primeiro-ministro sul-africano anunciou, no dia 25 de abril de 1978, que o seu país aceitava as propostas sobre a Namíbia, apresentadas pela Grã-Bretanha, Canadá, França, Estados Unidos, e Alemanha Ocidental, que preconizavam a retirada da Namíbia de militares sul-africanos num prazo de 12 semanas, a partir da chegada do grupo de assistência das Nações Unidas para o período de transição. De facto, em maio de 1978, a África do Sul levou a cabo a batalha de Cassinga (“Operação Reindeer”), que provocou vítimas civis, sob pretexto da presença da SWAPO. Entretanto, o embaixador de Angola nas Nações Unidas, Elísio de Figueiredo, referiu-se energicamente às agressões da África do Sul ao seu país,

²⁹⁵ AHD/MNE, PAA, Maço 11- B (provisório).

²⁹⁶ *Jornal da Bahia* (Salvador), 19 de dezembro de 1975, p. 7.

²⁹⁷ *Jornal Tempo*, 19 de fevereiro de 1976, p. 24.

manifestando solidariedade aos países africanos não independentes e também a Timor-Leste²⁹⁸.

O acolhimento e o apoio que as autoridades angolanas concederam à SWAPO e ao ANC provocaram a intervenção militar sul-africana em Kassinga, permitindo ocupar Xangongo, Môngua, Cuamato e Ngiva, situação que levou as embaixadas da RPA na Argélia, na Bélgica, em Cuba, no Congo, no Gabão, em Itália, na Suécia e na União Soviética a condenarem a incursão militar da África do Sul.

As operações militares sul-africanas, designadamente a “Operação Askari”, em 1983, e a “Operação Modular”, em 1987/88, pretenderam destruir as bases da SWAPO na RPA. Por outro lado, a UNITA intensificou a sua ação militar no centro e norte de Angola. Em resposta, os conselheiros soviéticos e as tropas cubanas reforçaram a ajuda ao MPLA.

As autoridades políticas da RPA levaram a cabo uma campanha internacional para mostrar a guerra não declarada feita pela África do Sul com apoio norte-americano; consideraram a UNITA como uma questão interna, facto que deu origem ao apelo do presidente José Eduardo dos Santos, em 11 de novembro de 1984, na província do Uíje:

Todos unidos devemos apontar as nossas armas contra os verdadeiros inimigos do povo angolano, os bandos armados da UNITA, treinados, armados e massivamente apoiados pelos racistas sul-africanos. Eles percorrem longas distâncias para chegar até às áreas do Norte do país e aí receberem as armas e as munições lançadas de paraquedas por aviões sul-africanos (...) Ainda há pouco tempo, bandos armados da UNITA tentaram infiltrar-se nalgumas áreas desta província para prosseguirem a sua ação de terror e destruição, mas foram forçadas a retirar-se com grandes perdas para o seu ponto de partida. O nosso combate é um combate de todo o povo, de Cabinda ao Cunene, e deve ser feito em todas as frentes e em todos os níveis.²⁹⁹

²⁹⁸ *Jornal de Angola*, 2 de dezembro de 1978, p. 1.

²⁹⁹ José Mena Abrantes (org.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo. Palavras de um estadista, vol. I, Primeira República, 1979-1992*. Luanda: Edições Maianga, 2004, p. 384.

3.4.4 Implantação do socialismo

Um só povo!
Uma só Nação!
A luta continua!
Pelo poder popular!
A vitória é certa!³⁰⁰

Parece-me, pois, importante realçar o facto de Angola pós-colonial ser um país que resulta da junção de várias nações (povos, grupos etnolinguísticos, etnorregionais) que se diferenciam pela língua, cultura, hábitos e costumes. Entre os povos de Angola, os principais são: bacongo, quimbundo, ovimbundo, lunda-quioco, ganguela, nhaneca-humbe e ambós. Em Angola, encontramos também os bosquímanos, os cuissis e os cuepe. Estes três grupos são minoritários e não fazem parte do grupo dos bantu e nem sofreram influência da cultura portuguesa como os principais povos de Angola.

Outro elemento a ser tido em conta é o facto de as fronteiras traçadas pela Conferência de Berlim (1884-1885) terem dividido povos. Na realidade, a língua é um dos maiores legados que Portugal deixou em Angola, tal como a religião. A política do indigenato, abolida em setembro de 1961, não originou a divisão étnica dos Angolanos, uma vez que o grupo etnorregional e o local de nascimento não foram requisitos para o indígena se tornar assimilado, isto é, alcançar a cidadania. Para o efeito, era exigido cumprir as seguintes condições: ser maior de 18 anos de idade; falar corretamente a língua portuguesa; exercer profissão, arte ou ofício; ter bom comportamento, adquirir hábitos para se integrar no direito público e privado português; não ter sido refratário ao serviço militar. A língua portuguesa e a religião católica e evangélica (protestante) não pertencem a nenhum grupo etnolinguístico angolano, fator que evita, assim, aspirações hegemónicas.

A língua portuguesa (língua materna de muitos angolanos) passou a ser língua oficial, com papel na sociedade, na política, na economia, nos negócios, na cultura, no ensino, na diplomacia, e utilizada nos documentos oficiais do Estado. Desta forma, a língua portuguesa permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos de Angola, cujas línguas bantu e não-bantu ganharam o estatuto de línguas nacionais. Foi

³⁰⁰ Agostinho Neto, *O mais importante é resolver os problemas do povo*. Luanda: Edição do Departamento de Orientação Revolucionária, 1978, p. 7.

definido o alfabeto para as línguas angolanas, para serem usadas nas campanhas de alfabetização. Neste contexto, o Instituto Nacional de Línguas de Angola publicou, na década de 80, o histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais com descrições fonológicas das línguas de origem bantu faladas em Angola.

É de assinalar que a RPA se antagonizou com o mundo ocidental, identificando-o com o capitalismo e o imperialismo, enquanto levava a cabo a sua política que visou libertar Angola “dos vestígios do colonialismo”, segundo o artigo 1.º da Lei Constitucional de Angola de 1975.

O MPLA procurou garantir a integridade territorial, a unidade e as bases para a criação do “Homem novo”. A RPA executou uma política com o objetivo de substituir a herança colonial. Em termos políticos, “pátria” deu lugar à “nação”: “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”³⁰¹, para eliminar as diferenças etnorregionais, fundir as várias culturas e povos de Angola numa única nação.

Entretanto, devido à incompatibilidade da edificação da sociedade socialista com o estatuto privado da televisão, esta foi nacionalizada e, em seu lugar, foi constituída uma unidade económica estatal, com a designação de Televisão Popular de Angola (TPA), com a Lei n.º 50/76, de 25 de junho de 1976. Quanto ao serviço público de televisão, foi concedido, em exclusivo e pelo prazo de 20 anos, à Radiotelevisão Popular de Angola, ao abrigo de um contrato de concessão celebrado em dezembro de 1974. Com o auxílio de cooperantes franceses, formou equipas para a produção cinematográfica.

A criação do Instituto Angolano de Cinema, do Laboratório Nacional de Cinema e a TPA teve como finalidade implementar também o modelo socialista. Para o feito, foram organizados cursos intensivos de imagem, som, laboratório, com a ajuda da cooperativa de cinema Promocine, constituída em 1975, por iniciativa de um grupo de funcionários da antiga Cinangola (unidade de produção de cinema informativo que esteve ao serviço até 1974), uma das maiores empresas de distribuição naquele tempo.

O Ministério da Defesa criou a Secretaria de Estado das Comunicações, com os setores de rádio e telecomunicações, de segurança das comunicações, de inspeção e coordenação e de relações internacionais (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 3-A/76, de 5 de fevereiro de 1976). Da comissão de coordenação das telecomunicações fazia parte um

³⁰¹ “Um só povo, uma só nação, todos os Angolanos com direitos e deveres iguais”, palavras proferidas por Agostinho Neto, em Lusaka, no dia 12 de outubro de 1974, reproduzidas em *História do MPLA*, 2.º vol., *op. cit.*, p. 170.

delegado do Ministério das Relações Exteriores, delegados do Estado-Maior General das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e o delegado da Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA)³⁰², treinada por cubanos e alemães de Leste para vigiar e defender a RPA.

Entretanto, o MPLA procurou reforçar a aliança operária camponesa, dinamizar a formação de associações e cooperativas de produção no mundo rural, incrementando a consciência política da população e o progresso rural; reforçou os órgãos do poder popular – Assembleia do Povo e as Assembleias Populares Provinciais; propôs instaurar a aliança operária camponesa, a unidade nacional e o desenvolvimento planificado; substituiu a designação Palácio do Governo por Palácio do Povo. Os operários passaram a ser potenciais membros do Governo para a preservação da unidade nacional, pois “não existe socialismo que não esteja sob a direção da classe operária”³⁰³.

Diversos setores das “massas populares” foram mobilizados para a execução do projeto político do MPLA para implantar o socialismo, permitir a promoção efetiva das classes trabalhadoras, combater o tribalismo, o racismo, o regionalismo, o alcoolismo, a prostituição, o absentismo, o contrabando, a sabotagem económica. A defesa da soberania e da integridade territorial contou com a colaboração dos membros das comissões populares de bairros.

As Assembleias Populares foram criadas para formar a Assembleia Nacional e representar a classe operária e camponesa. Quanto à função do aparelho do MPLA, era dirigir o Estado, a retificação, a formação de células com membros de “todas as origens sociais”³⁰⁴, regendo-se pelo centralismo democrático, isto é, a submissão da minoria à maioria.

A política económica pretendeu esvaziar os fundamentos do capitalismo através da promoção e das relações de produção socialistas. No entanto, a atividade económica esteve dependente do modelo marxista-leninista (opção socialista), que considerou a agricultura a base e a indústria o fator decisivo de desenvolvimento.

O MPLA reforçou a direção centralizada e planificada. Com a Lei n.º 3/76, de 3 de março de 1976, numerosas empresas de viagem e transportes, de pesca, de artes gráficas, têxtil e malhas, agrícolas, de conservas, madeira, confeções e vestuário foram

³⁰² Ao abrigo do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 3-A/76, de 5 de fevereiro de 1976.

³⁰³ Agostinho Neto, *Textos políticos escolhidos*. Luanda: DIP, 1987, p. 55.

³⁰⁴ Discurso de encerramento do 1.º Curso de ativistas do MPLA, no dia 23 de maio de 1977. Agostinho Neto, *Textos políticos escolhidos*, p. 52.

confiscadas e nacionalizadas. Foi criada, em 1976, com a Lei n.º 57/76, de 5 de julho, a legislação contra os crimes de sabotagem económica, punidos com prisão maior, entre dois a oito anos.

Foram dinamizadas as cooperativas de produção e de consumo. As cooperativas, bem como o sistema económico eram baseados na propriedade coletiva, na intervenção do Estado, que nacionalizou as empresas para as enquadrar nas Unidades Económicas Estatais (UEE)³⁰⁵. Pelo Despacho n.º 87/76, de 12 de agosto de 1976, foi criada a Comissão Administrativa da Secretaria de Estado da Agricultura para os pedidos de crédito, levantamento dos fundos e distribuição pelos organismos centrais, provinciais e unidades de produção. A transformação do Instituto Nacional do Café em Encafé não foi suficiente para aumentar a produção de café para níveis de 1973.

Entretanto, a Secretaria de Estado da Indústria e Energia, de acordo com o Despacho 55/76, de 30 de agosto de 1976, passou a coordenar a centralização de indústrias, criando delegações provinciais em Luanda, no Huambo, em Benguela e na Huíla, para permitir a reestruturação e a organização dos setores industriais; para supervisionar, dinamizar e utilizar, de forma racional, o pessoal existente, bem como para manter as relações com a UNTA, criando condições para a assistência estrangeira. Como sindicato, a UNTA procurou afirmar-se na nova ordem política, organizando jornadas de trabalho voluntário e outras iniciativas.

Foi criado o Banco Nacional de Angola (BNA), em outubro de 1976, com o exclusivo de emissão monetária, tendo substituído o escudo colonial pela moeda angolana, o *kwanza*, o que foi considerado um ato de soberania³⁰⁶. O sistema bancário em Angola, na década de 60, era composto por bancos e agências. Em 1976, foi reduzido a dois bancos: o BNA, em substituição do Banco de Angola, com funções de banco central, emissor, caixa do tesouro e de comércio bancário, e o Banco Popular de Angola (BPA), que sucedeu ao Banco Comercial de Angola, para captação de poupanças individuais, com a Lei n.º 69/76, de 5 de novembro de 1976.

Para construir o socialismo científico, diferente do socialismo democrático defendido pelos partidos ocidentais, além do desejo político, foi necessário transformar

³⁰⁵ Alves da Rocha, “As políticas económicas em Angola desde a independência”, in Boaventura de Sousa Santos e José Octávio Serra Van Dúnem (orgs.), *Sociedade e Estado em construção. Desafios do direito e da democracia em Angola. Luanda e justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação*, vol. 1. Coimbra: Almedina e Centro de Estudos Sociais, 2012, pp. 341-368.

³⁰⁶ Agostinho Neto, *Avancemos na revolução com o partido da classe operária*. Luanda: DOR, 1977, p. 14.

o MPLA, movimento de libertação, em partido, em dezembro de 1977, porque “sem estrutura económica e sem partido, não se pode construir o socialismo”³⁰⁷.

A proclamação da ofensiva contra o liberalismo e a desorganização, declarando 1982 como o ano da Organização Económica e da Vigilância Popular não alterou a precária situação de vida das populações angolanas. Saliente-se que, na década de 80, foi também reorganizado o poder político, com a reintrodução do cargo de ministro do Estado, para apoiar áreas principais do Governo da RPA. Enquanto isso, as orientações para admissão de novos membros no MPLA foram apresentadas em junho de 1982, destacando as qualidades morais, políticas e atitude perante o trabalho, seguindo o princípio “não é do Partido quem quer, mas quem merece”³⁰⁸.

Em 1982, no mês de dezembro, foram nomeados os conselhos militares regionais, os órgãos para a direção política, económica, social e militar. Dois anos depois, foi criado o Conselho de Defesa e Segurança, dirigido pelo presidente José Eduardo dos Santos, fazendo sombra ao *bureau* político, iniciando, assim, a autonomização em relação às vozes partidárias, transferindo alguns militantes para outras funções no MPLA e no Governo³⁰⁹. Quanto ao jornalismo, esteve sujeito ao binómio informação–propaganda³¹⁰.

O Decreto 25/84, de novembro de 1984, criou a Direção Nacional para os Assuntos Religiosos (DNAR)³¹¹ do Ministério da Cultura, que, em 1987, permitiu que fossem reconhecidas juridicamente pelo Estado angolano as seguintes Igrejas cristãs: Católica; Metodista; Evangélica de Angola; Evangélica Reformada de Angola; de Jesus Cristo sobre a Terra (Kimbanguista); Evangélica Batista em Angola; Assembleia de Deus Pentecostal; Adventista do Sétimo Dia; Convenção Batista de Angola; União das Igrejas Evangélicas de Angola.

No encontro com estudantes angolanos, na Ilha da Juventude, em Cuba, durante a visita presidencial, no dia 9 de dezembro de 1989, o chefe de Estado da RPA destacou a opção socialista e o trabalho do MPLA-PT em prol da ideologia do proletariado e das relações de produção socialistas:

³⁰⁷ Agostinho Neto, *Textos políticos escolhidos*, p. 68.

³⁰⁸ José Eduardo dos Santos, *op. cit.*, p.72.

³⁰⁹ Tony Hodges, *Angola. Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Estoril: Principia, 2003, p. 79.

³¹⁰ Reginaldo Silva, “A evolução do jornalismo em Angola – Uma visão retrospectiva dos últimos 25 anos”, in Ismael Mateus (coord.), *Angola. A festa e o luto. 25 anos de independência*. Lisboa: Vega, 2000, p. 238.

³¹¹ Em 2006, foi transformada em Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), aprovada pelo Decreto n.º 43/06, de julho de 2006.

Nós aprovamos a nossa política económica em dezembro de 1985 e as alterações produzidas na União Soviética foram em 1986. É certo que já havia renovações noutros países, como a Hungria, a China, etc., mas num outro contexto e com outro alcance. A nossa renovação não prevê o abandono dos princípios socialistas, é uma adequação dos métodos de aplicação desses princípios à realidade atual de Angola e estabelece um programa que vai permitir ir alargando progressivamente a base socialista da economia (...) Se houver renovação dentro do Partido, está será ditada por necessidades internas do próprio Partido, e não por razões alheias, e deverá estabelecer uma Direção que esteja em consonância com as novas tarefas cada vez mais complexas que os próprios militantes hão de definir no III Congresso do MPLA-PT.³¹²

A exploração do petróleo por companhias dos Estados Unidos, de França e da Itália manteve-se até ao início das reformas políticas que conduziram à implementação do programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), em 1987, o que veio permitir a entrada de Angola no Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, a mudança do regime político da RPA e a sua aproximação ao Ocidente foi inevitável, devido à perda de relevância política e económica do paradigma internacionalista de tipo marxista.

3.5 Manutenção de paz das Nações Unidas

No âmbito das relações internacionais, foi examinada a evolução das normas de intervenção no conflito angolano, assim como a missão de manutenção de paz pelas Nações Unidas, a ação de organizações não-governamentais em operações de fornecimento de alimentos à população angolana³¹³.

Desde 1989, as Nações Unidas mantinham um grupo de observadores, criado pelo Conselho de Segurança em resultado da assinatura dos Acordos de Nova Iorque, em 1988, para a retirada das tropas sul-africanas da Namíbia e dos soldados e oficiais cubanos de Angola³¹⁴. Quanto à fiscalização para a retirada das tropas cubanas, esteve a cargo das Nações Unidas, que criou, para o efeito, a Missão de Fiscalização e Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), estabelecida, a pedido de

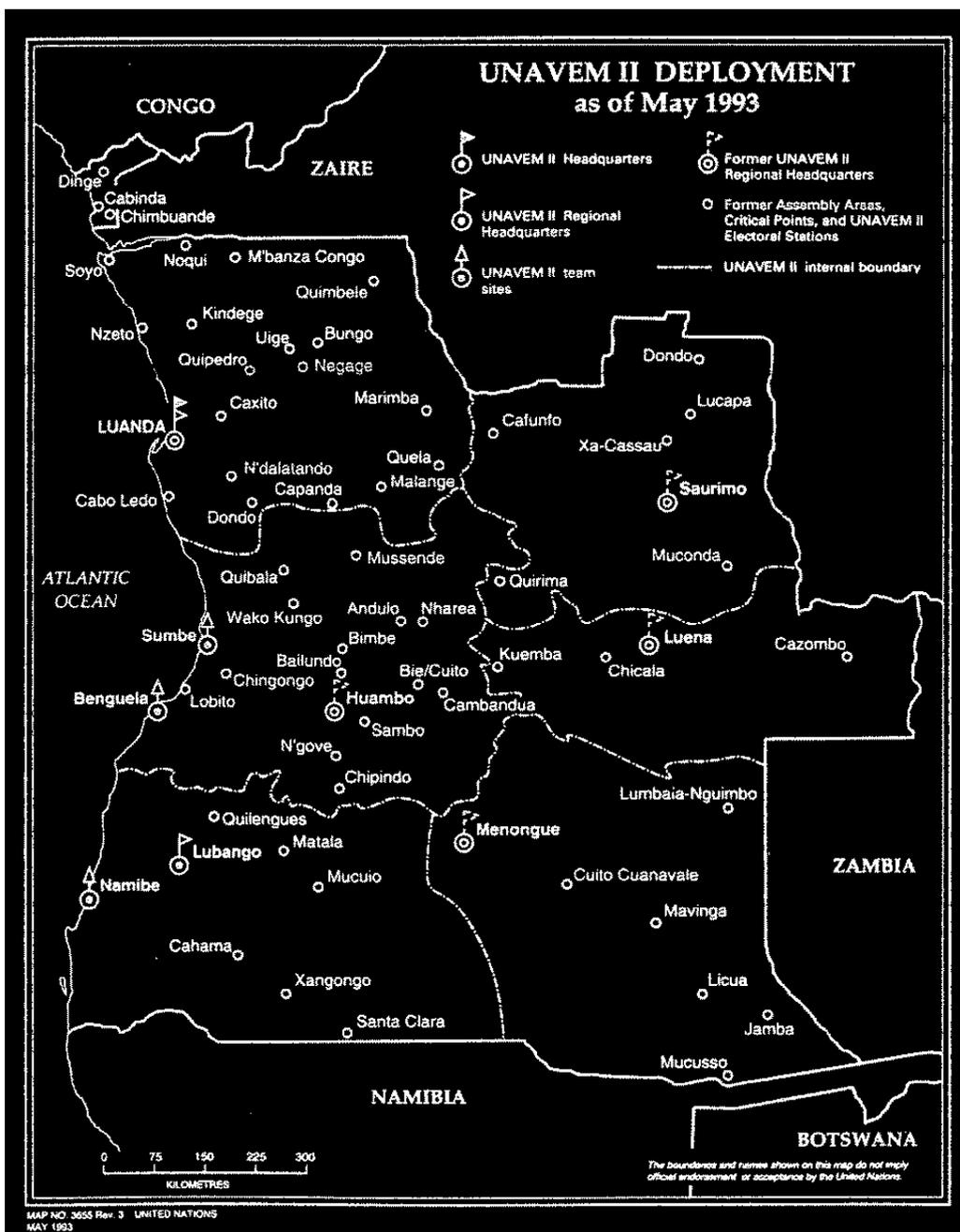
³¹² José Mena Abrantes, vol. I, *op. cit.*, p. 147.

³¹³ Fabrice Weissman (coord.), *Á l'ombre des guerres justes. L'ordre international cannibale et l'action humanitaire*. Paris: Flammarion, 2003; *Lusotopie. Les organisations non gouvernementales en lusophonie*. Terrains et Débats. Paris: Karthala, 2002; Nilo Niquelatte, *A caminho Andulo*. Blumenau: Editora Odorizzi, 2003; Raul de Taunay, *Meu Brasil angolano. A história de uma guerra que o mundo não vê*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

³¹⁴ Norrie MacQueen, “A intervenção das Nações Unidas e a crise do Estado africano”, *Relações Internacionais*, dezembro de 2004, pp. 127-145.

Angola e de Cuba, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da Resolução 626, de 20 de dezembro de 1988. Entretanto, o secretário-geral das Nações Unidas anunciou, em junho de 1991, o fim da retirada das tropas cubanas de Angola.

Mapa 1 - presença da Missão de Fiscalização e Verificação das Nações Unidas em Angola



Fonte: Venâncio Moisés, *The United Nations, peace and transition: lesson from Angola*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1994, p. 61.

Por fim, em dezembro de 1991, o ministro angolano Venâncio de Moura solicitou ao secretário-geral das Nações Unidas assistência para as atividades eleitorais. Em resposta, o secretário-geral recomendou ao Conselho de Segurança o alargamento do mandato das Nações Unidas em Angola, que incluiria o acompanhamento do processo eleitoral e a observação das eleições legislativas e presidenciais.

Boutros Ghali, secretário-geral das Nações Unidas (1992-1996), pretendeu adiar ou suspender o envio de forças de interposição se a UNITA e o Governo angolano não cumprissem as suas promessas, advertindo, no entanto, que as tropas das Nações Unidas não resolviam “os problemas prementes que os próprios angolanos têm de resolver”³¹⁵.

Mas o Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a Resolução 823, de 30 de abril de 1993, condenou os ataques contra os voos humanitários internacionais em território angolano. Quanto às sanções, impostas em setembro daquele ano à UNITA, tinham como finalidade forçar Jonas Savimbi a enveredar pela paz.

Deste modo, a Resolução 851, de 15 de julho de 1993, do Conselho de Segurança das Nações Unidas admitiu a possibilidade de aplicar sanções e decidiu o embargo de armas à UNITA. Com a Resolução 864, foi decretado o embargo sobre armas e petróleo, em setembro de 1993, e permitiu-se a imposição de sanções contra a UNITA, particularmente a circulação dos seus dirigentes, o encerramento dos seus escritórios e representações, bem como o congelamento das suas contas bancárias no estrangeiro.

Entretanto, a Missão de Fiscalização das Nações Unidas foi criada pela Resolução n.º 976 do Conselho de Segurança, de 8 de fevereiro de 1995, com o objetivo de monitorizar e verificar a implementação do Protocolo de Lusaka, assinado em 1994, após o recrudescimento da guerra civil.

O secretário-geral das Nações Unidas, após o fracasso das negociações de Abidjan, substituiu Margaret Anstee³¹⁶ por Alioune Blondin Beye, representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, que tinha sido ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali. O seu falecimento, em junho de 1998, com 59 anos de idade, num acidente de aviação na Costa do Marfim, levou Marcos Samondo, da UNITA, a afirmar que, com a morte do representante do secretário-geral, “tinha morrido

³¹⁵ “Angola: UN chief warns: troops may solve little”, Inter Press Service, 10 de abril de 1995, Lexus/Nexus; “Positive developments welcomed despite delays imperil process”, *Chronicle*, vol. XXXII, n.º 3, setembro de 1995, p. 42.

³¹⁶ O colapso do processo de paz em Angola é o tema central do livro de Margaret Joan Anstee, *Órfão da Guerra Fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano, 1992/1993*. Porto: Campo de Letras, 1997.

também o Protocolo de Lusaka³¹⁷. Por outro lado, Lúcio Lara, do MPLA, foi crítico quanto à forma como Blondin Beye conduziu a mediação do processo de paz, por permitir o “ganhar de tempo da UNITA”³¹⁸.

A missão das Nações Unidas em Angola terminou oficialmente em fevereiro de 1999, por ser considerada dispensável pelas autoridades políticas angolanas, deixando apenas alguns funcionários permanentes do escritório das Nações Unidas, uma vez que não alcançaram com a sua ação os resultados esperados relativamente ao desarmamento e monitorização das áreas de aquartelamento, nem quanto ao restabelecimento da paz.

João Miranda, ministro das Relações Exteriores de Angola, escreveu a Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas (1997-2007), em julho de 1999, para informar que as autoridades políticas do seu país tinham concordado com a presença mínima das Nações Unidas e que estavam criadas condições para a assinatura de um acordo para que o escritório das Nações Unidas começasse a funcionar. Na resposta, em agosto, o secretário-geral afirmou que a função das Nações Unidas era criar ligações com as autoridades para o restabelecimento da paz e apoiar na melhoria dos direitos humanos³¹⁹.

No entanto, a Resolução 1237 (1999) representou uma viragem no processo de paz angolano, porque foram criados, no Comité das Sanções, dois painéis de peritos para a identificação de medidas capazes de evitar que Jonas Savimbi mobilizasse recursos, medida resultante da adoção da Resolução 1173 (1998), que congelou as contas bancárias da UNITA.

Em síntese, a explicação para o fracasso das Nações Unidas em Angola foi dada por Margaret Anstee, que comparou a missão naquele país africano com a experiência do Camboja, evidenciando que, “é virtualmente impossível para uma força de manutenção de paz desmobilizar e desarmar completamente um exército guerrilheiro”³²⁰.

³¹⁷ Jardo Muekália, *op. cit.*, p. 312.

³¹⁸ Lúcio Lara, *in* Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 54.

³¹⁹ José Paulino Cunha da Silva, *As resoluções das Nações Unidas sobre Angola*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001, p. 204.

³²⁰ Manuel J. Paulo, “O papel das Nações Unidas no Processo Angolano”, <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/un-role.php> [Consultado no dia 17 de outubro de 2010].

3.6 Política pós-socialista

Até à realização do congresso do MPLA, em 1990, o Estado regulou-se pelo modelo político e ideológico marxista-leninista, substituído depois pela economia de mercado, na revisão constitucional, que permitiu aprovar os princípios básicos da democracia multipartidária, as leis de associações, de liberdade de imprensa, o direito de manifestação, da greve e a lei de radiodifusão independente³²¹. O congresso extraordinário do MPLA, realizado em abril de 1991, foi o último em regime de partido único.

A revisão constitucional banuiu todas as referências a “Popular”, facto que transformou a RPA em República de Angola e a Assembleia do Povo em Assembleia Nacional. A mudança da democracia popular para a democracia multipartidária constituiu um momento de viragem, estabelecendo formalmente o sufrágio periódico para a escolha dos governantes políticos. Tem início a implantação formal do sistema democrático e da imprensa privada³²².

A abertura política criou condições para o surgimento de algumas editoras, como a Executive Center, a Litomídia, Chá de Caxinde, Nzila, Kilombelombe e a Ler e Escrever³²³. No âmbito da justiça, os tribunais emanciparam-se formalmente do poder político³²⁴. Entretanto, foram tomadas medidas contra a prática de tráfico ilícito de diamantes ou de metais preciosos. Para além das penas previstas na lei, aplicáveis no processo criminal competente, foram determinados pagamentos de uma indemnização a favor do Estado³²⁵. Foi regulamentada a indústria mineira, para estimular a colaboração entre agentes económicos nacionais e estrangeiros³²⁶. Angola passou a dispor da

³²¹ As leis de associação foram aprovadas com a Lei n.º 14/91, de 11 de março de 1991, de liberdade da imprensa, da greve, pela Lei n.º 23/91, de 15 de agosto de 1991, da radiodifusão independente; e o direito de manifestação.

³²² Até à década de 90, Angola tinha 53 unidades gráficas, assim distribuídas: 31 em Luanda, 10 em Benguela, 3 no Huambo e 9 noutras províncias. Das 387 máquinas impressoras, 300 eram impressoras tipográficas e 87 impressoras *offset*. Reginaldo Silva, “Liberdade de imprensa – subsídios para a trajetória de um direito fundamental em Angola”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *Sociedade civil e política em Angola. Enquadramento regional e internacional*. Lisboa: Edições Firmamento, Media XXI, 2008, pp. 197-198.

³²³ Arlindo João Carlos Isabel, “A emergência numa edição angolana”, in Ismael Mateus (coord.), *op. cit.*, pp. 253-254.

³²⁴ A lei da advocacia foi aprovada com a Lei n.º 1/95, de 6 de janeiro de 1995. Em 1992, os juizes licenciados eram 21 e, em 2003, o número aumentou para 93. Manuel Aragão, “Os recursos materiais e humanos necessários à realização da justiça e do direito”, in Ministério da Justiça do Governo de Angola (org.), *Seminário da reforma da justiça*. Luanda: Edijuris, Edições Jurídicas, Lda., 2006, p. 86.

³²⁵ Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 79/91, de 27 de dezembro de 1991.

³²⁶ Artigo 3.º da Lei n.º 1/92, de 17 de janeiro de 1992; Lei n.º 16/94, de 7 de outubro de 1994.

Empresa Nacional de Diamantes para a execução da política de mineração e de comercialização³²⁷.

O MPLA iniciou a reformulação metodológica e epistemológica dos conceitos políticos utilizados³²⁸. Foram reestruturados os Ministérios do Plano, das Finanças, bem como os órgãos de segurança, assim como o anúncio de medidas para a despartidarização das Forças Armadas de Angola. Foi implementada a economia privada, mista, cooperativa e familiares. A lei das privatizações corrigiu as assimetrias existentes, dando primazia aos cidadãos angolanos na titularidade das empresas. A orgânica do Banco Nacional de Angola, aprovada na década de 90, sobre as instituições financeiras colocou um fim ao monopólio do Estado no setor financeiro³²⁹.

Foram estabelecidos em Angola alguns bancos portugueses: Banco Português de Negócios, Banco Espírito Santo e o Banco Comercial Português e também algumas empresas portuguesas no mercado da construção. Na área dos combustíveis, é de salientar a presença da GALP e de alguns grupos com diversificação económica, através das empresas dos grupos Espírito Santo, Teixeira Duarte, Amorim e Visabeira.

O Banco de Fomento Exterior (BFE) inaugurou oficialmente, em junho de 1990, o seu escritório de representação em Luanda. A presença, na capital angolana, da instituição bancária insere-se na estratégia de internacionalização das atividades do banco, determinadas em 1989. O escritório de representação bancária em Luanda tinha como fim apoiar a exportação, a importação e a promoção do investimento direto, no quadro do desenvolvimento das relações comerciais e da cooperação económica bilateral, numa altura em que Portugal estava a adquirir uma posição significativa no comércio externo angolano.

³²⁷ Lei n.º 16/94, de 7 de outubro de 1994. Durante a presidência de Agostinho Neto, foi criada a província mineira, com estatuto próprio, dividindo a província da Lunda em Lunda-Norte, para a produção mineira, e a Lunda-Sul. O objetivo dessa divisão político-administrativa foi criar condições para que a Diamang pudesse levar a cabo a sua missão. Criou ainda, para o efeito, a nova cidade, Lucapa, como capital da Lunda-Norte, e a Lunda-Sul, com sede em Saurimo, segundo o decreto de 4 de julho de 1978.

³²⁸ José Gonçalves, “As ciências sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe”, in AA.VV., *Ciências sociais em África. Alguns projetos de investigação*. Dakar: Codesria, 1992, pp. 11-61.

³²⁹ Ovídio Pahula, *Estudos sobre o sistema jurídico-económico angolano*. Estoril: Principia, 2008, pp.71-92.

3.6.1 Reinício da guerra

As eleições presidenciais e legislativas, supervisionadas pelas Nações Unidas nos termos dos Acordos de Bicesse (1991), cujo ato eleitoral foi concluído no dia 30 de setembro de 1992, não trouxeram a paz. O acordo antevia que, se nenhum dos candidatos alcançasse 50% dos votos, haveria uma segunda volta³³⁰, que não chegou a realizar-se por causa do reinício da guerra.

No dia 7 de outubro de 1992, um dia depois de Jonas Savimbi se ter retirado para o Huambo, o ministro angolano das Relações Exteriores, Van Dúnem Loy, anunciou a disponibilidade para a formação de um Governo de unidade nacional, admitindo a inclusão do líder da UNITA. Este recebeu, no Huambo, uma delegação do Conselho de Segurança, o presidente da FNLA, Holden Roberto, a delegação da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e a delegação da UNAVEM, que tentaram que a UNITA aceitasse os resultados eleitorais.

Jonas Savimbi não reconheceu os resultados eleitorais, apesar de ter sido admoestado nesse sentido, alegando fraude, o que culminou no reinício da guerra civil no final de outubro de 1992³³¹. Os resultados eleitorais das eleições, contestados pelos partidos da oposição e pelos candidatos presidenciais, foram ratificados em outubro de 1992, altura em que tiveram início, em Luanda, negociações entre as autoridades políticas e a UNITA, o maior partido da oposição.

Marcolino Moco, primeiro-ministro de Angola, participou na cimeira dos Países da Linha da Frente, em Harare, em 11 de dezembro de 1992, dirigindo um apelo aos responsáveis da UNITA para aceitação dos resultados eleitorais. Os Estados da Linha da Frente, reunidos na capital do Zimbabué, no dia 2 de abril de 1993, pediram maior intervenção das Nações Unidas no processo de paz angolano, a fim de assegurar o desarmamento, antes da realização da segunda volta das eleições presidenciais; dirigiram também um apelo aos Estados Unidos para que reconhecessem formalmente o

³³⁰ Em dezembro de 2004, o dirigente da UNITA Isaiás Samakuva considerou ultrapassada a questão da segunda volta das eleições presidenciais de 1992, afirmando que “o eleitorado já não é o mesmo”, *Jornal de Angola*, 14 de dezembro de 2004, p. 3.

³³¹ A paz relativa em Angola, entre 1991 a 1992, e a guerra civil que se prolongou até 2002 afetaram os países vizinhos de Angola, particularmente a República do Congo e a RDC (ex-Zaire), a Zâmbia e a Namíbia. A guerra civil durou algum tempo, devido ao facto de a UNITA se socorrer dos diamantes e o Estado angolano recorrer ao petróleo. Paul Collier, *Os milhões da pobreza. Por que motivos países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres? Qual a verdadeira chave para o seu crescimento?* Lisboa: Casa da Letras, 2010, p. 46.

Governo angolano democraticamente eleito em 1992, a fim de fazer apressar o sistema democrático³³².

Porém, a cimeira da OUA, efetuada no Cairo, em junho de 1993, pediu a aplicação de sanções contra a UNITA. A Namíbia, o Zimbabué e a RDC celebraram oficialmente, em abril de 1994, um pacto de defesa com o Governo de Angola em caso de agressão externa. Angola interveio na guerra civil do Zaire, em 1996 e 1997, que afetou o Ruanda e o Congo-Brazzaville; interveio também na guerra civil na RDC, em 1998 e 2002, com repercussões na África Austral, Central e Grandes Lagos.

Na cimeira da OUA realizada em Tunes, em 1994, o chefe de Estado de Angola lembrou a reconciliação e a instauração da democracia na África do Sul. Naquele ano, a SADC apelou a sanções contra a UNITA, no mês de julho. Em novembro, na capital da Zâmbia, foi assinado o acordo de paz (Protocolo de Lusaka), retomando os Acordos de Bicesse, numa fase em que a troica (norte-americanos, soviéticos e portugueses) redobrou esforços a favor da paz.

Alguns deputados, dirigentes e militantes no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) romperam com a UNITA, autoproclamando-se a UNITA-Renovada, liderada por Jorge Valentim, ministro da Hotelaria e Turismo (1997-2004), que leu o Manifesto da UNITA Renovada, apelando para a paz e a reconciliação. Um dos dissidentes foi Eugénio Manuvakola, que assinou o Protocolo de Lusaka.

Em 1996, no mês de março, após o encontro entre o chefe de Estado angolano e o líder da UNITA, em Libreville, capital do Gabão, Jonas Savimbi referiu-se à aplicação do Protocolo de Lusaka, exortando a “andar tão depressa quanto possível e tão devagar quanto a prudência nos aconselhava”³³³. Porém, a tomada de posse do GURN, em 1997, de deputados da UNITA eleitos nas eleições legislativas e o não-respeito dos acordos sensibilizaram a comunidade internacional no sentido de ordenar sanções contra o movimento liderado por Jonas Savimbi³³⁴.

O presidente Nelson Mandela conversou com Jonas Savimbi, em Umtata, no Eastern Cape, em janeiro de 1997, facto que levou as autoridades angolanas a afirmar que apenas aceitava os esforços de paz levados a cabo pelas Nações Unidas, rejeitando a

³³² José Paulino Cunha da Silva, *As resoluções das Nações Unidas sobre Angola*, p. 134.

³³³ Alcides Sakala, *Memórias de um guerrilheiro. Os últimos anos de guerra em Angola*. Lisboa: D. Quixote, 2006, p. 32.

³³⁴ Alberto Colino Cafussa, “O papel do GURN na pacificação e reconciliação em Angola”, *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 2, dezembro de 2008, p. 66.

abertura de um outro canal. Três meses depois, o Parlamento angolano concedeu ao líder da UNITA o estatuto especial de presidente do maior partido da oposição.

Angola, o Zimbabué e a Namíbia intervieram na RDC, detendo, desta forma, o apoio dado aos guerrilheiros da UNITA. As tropas de Angola intervieram também na República do Congo-Brazzaville, em apoio do presidente Sassou Nguesso. Na verdade, o auxílio das tropas governamentais angolanas a Laurent Desiré Kabila permitiu expulsar o presidente Mobutu Sese Seko, aliado de Jonas Savimbi e dos hútus ruandeses, em maio de 1997, situação que permitiu ao Governo angolano ver na revolta de Laurent Kabila a ocasião para concretizar o bloqueio da ação militar contra a UNITA³³⁵.

Todavia, o exército tútsi ruandês venceu com a ajuda das tropas angolanas, tal como aconteceu com a vitória de Denis Sassou Nguesso, no Congo-Brazzaville, frente às tropas dirigidas por Pascal Lissouba e Bernard Kolela, apoiantes da independência de Cabinda, em julho de 1997. Laurent Kabila foi ajudado pelos militares enviados pelas autoridades políticas de Angola, em julho de 1998, numa altura em que foi dirigida outra ofensiva contra a UNITA. O corte de relações entre a RDC, os Ruandeses e Ugandeses deu lugar à Guerra do Congo, iniciada em agosto de 1998, com a participação do Zimbabué, da Namíbia, de Angola e do Chade, que enviaram tropas. Foram formadas coligações apoiadas por Laurent Kabila, da RDC, uma patrocinada pelos países francófonos da região e outra pelo Sudão.

A intervenção militar das tropas angolanas na Região Central e dos Grandes Lagos teve como finalidade neutralizar a ação da UNITA no Zaire (aeroporto de Ndjili e base aérea de Kamina) e extinguir a aliança entre Pascal Lissouba, Bernard Kolelas e o movimento pró-independência de Cabinda. Portanto, a situação da Região dos Grandes Lagos, em que a coligação tútsi-Ruanda se envolveu contra a RDC, levou a que Angola formasse a coligação com a Namíbia e o Zimbabué. A coligação tútsi (Ruanda, Uganda e Burundi) visava ocupar a RDC, espaço importante para controlar a Região Central e dos Grandes Lagos.

Em 1998, a UNITA começou a enfraquecer militarmente por causa do embargo internacional, começando assim o seu declínio militar. Alcides Sakala, representante da UNITA em Bruxelas (1990-1995), eleito no congresso, em 1995, como secretário das relações com o exterior, partiu depois para o Andulo, localidade que abandonou, em

³³⁵ Jardo Muekália, *op. cit.*, p. 307.

1999, juntamente com a comitiva que seguia Jonas Savimbi, naquela que foi considerada a segunda “longa marcha”.

Entretanto, em outubro de 2000, a UNITA elaborou um documento em memória de Jeremias Chitunda, difundido em inglês, francês, espanhol e alemão, que fazia referência à procura da paz no âmbito pan-africano. Em janeiro de 2001, teve lugar em Luanda a cimeira que juntou o presidente angolano, o presidente do Ruanda, Paul Kagame, e o da RDC, Joseph Kabila, para a criação da chamada “Aliança para a Paz”. Assim, o envolvimento angolano teve como objetivo garantir segurança, integridade territorial, pacificação e estabilização da Região Central e dos Grandes Lagos, bem como conter os guerrilheiros liderados por Jonas Savimbi, refugiados no Congo-Kinshasa e no Congo-Brazzaville, para não atingir Angola.

Em 2001, o chefe de Estado angolano teve um encontro com Robert Fowler, embaixador do Canadá nas Nações Unidas, que assumiu a presidência do Comité de Sanções das Nações Unidas, em janeiro de 1999, atribuindo-lhe outra dinâmica, tendo apresentado recomendações que visavam a imposição do embargo sobre a venda de armas.

Neste contexto, foi decidido, pela UNITA, convidar jornalistas estrangeiros a visitar as áreas controladas, numa altura em que eram alvo de sanções que interditavam viagens e qualquer contacto com representantes no exterior. O Governo angolano levou a cabo ofensivas militares para conter a ação militar dos guerrilheiros liderados por Jonas Savimbi. Após os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, que marcaram a política de muitos países no seu apoio aos Estados Unidos, Jonas Savimbi procurou combater o rótulo de movimento terrorista e, por sua vez, as autoridades políticas angolanas colocaram de parte as negociações. Entretanto, a UNITA viu serem prorrogadas as sanções decretadas pelo presidente Bill Clinton, por George Bush, presidente dos Estados Unidos (2001-2009), numa altura em que Holden Roberto, da FNLA, sugeriu que Jonas Savimbi definisse a sua área de residência em Angola³³⁶.

Em 2001, Jonas Savimbi contactou com os responsáveis da comunidade ecuménica de Santo Egídio de Roma, que participou no Congresso Nacional do Movimento Pro Pace, organizado pela Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé e Príncipe (CEAST), em 2000, em Luanda, que apelou para um maior espírito democrático e tolerância. O líder da UNITA conversou com o bispo da Beira, devido ao

³³⁶ Alcides Sakala, *op. cit.*, p. 335.

contributo dado nas negociações que puseram fim à guerra civil em Moçambique, reafirmando, durante o diálogo com o prelado católico, o seu empenho diplomático³³⁷.

Azevedo Kanganje, representante da UNITA em Bruxelas, conversou com Dlamini Zuma, ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, em outubro de 2001, em busca de uma solução. Na verdade, foi no dia 11 de novembro de 2001, comemoração do 26.º aniversário da proclamação da independência de Angola, que o chefe de Estado de Angola apresentou três vias para acabar com o conflito armado: fim da ação militar; captura de Jonas Savimbi e sua entrega à justiça; ou, então, a sua morte³³⁸, o que viria a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2002, na província do Moxico³³⁹. Em resposta às vias, a UNITA emitiu, em janeiro de 2002, um comunicado em que admite “não negociar a sua rendição”³⁴⁰, numa altura em que as Nações Unidas defendiam uma solução negociada.

A UNITA recebeu apoios do Fórum Português para a Paz e Democracia, em colaboração com a Associação de Amizade Itália-Angola, bem como solidariedade por parte de personalidades da sociedade civil em vários países europeus, nomeadamente em Portugal, França, Espanha, Irlanda e Alemanha, que entregaram no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, um apelo para o diálogo para a paz.

Os representantes das principais Igrejas cristãs presentes em Angola estiveram reunidos em março de 2002, por iniciativa do Comité Intereclesial para a Paz (COIEPA), para examinar o novo cenário político e encontrar a melhor via para consolidar a paz; os bispos católicos publicaram uma Carta Pastoral em que reforçaram o seu apoio a iniciativas para implementação da paz.

3.7 Imagem de Angola em tempo de guerra e de paz

Na realidade, a má imagem da RPA na segunda fase socialista (1979-1991) acentua-se devido à guerra civil e à degradação do nível de vida das populações, iniciada na primeira fase socialista (1975-1979), surgindo sinais de baixa rentabilidade

³³⁷ *Idem, ibidem*, p. 377.

³³⁸ José Mena Abrantes (org.), *Angola em paz. Novos desafios*. Luanda: Edições Maianga, 2005, p. 98; Emídio Fernando, *op. cit.*, p. 306.

³³⁹ Joaquim Morais, *Jonas Savimbi. Uma Angola para todos os Angolanos, um símbolo, uma bandeira, uma pátria*. Braga: APPACDM, 2008, p. 123.

³⁴⁰ Alcides Sakala, *op. cit.*, p. 408.

do sistema de educação, a ruína do sistema de saúde, dificuldades na habitação, emprego, etc.

O objetivo político do Estado angolano pós-colonial visou desenvolver e proporcionar bem-estar social, com programas de educação, saúde, justiça e habitação, que não viriam a ser cumpridos, nem com Agostinho Neto, nem com José Eduardo dos Santos. Este último, na tomada de posse como chefe de Estado, no dia 21 de setembro de 1979, prometeu proteção ao cidadão, sanear a situação económica e financeira, aumentar a produção e elevar o nível de vida dos Angolanos³⁴¹.

Politicamente, a RPA não pretendia implantar a democracia plural: “nós temos um partido único a dirigir, é debaixo dessa orientação, dessa direção, que todos os cidadãos angolanos deverão viver”³⁴², resposta dada pelo presidente Agostinho Neto à questão colocada por um jornalista belga sobre a reconciliação com a FNLA e a UNITA, considerada “demolidora do projeto de unidade nacional”³⁴³.

As condições económicas das populações urbanas e rurais começam a degradar-se em 1977, altura em que o apoio de países como a Suécia e a Noruega foi importante para minimizar as carências a todos os níveis. Nessa época, teve início a falta de água nas torneiras, de eletricidade, bem como a ruína do saneamento básico, a falta da recolha de lixo nas cidades, nomeadamente em Luanda. Apesar do apelo lançado pelas autoridades políticas da RPA, o trabalho voluntário para a limpeza de ruas das cidades teve pouca adesão da população, preocupada com a sobrevivência.

Na verdade, o ano de 1977 foi caracterizado também por contradições internas, que tiveram o seu ponto alto na contestação ao chefe de Estado, que pretendia também abertura ao Ocidente, situação que acabou por provocar conflitos com a ala mais radical do MPLA, especialmente com o grupo liderado por Nito Alves³⁴⁴.

³⁴¹ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 35.

³⁴² Agostinho Neto, *Discursos do camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA-PT, 1978, p. 6. Holden Roberto, in Drummond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 22.

³⁴³ José Eduardo dos Santos, *op. cit.*, pp. 166-167.

³⁴⁴ Douglas Wheeler e René Pélissier, *op. cit.*, p. 363. Publicações sobre o 27 de Maio: Ministério da Defesa, *Informação do bureau político sobre a tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977*. Luanda; Américo Cardoso Botelho, *Holocausto em Angola. Memórias de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Vega, 2007; Dalila Mateus Cabrita, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Texto Editora, 2009; Francisco Miguel, *Nuvem negra: o drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica, 2007; Leonor Figueiredo, *Sita Valles. Revolucionária, comunista até à morte (1951-1977)*. Lisboa: Aletheia, 2010.

As autoridades políticas da RPA regulamentaram o confisco dos bens móveis e imóveis das instituições religiosas, situação que despertou apreensão por parte da Igreja Católica por se ter adotado um padrão único de educação da juventude³⁴⁵. Em outubro de 1976, examinaram a questão religiosa e as relações com o Estado³⁴⁶. O fenómeno religioso foi considerado um elemento arcaico da sociedade pelo MPLA, que, em fevereiro de 1978, apresentou na cidade de Benguela a resposta à Carta Pastoral dos Bispos de Angola, de 14 de dezembro de 1977, onde se critica a política hostil contra a liberdade de fé, de consciência e a instrumentalização do socialismo. Em Nota Pastoral, os bispos católicos de Angola afirmaram:

A Religião não veio de encomenda para a África, existiu sempre entre os Africanos. O cristianismo pode considerar-se fazendo parte da cultura africana, de tal modo lhe veio dar luz e valor.

Pensamos que proibir ou pretender acabar com a religião equivale a querer mutilar o Africano e a impedir a sua total libertação, pois esta não se limita ao simples plano económico, político e social (...).

Um Estado verdadeiramente laico não deve ser nem pró nem contra a Religião, deve manter imparcial isenção. Deixa de ser laico o Estado que trabalha para o sufocamento do fenómeno religioso.³⁴⁷

Importa realçar que a RPA foi caracterizada pelo ateísmo, distinto do que se viveu em Cuba³⁴⁸. Contudo, as relações com a Santa Sé foram tensas, como mostra, por exemplo, a não-autorização da saída do aeroporto de Luanda de um cardeal enviado pelo Papa João Paulo II³⁴⁹.

Em 1979, a produção agrícola começou a declinar. Porém, a indústria alimentar registou um aumento de produção efêmero, tal como a indústria pesada e ligeira. As principais causas prendem-se com dificuldades de abastecimento em matérias-primas; cortes no fornecimento de água e de energia; deficientes condições sociais dos trabalhadores; falta de organização e mau estado do equipamento.

³⁴⁵ CEAST, *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz. Documentos episcopais 1974-1998*. Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé: Secretariado Pastoral, Luanda, 1998, p. 53.

³⁴⁶ *História do MPLA*, 2.º vol. 2, *op. cit.*, p. 478.

³⁴⁷ CEAST, *op. cit.*, pp. 55-57.

³⁴⁸ André Vela Ngaba, *Angola: a voz profética dos bispos da CEAST (1975-2002). Uma antropologia teológica para a educação para a paz*. Mbanza Congo: SEDIECA, 2008, pp. 25-26.

³⁴⁹ Tony Neves, *Angola. A Igreja Católica pela paz*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2001, p. 82.

No plano económico mundial, a década de 80 caracterizou-se pela descida do preço do petróleo, bem como dos preços de matérias-primas como os diamantes e o café. Por causa da situação que África atravessava naquela década, a OUA definiu, na Nigéria, em abril de 1980, o plano para a recuperação económica, tendo como base medidas de reestruturação, gestão económica e saneamento financeiro.

Neste sentido, a Conferência extraordinária da OUA, realizada em Addis Abeba, em julho de 1985, tratou dos problemas económicos e a posição africana perante a ajuda externa, assunto posteriormente retomado na assembleia extraordinária, em novembro de 1985, em Adis Abeba.

No quadro político, na década de 80 teve início, de forma gradual, a aproximação ao modelo de tipo liberal, devido às transformações políticas que tiveram lugar. Em 1986, o valor da dívida externa do país era pouco menos de quatro mil milhões de dólares norte-americanos (11 335 milhões de *kwanzas*) por causa da queda do preço do petróleo, situação que obrigou o Governo a lançar um apelo à comunidade internacional para ajuda humanitária.

Sob pressão do Banco Mundial (BM) e do FMI, Angola adotou o SEF, programa de (re)ajustamento da economia angolana, aprovado em 1987, que foi aplicado com os objetivos de reduzir a dívida do Estado e de as suas empresas se abrirem à iniciativa privada, bem como reformar o setor bancário e a contabilidade pública.

A dívida externa da RPA estava em crescimento, o que levou as autoridades políticas angolanas a contactar com os clubes de Paris, de Londres e do FMI, de que o país se tornou membro, em 1989, facto visto como oportunidade valiosa para acesso à assistência nas áreas do orçamento, das taxas e da política fiscal, e da gestão económica em geral³⁵⁰.

É neste contexto que o modelo de Estado revolucionário pós-colonial dá lugar ao Estado patrimonializado, uma forma de controlo económico. Alguns políticos passaram a controlar as redes clientelares, cujo poder económico e financeiro estava em fase inicial. Assim, a nomenclatura de carácter socialista-marxista rapidamente passou a ser empresarial-capitalista³⁵¹.

³⁵⁰ Foi realçado pelo presidente de Angola, no discurso efetuado no encontro na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em Washington, no dia 17 de setembro de 1991. José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 349.

³⁵¹ Justino Pinto de Andrade, “O processo de transição em Angola: sociedade civil, partidos políticos, agentes económicos e população em geral”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.) *op. cit.*, p. 45.

Manuel dos Santos Lima, dissidente do MPLA na década de 1960, escritor e professor universitário, critica os regimes africanos pós-coloniais pelas suas políticas, que não beneficiaram os cidadãos dos seus países³⁵². No mesmo sentido, Wole Soinka, escritor nigeriano, laureado com o Prémio Nobel da Literatura, em 1986, referindo-se aos regimes militares de partido único e aos que adotaram o multipartidarismo, reconheceu que as causas dos problemas africanos são maioritariamente de ordem interna, acusando os líderes africanos de hipotecarem o futuro das populações enquanto acumulavam fortunas pessoais³⁵³.

A ética, a competência e o profissionalismo foram considerados irrelevantes, na RPA, como nos dá conta o romance de Agostinho Mendes de Carvalho (*Uanhenga Xitu*) que reprova a ação governativa, a corrupção, a burocratização excessiva e a utilização do poder político em proveito de alguns governantes angolanos³⁵⁴. No desencanto político, iniciado na década de 80, o romance *Geração da utopia*, de Pepetela, lança um desafio para reinventar um outro modelo³⁵⁵. Nesta perspetiva, o romance representa uma viragem quanto ao modo como é vista a guerra, afastando-se do modelo revolucionário apresentado em *Mayombe*³⁵⁶. Noutro registo, o escritor Sousa Jamba satiriza o sistema de partido único que vigorou na RPA³⁵⁷.

O presidente José Eduardo dos Santos pronunciou-se, algumas vezes, sobre a má gestão e o fenómeno da corrupção em geral, considerando-a como segundo mal da nação depois da guerra civil. No encontro de embaixadores e encarregados de negócios, na Gabela, no dia 3 de junho de 1981, mostrou-se preocupado com a falta de austeridade nos gastos do corpo diplomático “que deixa às vezes uma imagem triste do nosso país no estrangeiro”³⁵⁸.

Durante a década de 90, Angola foi caracterizada pela guerra civil, dívida externa, má governação e corrupção, défice democrático, situação precária da maior parte da população, desrespeito pelos direitos humanos, desvalorização do *kwanza*, violações da liberdade de expressão, de associação e de reunião, despesa pública excessiva, taxas de

³⁵² Manuel dos Santos Lima, *Os anões e os mendigos*. Porto: Afrontamento, 1984.

³⁵³ Revista *Além-Mar*, julho/agosto de 2010, p. 21.

³⁵⁴ Ana Lopes de Sá, *A (re)construção da angolanidade em Uanhenga Xitu. Contributo para um estudo dos cultos especiais seguido de o Estado pós-colonial em Angola: uma leitura antropológica de «O Ministro» de Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro Editores, 2003, pp. 77-105.

³⁵⁵ O romance omite os “utópicos tempos” em que Pepetela viveu em Paris e Argel como membro da Frente de Unidade Angolana. Sócrates Dáskalos, *op. cit.*, p. 125.

³⁵⁶ Pepetela, *Mayombe*. Lisboa: D. Quixote, 1993.

³⁵⁷ Sousa Jamba, *Confissão tropical*. Lisboa: D. Quixote, 1995.

³⁵⁸ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 95.

inflação altas, acentuada dependência da ajuda alimentar externa proveniente da Suécia, Itália, Espanha, Estados Unidos, Portugal e de outros doadores. Calcula-se que Angola tenha recebido cerca de 602 milhões de dólares, tornando-se, assim, o 10.º país recetor de ajuda externa em África³⁵⁹.

De facto, durante a guerra civil, foi suprimida qualquer opinião dissidente: “obrigou todos os Angolanos a escolherem: ou ficarem com o MPLA ou tornarem-se inimigos”³⁶⁰. Esta constatação levou alguns cientistas políticos a considerar que, enquanto o partido no poder não alterar o seu *modus operandi*, “não há nenhuma razão para pensar que o atual figurino político, apesar de sensível à pressão externa, vá permitir a emergência de uma sociedade civil forte, ou mesmo autónoma”³⁶¹.

Na tomada de posse de novos membros do Governo, em Luanda, em junho de 1990, o presidente angolano apelou para a eficiência e dedicação profissional, para dar uma boa imagem do Estado. Neste contexto, o Congresso do MPLA, realizado em dezembro de 1990, exortou o Governo a melhorar a gestão, a valorizar o trabalho e os salários, desajustados do custo real de vida, bem como a fortalecer o combate à corrupção.

Relativamente à corrupção praticada por membros do Governo, o chefe de Estado reconheceu, em entrevista à revista *Comércio Externo*, em Luanda, no dia 3 de dezembro de 1991, não ser um problema exclusivo de Angola, tendo destacado o facto de alguns cidadãos se dedicarem à comercialização nas cidades de bens industriais importados.

A corrupção e outras práticas ilícitas e fraudulentas contribuíram para a inflação da moeda, o açambarcamento de bens, o suborno, o tráfico de influências, a utilização indevida dos dinheiros públicos, o câmbio especulativo, problemas estes que provocaram apelos para a moralização da sociedade angolana, como mostra a mensagem do presidente angolano dirigida à nação, em 5 de setembro de 1993, na qual é pedido “civismo, ética e decência social”³⁶².

³⁵⁹ João Zumba, *Fatores internos como condicionantes da assistência externa: aspetos qualitativos e quantitativos da APD do caso angolano, 1976-1998*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2001, p. 105.

³⁶⁰ Patrick Chabal, “Twilight zone: sociedade civil e política em Angola”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, p. xxxi.

³⁶¹ Patrick Chabal, “Twilight zone: sociedade civil e política em Angola”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, p. xxxiii.

³⁶² José Mena Abrantes (org.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo. Palavras de um estadista, vol. II. Segunda República, 1992-2004*. Luanda: Edições Maianga, 2004, pp. 19-20.

A lógica patrimonial, o enriquecimento ilícito, a predação dos recursos públicos e a corrupção instalam-se, acentuando-se ainda mais durante a transição do regime de partido único para o sistema multipartidário, de economia de mercado e privatização³⁶³. O endividamento angolano foi agravado devido ao reinício da guerra civil e também pelos excedentes de poupança a nível internacional, que procuravam, a todo o custo, mercado mais rentável para a sua aplicação através da desregulamentação, da sobrevalorização da taxa de câmbio da moeda, juntamente com políticas económicas e financeiras caracterizadas pela inadequabilidade do financiamento ao investimento. Outros fatores a destacar foram a não-regulamentação do acesso aos financiamentos externos, taxas de juros desajustadas e taxas de câmbio sobrevalorizadas.



Ilustração 1 - Nota de 500 000 (quinhentos mil kwanzas), emitida em fevereiro de 1991

Fonte: Gentilmente cedida por André Fonseca

O chefe de Estado angolano participou na cimeira da OUA, realizada no Cairo, em junho de 1993, tendo realçado, no seu discurso, a dívida externa angolana e de outros países de África. Em 1994, a dívida externa de Angola ascendia a cerca de 11 biliões de dólares, dos quais 9,4 biliões, ou seja, 85%, eram dívida de médio e longo prazo. A dívida de curto prazo cresceu significativamente, desde 1991, estimando-se em 1,6 biliões de dólares³⁶⁴.

O Estado angolano utilizou a maior parte dos recursos financeiros provenientes dos recursos naturais para a área militar. A educação absorveu 2,4% dos recursos financeiros do país, em 1994, altura em que 3,3% foram para a saúde e 51,6% para a defesa e ordem pública, considerada a quantia mais alta, entre 1992 e 1996³⁶⁵.

³⁶³ Nuno Vidal, “Política, setores sociais e sociedade civil em Angola”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, pp. 38-40.

³⁶⁴ Gabinete da Dívida Externa do Banco Nacional de Angola, anexo 10, citado por João Custódio da Costa, *O endividamento da República de Angola*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 63-64.

³⁶⁵ João Zumba, *op. cit.*, p. 70.

Desde 1995, as conversações com o FMI foram marcadas por críspação, apesar de terem sido assinados programas monitorizados com o objetivo de realizar reformas económicas que, no entanto, viriam a não produzir o efeito desejado. Em finais de 1998, o plano de recuperação económica, para vigorar até 2000, foi complementado com a aprovação da estratégia global para a saída da crise, aprovada em março de 1999, marco de viragem para a política macroeconómica e solução para o défice orçamental, permitindo, assim, o recomeço das negociações com o FMI³⁶⁶. Apesar do acordo com aquela instituição financeira internacional, a política económica em Angola foi caracterizada pela hiperinflação, o que representou um retrocesso nas políticas de liberalização económica.

Angola enfrentou uma crise política e militar, tendo uma grande parte do país ficado sob controlo da UNITA, que, em 1998, viria a controlar 50% do território. Em 1999, Angola tinha uma inflação de 300%, como admitiu o chefe de Estado no discurso de tomada de posse de novos membros do GURN, em 31 de janeiro de 2000³⁶⁷.

O relatório elaborado pelo FMI, em 2002, dá conta de que cerca de mil milhões de dólares, o equivalente a três vezes mais do que Angola recebeu em ajuda humanitária internacional, foram desviados das contas públicas³⁶⁸. A discussão entre o FMI e as autoridades políticas de Angola arrastou-se até 2009, altura em que o Estado reconheceu que a situação económica era crítica por causa da crise económica mundial, facto que obrigou o país a pedir empréstimo.

Porém, o ministro das Relações Exteriores de Angola, ao discursar na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 27 de setembro de 2003, lamentou a fraca resposta da comunidade internacional aos apelos para assistência externa ao processo de reconstrução de Angola³⁶⁹. Por iniciativa da diplomacia angolana, teve lugar, em novembro de 2003, uma sessão aberta do Conselho de Segurança sobre a desminagem, com o intuito de impulsionar os programas de desminagem, que viriam a beneficiar Angola, em 2004.

Entretanto, em dezembro de 2004, a ONU defendeu a assistência à reabilitação económica de Angola através de uma resolução que reconheceu como satisfatória a implementação do Memorando de Entendimento, suplementar ao Protocolo de Lusaka,

³⁶⁶ Manuel S. Camati, *Os títulos do Banco Central de Angola (TBC'S). Análise para a compreensão da sua natureza jurídica*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 13-17.

³⁶⁷ José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 285.

³⁶⁸ *Além-Mar*, março de 2009, p. 28.

³⁶⁹ *Jornal de Angola*, 28 de setembro de 2003, p. 3

fazendo também referência à aprovação da Lei Nacional e do Plano Estratégico para o combate ao vírus da sida. As Nações Unidas registaram ainda o facto de Angola ter decidido aderir ao Mecanismo Africano de Revisão Financeira, chamando a atenção para o empenho do Governo angolano no reforço das instituições democráticas e, de modo particular, na realização de eleições, que só viriam a ter lugar em 2008.

Na realidade, foi denunciada publicamente a corrupção existente em Angola, poucos dias depois da publicação do índice de perceção da corrupção de 2009, em fevereiro de 2010, dois dias antes de o FMI ter anunciado 1,4 mil milhões de dólares para Angola. O país teve acesso ao Acordo Stand-By, que apoia, a curto prazo, países com dificuldades na balança de pagamentos, e cujo acordo contém várias cláusulas de modo a permitir maior transparência no uso das receitas do petróleo, como nos dá conta, por exemplo, a campanha da Open Society “Publique o que paga”³⁷⁰.

Angola registou um crescimento económico que, entre 2004 e 2008, atingiu dois dígitos: 3,3%, em 2003; 11,2%, em 2004; 20,6%, em 2005; 15,3%, em 2006; 35%, em 2007; 16,0%, em 2008³⁷¹. De acordo com o ministro das Finanças da altura, José Pedro de Morais³⁷², “a economia de Angola cresceu, em termos reais, 13% ao ano, ao passo que a inflação baixou drasticamente”³⁷³.

Apesar do crescimento económico, resultante do petróleo, dos diamantes e de outros recursos, a riqueza continua mal distribuída. Em 2005, era convicção de alguns analistas internacionais que, se a situação angolana não for entretanto alterada, os objetivos de desenvolvimento traçados para 2015, com o propósito de diminuir a pobreza, não serão atingidos, apesar de o Governo ter anunciado um conjunto de reformas que passam pelas instituições do Estado, da Administração e das Finanças, apresentando um modelo de desenvolvimento com base na criação de infraestruturas³⁷⁴.

³⁷⁰ Relatório do FMI n.º 09/320, novembro de 2009, p. 9; Justino Pinto de Andrade, “O processo de transição em Angola: sociedade civil, partidos políticos, agentes económicos e população em geral”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, p. 47.

³⁷¹ Melanie Bravo Mendes, *Relações económicas bilaterais de Portugal com Angola*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008, p. 36.

³⁷² Recebeu em Luanda, no dia 10 de julho de 2010, das mãos de Stephen Timewell, diretor da revista *The Banker*, do grupo Financial Times, o prémio de melhor ministro das Finanças de África de 2007, numa avaliação anual da prestigiada publicação dos Estados Unidos.

³⁷³ *Courrier International*, n.º 106 – 13 a 19 de abril de 2007, p. 30.

³⁷⁴ Sérgio Calundungo, “A sociedade civil, a política e a erradicação da pobreza em Angola: duas perspetivas em confronto”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, p. 81; Fernando Pacheco, “Sociedade civil em Angola: ficção ou agente de mudança”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, p. 123.

As estimativas da população angolana situam-se entre os 16 e os 18 milhões de habitantes, de acordo com alguns inquéritos por amostragem. O cálculo atual aponta para uma relação de 93 homens para cada 100 mulheres, numa população em que 48% têm menos de 15 anos, 49,4% têm entre 15 e 64 anos, e o restante da população tem mais de 64 anos³⁷⁵.

A avaliação de 2009, por exemplo, mostra que cerca de 12,5 milhões viviam com menos de 1,7 dólares por dia, satisfazendo as suas necessidades básicas recorrendo ao mercado negro, espalhados pelo país³⁷⁶, apesar de ter sido implementada a Estratégia de Combate à Pobreza, em 2004, aprovada a Agenda Nacional de Consenso, em 2008, que traça metas para o desenvolvimento de longo prazo, isto é, até 2025, tendo como objetivos: consolidar a paz; combater a pobreza; aprofundar a democracia, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos; promover a boa governação, a transparência na gestão dos bens públicos, a redução da intervenção direta do Estado na economia³⁷⁷.

³⁷⁵ *Jornal de Angola online*, 27 de julho de 2010. [Consultado em 27 de julho de 2010.]

³⁷⁶ *Além-Mar*, março de 2009, p. 27.

³⁷⁷ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 239.

4. Angola independente no período da Guerra Fria

Desde 1975 até 1989, a RPA foi palco dos efeitos da Guerra Fria. O conflito bipolar entre a URSS e os Estados Unidos foi a disputa entre o comunismo e o capitalismo, facto que veio influenciar os conflitos internos no continente africano, sobretudo em Angola. Os contactos que o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger realizou não ajudaram a melhorar as relações entre os dois países no que respeita à política em Angola³⁷⁸.

Cuba e a União Soviética, países progressistas e comunistas, foram os principais aliados da RPA e do MPLA. Os Estados Unidos apoiaram a UNITA, invocando a defesa do mundo livre. A África do Sul, com ajuda dos Estados Unidos, país capitalista e democrático, ajudou a UNITA, como reconheceu publicamente o ministro da Defesa sul-africano, segundo o *Jornal de Angola*, de 13 de novembro de 1989.

Com a chegada do presidente Ronald Reagan ao poder nos EUA, em 1981, ganha força a luta contra a hegemonia e a preponderância militar soviética e dos seus aliados. R. Reagan anulou a Emenda Clark, que limitava a ajuda norte-americana às forças anticomunistas, mas engrandeceu o auxílio à guerrilha antissoviética no Afeganistão³⁷⁹. Assim, a presença cubana e a sua retirada de Angola foi uma questão que deu origem a várias negociações entre Angola, Cuba, África do Sul e os Estados Unidos. No entanto, a conjuntura internacional, bem como a procura de hegemonia durante a Guerra Fria, influenciaram a política angolana, caracterizada pela guerra civil, pela defesa da independência política, proclamada sem sufrágio universal, contrariando o previsto nos Acordos de Alvor.

4.1 Política externa

A política interna e externa da RPA, com ou sem primeiro-ministro, foi sempre conduzida pelo presidente da República³⁸⁰. Segundo a Lei Constitucional, aprovada por aclamação pelo MPLA, em vigor a partir de 11 de novembro de 1975, cabia à

³⁷⁸ José Milhazes, *op. cit.*, p. 87.

³⁷⁹ Henry Kissinger, *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996, pp. 675-676.

³⁸⁰ José Reis Santos, “Entre o Futungo e a Assembleia: considerações sobre o sistema político angolano”, in Marina Costa Lobo e Octávio Amorim Neto (orgs.), *Semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 49-78.

Assembleia do Povo, presidida pelo chefe de Estado, ratificar os tratados internacionais; decidir sobre a política interna e externa do Estado (artigo 38.º); eleger e exonerar os embaixadores e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros (artigo 52.º)³⁸¹.

A RPA procurou, através da sua política externa, superar as questões de ordem interna, mantendo alianças com os países socialistas³⁸² entre 1975 e 1991, período em que considerou a FNLA, a UNITA e os seus apoiantes como lacaios, tribalistas, agentes da CIA e forças reacionárias do imperialismo. Em matéria de comércio externo, o Estado angolano deu prioridade aos países socialistas e não-alinhados³⁸³.

Houve, no entanto, a preocupação da Fundação Dr. António Agostinho Neto em publicar cinquenta e quatro discursos proferidos pelo seu patrono. Entre os discursos disponíveis em dez CD de áudio, destacamos as alocações proferidas na apresentação das cartas credenciais dos primeiros embaixadores da Jugoslávia, Checoslováquia, Cuba e Guiné-Conacri em Angola. A publicação sonora reúne também os discursos pronunciados na reunião com membros do corpo diplomático acreditado em Angola e durante a visita do presidente Fidel Castro a Angola³⁸⁴.

No que respeita aos países ocidentais, o Estado angolano considerou duas categorias de países. A primeira categoria era constituída por aqueles Estados que, durante a guerra pela independência, não apoiaram o MPLA, nem a sua luta pela independência política de Angola; na segunda categoria, encontravam-se os países ocidentais que compreenderam a razão da luta do MPLA, ajudando-o, como foi o caso dos países escandinavos, da Holanda e da Bélgica, cuja ação foi diferente da que tiveram a República Federal Alemã e os Estados Unidos, país considerado, pelas autoridades políticas angolanas, como tendo assumido posições contrárias ao MPLA e ao seu governo.

Deste modo, a política externa da RPA teve como base a manutenção de relações diplomáticas com aqueles países que tinham mantido uma atitude hostil para com a luta pela independência política, levada a cabo pelo MPLA, presidido por Mário de Andrade e Agostinho Neto, como foi o caso do ex-Zaire.

³⁸¹ Lei Constitucional da República de Angola, 11 de novembro de 1975.

³⁸² Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Jugoslávia, Kampuchea, Polónia, República Popular e Democrática da Coreia, República Democrática Alemã, República Popular da Mongólia, Roménia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Vietname.

³⁸³ Agostinho Neto, *Relatório do comité central ao 1.º congresso do MPLA*. Lisboa: Edições Avante, 1978, pp.76-77.

³⁸⁴ Irene Neto e Amarildo da Conceição (coord.), *op. cit.*, CD 1, faixas 7, 8 e 10; CD 2, faixas 5 e 15; CD 5, faixa 25; CD 9, faixas 45, 47 e 48; CD 10, faixa 52.

Entretanto, alguns diplomatas ocidentais viam em Agostinho Neto a preocupação com a dependência do MPLA e do seu governo para com a URSS e Cuba, que auxiliaram Agostinho Neto e a RPA na defesa da sua soberania. Angola levou a cabo a sua política interna, bem como a ação diplomática, no sentido de ser reconhecida internacionalmente, denunciando todos os atos que pudessem colocar em perigo o seu projeto político. O Estado angolano foi admitido, por unanimidade, como membro de pleno direito dos Países Não-Alinhados na conferência dos chefes de Estado e de Governo realizada em Colombo, em agosto de 1976, que contou com a presença do chefe de Estado de Angola e do ministro das Relações Exteriores, José Eduardo dos Santos.

Entretanto, a diplomacia da RPA, que beneficiou da conjuntura económica do petróleo para se afirmar internacionalmente, desenvolveu-se com base no legado do MPLA, o qual, enquanto movimento de libertação, mobilizara a comunidade internacional para a independência política³⁸⁵. A experiência adquirida durante a guerrilha foi crucial para a criação do Ministério das Relações Exteriores de Angola, em novembro de 1975, assim como a abertura de missões diplomáticas para a defesa da independência e da soberania do Estado.

Agostinho Neto definiu a diplomacia como “elemento importante na vida dos países que deve ser militante”³⁸⁶. Tal como o fizera antes o presidente Agostinho Neto, também o seu sucessor, José Eduardo dos Santos, admitiu a importância da diplomacia, considerando-a uma arma indispensável para manter a independência e soberania e a integridade territorial de cada Estado, no discurso de abertura do encontro nacional sobre relações exteriores, em Luanda, no dia 4 de maio de 1989³⁸⁷.

Também a diplomacia da RPA se distinguiu pela solidariedade para com os países africanos, como sublinhou Nelson Cosme, diretor para África e Médio Oriente do Ministério das Relações Exteriores de Angola, em entrevista divulgada pela Angop, agência noticiosa angolana, em 2010, tendo realçado o dinamismo da diplomacia angolana nos fóruns regionais, assim como o seu contributo para que o Zimbabué não fosse vítima das sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas³⁸⁸.

³⁸⁵ Iko Carreira, *O pensamento estratégico de Agostinho Neto: contribuição histórica*. Lisboa: D. Quixote, 1996, pp. 109-126.

³⁸⁶ Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, pp. 56-57.

³⁸⁷ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, pp. 97-99.

³⁸⁸ *Jornal de Angola online*, 2 de junho de 2010. [Consultado no dia 15 de julho de 2010.]

Um dos objetivos da política externa da RPA teve como finalidade combater o regime do *apartheid* na África do Sul e tornar a Namíbia um país independente. Foi Sékou Touré, presidente da Guiné-Conacri (1958-1984), quem melhor definiu as razões da ajuda ao movimento *anti-apartheid* da África do Sul, ao afirmar que o regime político que for estabelecido em Angola, se verdadeiramente africano, progressista e anti-imperialista, apoiará o movimento de libertação da Namíbia³⁸⁹. O apoio aos movimentos de libertação foi considerado como uma política lúcida para reduzir a ação da África do Sul e eliminar os riscos da neocolonização.

A diplomacia do Estado angolano durante a fase socialista incidiu na busca de uma solução para os problemas políticos da África Austral, nomeadamente a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia; a ajuda diplomática e o auxílio à SWAPO – movimento que deu início à guerrilha para a independência da Namíbia –, bem como ao ANC, movimento que combateu o *apartheid* na África do Sul³⁹⁰.

Na verdade, as autoridades políticas da RPA contribuíram para a independência da Namíbia, rejeitando a existência de qualquer relação entre a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia, território ocupado pela África do Sul, e a presença de tropas cubanas em Angola. Por seu turno, o ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge, participou na sessão da OUA, em março de 1978, em Trípoli, onde se pronunciou sobre a ajuda ao ANC e à SWAPO.

Na cimeira de chefes de Estado da OUA, realizada em julho de 1978, em Cartum, o chefe de Estado angolano aproveitou a oportunidade para agradecer ao Sudão a ajuda prestada ao MPLA durante a luta pela independência política, tendo destacado o facto de o Estado angolano ter optado pelo sistema socialista, recordando que, sem ajuda dos países socialistas, não teria sido possível “confrontar os *complots* do imperialismo internacional”³⁹¹.

Entretanto, o ministro angolano Paulo Jorge esteve reunido, à margem da cimeira, com o seu homólogo zaireense, com quem discutiu questões relacionadas com os dois países. Em declarações à imprensa, o ministro angolano afirmou que a questão dos

³⁸⁹ Georges Lecoff, *op. cit.*, pp. 133-134.

³⁹⁰ José Patrício, *Angola – EUA. Os caminhos do bom senso*. Lisboa: D. Quixote, 1998, pp. 13-31; Paulo Jorge, “Angola e a comunidade internacional: passado, presente e futuro”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (orgs.), *op. cit.*, pp. 291-293.

³⁹¹ *Jornal de Angola*, 19 de julho de 1978, p. 1.

catangueses tinha sido incluída nas discussões bilaterais em Brazzaville e que a normalização das relações entre Angola e o Zaire poderia efetivar-se com a condição de aquele país deixar de ajudar, a partir do seu território, a FNLA e a UNITA, considerados pelas autoridades políticas da RPA “fantoques angolanos”³⁹².

O ministro Paulo Jorge discursou na Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 12 de outubro de 1978, em Nova Iorque, onde alertou para a contradição entre o socialismo e o capitalismo no continente africano; apelou para a instauração de uma nova ordem económica; referiu-se também às linhas fundamentais da política externa da RPA: estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, com base no respeito mútuo, na soberania e integridade territorial, não-agressão, não-ingerência nos assuntos internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica e não-violência; respeito pelos princípios das Cartas das Nações Unidas e da OUA; salvaguarda da independência nacional completa e da opção socialista; diversificação das relações de cooperação nos vários domínios; solidariedade militante para com os movimentos de libertação nacional, para com os povos, com base no internacionalismo proletário; reforço progressivo dos laços de amizade e de colaboração com a comunidade socialista e as comunidades anti-imperialistas³⁹³.

O chefe de Estado, ao visitar a província angolana do Cuanza Sul, no dia 15 de agosto de 1978 (discurso reproduzido no anexo documental, p. 228) declarou que a diplomacia é um elemento relevante na existência dos países, tendo destacado a importância e a necessidade da diplomacia ativa e militante para a defesa dos ideais do MPLA, contribuindo também para libertar os povos que ainda estavam sob os efeitos do colonialismo, nomeadamente a Namíbia e o Zimbabué³⁹⁴.

Neste contexto, o apoio das autoridades políticas angolanas para a independência do Zimbabué e da Namíbia foi realçado, no dia 10 de dezembro de 1978, em Luanda, pelo chefe de Estado³⁹⁵. Quanto à independência da Namíbia, foi reconhecido que não tinha sido feito o suficiente, criticando, por outro lado, a apatia de muitos países africanos³⁹⁶. Esteve presente Sam Nujoma, presidente da SWAPO, que veio a ser o

³⁹² *Jorna de Angola*, 19 de julho de 1978, p. 6.

³⁹³ *Jornal de Angola*, 13 de outubro de 1977, pp. 1 e 6.

³⁹⁴ Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, pp. 55-58.

³⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 124.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 78.

primeiro presidente da Namíbia (1990-2005). As autoridades políticas angolanas criaram condições para a realização da reunião do movimento de libertação da Namíbia, nos dias 4 e 7 de janeiro de 1979, na Gabela³⁹⁷.

Em 1979, no mês de julho, o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, visitou Luanda, conversou sobre a questão da independência da Namíbia com o chefe de Estado angolano, que pretendia criar uma zona desmilitarizada entre Angola, Namíbia e Zâmbia para o cumprimento da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança, aprovada em setembro de 1978, reconhecendo a SWAPO como o único e legítimo representante do povo namibiano.

A independência da Namíbia, do Zimbabué e o fim do *apartheid* na África do Sul fizeram com que autoridades políticas angolanas apresentassem a proposta para a criação da zona-tampão entre Angola e a Namíbia ao longo da fronteira e considerassem que as relações com os países africanos deviam servir para que o continente africano estivesse livre do colonialismo e do *apartheid*. José Eduardo dos Santos deu continuidade à política seguida por Agostinho Neto na ajuda para a resolução da independência da Namíbia, do Zimbabué e da libertação da África do Sul do *apartheid*.

No seu discurso na cerimónia tradicional de apresentação de cumprimentos, o presidente da RPA fez votos para que, em 1978, fossem abertas representações diplomáticas em Angola³⁹⁸. Ao visitar a Universidade de Lagos, na Nigéria, país onde manteve contactos com os intelectuais nigerianos, em Borno e Bauchi, em 20 de janeiro de 1978, Agostinho Neto admitiu que a falta de liberdade estava na origem do subdesenvolvimento económico, científico, técnico e cultural; explicou que o seu país tinha optado pelo socialismo para corrigir os desníveis sociais, a distribuição injusta da riqueza, ou seja, “salvar explorados da exploração”³⁹⁹.

4.2 Cooperação

A cooperação foi considerada pelas autoridades políticas da RPA um instrumento político, ideológico e técnico para a construção do socialismo. De facto, o orçamento geral contemplou verba para suportar os encargos com os cooperantes, cidadãos

³⁹⁷ *Nasce uma Nação. A luta de libertação da Namíbia*. Luanda: Departamento de Informação e Publicidade, SWAPO, 1981, pp. 349-350.

³⁹⁸ Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, p. 48.

³⁹⁹ Agostinho Neto, *Sobre a libertação e a revolução em África*. Luanda: Edições DIP, 1981, p. 6.

estrangeiros que prestavam colaboração técnica ao Governo mediante contrato de prestação de serviço ou no âmbito de acordos bilaterais entre o partido ou o Estado angolano, ao abrigo do despacho n.º 105/76, de 30 de junho de 1976.

Na verdade, foi o despacho n.º 99/76, de 27 de julho de 1976, do secretário de Estado das Finanças que aprovou as despesas com visitas de entidades estrangeiras para realização de jornadas, congressos e reuniões internacionais. Eram pagos os seguintes serviços: custo da viagem (ida e volta) das individualidades, hospedagens, deslocações, receções oficiais, propaganda e anúncios. Por fim, o transporte do cooperante, bem como dos bens necessários para o seu uso pessoal, estiveram a cargo do Governo, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/76, de 20 de dezembro de 1976.

O Estatuto do Cooperante, publicado no Decreto n.º 99/76, de 23 de dezembro de 1976, define o cooperante como “todo o cidadão estrangeiro contratado pelo Estado, para lhe prestar serviço”; estabelece os princípios gerais sobre a prestação de serviço de cooperantes estrangeiros; salvaguarda a possibilidade de celebração de acordos de cooperação com países amigos, dos quais decorrem regimes especiais para os cooperantes nacionais desses países. Por outro lado, o artigo 6.º, § 1.º do Decreto n.º 22/78, de 21 de fevereiro de 1978, determina que um dos deveres do cooperante é: “ministrar ensinamentos técnicos ou científicos aos trabalhadores angolanos”.

A Secretaria de Estado da Cooperação foi criada, em 1978, para a formação de quadros e para acompanhar o desenvolvimento económico do Estado. Na tomada de posse de Benvindo Pitra, secretário de Estado da Cooperação, no dia 1 de junho de 1978, o chefe de Estado destacou o facto de a cooperação constituir um agente valioso do ponto de vista político, ideológico e técnico, de forma a contribuir para estabelecer o socialismo:

O acolhimento e distribuição desses cooperantes pelos diversos setores tem sido feito por diversos Ministérios, que também se ocupam do seu controlo e da satisfação de algumas das exigências individuais apresentadas para tornar a sua atividade útil e corresponder aos objetivos da cooperação. Ao proceder-se assim, não pode deixar-se de verificar-se lacunas mais ou menos acentuadas, que abrangem os domínios da habitação, da alimentação, transporte e condições de trabalho, de recreio e descanso, e mesmo de assistência médica que, se não atingem nível satisfatório, repercutem-se fatalmente no rendimento e podem, até, afetar o estado moral, o entusiasmo e dedicação à obra generosa que lhe fora confiada na construção das bases humanas e materiais de um novo país.⁴⁰⁰

⁴⁰⁰ Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, pp. 3-4.

4.2.1 Países socialistas

A RPA beneficiou com o alargamento das bolsas de estudo do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME)⁴⁰¹ ao ensino médio especializado e superior, medida aprovada na sessão realizada em julho de 1976, bem como no campo da saúde, o que permitiu o envio de médicos e enfermeiros dos países socialistas, mediante acordos bilaterais ou multilaterais com o Estado angolano. Foi admitido como membro do CAME em junho de 1978, após ter levado a cabo a sua política de nacionalizações. Com a ajuda daquele organismo, foram construídos silos nos portos de Luanda e de Moçâmedes (atual Namibe) e restaurados silos do porto do Lobito; foram projetados e criados centros de ensino.

Na Roménia, o primeiro-ministro angolano, Lopo do Nascimento, foi recebido pelo secretário-geral do Partido Comunista Romeno, Nicolae Ceaucescu, em fevereiro de 1976, a quem entregou uma mensagem do presidente Agostinho Neto. Na sua visita, Lopo do Nascimento tratou de assuntos relacionados com a cooperação entre os dois países e aproveitou para agradecer o apoio político, diplomático e material dado por aquele país ao MPLA.

A Bulgária foi outro país que assinou com a RPA acordos de cooperação para o intercâmbio de experiências nos domínios da ciência, da cultura, da educação, da literatura e das artes. O acordo previa também a atribuição de bolsas de estudo e equivalências dos diplomas e certificados emitidos pelos estabelecimentos de ensino de ambos os países. A cooperação com aquele país abrangeu as áreas da agricultura, da saúde e setores afins, o que permitiu o envio para Angola de professores e especialistas búlgaros como cooperantes⁴⁰².

Angola foi visitada por Erich Honecker, presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã, em dezembro de 1978, altura em que este ouviu agradecimentos pelo facto de o seu país ter tratado doentes angolanos, bem como pelo apoio dado ao MPLA. A delegação alemã participou no comício em Viana, onde o chefe de Estado angolano destacou a luta contra o nazismo na Alemanha, assim como os acordos de cooperação assinados entre os dois países; lamentou a agressão chinesa

⁴⁰¹ Reuniu países socialistas da Europa (URSS, Alemanha, Checoslováquia, Hungria, Bulgária, Roménia, Jugoslávia, Albânia e Polónia), da Ásia (China, Coreia do Norte e Vietname) e da América (Cuba).

⁴⁰² Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da RPA e o Governo da República Popular da Bulgária, de 30 de abril de 1977, Sófia.

contra o Vietname, considerada provocação contra a paz e o facto de Angola ser vítima da agressão por parte da África do Sul.

Em 1978, no dia 2 de dezembro, Henryk Jablonski, presidente da Polónia (1972-1985), membro do Partido Operário Unificado, esteve no atual Namibe com uma importante delegação para conversações com as autoridades políticas angolanas; participou num comício presidido pelo presidente Agostinho Neto, que realçou o facto de fazer sentido a existência de um partido marxista-leninista, anunciando, igualmente, o início de uma nova fase para a RPA sentir “os benefícios da presença de um partido marxista-leninista”⁴⁰³.

O MPLA teve relações com o PCUS, consubstanciadas em acordos de cooperação partidária, sendo frequentes as visitas mútuas dos seus dirigentes, como demonstraram as visitas de dirigentes políticos da RPA a Moscovo para contactos ao mais alto nível e para obter maior ajuda militar e económica.

O ministro das Relações Exteriores, José Eduardo dos Santos, visitou Moscovo em janeiro de 1976, após a visita de Henry Kissinger. Por isso, não é de excluir que o titular da pasta das Relações Exteriores tivesse abordado, em Helsínquia, onde participou na sessão extraordinária do diretório do Conselho Mundial da Paz, questões do interesse da RPA, país reconhecido pelos soviéticos, mas que não tinha ainda representação diplomática em Moscovo.

Os primeiros caças da Força Aérea de Angola, apresentados publicamente no mês de janeiro de 1976 em Luanda, foram também fornecidos pelos soviéticos. Em maio de 1976, foi assinada em Moscovo uma declaração sobre as bases da interação e cooperação amigáveis entre o representante da RPA, Lopo do Nascimento, e o representante da União Soviética, S. Skatchkov.

Quanto ao tratado de cooperação assinado em Moscovo no dia 8 de outubro de 1976 por L. Brejnev e Agostinho Neto, foi ratificado em dezembro de 1976 pela RPA, comprometendo-se este país a garantir aos peritos e especialistas soviéticos condições de trabalho, designadamente colocando à sua disposição apartamentos mobilados e arcando com as despesas de manutenção, de transporte para viagens de serviço, assistência médica gratuita e hospitalização, o que abrangia também o agregado familiar dos especialistas.

⁴⁰³ Agostinho Neto, *Discursos do camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, p. 6.

A União Soviética era o principal fornecedor do material de guerra moderno utilizado pelas FAPLA. Entre 1979 e 1980, estava nos seus começos, vindo a consolidar-se em 1985⁴⁰⁴. Por exemplo, entre 1976 e 1981, os soviéticos enviaram para a RPA armamento no valor total de 618 milhões de dólares e, em 1981, encontravam-se naquele país lusófono 1200 especialistas militares soviéticos⁴⁰⁵.

Em relação à política externa, foram reforçados os laços com a União Soviética. Na sua intervenção no congresso do PCUS, em Moscovo, em março de 1981, o chefe de Estado angolano afirmou:

Perante as novas ameaças dos círculos imperialistas, particularmente dos EUA, os povos organizam-se para novos combates, confiantes que se reforçará o apoio do campo socialista, e em particular da URSS, bastião da paz mundial. O MPLA-PT e o povo angolano estão conscientes do valor da solidariedade dos comunistas soviéticos, pois durante os 15 anos de guerra de libertação, e os cinco de reconstrução nacional após a independência, sempre contaram com o apoio e com a amizade da Pátria de Lenine.⁴⁰⁶

Na década de 80, os acordos comerciais que tinham sido assinados entre a RPA e a URSS, em maio de 1976, registaram baixas significativas. Em quantidades reduzidas, Angola exportou para o mercado soviético café, quartzo, sisal; importou, entre outros produtos, viaturas, peças sobressalentes, equipamento de construção, máquinas agrícolas, especialmente de cultivo agroindustrial de algodão, medicamentos e alimentos. Neste contexto, em maio de 1983, o chefe de Estado angolano visitou Moscovo, onde assinou acordos de cooperação, um protocolo de cooperação cultural e científica para o biénio 1983-1984, e um plano de relações interpartidárias.

Entretanto, a mudança política na União Soviética, em março de 1985, e o início da *glasnost* (transparência, abertura, liberdade de expressão e informação) e da *perestroika* (reestruturação) inicialmente não mudaram a política interna da RPA, cujo chefe de Estado visitou Moscovo, onde esteve presente na sessão especial do PCUS, a 3 de novembro de 1987, por ocasião do 70.º aniversário da Revolução de Outubro de 1917.

Mikhail Gorbatchov, em abril de 1985, anunciou o desejo de o seu país ter relações pacíficas com os Estados Unidos, dando início à *demokratizatsia*

⁴⁰⁴ Miguel Júnior, *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. Primeiro exército nacional (1975-1992)*. Lisboa: Prefácio, 2007, pp. 81-102.

⁴⁰⁵ José Milhazes, *op. cit.*, p. 69.

⁴⁰⁶ José Mena Abrantes (org.), vol. I., *op. cit.*, p. 548.

(democratização). Gorbatchov, político que substituiu Konstantin Tchernenko na direção do PCUS (1985-1991) e último presidente da URSS, não deu nenhuma instrução a Vladimir Kazimirov, embaixador soviético na RPA (1987-1990)⁴⁰⁷.

As relações diplomáticas, consulares e comerciais entre Angola e Cuba tiveram início, oficialmente, no dia 15 de novembro de 1975. Entretanto, o convénio sobre a colaboração entre os dois países, assinado em Havana, em 29 de julho de 1976, abrangeu áreas de saúde pública, indústria açucareira, café, construção, educação, pesca, comércio interno e externo, avicultura e trabalho. Em agosto de 1976, a cimeira do Sri Lanka felicitou Angola, os aliados cubanos e demais países que ajudaram o MPLA.

Entretanto, Cuba assinou um acordo especial de colaboração entre os Ministérios da Educação dos dois países, o que permitiu o envio de professores cubanos para ensinar em Angola⁴⁰⁸; ofereceu bolsas de estudo aos estudantes angolanos para poderem frequentar cursos de especialização em indústria, construção civil, agropecuária, mecanização, pescas, formação de professores do ensino primário e secundário. O primeiro grupo de bolsheiros angolanos, num total de 1200, partiu para Cuba em 1977⁴⁰⁹.

4.2.2 Países ocidentais

A relação comercial, económica e empresarial com os países ocidentais não foi posta de lado pela RPA, por o país necessitar de tecnologia avançada no setor do petróleo e dos diamantes.

Entretanto, a visita a Luanda do então ministro francês dos Negócios Estrangeiros, François Poncet, em 1981, foi o primeiro passo para o incremento das relações bilaterais entre os dois países.

Em 1977, a RPA assinou o Memorando de Intenções com a Itália, o que permitiu a cooperação entre os dois países. Dois anos depois, foi assinado um acordo de cooperação bilateral. Em julho de 1982, Emílio Colombo, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, visitou Luanda, para reforçar a cooperação económica, depois de o ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge, ter visitado a Itália, em

⁴⁰⁷ José Milhazes, *op. cit.*, p. 139.

⁴⁰⁸ Comunicação para o Estabelecimento de Relações entre o Governo da RPA e o Governo da República de Cuba, de 15 de novembro de 1975, Luanda.

⁴⁰⁹ *História do MPLA*, 2.º vol., p. 265.

1981. Esta visita permitiu ao país receber de Itália ajuda alimentar de emergência, num total de 24 toneladas de produtos liofilizados⁴¹⁰.

Entretanto, a visita do ministro italiano possibilitou diversificar e traçar metas prioritárias da cooperação nos domínios agroalimentar, de indústria ligeira e pescas, bem como assinar um acordo de partilha de produção petrolífera no Soyo. Este acordo permitiu exportar, a partir de 1983, petróleo bruto angolano para Itália.

No que diz respeito à relação com a Grã-Bretanha, durante as conversações com o seu homólogo britânico, Francis Pym, em fevereiro de 1983, o ministro angolano Paulo Jorge realçou o interesse em constituir uma comissão mista para concretizar o desejo de os dois países investirem nos setores da agricultura, indústria, energia e transportes. Não nos foi possível apurar se a comissão foi ou não constituída.

Porém, não foi assinado nenhum acordo, por falta de um quadro jurídico de cooperação definido. Neste contexto, as autoridades políticas da RPA manifestaram o desejo de abrir uma embaixada em Londres, mas naquela fase debatia-se com a falta de diplomatas qualificados para desempenhar essa missão naquele país europeu. Outro assunto que foi tema de conversa dizia respeito à questão dos mercenários britânicos que estavam presos em Luanda.

A Itália, Bélgica e França foram alguns países visitados pelo chefe de Estado da RPA, em setembro de 1987, para tratar de assuntos de cooperação bilateral. A visita a estes países serviu também para reunir com empresários e políticos. Em Itália, o chefe de Estado angolano agradeceu o contributo daquele país europeu para a resolução da questão do *apartheid* e para a independência da Namíbia. Na Bélgica, pediu sanções económicas para isolar a África do Sul, apoiante da UNITA, reafirmou a rejeição da política de *linkage* sustentada pelos norte-americanos e defendeu a independência da Namíbia. Na visita a França, destacou a cooperação e a ação mútua para a libertação de militares angolanos e de um cidadão francês, “em troca de um importante oficial sul-africano capturado em combate em Angola”⁴¹¹.

⁴¹⁰ *Revista Angolana Novembro*, de julho de 1982, p. 25.

⁴¹¹ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 526.

4.2.3 Países afro-lusófonos

Com a independência política das ex-colónias portuguesas em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), também conhecidas por Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), houve necessidade de estabelecer uma nova estratégia de ação, capaz de impulsionar o fortalecimento dos tradicionais laços de amizade e de cooperação existentes entre aqueles países. Os seus membros proclamaram a vontade comum de desenvolvimento, que, partindo de laços de camaradagem forjados durante a guerrilha contra a política colonial do Estado Novo português, agiram concertadamente para pôr em prática a estratégia conducente ao desenvolvimento económico e social dos respetivos países.

Na realidade, a herança histórica, económica e linguística comum e o aprofundamento da cooperação multilateral preconizaram uma política de não-alinhamento, tal como a opção socialista, caracterizada pela posse efetiva dos meios de produção, pela planificação centralizada, controle, gestão das empresas estatais e luta contra o imperialismo. Neste sentido, os países africanos lusófonos ajudaram o movimento de libertação do Zimbabué, da Namíbia e o fim do *apartheid*, regime que prescreveu o “desenvolvimento separado de cada raça”⁴¹². Apoiaram também a libertação de Nelson Mandela da prisão, o que veio permitir o surgimento da ideia da África Austral como bloco com condições para levar a cabo políticas de cooperação em prol da paz na região.

O primeiro-ministro da RPA, Lopo do Nascimento, visitou a Guiné-Bissau, nos dias 24 a 26 de fevereiro de 1976, depois de ter estado em S. Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, país que assinou com Angola acordos nos domínios das finanças, pescas, comércio e justiça; foi reafirmado pelos dois países o reforço da solidariedade para com os movimentos de libertação que lutavam contra o colonialismo e o *apartheid*⁴¹³.

Durante a visita, a delegação angolana⁴¹⁴ foi recebida pelo presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral; abordaram a situação política no continente africano; reafirmaram a sua adesão aos princípios da Carta da OUA; sublinharam a importância

⁴¹² Marianne Cornevin, *Apartheid, poder e falsificação histórica*. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 25.

⁴¹³ *Jornal de Angola*, 26 de fevereiro de 1978, p. 1.

⁴¹⁴ De que faziam parte: o ministro da Justiça, Diógenes Boavida; Humberto Almeida, vice-governador do Banco Nacional de Angola; Assunção Vahekeny, secretária de Estado dos Assuntos Sociais; Idalina Bamba, diretora dos serviços de apoio aos refugiados; Eloy Valentim, diretor adjunto do gabinete do Ministério da Justiça; Mateus Gaspar, responsável do departamento de alimentos do Ministério do Comércio Externo.

da instauração dos regimes anti-imperialistas nos países africanos lusófonos, assim como o empenho na causa da luta dos povos do Zimbabué, da Namíbia, da África do Sul, do Sara (Frente Polisário) e de Timor-Leste.

A visita serviu também para assinar dois acordos de cooperação no domínio técnico e cultural, cuja cerimónia teve lugar no Palácio da Presidência da República em Bissau, entre Lopo do Nascimento e o seu homólogo Francisco Mendes, na presença do presidente Luís Cabral, de membros da direcção do PAIGC e do Governo e os membros da delegação angolana. Durante as cerimónias oficiais, estiveram ausentes os representantes do Senegal, China, Egito e Guiné-Conacri.

A Guiné-Bissau voltou a ser visitada pelo presidente Agostinho Neto entre 16 e 18 de março de 1976. A delegação angolana visitou Bafatá, Bissau, e manteve contactos com os membros e com o presidente do Conselho de Estado da Guiné, Luís Cabral. Os dois países denunciaram a intervenção sul-africana em Angola e confirmaram a determinação de levar a cabo esforços para a cooperação, tendo em conta os princípios da OUA; confirmaram o seu apoio à Frente Polisário e aos povos sariano, sul-africano, palestino e timorense.

Na comemoração do 1.º aniversário da independência, em novembro de 1976, estiveram presentes em Luanda representantes dos países africanos lusófonos e delegações estrangeiras: Samora Machel, presidente de Moçambique (1975-1986); Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde (1975-1991); Francisco Mendes, comissário e representante da Guiné-Bissau; o presidente de S. Tomé e Príncipe, Pinto da Costa. Entre as delegações estrangeiras, contavam-se representantes dos países socialistas que apoiaram o MPLA e algumas delegações de países africanos e europeus. Estiveram presentes o ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e amigo do MPLA, Anderson, e as delegações do corpo diplomático acreditadas na RPA. A delegação soviética foi chefiada por Strautmanes, vice-presidente do Presidium Supremo da União Soviética e a delegação cubana por Sérgio Del Valle, ministro do Interior de Cuba.

A RPA, representada pelo primeiro-ministro Lopo do Nascimento, e Cabo Verde, por Pedro Pires, assinaram, no dia 15 de dezembro de 1976, o Acordo Comercial e de Pagamentos para o reforço das relações de amizade forjadas durante a luta anticolonial. No mesmo dia, foi também assinado o Acordo Geral de Amizade e Cooperação nos domínios político, cultural, económico, financeiro, judicial, técnico, científico, dos

transportes e comunicações, diplomático, consular e de segurança⁴¹⁵. Os dois países assinaram o Acordo de Marinha Marcante para permitir a navegação internacional com base nos princípios da liberdade do comércio marítimo⁴¹⁶.

Em abril de 1977, a delegação angolana, constituída pelo primeiro embaixador de Angola na Itália, Venâncio de Moura, e por Fragata de Moraes, diretor dos serviços da Direção dos Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores de Angola, visitaram a Guiné-Bissau para o reforço da cooperação entre os dois países e para entrega de uma mensagem pessoal do presidente Agostinho Neto ao presidente da Guiné-Bissau. Porém, a cerimónia da assinatura dos acordos de cooperação entre a Guiné-Bissau e a RPA decorreu cinco meses depois da visita da delegação angolana, no mês de setembro de 1977.

A delegação angolana deslocou-se também a Cabo Verde para fazer a entrega de uma mensagem enviada pelo presidente Agostinho Neto dirigida ao presidente Aristides Pereira; abordou ainda a situação política e económica do seu país, no âmbito dos Países da Linha da Frente, na África Austral, no Zaire e as consequências para o Estado angolano, vítima do “plano cobra 77 ou natal 77”, levado a cabo pelo Zaire contra a RPA. Este plano, denunciado pelo presidente Agostinho Neto na presença do corpo diplomático, tinha como finalidade reorganizar a UNITA para “perpetrar ataques à RPA”⁴¹⁷, como afirmou em entrevista Venâncio de Moura.

Quanto a Moçambique, o presidente Samora Machel visitou Luanda, em dezembro de 1977, em trânsito de Lagos para Maputo. Durante o encontro que manteve com o seu homólogo angolano, foi analisada a situação da África Austral, nomeadamente as questões namibiana, zimbabueana e sul-africana⁴¹⁸.

Durante as conversações entre Marcelino dos Santos, ministro do Plano de Moçambique, e o presidente Agostinho Neto, foram evocados os percursos do MPLA e da Frelimo durante a luta pela independência dos respetivos países, analisados os métodos de trabalho para levar a cabo uma cooperação técnica, económica, científica e um acordo comercial entre os dois países. No final da visita, realizada nos dias 3 a 5 de setembro de 1978, foi assinado um protocolo de cooperação nos domínios da indústria e

⁴¹⁵ Decreto-Lei n.º 90/76, de 27 de dezembro de 1976.

⁴¹⁶ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 92/76, de 27 de dezembro de 1976.

⁴¹⁷ *Nô Pintcha*, 26 de abril de 1977, p. 5.

⁴¹⁸ *Jornal de Angola*, 14 de dezembro de 1977, pp. 1 e 2.

energia, das comunicações, do comércio externo, da educação, da cultura e do desporto⁴¹⁹.

A RPA e Moçambique assinaram o Tratado de Amizade, de Cooperação e Ajuda Mútua, a nível partidário e governamental, no dia 19 de setembro de 1978, em Maputo, o que constituiu o ponto alto da visita de Agostinho Neto a Moçambique. Por decisão da Frelimo, foi atribuído ao presidente Agostinho Neto o título de “cidadão honorário da República Popular de Moçambique” pelo reconhecimento à causa da luta contra o colonialismo⁴²⁰.

Pascoal Luvualu, secretário do MPLA para as Relações Exteriores, foi portador de uma mensagem de agradecimento dirigida pelo presidente Agostinho Neto ao seu homólogo moçambicano, Samora Machel, em novembro de 1978. Em Maputo, o dirigente angolano manteve contactos com o secretariado das Relações Exteriores de Moçambique para estreitarem as relações entre os dois países.

Os ministros da Justiça dos PALOP estiveram reunidos durante uma semana para trocar experiências em matérias do direito e justiça, tendo em conta a construção do socialismo. No discurso que o presidente Agostinho Neto proferiu no encerramento do encontro, em Luanda, em fevereiro de 1979, defendeu a extinção da advocacia privada⁴²¹. A RPA aboliu a advocacia privada para instituir coletivos de advogados, criar tribunais e procuradorias militares regionais, introduzidos nas áreas de jurisdição dos conselhos militares regionais.

Em dezembro de 1983, estiveram reunidos os chefes de Estado dos PALOP, em Bissau, onde foi escolhido Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, para coordenar a ação político-diplomática dos países africanos lusófonos. O chefe de Estado de Angola destacou a institucionalização de mecanismos de cooperação multilateral, reconhecendo o facto de grande parte dos recursos financeiros que deviam ser utilizados para o desenvolvimento do seu país serem usados para a área militar; realçou também a ação diplomática angolana para a independência da Namíbia e o fim do *apartheid* na África do Sul⁴²².

⁴¹⁹ *Jornal de Angola*, 5 de setembro de 1978, p. 1.

⁴²⁰ *Jornal de Angola*, 1 de outubro de 1978, pp. 1 e 3.

⁴²¹ Agostinho Neto, *Discursos do camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, p. 86. José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, pp. 128-129; Conceição Gomes e Raul Araújo (orgs.), *A luta pela relevância social e política: Os tribunais judiciais em Angola. Luanda e justiça: pluralismo jurídico uma sociedade em transformação*, vol. 2. Coimbra: Almedina e Centro de Estudos Sociais, 2012, pp. 13-45.

⁴²² O discurso integral está reproduzido em José Eduardo dos Santos, *op. cit.*, pp. 173-176.

O vice-ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, e o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro de Cabo Verde, Corsino Fortes, assinaram um acordo de cooperação no domínio da informação e comunicação social, em 1983, e um protocolo adicional, abrangendo a agência noticiosa, cinema, imprensa escrita, rádio e televisão; foi dada ênfase à melhoria das comunicações diretas entre a Agência Angola Press, Angop, e a agência noticiosa de Cabo Verde, Cabo Press, na altura em fase embrionária.

4.3 Portugal democrático

A política portuguesa no período de 1974 a 1976 foi profundamente marcada pelos acontecimentos ocorridos nas ex-colónias em África⁴²³. A maior parte dos dirigentes do PS e militares como Costa Gomes partilhavam a ideia de que quem vencesse em Luanda venceria em Angola⁴²⁴, princípio importante para o reconhecimento da RPA conduzido pelo MPLA, cujo secretário-geral, Lúcio Lara, lamentou o facto de Portugal, na altura, não ter ainda reconhecido o Estado angolano, reprovando a posição portuguesa⁴²⁵.

Porém, o reconhecimento, em fevereiro de 1976, contou com o contributo de Costa Gomes, que desempenhou um papel importante na obtenção de maioria no Conselho da Revolução, considerando que a RPA devia ter sido reconhecido logo a seguir à sua proclamação⁴²⁶. Neste contexto, a normalização diplomática entre os dois países foi difícil, também por causa do atraso no reconhecimento. A demora do reconhecimento teve como objetivo manter a neutralidade portuguesa, como nos dá conta Leonel Cardoso, último alto-comissário em Angola: “Nunca daremos o poder a um só movimento, em detrimento dos outros”⁴²⁷.

Foram difíceis as relações entre os dois países. Com efeito, o consulado português em Luanda foi aberto em 1976 e o primeiro embaixador português em Angola, João Sá Coutinho, apresentou as suas credenciais, em 1977, altura em que os diplomatas

⁴²³ José Medeiros Ferreira, *Estudos de estratégia e relações internacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p. 152.

⁴²⁴ José António Barreiros, “Posfácio. Revelando um, de entre muitos segredos: a noite do reconhecimento da RPA”, in Manuel Bravo (coord.), *Angola – Transição para a paz. Reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: Hugin, 1996, pp. 181-182.

⁴²⁵ *O Diário*, 16 de fevereiro de 1976, p. 24.

⁴²⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O último marechal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 338.

⁴²⁷ Georges Lecoff, *op. cit.*, p. 52.

portugueses passaram a ser figuras centrais do corpo diplomático acreditado naquela ex-colónia portuguesa. Quanto ao embaixador português em Luanda, “quer os meios políticos angolanos quer diplomáticos seguem com muita atenção o seu comportamento”⁴²⁸.

No entanto, a partir de 1977, a política portuguesa adotou uma posição prudente entre a Europa e o continente africano⁴²⁹. As relações diplomáticas entre a RPA e Portugal não foram mais complexas ainda porque o chefe de Estado angolano considerou as relações com as autoridades portuguesas “um caso particular”⁴³⁰, destacando a não-interferência do Estado angolano na política portuguesa, esperando o mesmo de Portugal, país onde não houve unanimidade relativamente ao processo de descolonização. Isto mesmo se comprova quando se leem e se ouvem comentários como os de que, em 1974 e 1975, os portugueses não “negociaram coisa nenhuma”⁴³¹ ou então “a preocupação era ver-se livre do problema o mais rápido possível”⁴³².

Agostinho Neto recebeu, no dia 25 de junho de 1977, no Palácio do Povo, o major Fonseca de Almeida, portador de uma mensagem pessoal do presidente português, Ramalho Eanes, com data de 21 de junho, que o saúda “pelo pronto restabelecimento da ordem pública e pelos esforços que desenvolve para assegurar a normalização da vida política do seu País”⁴³³. Por outro lado, em resposta ao presidente português, na mensagem que o chefe de Estado angolano enviou ao seu homólogo português, lê-se o seguinte:

Os recentes acontecimentos vividos no nosso País em nada alteraram a nossa linha de orientação no sentido de reforçar e aprofundar a cooperação entre os nossos Governos e Povos, e apreciaremos sempre as ideias e iniciativas que facilitem e contribuam para a concretização desses objetivos.⁴³⁴

Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge, teve um encontro com o embaixador português em Angola, Sá Coutinho, que serviu para abordar as relações bilaterais entre os dois países, assim como para apresentar o seu protesto pelo facto de alguns órgãos de informação portugueses terem dado cobertura às

⁴²⁸ António Pinto de França, *Angola. O dia a dia de um embaixador*. Lisboa: Prefácio, 2004, pp. 295-299.

⁴²⁹ José Medeiros Ferreira, *Estudos de estratégia e relações internacionais*, p. 153.

⁴³⁰ Agostinho Neto, *Textos políticos escolhidos*, pp. 56-57.

⁴³¹ Revista *Pública* do jornal *Público*, 31 de agosto de 1997, pp. 27-28.

⁴³² Revista *Vida* do jornal *Independente*, 28 de abril de 1995, p. 19.

⁴³³ *Jornal de Angola*, 30 de junho de 1977, pp. 1 e 5.

⁴³⁴ *Idem, ibidem*.

declarações feitas, na capital portuguesa, por Jorge Sangumba, da UNITA, que terá afirmado que o seu movimento iria proclamar uma república independente.

Quanto à abertura da representação diplomática da RPA em Portugal, em setembro de 1977, esteve em Lisboa uma delegação angolana, de que faziam parte o vice-ministro das Relações Exteriores, Roberto de Almeida, e outros dirigentes do MPLA, designadamente Henrique Santos, coordenador do Departamento de Organização Revolucionária do MPLA, e Kamu de Almeida, major, que estiveram em Portugal para contactos com o PCP. Aproveitaram também a estada em Lisboa para uma visita de cortesia ao ministro dos Negócios Estrangeiros e ao presidente português, que serviu para abordar questões relacionados com as relações entre os dois Estados, designadamente a abertura da embaixada da RPA em Portugal, que ainda não tinha sido formalizada devido à dificuldade “na escolha de um elemento adequado para nos representar em Portugal”, segundo informação publicada no jornal *Comércio do Porto*, na edição de 15 de setembro de 1977.

De facto, o primeiro embaixador de Angola em Portugal foi Adriano Sebastião, que tinha sido preso por motivos políticos no Uíje, em 1960, condenado a sete anos de prisão, que cumpriu no campo de trabalho de Missombo, no Cuando Cubango. Foi acreditado pelo presidente português, numa fase em que o ambiente de hostilidade na imprensa portuguesa em relação ao Estado angolano era evidente, assim como a ação da UNITA.

O embaixador da RPA em Portugal entregou as suas cartas credenciais ao chefe de Estado português no dia 16 de junho de 1978. A cerimónia decorreu no Palácio de Belém. O chefe de Estado angolano, no discurso proferido relativamente à nomeação do primeiro embaixador angolano para Lisboa, concluiu, segundo o *Jornal de Angola*, na edição de 14 de fevereiro de 1978:

Os portugueses não têm necessidade de terem inimigos. Nós também não. Inimigos para quê? Nós precisamos é de ter amigos. E vamos fazer tudo, do nosso lado, para termos amigos. Mas, se isso não for possível, evidentemente, que vamos responder da maneira mais apropriada e de acordo com as nossas condições.

Entretanto, Agostinho Neto reconheceu que a situação económica de Portugal e de Angola, em 1976 e 1977, exigia acordos de cooperação, apesar de Portugal ter uma orientação política diferente da seguida na RPA, situação que não foi vista como impedimento de cooperação. Neste sentido, Roberto de Almeida, vice-ministro das

Relações Exteriores, recebeu em audiência o diretor da Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, em agosto de 1977, para tratar de assuntos relacionados com a cooperação entre os dois países. Naquela altura, esteve em Luanda uma delegação do PS, de que faziam parte António Macedo e Manuel Alegre, em representação do primeiro-ministro e do secretário-geral do PS, o qual, durante o exílio na Argélia, manteve contacto com alguns dirigentes do MPLA.

A delegação portuguesa foi recebida por membros do MPLA e pelo chefe de Estado. Foram abordadas questões relacionadas com a cooperação na economia, educação e noutras áreas. Foi também reafirmada a solidariedade para com os movimentos de libertação da Namíbia, do Zimbabué e da África do Sul. A delegação do MPLA aceitou o convite para uma delegação sua visitar Portugal.

Na realidade, os acordos de cooperação no domínio cultural, científico, técnico e económico foram assinados em Bissau entre Portugal e Angola, em 26 de junho de 1978, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, Victor Sá Machado, e pelo ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge. Entretanto, o encontro em Bissau coincidiu com a presença de alto nível dos Estados Unidos na capital angolana, o que deu origem a especulações de que as autoridades políticas angolanas iriam reduzir o seu apoio à SWAPO, cujos dirigentes se encontravam em Angola. Em troca, os países ocidentais comprometer-se-iam a não auxiliar a UNITA e a FNLA, pressionando Mobutu Sese Seko.

O documento que ficou conhecido por “Espírito de Bissau” permitiu a criação de uma comissão mista permanente de cooperação e a assinatura de um acordo comercial, em 1979, que visava o incentivo das exportações portuguesas para Angola. Isto permitiu também a assinatura do Acordo de Cooperação Económica, em 1982, e o encontro de empresários dos dois países, em 1988, para aprofundarem a cooperação empresarial e reforçarem a componente associativa, numa altura em que as relações diplomáticas “se desenvolviam sobre um fundo emocional”⁴³⁵.

No dia 29 de junho de 1978, foi feita uma comunicação ao país pelo presidente Agostinho Neto sobre as relações com Portugal:

⁴³⁵ António Pinto de França, *op. cit.*, pp. 138-139.

Contudo, dados os laços existentes entre os Povos Angolano e Português, resultante de séculos de colonização e após a transformação violenta que levou Angola de país dominado a país livre e independente, era desejável uma atmosfera saudável para, em pé de igualdade política, estabelecer a cooperação entre Angola e Portugal.⁴³⁶

De facto, o acordo assinado em Bissau é um documento importante politicamente, na medida em que, para além do seu conteúdo programático, constitui o primeiro instrumento jurídico bilateral que os dois países subscreveram como sujeitos de direito internacional. O acordo surgiu na sequência de um processo de negociação que durou vários meses. Marcou o início das relações de cooperação entre os dois países. Por outro lado, os políticos argelinos atribuíram enorme importância aos Acordos de Bissau, tendo o chefe de Estado da Argélia enviado uma mensagem aos presidentes português e angolano, aos respetivos ministros das Relações Exteriores e ao presidente Luís Cabral, da Guiné-Bissau⁴³⁷.

O acordo tem um preâmbulo e doze artigos, que traçam as grandes linhas dentro das quais se hão de desenvolver as relações de cooperação e amizade entre os dois países. Ficou materializado o desejo de os dois povos estreitarem essas relações na base do respeito mútuo pelas respetivas soberanias e integridades territoriais, igualdade e não-ingerência nos assuntos internos. O artigo 9.º alude à intenção mútua de conclusão de um acordo sobre matéria diplomática e consular.

Portanto, a cimeira de Bissau foi considerada um passo decisivo na criação das relações bilaterais entre a RPA e Portugal. Este passo deve-se, sem dúvida, à vontade dos dois chefes de Estado, que conseguiram ultrapassar as suas divergências, nomeadamente no que dizia respeito à decisão do Estado angolano de não indemnizar as empresas portuguesas, bancos e companhias de mineração confiscadas; à questão dos refugiados angolanos em Portugal e ao seu repatriamento; à situação individual dos portugueses em Angola; à proibição de atividades políticas em Portugal de representantes da FNLA e UNITA. Por outro lado, o chefe de Estado português agiu sempre no sentido de fazer respeitar a independência política e a não-ingerência nos assuntos internos como o mote que devia guiar as relações entre os dois Estados.

O processo de ativação de relações da RPA com outros países e com a Comunidade Económica Europeia (CEE), atual União Europeia (UE), foi igualmente

⁴³⁶ Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, pp. 9-10.

⁴³⁷ *Moudjahid*, 29 juin 1978, pp. 1 e 7.

seguido a par e passo, sendo objeto de noticiário e de comentários. Os jornais portugueses que publicaram resumos do ano de 1978 integraram referências positivas à política externa da RPA, tanto nas suas relações com Portugal, como nas suas relações com outros países, africanos e europeus.

Depois da assinatura dos acordos de Bissau, surgiu um fenómeno novo em termos de informação: passou a existir, embora geralmente oculta por detrás de posições de forças opositoras ao MPLA (por exemplo, na série de artigos assinados pelo principal dirigente da UNITA no *Jornal Novo*), uma oposição à política portuguesa de cooperação com a RPA, que era principalmente dirigida contra os responsáveis portugueses, mas que atacava simultaneamente os dirigentes políticos angolanos, e em primeiro lugar o presidente Agostinho Neto. A partir da assinatura do acordo de cooperação, a oposição revelou-se, tentando, através da publicação de artigos políticos, minimizar o alcance dos acordos e os seus efeitos.

Tratou-se, apesar de tudo, de uma manifestação claramente isolada e pontual, que discordava do apoio geral que, na imprensa portuguesa, provocou o desenvolvimento da cooperação bilateral e a sua normalização a partir de Bissau. A confirmá-lo estavam, mais uma vez, os resumos noticiosos sobre 1978, em que a maioria dos grandes jornais destaca a reunião entre os dois presidentes como um passo essencial para o desenvolvimento dos laços históricos que unem os povos de Angola e de Portugal.

De facto, o gabinete do vice-ministro das Relações Exteriores de Angola enviou uma nota ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português, em outubro de 1978, sobre a campanha levada a cabo pela imprensa portuguesa contra a RPA e seus dirigentes, lamentando o facto, uma vez que os dirigentes políticos portugueses são recebidos “com maior correção e sentimentos de amizade, [enquanto] em Portugal continuam a ser recebidos os dirigentes da UNITA”, como refere o aerograma-telegrama da embaixada de Portugal em Luanda, recebido em Lisboa a 18 de outubro de 1977⁴³⁸.

Melo Antunes, conselheiro da Revolução que exerceu um papel importante nas negociações entre Portugal e o MPLA, a FNLA e a UNITA, subscritores dos Acordos de Alvor, durante a visita que realizou a Luanda, em novembro de 1978, foi recebido pelo comissário provincial de Luanda, Mendes de Carvalho, e pelo membro do comité central do MPLA, Afonso Van Dúnem Mbinda.

⁴³⁸ AHD/MNE, PAA, Maço 146 (provisório).

O conselheiro da Revolução esteve em Luanda para dar continuidade ao diálogo iniciado em Bissau, de modo a tratar de questões de cooperação e do estabelecimento de relações políticas, culturais, económicas e técnicas. Antes do regresso a Lisboa, Melo Antunes declarou estar bastante otimista relativamente à visita e, ao pronunciar-se sobre o resultado da sua visita a Luanda, afirmou:

No entanto, posso adiantar que eu regresso extremamente bem impressionado com o clima, com toda a atmosfera que rodeou a minha visita, com a maneira como decorreram as conversações com vários responsáveis do MPLA e do governo de Angola e, nomeadamente, extremamente bem impressionado quanto à criação das condições políticas que vão permitir, efetivamente, o estreitamento de relações em todos os domínios.⁴³⁹

No entanto, o presidente Agostinho Neto reconheceu, em muitas ocasiões, que o facto de a RPA, sob a direção do MPLA, seguir uma linha de orientação política diferente de Portugal não impedia a cooperação dentro do respeito mútuo, nem tornava a independência política, social, económica e cultural de Angola como reversível:

As bases em que assentará a cooperação são as do conhecimento geral: são as bases que inserem a existência de Angola como país independente e soberano e a direção do nosso Estado pelo MPLA – Partido do Trabalho, orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo.⁴⁴⁰

Por seu turno, a visita de Ramalho Eanes, presidente português entre 1976 e 1986, teve lugar quatro anos depois da cimeira de Bissau e servira para desbloquear o impasse existente nas relações entre os dois países. No dia 15 de abril de 1982, o presidente português esteve oficialmente em Angola, visita que foi considerada pelo chefe de Estado angolano como “presença do Portugal de abril”⁴⁴¹. No final da visita oficial, o ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge, leu um comunicado conjunto em que os dois países expressavam a preocupação com o agravamento da tensão internacional, salientando a necessidade de serem desenvolvidos esforços no sentido de um desarmamento geral e completo, sob controlo internacional, e do favorecimento de iniciativas conducentes ao desanuviamento internacional como meio de aproximação entre os Estados.

⁴³⁹ *Jornal de Angola*, 4 de novembro de 1978, pp. 1 e 6.

⁴⁴⁰ O discurso completo sobre os acordos assinados em Bissau, entre a RPA e a República Portuguesa, no dia 29 de junho de 1978, está publicado em Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, pp. 9-10.

⁴⁴¹ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 529.

A presença de representantes da UNITA em Portugal originou mal-estar e fricção no relacionamento entre os dois países. A representação daquele movimento foi considerada, pelo Governo angolano, uma organização-fantoches, denúncia veiculada pela Angop, em março e abril de 1983, altura em que o representante Wilson dos Santos viajava regularmente para várias capitais europeias. Esta situação levou o diplomata angolano Venâncio de Moura, de visita a Lisboa, a declarar que o seu país iria “rever as relações com Portugal se a cumplicidade se mantiver”⁴⁴². Lúcio Lara, membro do MPLA, criticou a indiferença de alguns responsáveis políticos portugueses face à UNITA, cujos militantes eram considerados, pelas autoridades políticas angolanas, como “fantoques antiangolanos”⁴⁴³, segundo a Lei n.º 1/76, de 5 de fevereiro de 1976.

Entretanto, o anúncio da transmissão de uma reportagem sobre a UNITA na televisão portuguesa deixou as autoridades políticas da RPA preocupadas, o que levou o seu ministro das Relações Exteriores, Paulo Jorge, a telefonar ao embaixador português em Angola⁴⁴⁴. O ministro português dos Negócios Estrangeiros convocou o embaixador da RPA para lhe comunicar a posição do Governo português perante o sucedido. Em resposta, o diplomata angolano apresentou uma exposição sobre as queixas do seu país relativamente às atividades desenvolvidas pela UNITA, situação que levou a que o ministro das Relações Exteriores de Angola convocasse o embaixador português em Luanda para lhe transmitir o protesto das autoridades políticas angolanas contra o facto de uma equipa da RTP, dirigida pelo jornalista Barata-Feyo, se ter deslocado às zonas controladas pelos guerrilheiros de Jonas Savimbi para efetuar reportagens⁴⁴⁵.

Por outro lado, o chefe de Estado português transmitiu ao embaixador angolano a sua preocupação face a notícias sobre a preparação da “Operação Kubango”, em Portugal, no mês de agosto de 1982, contra o Estado angolano. Aquela operação era “destinada a colocar em Luanda um regime pró-ocidental”⁴⁴⁶, denunciada na cimeira dos chefes de Estado dos PALOP, em setembro de 1982.

Neste contexto, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Marques, afiançou que estava em curso a preparação de uma “investigação profunda” e que não estava “implicado qualquer membro do Governo português”⁴⁴⁷. O primeiro-ministro

⁴⁴² *Revista Angolana Novembro*, de abril de 1983, p. 33.

⁴⁴³ *O Diário*, 11 de novembro de 1983, p. 17.

⁴⁴⁴ António Pinto de França, *op. cit.*, 2004, p. 85.

⁴⁴⁵ José Manuel Barata-Feyo, *UNITA. Reportagem TV adiada*. Lisboa: 1984.

⁴⁴⁶ *Expresso*, 14 de agosto de 1982, pp. 1 e 3; revista do jornal *Expresso*, 14 de agosto de 1982, pp. 25-29.

⁴⁴⁷ *O Diário*, 19 de agosto de 1982, pp. 1 e 20.

português conversou com o presidente da República por causa das notícias sobre o conhecimento, por parte de membros do Governo, da “Operação Kubango”.

Naquela altura, a Associação de Amizade Portugal e Angola teve um encontro com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, a quem manifestou a sua apreensão pelas consequências das atividades, em território português, contra as autoridades da RPA. Em outubro de 1982, o embaixador angolano em Lisboa reuniu-se com o chefe de Estado português. Por outro lado, Melo Antunes afirmou, dois meses depois, à Angop, agência noticiosa angolana, ser inaceitável que Portugal pudesse servir de refúgio aos que pretendiam combater o Estado angolano.

Em maio de 1984, a imprensa angolana levou a cabo uma campanha contra o Governo português, altura em que diplomatas angolanos reconheciam a existência de crise nas relações entre os dois países. Esta situação de mal-estar foi tema de conversa entre o embaixador da RPA, em Lisboa, e o embaixador português, em Luanda, em junho de 1984. As relações entre os dois países não tinham atingido os níveis desejados por causa da presença de representantes da UNITA em Portugal. Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros português, recebeu, naquela altura, os embaixadores dos PALOP, transmitindo-lhes que o incremento das relações com os seus países é prioridade da política externa portuguesa.

Em dezembro de 1985, o chefe de Estado angolano comunicou ao ministro português, Pires de Miranda, de visita a Luanda, que a RPA pretendia “abrir uma nova página nas relações com Portugal”⁴⁴⁸. No ano seguinte, em julho, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Azevedo Soares, visitou Luanda.

Os chefes de Estado dos PALOP, reunidos em Maputo, em maio de 1987, discutiram as relações com Portugal, enviaram para Lisboa os respetivos ministros das Relações Exteriores, em julho de 1987, altura em que a política externa portuguesa incidia sobre a situação económica, social, política e militar dos países afro-lusófonos, o que era considerado pelo primeiro-ministro português, Cavaco Silva, “tema quase obrigatório”⁴⁴⁹ nos encontros que manteve com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros e com o chefe de Estado.

⁴⁴⁸ Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia política. O percurso até à maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. I. Lisboa: Temas e Debates, 2002, p. 232.

⁴⁴⁹ Aníbal Cavaco Silva, vol. I, *op. cit.*, p. 231.

O presidente da RPA, na sua visita a Portugal, afirmou que o reconhecimento do Estado angolano por Portugal, em fevereiro de 1976, e a proclamação da independência pelo MPLA tornaram os Acordos do Alvor como fazendo parte do passado⁴⁵⁰.

No banquete oferecido pelo presidente Mário Soares ao seu homólogo angolano, no dia 27 de setembro de 1987, em Lisboa, este referiu o facto de essa ser a primeira visita oficial de um chefe de Estado angolano a Portugal. O acontecimento foi precedido pela reunião da Comissão Mista no mês de julho de 1987, em Luanda, em que foi assinado um Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Económica, no encontro empresarial luso-angolano. A reunião mostrou a sua preocupação para reorientar e redefinir a cooperação entre os dois Estados, deixando de assumir caráter meramente comercial. No encontro com o primeiro-ministro Cavaco Silva, em Lisboa, o presidente angolano destacou o uso da língua comum e o compromisso para superar traumas do passado.

O chefe de Estado angolano, ao visitar a Assembleia da República Portuguesa, no dia 28 de setembro de 1987, fez referência ao encontro de Bissau entre os presidentes Agostinho Neto e Ramalho Eanes, em 1978, bem como à adesão de Angola à Convenção de Lomé e ao facto de Portugal ter aderido à CEE, esperando “que Portugal possa ser o parceiro privilegiado de Angola”⁴⁵¹.

Em 1984, a RPA subscreveu a Convenção de Lomé, passando a integrar o grupo dos países África, Caraíbas e Pacífico (ACP) associado à então CEE pela convenção. As relações de cooperação multilateral com Angola processam-se, quer direta, quer indiretamente, por meio dos agrupamentos regionais em que se insere. A CEE abriu a sua primeira delegação em Luanda, chefiada pelo irlandês Kieran John, no mês de abril de 1986. No ano seguinte, Angola foi o país que mais aderiu aos acordos de cooperação entre os ACP⁴⁵².

Quanto às relações com Portugal, o chefe de Estado angolano reconheceu que estavam a melhorar, apesar de alguns setores políticos portugueses persistirem na sua hostilidade contra as autoridades políticas da RPA⁴⁵³. Falou da presença cubana no seu país e da sua retirada; da independência da Namíbia, do apoio da África do Sul à UNITA e da implementação da Resolução 435/78 das Nações Unidas. Pronunciou-se também acerca da suspensão das conversações com os norte-americanos, por decisão das

⁴⁵⁰ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 388.

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 531.

⁴⁵² António José Fernandes, *Comunidade Europeia*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 172; Maria Arlete Ribeiro Andrade, *A União Europeia e a cooperação com Angola*. Lisboa: Universidade Moderna, 1999, p. 150.

⁴⁵³ *África Notícias – Revista de Atualidade dos Países Africanos de Língua Portuguesa*, julho de 1988, p. 56.

autoridades políticas angolanas, por causa do anúncio de apoio norte-americano à UNITA. Referiu-se também à questão do conflito Leste-Oeste e o combate ao *apartheid*. De visita ao Porto, em setembro de 1987, na conferência de imprensa, realçou o facto de o Estado angolano não querer substituir as tropas cubanas por outras.

Neste contexto, convém lembrar que Javier Pérez de Cuellar, secretário-geral das Nações Unidas (1982-1991), sucessor de Kurt Waldheim, falou, em janeiro de 1983, da hipótese de Portugal mediar o conflito angolano, invocando as responsabilidades históricas⁴⁵⁴. Por outro lado, Eduard Shevardnaze, o ministro dos Negócios Estrangeiros Russo (1985-1990), em 1988, reconheceu que Portugal podia desempenhar um papel crucial na questão angolana⁴⁵⁵, como veio a acontecer, com êxito, nos Acordos de Bicesse, assinados em maio de 1991.

Em agosto de 1989, o então primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva, mostrou disponibilidade para mediar as conversações entre a RPA e a UNITA. Cavaco Silva fez uma declaração, em setembro de 1989, anunciando a disponibilidade do Governo português para assumir o papel de mediador nas negociações de paz para Angola. O chefe de Estado de Angola escreveu ao primeiro-ministro português, para agradecer o facto de Jonas Savimbi não ter sido autorizado a visitar Portugal, como pretendia. Em resposta, o primeiro-ministro português disponibilizou-se para resolver a questão da guerra em Angola, “desde que fosse solicitado”⁴⁵⁶.

Em janeiro de 1990, Herman Cohen, após conversa com Durão Barroso, secretário de Estado português para os Negócios Estrangeiros e Cooperação, em Londres, destaca o papel que Portugal podia desempenhar na pacificação de Angola. Foi em Marrocos que teve lugar o encontro entre Jonas Savimbi e Durão Barroso, no âmbito da preparação da mediação portuguesa para os acordos de paz de Bicesse. Entretanto, o chefe de Estado angolano fez um apelo no sentido de ser facilitado o papel de Portugal no processo de paz “porque a paz só trará vantagens para todos”⁴⁵⁷. O Estado português reconheceu a legitimidade do Governo liderado pelo MPLA e classificou Jonas Savimbi de guerrilheiro⁴⁵⁸.

⁴⁵⁴ *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1983.

⁴⁵⁵ *Semanário*, 31 de março de 1988.

⁴⁵⁶ Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia política. Os anos de governo em maioria*, vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 2004, pp. 216-218.

⁴⁵⁷ *África Notícias – Revista de Atualidade dos Países Africanos de Língua Portuguesa*, junho de 1990, p. 53.

⁴⁵⁸ Luís Ferreira Lopes e Octávio dos Santos, *Os novos descobrimentos. Do império à CPLP: ensaios sobre história, política, economia e cultura lusófonas*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 158.

4.4 Reconhecimento brasileiro

O Brasil e Angola são dois Estados que, juntamente com outros territórios africanos e asiáticos, fizeram parte do Império Colonial Português. O primeiro país tornou-se independente ainda no século XIX, em 1822, e o segundo alcançou a soberania em 1975, passados 153 anos da independência brasileira. A independência do Brasil faz parte da primeira fase de autodeterminação dos povos, inspirada na matriz norte-americana e considerada como o período romântico dos nacionalismos oitocentistas, que estiveram na origem da criação de um Estado para cada nação e que presidiram à unificação alemã e italiana, às revoluções balcânicas e às independências na América Central e do Sul. Com o Brasil independente, Portugal passou a ser visto como uma “pequena nação, entregue a si própria”⁴⁵⁹.

Porém, a língua portuguesa, embora com algumas diferenças, facilita a aproximação entre os dois povos e Estados, tanto mais que existem outras afinidades culturais devido à presença, neste último país, de habitantes dos antigos reinos que deram origem ao atual território angolano, habitantes esses que foram levados para o Brasil como escravos entre 1536 a 1860, calculados, aproximadamente, em cerca de quatro milhões, facto que permite compreender a baixa densidade populacional de Angola no século XX⁴⁶⁰.

O encontro entre o diplomata brasileiro Ítalo Zappa, responsável pelo Departamento África, Ásia e Oceânia, e Holden Roberto, da FNLA, no dia 6 de dezembro de 1974, em Kinshasa, fez parte de contactos iniciados com os movimentos de libertação de Angola e Moçambique para futuras relações. Aquele encontro serviu para a FNLA e a delegação brasileira definirem, para futuro, um quadro de relações nos domínios de assistência técnica brasileira a Angola. Neste contexto, o diplomata Ítalo Zappa manteve encontros com Agostinho Neto, em Dar-es-Salam; com Novaes Carvalho, da UNITA, na ausência de Jonas Savimbi, em Luanda; e com o alto-comissário português Rosa Coutinho⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ Cristina Nogueira da Silva, *O constitucionalismo e império. A cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 192.

⁴⁶⁰ Douglas Wheeler e René Pélissier, *op. cit.*, pp. 73, 19 e segs.; Sharon F. Patton, *African American art*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1998, p. 19 e segs.

⁴⁶¹ Carlos Federico Dominguez Avila, *Brasília, Lisboa e Washington diante da independência de Angola (1975): um estudo comparativo com fontes brasileiras*. Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África, XIII Congreso Internacional “Colonización y Descolonización en África”, s/data, p. 8.

Quando foi proclamada a RPA, o Brasil era governado pelo general Ernesto Geisel e por um regime autoritário⁴⁶². No plano político-diplomático, o MPLA era visto como tendo mais hipóteses de ser governo de Angola em relação à FNLA e à UNITA, devido ao apoio de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe e seus respetivos movimentos de libertação. O Brasil viu a formação de novos Estados de língua portuguesa no continente africano com bastante interesse, devido às vantagens que representava a partilha de uma língua comum. Assim, a política angolana foi seguida com muito interesse pelo Brasil. De facto, a determinação para o reconhecimento da RPA foi emitida por Ernesto Geisel e transmitida à representação brasileira em Luanda no dia 6 de novembro de 1975⁴⁶³.

Entretanto, o reconhecimento do Estado angolano foi um dos momentos mais significativos da história diplomática do Brasil, país que integra o grupo dos primeiros países que reconheceram a RPA, facto que não agradou ao setor conservador brasileiro e aos Estados Unidos. A ratificação foi difícil, porque o poder brasileiro, em 1975, era de direita e o angolano de esquerda, posição que colocou os conservadores irritados “e foi muito difícil manter a posição”, segundo testemunho do embaixador brasileiro Jorge Taunay, em Luanda, no dia 10 de novembro de 2004⁴⁶⁴. O reconhecimento brasileiro deve-se, pois, à estratégia do Brasil de manter cooperação com o continente africano, abrangendo também Angola.

Ovídio Andrade de Melo, primeiro cônsul-geral do Brasil em Angola até janeiro de 1976, foi quem anunciou o reconhecimento oficial, como foi recordado pelo chefe da diplomacia brasileira Celso Amorim, durante a inauguração, em Luanda, da Casa da Cultura do Brasil, oficialmente designada Centro de Estudos Embaixador Ovídio Andrade de Melo, aquando da visita do presidente Inácio Lula da Silva a Angola. O diplomata Ovídio de Melo foi promovido a embaixador dez anos depois do reconhecimento, em 1985, como declarou o diplomata Celso Amorim, o qual considerou que os Acordos de Alvor “previam coisas difíceis de se conseguir naquele ambiente de tensão que já havia em Angola naquela altura”⁴⁶⁵.

⁴⁶² Paulo Fagundes Vizentini, *A política externa do regime militar brasileiro. Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 241-245.

⁴⁶³ Carlos Federico Dominguez Avila, *op. cit.*, pp. 2-3.

⁴⁶⁴ *Jornal de Angola*, 11 de novembro de 2004, p. 3.

⁴⁶⁵ Ovídio de Andrade Melo, in Drumond Jaime e Hélder Barber (orgs.), *op. cit.*, p. 312.

Na realidade, Rudolfo Godoy de Sousa Dantas, primeiro embaixador do Brasil em Luanda, apresentou credenciais no mês de maio de 1976. Relativamente à cooperação, em 1976, a missão comercial brasileira assinou um memorando sobre transportes aéreos que permitiu criar um voo da companhia brasileira, VARIG, entre o Rio de Janeiro e Luanda. Algumas empresas brasileiras (a Pão de Açúcar, entre outras) passaram a exercer a sua atividade em Luanda, mas a partir de 1977 diminuíram as relações comerciais entre os dois países.

Em termos petrolíferos, a Sociedade Nacional de Combustíveis, Sonangol, empresa petrolífera angolana criada em 1976, assinou contrato com a Petrobrás, por intermédio da Braspetro, para a prospeção e exploração de petróleo na região de Cabinda. A partir de 1984, a RPA passou a comprar ao Brasil produtos básicos e industriais, pagando com petróleo. O Estado angolano negociou, em 1976, a abertura de uma linha de crédito para a importação de bens alimentares, automóveis e outros produtos. Desde 1979, a Petrobrás detém direitos de exploração e produção petrolífera na Bacia do Baixo Congo.

Na década de 80, a visita do chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, aos Países da Linha da Frente foi importante no aprofundamento das relações com os países da África Austral. O acordo entre a RPA e o Brasil na área da educação teve início em 1980, seguindo-se depois outros acordos de cooperação nas áreas das ciências, tecnologias, atribuição de bolsas de estudo, intercâmbio de investigadores e especialistas nas áreas das ciências sociais e humanas, cooperação universitária, nas áreas museológicas e das bibliotecas.

Angola assinou com o Brasil acordos de cooperação para a reestruturação do seu sistema educativo, nomeadamente dos currículos de ensino básico e secundário, formação de professores, desenvolvimento de manuais, materiais didáticos e reformulação do ensino, nas áreas das ciências da educação, da economia, da medicina e da informática⁴⁶⁶.

Mas o Governo militar brasileiro (1979-1985), chefiado pelo general João Batista Figueiredo, promoveu um retorno lento e gradual da democracia, mantendo a política externa, o que permitiu a visita presidencial ao continente africano, nomeadamente na Guiné-Bissau, Cabo Verde, Senegal, Argélia e Nigéria, em novembro de 1983, para assinatura de acordos de cooperação.

⁴⁶⁶ Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da RPA, de 11 de fevereiro de 1982, Brasília.

José Sarney, presidente do Brasil (1985-1990), visitou Angola, em janeiro de 1989, a convite do seu homólogo José Eduardo dos Santos. Durante a visita oficial, o presidente brasileiro lembrou os laços históricos e culturais que unem os dois países, tal como o facto de o Brasil ter reconhecido a RPA, em 1975; fez também referência ao desenvolvimento da cooperação económica, cultural, científica e técnica, especialmente no respeitante aos empreendimentos hidroelétricos da Kapanda (para fornecimento de eletricidade) e à exploração do petróleo, realçando, também, a posição do Brasil nos debates em relação à dívida externa angolana e, por último, ao facto de o seu país ter apresentado a proposta para a criação da ZOPACAS⁴⁶⁷. Esta organização foi aprovada, em outubro de 1986, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, considerando África como prioridade.

4.5 Normalização das relações políticas com o ex-Zaire

Por iniciativa do Estado angolano, teve lugar o encontro de Brazzaville entre o presidente Agostinho Neto e o seu homólogo Mobutu Sese Seko, em fevereiro de 1976, de que resultou um comunicado em que se declarava a intenção de normalizar as relações entre os dois países, evitando as tensões existentes. Na década de 70, Mobutu levou a cabo a africanização do seu país com a política de *authenticité*; criou o culto da personalidade, considerando-se “messias”, “libertador”, “guia”, ficando também conhecido por “Grande Leopardo”.

O encontro entre Agostinho Neto e Mobutu Sese Seko, em Brazzaville, em março de 1976, procurou normalizar as relações bilaterais, apesar das incompatibilidades políticas e ideológicas entre os dois países. As conversações entre Agostinho Neto e Mobutu Sese Seko foram classificadas por Jonas Savimbi como “um casamento com dote”⁴⁶⁸. As conversações com o ex-Zaire (atual RDC) visaram a normalização das relações entre os dois países no âmbito económico e político.

Após algumas iniciativas de desbloqueamento, levadas a cabo no início de 1978, as relações entre os dois países, no mês de abril daquele ano, eram atravessadas por dificuldades e tensão. O encontro entre os representantes da RPA e do ex-Zaire visou

⁴⁶⁷ Países-membros: Argentina, Brasil, Uruguai, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, África do Sul, Benim, Camarões, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, RDC, Senegal, Serra Leoa e Togo.

⁴⁶⁸ Jonas Savimbi, *O que é o “espírito de Bissau”?* Todos os Portugueses poderão regressar a Angola. Aveiro: Tipave, 1978, p. 25.

atenuar as diferenças e suspeições, o extenso contencioso que os separava, mas também o sentimento de que os regimes de Angola e do ex-Zaire chegariam, a curto prazo, a um entendimento.

O chefe de Estado de Angola, após as conversações mantidas com o presidente português em Bissau, concedeu uma entrevista ao jornal francês *Le Monde*, de que o *Jornal de Angola* apresentou um resumo, tendo destacado a crítica que o chefe de Estado angolano fez ao pretexto invocado pelo presidente francês, Giscard d'Estaing, para a criação de uma força interafricana, pois não fazia sentido a formação daquele exército dirigido pela França, uma vez “que não houve intervenção estrangeira no Zaire”⁴⁶⁹.

Uma delegação angolana, chefiada por Manuel Rodrigues “Kito”, de que fazia parte Emílio Guerra, do MPLA, esteve em Kinshasa no dia 28 de julho de 1978, a fim de manter contactos com as autoridades zairenses para a abertura, em Angola, de uma representação diplomática do ex-Zaire, país onde Jonas Savimbi esteve no mês de agosto daquele ano, em trânsito para a Costa do Marfim.

Vários líderes africanos felicitaram o presidente Agostinho Neto pela normalização das relações com o ex-Zaire. Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, enviou um telegrama de felicitações ao seu homólogo angolano pela regularização das relações com o país vizinho da RPA. O chefe de Estado congolês, Joachim Yhombi Opango, endereçou uma mensagem de felicitações nesse sentido. Quanto ao presidente da Costa do Marfim, Houphouët Boigny, enviou uma mensagem conjunta aos presidentes Mobutu Sese Seko e Agostinho Neto⁴⁷⁰.

Esteve reunida em Kinshasa, em outubro de 1978, a delegação angolana chefiada por Pedro Van Dúnem Loy, que sublinhou a necessidade de as duas partes discutirem problemas relacionados com os refugiados e também assinarem acordos de cooperação económica. A afirmação: “Custe o que custar, deverá haver amizade e solidariedade entre os nossos dois países”⁴⁷¹ foi proferida durante o comício, realizado no dia 16 de outubro de 1978, no Lobito, pelo presidente Mobutu Sese Seko. Niny Nguimbi, enviado especial do chefe de Estado zairense, esteve em Luanda para tratar de assuntos bilaterais, no dia 7 de dezembro de 1978.

⁴⁶⁹ *Jornal de Angola*, 5 de julho de 1978, p. 1.

⁴⁷⁰ *Jornal de Angola*, 25 de agosto de 1978, p. 1.

⁴⁷¹ *Jornal de Angola*, 17 de outubro de 1978, p. 3.

A rebelião na província zaireense do Shaba teve lugar alguns dias após a condenação, por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da agressão sul-africana contra Angola, que não moveu nenhum país ocidental a oferecer apoio militar, como também não o fizeram os países africanos. Neste contexto, o chefe de Estado angolano, em declaração aos órgãos de informação, em Luanda, no dia 9 de junho de 1978, afirmou que “não treinou, não armou exército, nem organizou nenhuma expedição contra o Zaire”⁴⁷². O facto de existirem em Angola vários zaireenses que, no passado, tinham formado unidades de combate de Tshombe, permitiu que imediatamente se orquestrasse um novo ataque contra a RPA.

Na realidade, as sucessivas agressões contra Angola remontam à altura em que as forças zaireenses regulares e mercenários europeus se introduziram em território angolano para auxiliarem a FNLA a tomar o poder e ao momento em que as forças regulares sul-africanas invadiram Angola para colocar a UNITA no poder. Com a ajuda dos aliados soviéticos, cubanos e de outros países amigos do MPLA, foi possível conter a invasão do território angolano.

Após a visita do ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Henri Simonnet, o chefe de Estado angolano deu uma conferência de imprensa aos jornalistas belgas, no dia 12 de setembro de 1978, na qual referiu os interesses da Bélgica no Zaire, país colonizado por aquele país europeu até 1960. Outro aspeto referido pelo chefe de Estado angolano foi o facto de a UNITA ter o seu refúgio na Namíbia, país onde os seus guerrilheiros estavam a ser treinados pelas forças sul-africanas.

Alguns meses após o encontro com o chefe de Estado zaireense em Kinshasa, foi oferecido um banquete oficial, no dia 17 de outubro de 1978, ao presidente Mobutu Sese Seko, com quem o seu homólogo angolano assinou acordos de boa vizinhança, de cooperação económica e industrial.

Na verdade, as hostilidades assentavam em questões ideológicas e pessoais, como mostram as ligações de amizade que Mobutu Sese Seko mantinha com Holden Roberto. Os oitenta dias de guerra do Shaba, antiga província congoleza do Catanga, originada pelo ataque dos antigos *gendarmes* catangueses acolhidos em Angola, revelaram, a par da fraqueza de Kinshasa e do seu exército, a possibilidade de Angola utilizar esta via como forte meio de pressão para levar os zaireenses a afrouxar os apoios à FNLA e à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

⁴⁷² Agostinho Neto, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, p. 13.

Entretanto, se a ajuda oferecida a Mobutu por Marrocos, França e Egito evitou o esfacelamento militar e político do seu regime, a ameaça latente dos ex-catangueses permaneceu em aberto, embora menos em termos de ofensiva do MPLA e mais por intermédio de infiltrações e atividades de desgaste que Angola favorecia.

Por outro lado, em simultâneo com os problemas do Estado angolano relativamente à UNITA, as ações da FNLA, no Norte e em Cabinda, contribuíram para o agravamento da situação político-económica angolana e para a dependência da RPA em relação aos Soviéticos e Cubanos.

A situação acima apontada levou a que fossem levadas a cabo diligências de aproximação, por iniciativa do presidente da RPA, assim como a reunião realizada em Brazzaville através da mediação congoleza. Entretanto, as declarações de intenção, naquela altura, permitiram aos dois Estados dissipar as desconfianças mútuas, enquanto Mobutu Sese Seko preferia uma reunião de alto nível entre ministros dos Negócios Estrangeiros ou primeiros-ministros, em vez de uma comissão mista demasiado técnica, sem poderes decisórios.

As autoridades políticas angolanas condicionaram quaisquer progressos de normalização à resolução de problemas concretos do contencioso comum, designadamente os relativos à segurança da fronteira e às atividades da UNITA, da FNLA e da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Semelhantes exigências prejudicaram a proposta zaireense de estabelecimento de relações diplomáticas e troca de embaixador entre os dois países.

Na realidade, a visita a Angola do senador americano McHenry – em vésperas do reatamento de relações com o ex-Zaire –, já resultante de anteriores contactos, expressou categoricamente o envolvimento dos Estados Unidos na nova ordem política regional, confirmando, assim, idêntica atitude, entretanto assumida mais discretamente. A estabilização regional subsequente à concretização formal da intenção política já discretamente anunciada em Cartum pelos presidentes Mobutu Sese Seko e Agostinho Neto obrigou a França a repensar a sua estratégia angolana.

Quanto à posição dos Estados Unidos relativamente aos problemas do ex-Zaire e de Angola, julgava-se que os norte-americanos seriam a favor do afastamento de Mobutu se houvesse solução alternativa, e que a RPA favoreceria um compromisso entre Agostinho Neto e Jonas Savimbi, sem embargo de considerarem que Mobutu Sese Seko devia suspender o seu auxílio ao líder da UNITA e, para promover a desejável

estabilidade do ex-Zaire, proceder a uma revisão total da sua ação precedente no plano interno.

Na realidade, os jornalistas portugueses acompanharam com regularidade o desenvolvimento da política externa angolana. A normalização de relações entre Angola e o ex-Zaire mereceu um noticiário diário e de primeira página ao longo de um mês, tendo a imprensa publicado posições unanimemente favoráveis ao processo de normalização (incluindo a imprensa de esquerda e os jornais *Dia* e *Jornal Novo*), o que foi considerado pelos principais jornais como um “marco histórico” para a paz naquela região.

Lopo do Nascimento, de visita a Benguela e Cuanza Sul, em agosto de 1978, salientou a participação da RPA na cimeira da OUA e a normalização das relações com o Zaire, assim como os contactos havidos com alguns países ocidentais e mesmo com os da então CEE.

As conversações entre a RPA e o ex-Zaire, em 1978, permitiram o exílio de Holden Roberto para França, iniciado em 1979 e que chegou ao fim após a assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1991, altura em que a FNLA foi transformada em partido político para participar nas primeiras eleições democráticas, em 29 e 30 de setembro de 1992, supervisionadas pelas Nações Unidas.

4.6 Relações políticas com a Zâmbia

O chefe de Estado Kenneth Kaunda afirmou, em 1975, que a Zâmbia, membro fundador, juntamente com a Tanzânia, dos Estados da Linha da Frente – aos quais se juntaram Angola, Moçambique e Botsuana, para promover o combate aos resquícios do colonialismo no Zimbabué, na Namíbia e ao *apartheid* na África do Sul –, não cederia a pressões para abandonar os seus princípios e reconhecer a RPA, que não possuía ainda legitimidade. Em 1976, o chefe de Estado zambiano defendeu a reconciliação entre o MPLA, a FNLA e a UNITA.

Quanto à posição da Zâmbia em relação ao MPLA, durante o período de transição apoiou a UNITA, embora ideologicamente se sentisse mais próxima de Agostinho Neto e do seu movimento de libertação, tendo considerado pouco flexível a sua atitude, temendo a sua dependência em relação à União Soviética e a Cuba. Em março de 1976, a Zâmbia, país que constituía uma base importante para a logística do MPLA durante a

luta pela independência, ainda não tinha reconhecido a RPA. No entanto, alguns acontecimentos vieram modificar as relações e dificultar o entendimento com Angola, sobretudo relativamente à questão relacionada com Daniel Chipenda e ao apoio que as autoridades zambianas concederam a Jonas Savimbi.

Porém, os contactos mantidos no âmbito dos Estados da Linha da Frente permitiram melhorias nas relações com a Zâmbia, país onde o chefe de Estado angolano afirmou que era necessário incrementar a unidade africana no plano político e económico, para libertar o continente dos vestígios do colonialismo e tornar viável o processo de industrialização e de transformação das matérias-primas pelos seus produtores, para salvaguarda da independência política⁴⁷³.

As declarações do presidente Agostinho Neto foram proferidas depois de ter difundido as declarações do ministro do Interior da Zâmbia, Aaron Milner, que anunciou a expulsão de elementos da UNITA que se encontravam naquele país, o que levou o chefe de Estado angolano a afirmar que via com satisfação o desenvolvimento das relações entre os dois países, segundo a publicação do *Jornal de Angola*, na edição de 8 de janeiro de 1977.

O chefe de Estado zambiano esteve de passagem por Luanda, ao princípio da tarde do dia 24 de maio de 1978, em trânsito, na viagem de regresso ao seu país, proveniente das Guianas, no final de uma visita de vários dias à Inglaterra e aos Estados Unidos. No aeroporto, foi saudado pelo seu homólogo angolano e por membros do Governo da RPA. Na sala do protocolo, para onde se dirigiu depois, o presidente Kaunda falou aos jornalistas, antes de partir em companhia do seu homólogo angolano para o Palácio do Povo, onde estiveram também alguns membros do MPLA, nomeadamente Lopo do Nascimento, Lúcio Lara e José Eduardo dos Santos. No encontro, foram abordadas questões relacionadas com a África Austral e o papel dos Estados da Linha da Frente⁴⁷⁴.

Em junho de 1978, as delegações dos dois países reuniram-se em Saurimo para tratarem de questões de cooperação bilateral nos domínios das comunicações, transportes, comércio, segurança das fronteiras e indústrias, que permitiriam reforçar as relações entre a Zâmbia e a RPA⁴⁷⁵. O ministro do Comércio Externo de Angola, Roberto de Almeida, e o seu homólogo, James Mapona, assinaram, em seguida, um

⁴⁷³ *Jornal de Angola*, 10 de setembro de 1978, pp. 1 e 4.

⁴⁷⁴ *Jornal de Angola*, 25 de maio de 1978, pp. 1 e 6.

⁴⁷⁵ *Jornal de Angola*, 12 de julho de 1978, pp. 1 e 6.

acordo de cooperação⁴⁷⁶. A delegação angolana era chefiada por Iko Carreira e integrava o embaixador de Angola na Zâmbia e alguns ministros angolanos. A delegação zambiana era chefiada pelo ministro zambiano e constituída por vários outros ministros.

O presidente do comité político e jurídico das Relações Exteriores da Zâmbia, Rubens Kamanga, chegou a Luanda para entregar uma mensagem pessoal do presidente zambiano ao presidente de Angola, no dia 23 de agosto de 1978. Foi recebido no aeroporto por Pascoal Luvualu, do MPLA. Durante a estada em Luanda, o diplomata zambiano foi recebido por Agostinho Neto, no Futungo de Belas, e pronunciou-se sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a RPA e o ex-Zaire⁴⁷⁷.

Com a independência do Zimbabué, em 1980, o novo Estado africano juntou-se aos Países da Linha da Frente e à Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento de África Austral (SADCC). Quatro anos depois, a África do Sul, devido a pressões externas e à sua política interna, será obrigada a dialogar com as autoridades políticas da RPA em Lusaka, em fevereiro de 1984, e com Moçambique, em março desse mesmo ano, tendo dado origem à assinatura dos Acordos de N'Komati⁴⁷⁸.

A independência política e a eleição de Robert Mugabe não agradaram aos Sul-Africanos, que intensificaram as investidas contra os Estados da Linha da Frente. Na reunião preparatória da Conferência dos Estados da Linha da Frente, que teve lugar em Amesterdão, em fevereiro de 1983, foi lembrado o apelo que tinha sido feito em Lisboa, em abril de 1982, para a realização da conferência internacional de solidariedade a favor da paz na África Austral⁴⁷⁹.

Em agosto de 1983, o presidente José Eduardo dos Santos anunciou os passos fundamentais para o fim da guerra na África Austral, os quais serviram de base às conversações realizadas na ilha do Sal, em Cabo Verde, em janeiro de 1984, com os enviados norte-americanos, depois do encontro de Lusaka com os delegados sul-africanos.

Em 1985, a RPA assinou um acordo com vista a criar uma sociedade de exploração para reabilitar, com ajuda externa, o caminho de ferro de Benguela, com

⁴⁷⁶ *Jornal de Angola*, 4 de junho de 1978, p. 1.

⁴⁷⁷ *Jornal de Angola*, 24 de agosto de 1978, pp. 1 e 6.

⁴⁷⁸ Álvaro B. Borges, *Quem matou Samora Machel?* Lisboa: Ulmeiro, 1987, p. 246.

⁴⁷⁹ *Países da Linha da Frente: Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue*. Lisboa, Comissão Portuguesa da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, 1983, p. 121.

envolvimento da Zâmbia e do ex-Zaire. Os custos para reabilitar o troço entre Huambo e Bié foram avaliados em 17 milhões de dólares; quanto ao corredor do Lobito, os valores foram estimados em 1 bilião de dólares. Entretanto, a guerra civil não permitiu a execução da reabilitação pretendida. Ao visitar a Zâmbia, em março de 1995, o presidente angolano dialogou com as autoridades sobre a reabertura do caminho de ferro de Benguela, de importância para a economia dos dois países.

A reabertura do caminho de ferro foi tema de conversa entre Jonas Savimbi e o secretário de Estado norte-americano George Shultz, em Abidjan, em janeiro de 1987, altura em que a UNITA levava a cabo medidas para reforçar os seus guerrilheiros. Jonas Savimbi era a favor da reabertura do caminho de ferro, desde que não fosse aproveitado para fins militares. Após intensa atividade diplomática, a ideia não chegou a ser concretizada.

4.7 Estados Unidos da América, política e petróleo

Desde janeiro de 1975, a CIA, serviço secreto norte-americano, estava autorizada a fornecer auxílio à FNLA e à UNITA em 1975⁴⁸⁰. Gerald Ford transmitiu a preocupação em relação a Angola, considerada “ponto quente”⁴⁸¹ na política americana. Na realidade, o agente dos serviços secretos norte-americanos, John Stockwell, foi nomeado chefe da *Task Force* da CIA em Angola, país aonde chegou em 1975. Nesse mesmo ano, Gerald Ford, presidente norte-americano, tinha aprovado apoio para o fornecimento de armas, secretamente, a Jonas Savimbi e a Holden Roberto. Os Estados Unidos, através da administração de Gerald Ford, autorizaram apoio encoberto, em 1975, numa altura em que a FNLA proclamava a solidariedade e o apoio efetivo aos povos em luta pela conquista da justiça, liberdade e direitos, defendendo a cooperação com base no respeito mútuo pela soberania e independência nacional.

De facto, os Estados Unidos, por intermédio da CIA, levaram a cabo um plano, na altura secreto, na primeira semana de agosto de 1975, com o nome de código “Operação Iafeature”, aliança militar entre a FNLA/UNITA, forças zairenses, sul-africanas e

⁴⁸⁰ Frédéric Lert, *Les asiles de la CIA*. Paris: Histoire & Collections, 1998 ; John Stockwell, *A CIA contra Angola*. Lisboa: Ulmeiro, 1976; George Wright, *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho, 2000; Witney Schneidman, *op. cit.*; Tiago Moreira de Sá, *op. cit.*, pp. 211-220.

⁴⁸¹ *Jornal Comércio*, 7 de janeiro de 1975.

alguns mercenários estrangeiros para impedir a ação do MPLA, devido à derrota da FNLA em Luanda, em julho de 1975.

Mike Mansfield, democrata, afirmou no Congresso dos EUA, em 15 de dezembro de 1975, que deveria ser exigida uma explicação ao secretário de Estado e ao diretor da CIA sobre o envio secreto de armas e ajuda norte-americana a Angola. Portanto, a guerra civil em Angola era um dos mais sérios problemas que o Congresso tinha de discutir antes das férias de Natal.

Dick Clark, presidente da Comissão das Relações Exteriores, afirmou que os EUA tinham fornecido apenas dinheiro à FNLA e à UNITA, dizendo que não podia revelar a quantia; porém, afirmou que o embaixador norte-americano nas Nações Unidas, Daniel Moynihan, tinha confirmado que os Estados Unidos destinaram dólares enviados através do ex-Zaire para os movimentos liderados por Jonas Savimbi e Holden Roberto. Foi o senador Dick Clark que apresentou a proposta ao Congresso norte-americano, proibindo, em dezembro de 1975, o apoio militar aos movimentos de libertação. A proposta foi vetada por Gerald Ford.

O reconhecimento da RPA pela Nigéria foi um acontecimento negativo para os Estados Unidos, o que permitiu o envio, pelas autoridades políticas angolanas, de Lopo de Nascimento a Lagos, capital nigeriana, em missão político-diplomática, para pedir apoio ao general Murtala Mohammed, em 1975.

Na realidade, o setor petrolífero continuou a ser explorado pelos Estados Unidos, seguindo a lógica capitalista. As conversações entre os Estados Unidos e a RPA “para a retoma da exploração do petróleo”⁴⁸² tiveram início em maio de 1976. A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Sonangol, foi criada sob a dependência direta do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, de acordo com o Decreto-Lei n.º 52/76, de 9 de junho de 1976.

Quanto ao petróleo, o presidente Agostinho Neto referiu que a independência económica só seria possível quando não existisse nenhum monopólio estrangeiro no país. Em termos económicos, reconheceu que o problema não podia ser resolvido por decreto, uma vez que nem o seu Governo, nem os seus aliados possuíam a tecnologia avançada utilizada pela companhia da Cabinda Gulf Oil. Por isso, a solução encontrada

⁴⁸² *História do MPLA*, 2.º vol. 2, p. 261.

foi assinar novos contratos porque suspender, naquela altura, a produção de petróleo traria privações desnecessárias para a RPA⁴⁸³.

Em janeiro de 1976, Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano (1973-1977), fez o seu depoimento sobre Angola no Senado; entretanto, o Congresso norte-americano ratifica a Emenda Tunney, que proíbe o auxílio aos movimentos angolanos de forma oculta. Em fevereiro de 1976, o secretário de Estado norte-americano advertiu que não toleraria avanços dos soviéticos e dos cubanos em África.

Entretanto, os Estados Unidos utilizaram o direito de veto (que deve ser entendido no contexto da Guerra Fria) para impedir a admissão da RPA nas Nações Unidas, recorrendo ao argumento da presença das tropas cubanas. Porém, o veto dos norte-americanos, naquela altura, serviu como forma de pressionar as autoridades governamentais angolanas quanto à questão dos mercenários (entre os quais dois de nacionalidade norte-americana e um naturalizado)⁴⁸⁴.

O Tribunal Popular Revolucionário, criado com a Lei n.º 7/76, de 1 de maio de 1976, com competências para julgar os crimes contra a segurança do Estado, a soberania nacional e a integridade territorial, bem como contra os órgãos do Estado, contra o MPLA e os seus dirigentes, julgou em Luanda, em junho de 1976, alguns mercenários, recrutados na Bélgica, em França, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Holanda e em Portugal. O Tribunal Popular Revolucionário funcionou na Câmara de Comércio de Luanda, dirigido por Ernesto Teixeira da Silva, sendo ministro da Justiça Diógenes Boavida e promotor popular de justiça Rui Monteiro. O julgamento contou com a presença de uma comissão internacional de inquérito, de que Portugal e alguns PALOP faziam parte⁴⁸⁵.

O MPLA, reunido em Luanda, em outubro de 1976, realçou o papel governamental na aliança das nações. No dia 28 de novembro de 1976, seguiram para Lisboa, em trânsito para Nova Iorque, a delegação da RPA, chefiada pelo ministro das Relações Exteriores de Angola, José Eduardo dos Santos, acompanhado pelo secretário das Relações Exteriores, Paulo Jorge; Manuel Rui Monteiro; Miguel Gaspar Fernandes Neto, embaixador de Angola no Cairo; Venâncio de Moura, encarregado de negócios; Sebastião Pascoal de Almeida Kamundanga e H. Luís Katala, ambos funcionários do

⁴⁸³ Agostinho Neto, *Pela independência económica*. Luanda: Edição do DIP, 1976, pp. 16-17.

⁴⁸⁴ *Flama – Revista Semanal de Atualidade*, 9 de setembro de 1976.

⁴⁸⁵ Raul Valdes Vivo, *Angola: fim do mito dos mercenários*. S/l: África Editora, 1976.

Ministério das Relações Exteriores de Angola. Com a delegação, seguiu uma equipa da TV constituída por seis elementos.

Portugal apoiou a admissão da RPA nas Nações Unidas, durante a Assembleia Geral⁴⁸⁶, onde o então ministro das Relações Exteriores de Angola discursou a 1 de dezembro de 1976, afirmando não perceber como a Administração dos Estados Unidos tinha reclamado a assistência de soviéticos e cubanos como desculpa do não-reconhecimento da RPA⁴⁸⁷; destacando os países socialistas como aliados, a reconstrução do seu país e a política externa baseada nos princípios do não-alinhamento, assegurando solidariedade para com os povos, em luta contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo.

Na verdade, os Estados Unidos mantinham contactos formais com a RPA, apesar “da situação cubana”⁴⁸⁸, que não constituiu obstáculo ao acesso económico americano, cujo reconhecimento do Estado angolano, que não chegou a ser levado a cabo, foi sustentado pelos dirigentes da Gulf Oil, em junho de 1978. Quanto à visita do senador norte-americano George McGovern, da ala mais à esquerda do Partido Democrata, opositor a intervenções no exterior de Luanda, o presidente Agostinho Neto, em conferência de imprensa, afirmou que as relações internacionais não dependem apenas de um país e que a RPA “deseja relações com os EUA”⁴⁸⁹.

Quanto ao presidente da RPA, os Estados Unidos estariam a recolher com precaução todas as indicações sobre o seu estado de saúde, havendo falta de informação segura, de primeira mão, na Casa Branca. Não duvidavam da sua situação de dependência relativamente aos soviéticos e cubanos, mas reconheciam que toda e qualquer solução do MPLA sem Agostinho Neto seria pró-soviética.

O ministro das Relações Exteriores de Angola, ao visitar o Brasil, em outubro de 1982, declarou que as conversações com os norte-americanos tinham atingido “um nível muito baixo”⁴⁹⁰, por Jimmy Carter ter relacionado a assinatura de um acordo na África Austral com a retirada das tropas cubanas de Angola, posição considerada pelo ministro angolano como uma ingerência na política da RPA.

⁴⁸⁶ José Medeiros Ferreira, *Cinco regimes na política internacional*. Barcarena: Presença, 2006, p. 126.

⁴⁸⁷ *História do MPLA*, 2.º vol., p. 501.

⁴⁸⁸ George Wright, *op. cit.*, p. 188.

⁴⁸⁹ Agostinho Neto, *Discursos do camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*, p. 18.

⁴⁹⁰ Lázaro Cárdenas Sierra, *op. cit.*, pp.165-166.

Entretanto, a visita do reverendo norte-americano Jesse Jackson a Luanda, em janeiro de 1989, foi considerada “motivo de alegria”⁴⁹¹ pelo sucessor de Agostinho Neto, com quem conversou sobre a normalização das relações com os Estados Unidos.

4.7.1 Apoio à União Nacional para a Independência Total de Angola

Em finais da década de 70, Jonas Savimbi visitou Londres, sem ser notícia na imprensa; discursou no Instituto Internacional para os Estudos Estratégicos, onde afirmou que o *apartheid* tornava “mais fácil a penetração soviética em África”⁴⁹²; depois esteve na Namíbia, no ex-Zaire, na Costa do Marfim, no Senegal e em Marrocos para obter apoio.

Na década de 80, foi criada a Free Angola Campaign, em Londres, para mobilizar a opinião pública britânica (académicos, jornalistas e políticos) a favor da causa da UNITA. O ataque à refinaria de petróleo em Luanda, no mês novembro de 1981, foi programado para coincidir com a visita de Jonas Savimbi aos Estados Unidos, em dezembro de 1981. Alexander Haig, secretário de Estado, deu garantias de que seriam encontradas formas de contornar a Emenda Clark. Jonas Savimbi visitou os Estados Unidos, país onde manteve contactos com a administração Reagan por causa da retirada das tropas cubanas de Angola. A visita foi um sucesso diplomático.

A FNLA publicou, em Lisboa, em julho de 1981, o *Boletim de Informação* com notícias sobre ações militares; noutro comunicado, emitido em fevereiro de 1982, comunicou que Holden Roberto continuava a ser presidente do movimento, informando também sobre a existência, em Lisboa, da sua sede, assim como algumas notícias relativas às operações militares no Norte de Angola.

A UNITA, em 1983, definiu as suas linhas de orientação política, reforçou a sua campanha contra a presença das tropas cubanas em Angola⁴⁹³. Jonas Savimbi procurou apoio diplomático e material aos países que eram contra a política soviética, defendendo a retirada dos cubanos de Angola em defesa do sistema político multipartidário e da economia de mercado, mote usado pelos *lobbies* pró-UNITA em África, na Europa e na América.

⁴⁹¹ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, pp. 484-485.

⁴⁹² Fried Bridgland, *op. cit.*, p. 344.

⁴⁹³ UNITA, *A via de recuperação nacional de Angola. Definição dos princípios e objetivos*. Jamba: dezembro de 1983, p. 119; Emídio Fernando, *op. cit.*, p. 212.

Todavia, Chester Crocker reconheceu que a reconciliação entre a UNITA e a RPA era uma “questão interna de Angola”⁴⁹⁴. Por outro lado, Frank Wisner afirmou que a solução para o fim do conflito devia passar pela reconciliação entre as autoridades políticas do MPLA e da UNITA.

Chester Crocker conversou com Jonas Savimbi na cidade do Cabo, na África do Sul, em fevereiro de 1985, sobre a retirada das tropas cubanas de Angola e sobre a independência da Namíbia. Naquela altura, surgiu a hipótese de setores conservadores norte-americanos promoverem e reinsereirem Holden Roberto e Daniel Chipenda no xadrez político angolano⁴⁹⁵.

Por outro lado, Jonas Savimbi, no discurso de encerramento da Conferência da Internacional Democrática, na Jamba, no dia 2 de junho de 1985, afirmou:

Não pactuamos com os movimentos pacifistas, pois estes são derrotistas. Os movimentos pacifistas fazem o jogo dos soviéticos e nós não concordamos com esses movimentos, nem queremos a sua doutrina. A nossa doutrina é combate contra os russos. Já tínhamos ficado sozinhos em 76; não é agora, com a força que temos no presente, que vamos duvidar de nós próprios. (...)

Há perguntas do Ocidente para as quais não há resposta, nem tempo para se responder; mas, no dia em que a UNITA constituir um Governo em Luanda, o mesmo Ocidente ficará contente e muitos ousarão mesmo dizer que nos ajudaram a atingir esse objetivo. (...)

Se podemos ter um amigo neste momento nos Estados Unidos, é o Presidente Reagan; e nós pensamos que devemos aproveitar os três anos que lhe restam na Casa Branca para podermos avançar, mesmo se não nos entregar armas ou dinheiro; pelo menos, pensamos que o presidente Reagan não apoiará o regime que se encontra em Luanda, o que, para nós, é suficiente. O que nós queremos dos seus representantes aqui é que digam ao Presidente Reagan que nós desejamos apenas duas coisas:

1.º Que os cubanos saiam todos de Angola;

2.º Que não reconheçam o regime do MPLA. Nós nos encarregamos de resolver os nossos problemas no terreno com os nossos próprios compatriotas do MPLA.⁴⁹⁶

Porém, a rejeição da Emenda Clark por parte dos Estados Unidos, em 1985, veio permitir que os guerrilheiros liderados por Jonas Savimbi fossem auxiliados pela Administração de Ronald Reagan (1981-1989), eleito pelo Partido Republicano. Após a

⁴⁹⁴ *Expresso*, 13 de agosto de 1983, pp. 1-16.

⁴⁹⁵ Jardo Muekália, *op. cit.*, p. 197.

⁴⁹⁶ Jonas Savimbi, *Por um futuro melhor*. Lisboa: Nova Nórdica, 1986, p. 174.

anulação da Emenda Clark pela Assembleia dos Estados Unidos, a 10 de julho de 1985, a Casa Branca intensificou o seu apoio à UNITA, cujo líder foi recebido, em janeiro de 1986, pelo presidente Ronald Reagan na Casa Branca, onde este reafirmou a disponibilidade dos Estados Unidos para apoiar Jonas Savimbi.

Nessa visita, Jonas Savimbi procurou comparar a questão das relações com a África do Sul, dando exemplos de acordos de assistência entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, que não sujeitaram os Norte-Americanos a abraçar o comunismo, nem os Soviéticos a democracia⁴⁹⁷.

Em junho/julho de 1988, Jonas Savimbi visitou novamente os Estados Unidos para consolidar o apoio e reafirmar a disponibilidade para negociar com as autoridades políticas da RPA. O apoio de Ronald Reagan à UNITA deu-se numa altura em que Cuba atinge o extremo limite das suas possibilidades de intervenção no estrangeiro.

A decisão de negociar com a UNITA foi tomada no encontro realizado em Windhoek, entre o general França Ndalú e Herman Cohen, por orientação do presidente José Eduardo dos Santos, defensor da ideia de que os Estados Unidos deviam ser os primeiros a serem contactados⁴⁹⁸.

No dia 21 de junho de 1989, Jonas Savimbi afirmou que estava maleável quanto aos “procedimentos conducentes às eleições”⁴⁹⁹. Na medida em que a Administração Bush manteve apoio aos guerrilheiros da UNITA, o acordo de cessar-fogo, que seria para entrar em vigor às 00h00 do dia 24 de junho de 1989, foi assinado em Gbadolite, com mediação do presidente Mobutu Sese Seko, entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, no dia 22 de junho de 1989, testemunhado por vários chefes de Estado e de Governo africanos: Aristides Pereira, de Cabo Verde; Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau; Joaquim Chissano, de Moçambique; Pinto da Costa, de S. Tomé e Príncipe; Ali Hassan Mwinyi, da Tanzânia; Quett Masire, do Botsuana; Pierre Buyoya, do Burundi; Hissene Habré, do Chade; Denis Sassou-Nguessou, do Congo; Omar Bongo, do Gabão; Moussa Traore, do Mali e OUA; Ibrahim Bamba, da Nigéria; Mobutu Sese Seko, do Zaire; Kenneth Kaunda, da Zâmbia; Robert Mugabe, do Zimbabué. De visita a Budapeste, Hungria, em setembro de 1989, em entrevista a

⁴⁹⁷ Jardo Muekália, *op. cit.*, p. 210.

⁴⁹⁸ José Patrício, *op. cit.*, pp. 27-31.

⁴⁹⁹ Jorge Valentim, *Caminho para a paz e reconciliação nacional. De Gbadolite a Bicesse, 1989-1992*. Luanda: Mayamba, 2010, p. 42.

jornalistas húngaros, o presidente da RPA criticou Jonas Savimbi pelo fracasso de Gbadolite⁵⁰⁰.

Jorge Valentim, membro da delegação da UNITA que negociou com a delegação angolana em Nsele, Kinshasa, e em Lisboa, dá conta do envolvimento norte-americano, da transferência das negociações para Portugal (que permitiu a assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1991), por causa de dificuldades diplomáticas por parte da mediação africana. A UNITA, que tinha como objetivo alcançar vitória militar através da mobilização política, militar e diplomática, contou com apoio da África do Sul, dos Estados Unidos, da Costa do Marfim, de Marrocos, do Senegal, do Togo e do Zaire⁵⁰¹.

Em fevereiro de 1989, António da Costa Fernandes, da UNITA, esteve em Washington para investigar “a rede conspirativa de Tito”⁵⁰². Internamente, estava a ter início, na UNITA, uma crise provocada por desconfianças, suspeitas e intrigas, que viriam a originar perdas de vidas de militantes⁵⁰³, entre os quais Jorge Sangumba, António Vakulukuta, Tito Chingunji (que desejou reformas internas, numa altura em que estavam em curso contactos com as autoridades políticas da RPA), diplomata na Europa e nos Estados Unidos na década de 80, Wilson dos Santos, Makala, entre outros. José Kalundungo, bem como António da Costa Fernandes e outros militantes, foram também vítimas de “manobras perigosas no seio da UNITA”⁵⁰⁴.

A independência da Namíbia, em cujas festividades o presidente angolano participou, contribuiu para o enfraquecimento militar da UNITA. Foi nessa altura que José Eduardo dos Santos terá conversado com James Baker, secretário de Estado norte-americano, e com De Klerk, presidente da África do Sul, segundo o *Jornal de Angola*, na edição de 24 de março de 1990.

Numa altura em que os Estados Unidos assumiam o papel de potência hegemónica e aumentavam o orçamento para a defesa, na declaração de abertura da teleconferência com congressistas americanos, em Luanda, no dia 13 de setembro de 1990, o chefe de Estado angolano manifestou inquietação:

⁵⁰⁰ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 391.

⁵⁰¹ Jorge Valentim, *Caminho para a paz e reconciliação*, *op. cit.*, pp. 66-67.

⁵⁰² Jardo Muekália, *op. cit.*, p. 248.

⁵⁰³ Emílio Fernando, *op. cit.*, pp. 217-218.

⁵⁰⁴ Jorge Valentim, *1954-1975*, *op. cit.*, pp. 187-191.

Como Presidente de Angola, estou muito preocupado e confuso com a atual política dos EUA em relação ao meu país e com a continuação e eventual aumento da ajuda militar secreta à UNITA, bem como com o efeito que isso terá sobre o povo angolano, o processo de paz, a nossa economia e os esforços necessários à solução do problema da fome. (...) No entanto, a delegação do meu governo às conversações têm enfrentado as exigências sempre crescentes e cada vez mais inflexíveis da UNITA, que curiosamente parecem coincidir com as deliberações no Congresso dos EUA a respeito da ajuda militar adicional.⁵⁰⁵

4.7.2 Política de *linkage*

A política de *linkage* foi introduzida pelos norte-americanos em junho de 1981 para condicionar o fim da ocupação da Namíbia por parte da África do Sul à retirada das tropas cubanas de Angola. Os Estados Unidos estabeleceram, assim, ligação entre a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas da ex-colónia portuguesa. Porém, a posição do secretário-geral das Nações Unidas era a de que a política de *linkage* não estava contida na Resolução 435/78, prevenindo que a retirada das tropas cubanas não devia ser vista como uma pré-condição para a independência da Namíbia, porque a presença das tropas cubanas foi considerado um problema bilateral entre os Estados de Angola e de Cuba, pelo que não cabia no campo de ação das Nações Unidas.

Relativamente ao desempenho norte-americano no âmbito do grupo de contacto, este contribuiu para o adiamento da solução namibiana, facto que fez com que a presença sul-africana se prolongasse por mais tempo, razão pela qual o presidente da SWAPO e os Estados da Linha da Frente colocaram em causa, por várias vezes, o desempenho do grupo de contacto.

Entretanto, a diplomacia da RPA viu reconhecida a sua recusa de ligação das tropas cubanas à questão da independência da Namíbia. Na verdade, o diplomata Afonso Van Dúnem Mbinda considerou que os esforços a favor da independência da Namíbia e da implementação da paz estavam a avançar. Assim, os diplomatas angolanos manifestaram interesse em apresentar um calendário para a retirada das tropas cubanas de forma gradual, esperando o fim das agressões sul-africanas, da ajuda dos Estados Unidos à UNITA (considerada, pelas autoridades políticas de Angola, agente de instabilidade na África Austral) e a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência namibiana.

⁵⁰⁵ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 490.

Dois enviados do Departamento de Estado norte-americano, Chester Crocker e James Overly, estiveram em Luanda e contactaram o ministro das Relações Exteriores de Angola, em agosto de 1981. Naquele mês, o presidente da RPA visitou a Nigéria, país anteriormente visitado pelo presidente Agostinho Neto, em 1978. O presidente angolano lembrou o facto de a África do Sul treinar guerrilheiros da UNITA, considerados pelas autoridades políticas da RPA desestabilizadores do processo de libertação nacional, e mencionou a luta da SWAPO pela independência da Namíbia.

Na visita à Zâmbia, em dezembro de 1981, o chefe de Estado angolano referiu-se aos ataques armados contra o seu país levados a cabo pela África do Sul. Nos meses seguintes, as autoridades políticas angolanas criticaram a política dos Estados Unidos, considerando-a aliada da África do Sul. Nesta altura, o ministro angolano das Relações Exteriores, Paulo Jorge, manifestou a sua preocupação com a ajuda dos Estados Unidos, país visitado por Jonas Savimbi em dezembro de 1981, período em que a UNITA começou a “expandir-se para o Norte de Angola”⁵⁰⁶.

Lázaro Cardenas Sierra – adido militar adjunto da embaixada de Cuba e conselheiro da embaixada de Cuba em Angola (1981-1993) – destaca, no seu livro, as questões relacionadas com a aplicação da Resolução 435/78, de 29 de setembro de 1978, das Nações Unidas, sobre a independência da Namíbia; a declaração conjunta celebrada entre Angola e de Cuba, em 1982; as reuniões tripartidas entre Angola, Cuba, Estados Unidos; os encontros bilaterais entre Angola e África do Sul.

Em novembro de 1982, o MPLA, reunido em Luanda, abordou a situação internacional e o impasse nas negociações sobre a independência da Namíbia, reiterando a necessidade de respeito integral da Resolução 435/78, rejeitando a política de *linkage*, reafirmando os princípios consignados na declaração conjunta assinada entre a RPA e Cuba, no dia 4 de fevereiro de 1982, que definiu a questão da retirada das tropas cubanas como sendo de âmbito bilateral.

O encontro entre o secretário-adjunto norte-americano, Chester Crocker, e o ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge, em Paris, em janeiro e em março de 1982, não teve resultados satisfatórios, uma vez que o ministro angolano não aceitou a política de *linkage* apresentada por Crocker, que alegou que se, a RPA aceitar “a retirada das tropas cubanas, o envolvimento militar sul-africano em território angolano cessaria”⁵⁰⁷. Entretanto, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e

⁵⁰⁶ Samuel Chiwale, *op. cit.*, p. 256.

⁵⁰⁷ George Wrigth, *op. cit.*, p. 209.

Zimbabué rejeitaram liminarmente a proposta dos Estados Unidos de vincular a presença sul-africana na Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola.

Em termos políticos, para os Estados Unidos, alguns países como Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botsuana faziam parte de um plano que tinha como objetivo a resolução da questão namibiana. Para o efeito, foi apresentada uma proposta que visava a organização de uma conferência em Genebra para definir as questões a serem discutidas; para traçar a calendarização da transição para a independência namibiana; para estabelecer o papel da participação das Nações Unidas e as negociações a efetuar com os partidos namibianos. Estes planos foram apresentados a Sam Nujoma, presidente da SWAPO, que não concordou.

Entretanto, para Jimmy Carter, as tropas cubanas teriam de retirar-se após a independência da Namíbia, segundo a Resolução 435/78; enquanto, para Ronald Reagan, a retirada das tropas cubanas era a condição para independência da Namíbia, pois estava convencido de que a África do Sul estaria disposta a melhorar as relações com os norte-americanos.

Entretanto, Chester Crocker esteve novamente em Luanda, em abril de 1982, para apresentar à SWAPO o plano elaborado pelo grupo de contacto para se chegar a uma solução pacífica da questão namibiana, mas a proposta não foi aceite pelo movimento namibiano. Kurt Waldheim, secretário-geral da ONU (1972-1981), visitara oficialmente alguns países africanos para tratar da questão da independência da Namíbia, uma prioridade do seu mandato. Conversou com o presidente da RPA, em fevereiro de 1983, para falar dos esforços diplomáticos.

Em 1982, os Países Não-Alinhados informaram o secretário-geral das Nações Unidas de que estavam dispostos a participar numa força multinacional de paz, para manutenção da ordem interna e da segurança na Namíbia, durante o período de transição para a independência. Por seu turno, o presidente José Eduardo dos Santos participou na cimeira dos Países Não-Alinhados, em Nova Deli, em março de 1983, onde afirmou que a questão namibiana não era um problema angolano, mas sim das Nações Unidas. Neste contexto, mostrou-se solidário com a SWAPO e, quanto à presença das tropas cubanas, afirmou que era uma questão bilateral entre Cuba e a RPA.

Nas conversações com os representantes angolanos, os emissários norte-americanos evitaram pronunciar o termo “cubano”, substituindo-o por “tropa estrangeira” ou “força não africana”. A retirada das tropas cubanas foi invocada aquando da possibilidade da normalização das relações diplomáticas entre a RPA e os

Estados Unidos. Contudo, Alexandre Rodrigues “Kito”, ministro angolano do Interior, em missão oficial a Washington, em abril de 1983, depois de ter ouvido os seus interlocutores justificarem a política de *linkage*, afirmou que as autoridades políticas do seu país continuavam fiéis ao espírito e à letra da declaração conjunta assinada por Angola e Cuba, no dia 4 de fevereiro de 1982, documento que determina a presença das tropas cubanas até que o plano das Nações Unidas para a Namíbia fosse aplicado, pois nessa altura as possibilidades de agressão armada estariam consideravelmente reduzidas⁵⁰⁸.

Quanto à retirada das tropas cubanas, o embaixador da RPA em Paris, Luís de Almeida, afirmou, em 1982, que o seu país se guiava pelos artigos 8.º e 10.º da declaração assinada, no dia 4 de fevereiro de 1982, entre Angola e Cuba (a entrevista com o embaixador angolano está reproduzida na p. 241). O embaixador angolano, que acompanhou as negociações para a independência da Namíbia na capital francesa, lembrou que, em 1977, quando o Djibuti se tornou independente, havia soldados franceses e os norte-americanos não deixaram, apesar desse facto, de estabelecer relações diplomáticas⁵⁰⁹.

Todavia, a França manifestou-se contra a posição dos Estados Unidos, considerando que o grupo de contacto de que fazia parte com outros países, como o Canadá, a República Federal Alemã, a Grã-Bretanha, não podia interferir em questões de soberania das partes interessadas, não lhe competindo, por isso, ocupar-se do problema da retirada dos cubanos de Angola. Neste contexto, na cimeira de Kinshasa, em outubro de 1982, a França constatou que a maior parte dos participantes estava de acordo com a sua tese⁵¹⁰.

Entretanto, Moscovo insistiu no seu apoio à declaração de Angola e Cuba, assinada no dia 4 de fevereiro de 1982, relativa à presença das tropas cubanas em território angolano, que, tal como Moscovo, rejeitou a intenção de os Estados Unidos e da África do Sul associarem a questão da independência da Namíbia à presença do contingente militar cubano. Portanto, em comunicado conjunto, a RPA e a União Soviética declararam solidariedade para com o ANC; sublinharam, por outro lado, o significativo contributo da OUA na manutenção de paz e segurança em África, a luta contra o imperialismo, o neocolonialismo, o racismo, a consolidação da soberania e

⁵⁰⁸ *Revista Angolana Novembro*, de outubro de 1982, p. 44.

⁵⁰⁹ *Revista Angolana Novembro*, de maio de 1982, pp. 38-39.

⁵¹⁰ MNE, AHD, PAA, Maço 90 (provisório).

independência. Deste modo, a União Soviética, por intermédio do seu embaixador em Luanda, Vadim Loguinov, prometeu apoiar as autoridades políticas angolanas⁵¹¹.

Aliás, a diplomacia da RPA obteve algumas vitórias, principalmente na questão namibiana, colhendo protagonismo junto do grupo de contacto, isolando a administração norte-americana na questão do *linkage*. O primeiro passo foi obtido, em maio de 1983, com a Resolução 532 do Conselho de Segurança, reunido a pedido dos Países Não-Alinhados, que transferiu para o secretário-geral das Nações Unidas a condução do *dossier* sobre a Namíbia, ficando assim nas mãos da comunidade internacional, situação que os sul-africanos e os norte-americanos tentaram evitar com a paralisação do grupo de contacto.

O vice-ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, conversou com Frank Wisner, responsável pela política africana norte-americana e antigo embaixador dos Estados Unidos na Argélia, Tunísia e Zâmbia (1979-1982), em 1984, no Mindelo, em Cabo Verde, para a retirada das tropas sul-africanas de Angola, assim como o fim das suas hostilidades contra a SWAPO.

O presidente da RPA, em 1984, acompanhado pelo vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, visitou Cuba, país onde foi assinada, a 19 de março, uma declaração conjunta, também conhecida por “Declaração de Havana” (reproduzida na p. 248). No documento, Angola e Cuba comprometeram-se a retirar gradualmente as tropas cubanas de Angola se fossem cumpridos requisitos como: a retirada, do território angolano, das tropas da África do Sul; a aplicação estrita da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o acesso da Namíbia à independência; o fim de agressão ou ameaça contra Angola por parte da África do Sul⁵¹², dos Estados Unidos e seus aliados. Paralelamente aos requisitos mencionados, constituiu condição fundamental, segundo a declaração do presidente de Angola de 26 de agosto de 1983, o fim de ajuda à UNITA por parte dos aliados norte-americanos⁵¹³.

Em novembro de 1984, o presidente angolano escreveu ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, com o intuito de apresentar uma “plataforma de paz”, invocando a aplicação da Resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia.

⁵¹¹ *Revista Angolana Novembro*, de janeiro de 1983, p. 13.

⁵¹² Jan Breytenbach, *The Buffalo Soldiers. The story of South Africa's 32 – battalion, 1975-1993*. Alberton: Galago Publishing, 2002.

⁵¹³ *Revista Angolana Novembro*, de novembro de 1984, p. 13.

Em abril de 1987, em Brazzaville, Chester Crocker, subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, encontrou-se com o ministro angolano do Interior, Alexandre Rodrigues Kito, dando início às conversações que culminaram com a assinatura dos acordos tripartidos entre Angola, Cuba e África do Sul. O ministro angolano do Interior (em entrevista reproduzida na p. 246) foi responsável pela delegação da RPA nas conversações sobre a retirada das tropas cubanas de Angola e o fim do apoio ao movimento de Jonas Savimbi.

Com efeito, as conversações entre Angola, Cuba e África do Sul, em Londres, mediadas pelos Estados Unidos, tiveram início em maio de 1988, seguidas de encontros entre Chester Crocker, secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, e Adamishin, vice-ministro da Política Externa soviética, e do encontro em Moscovo entre Gorbatchov e Reagan, no qual chegaram a um acordo sobre a situação política na África Austral.

Na sua intervenção na cimeira de Bissau, ocorrida nos dias 27 e 28 de julho de 1988, que juntou os chefes de Estado dos PALOP, o presidente da RPA reafirmou o propósito de que as autoridades políticas de Angola pretendiam negociar com os sul-africanos. O comunicado final, após o encontro dos chefes de Estado, realçou que os esforços e o desenvolvimento da cooperação político-diplomática eram importantes para implementar a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

O ministro Afonso Van Dúnem Mbinda, no dia 22 de dezembro de 1988, na assinatura, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, do acordo tripartido (Angola, Cuba e África do Sul) realçou, no seu discurso, a melhoria das relações entre a URSS e os EUA, mas a situação política na África Austral continuou tensa⁵¹⁴. O acordo é relativo aos preparativos, em Angola e na Namíbia, para acabar com o conflito armado.

Na receção, em Luanda, da delegação da RPA aos acordos tripartidos de Nova Iorque, no dia de Natal de 1988, o presidente angolano divulgou a Lei de Amnistia, no âmbito da política de clemência e harmonização nacional, com o intuito de “reunir a grande família angolana sob uma só bandeira”⁵¹⁵. Em março de 1989, na sessão da Assembleia do Povo, em Luanda, foi anunciada a implementação de medidas políticas para terminar com a guerra, bem como o perdão no âmbito da política de clemência e harmonização nacional; comunicou também que, em abril de 1989, teria lugar a

⁵¹⁴ O texto integral do discurso está reproduzido em Lázaro Cárdenas Sierra, *op. cit.*, pp. 780-784.

⁵¹⁵ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 51.

implementação da Resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia; foi reafirmado o respeito à Lei Constitucional e ao sistema de partido único.

Porém, segundo a Emenda Deconcini, os Estados Unidos podiam votar contra “a adesão da RPA ao FMI, se Cuba não cumprisse o tratado”⁵¹⁶. Portanto, a adesão da ex-colônia portuguesa ao Banco Mundial (BM) e ao FMI estava dependente da disposição para dialogar com a UNITA. A Emenda Tunney propunha acabar com os financiamentos “para qualquer atividade que envolva Angola diretamente”⁵¹⁷ e a Emenda Clark impedia que os Estados Unidos se envolvessem militarmente, de forma direta, em Angola. Entretanto, mesmo assim, o presidente Reagan teve “formas de ajudar a UNITA”⁵¹⁸.

4.8 Ajustamento político e reforço da autoridade de José Eduardo dos Santos

A década de 80 foi intensa para a diplomacia da RPA, para fortalecer as relações com a OUA e com a Jugoslávia, Sudão, Panamá, Bangladesh, Malásia, Gana; para normalização das relações com o Senegal; e para resolver a questão da independência da Namíbia. Em 1984, no dia 20 de setembro, na reunião de chefes das missões diplomáticas e consulares, em Luanda, o presidente angolano afirmou:

A área diplomática é extremamente importante e tem merecido sempre, por essa razão, uma atenção especial do Partido e da minha parte, até porque a Constituição me atribui algumas prerrogativas nesse domínio. Como chefe de Estado, tenho que intervir várias vezes na esfera das relações internacionais e preciso de um corpo de diplomatas que me apoie nessa atividade de forma consequente. (...) Quero que os camaradas tenham a coragem para abordar aqui os problemas complicados que sei que existem e que prejudicam a nossa atividade. Eu estou condenado a ter que tomar decisões e não gosto de tomar decisões sem ouvir. Na frente diplomática, tem de haver unidade de pensamento e de ação. É uma esfera de trabalho político, em que não pode haver compromissos de qualquer espécie.⁵¹⁹

As autoridades políticas da RPA levaram a cabo várias diligências diplomáticas para normalizar as relações com a China, para diversificar e ampliar as relações económicas, numa fase em que era dada atenção à cooperação com os PALOP (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), tendo em conta a concertação

⁵¹⁶ George Wright, *op. cit.*, p. 280.

⁵¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 144.

⁵¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 209.

⁵¹⁹ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, pp. 96-97.

política e a cooperação económica, técnica e cultural, bem como a consolidação e o alargamento dos laços com os países socialistas, estando em estudo a cooperação no âmbito do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), assim como o diálogo com os Estados Unidos e a África do Sul para a resolução dos problemas políticos na África Austral, como destacou o presidente José Eduardo dos Santos durante a abertura da conferência nacional do MPLA-PT, em Luanda, no dia 14 de janeiro de 1985. Naquela conferência, a diplomacia foi considerada, para o MPLA-PT e o seu Governo,

como complemento da atividade política, militar, económica e social para garantir a consecução dos objetivos da revolução. Por isso, a nossa diplomacia continuará aberta ao diálogo sincero e construtivo com os governos dos EUA e da África do Sul, para a busca de uma solução justa para os problemas que nos preocupam na África Austral. Evidentemente, esse diálogo só pode ser frutífero se prevalecer o bom senso, o realismo e a vontade de tomar decisões sérias no sentido da preservação da paz, da estabilidade e da independência dos povos da região, sem ingerência nos seus assuntos internos.⁵²⁰

Os primeiros contactos para formalização das relações diplomáticas entre a China e a RPA seriam restabelecidos a nível de embaixador, na sede das Nações Unidas, antes das eleições para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas, em que os dois países defendiam a candidatura do “representante do Terceiro Mundo”, Salim Ahmed Salim, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia (1980-1984). Foi durante as negociações que tiveram lugar em Paris que a China admitiu reconhecer a RPA, através de uma fórmula que satisfazia os dois países, isto é, o reconhecimento simultâneo, seguido automaticamente pelo estabelecimento de relações diplomáticas ao nível de embaixada.

Porém, o primeiro passo para a cooperação entre Angola e a China só foi dado com a visita do vice-ministro dos negócios estrangeiros da China, Gon Da-Fei, em 1983, que precedeu a viagem que o ministro das Relações Exteriores, Paulo Jorge, tinha planeado para aquele ano. Um dos objetivos da visita do vice-ministro chinês, aliás referido numa das suas declarações à imprensa, consistia em obter das autoridades da RPA a aprovação de uma data para a abertura da embaixada da China em Luanda, para facilitar o desenvolvimento de cooperação económica e comercial. Durante a sua permanência na capital angolana, conversou com uma delegação chefiada pelo vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura. As relações diplomáticas entre Angola e a China concretizaram-se através do comunicado conjunto sobre o

⁵²⁰ *Idem, ibidem*, p. 97.

estabelecimento das relações diplomáticas. O primeiro acordo foi assinado em 1984, mas só quatro anos depois foi estabelecida a comissão mista para a economia e comércio.

Quanto às relações diplomáticas entre a RPA e a Índia, estabeleceram-se em 1985, com a acreditação do primeiro embaixador indiano em Luanda. Rajiv Gandhi, primeiro-ministro indiano, visitou Angola em 1986 e, no ano seguinte, o presidente José Eduardo dos Santos retribuiu a visita, o que veio a permitir o envio, em 1989, de estudantes angolanos para cursarem Ciências, Comércio, Farmácia e Línguas. A Índia tem-se distinguido na formação de contabilistas, gestores, engenheiros, nas tecnologias de informação, biotecnologia, nanotecnologia, indústria farmacêutica, agricultura e criação de pequenas e médias indústrias; importa petróleo angolano.

Por outro lado, Ali Khamemei, presidente do Irão (1981-1989), visitou Luanda em janeiro de 1986, uma semana depois de os dois países terem decidido estabelecer relações diplomáticas. O presidente da RPA afirmou tratar-se do início das “vias para a promoção da cooperação económica e de comércio bilateral com vantagens mútuas”⁵²¹.

⁵²¹ *Revista Angolana Novembro*, de janeiro de 1986, p. 37.

5. Política externa do Estado angolano no pós-Guerra Fria

Durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados estava aliada à segurança de cada bloco. Terminado aquele período, os Estados africanos de partido único, entre os quais Angola, foram confrontados com a democratização e a liberalização da economia dos seus países, com a despartidarização e a reorganização do órgão responsável pela condução da atividade diplomática. Foi o início, também, de uma nova fase diplomática, com a introdução, nas agendas políticas dos Estados, da diplomacia económica, da inovação e das tecnologias da informação.

Após o conflito bipolar entre a União Soviética e os Estados Unidos, as discussões teóricas limitaram-se à avaliação do sucesso ou do fracasso do fim da bipolaridade e da forma como ocorreu. O fim do conflito gerou uma onda de otimismo, de acordo com as previsões liberais. Uma das interpretações de relevo surgiu com Francis Fukuyama, com a tese que destacou a vitória da democracia liberal sobre a monarquia hereditária, o fascismo e o comunismo⁵²². A interpretação de Fukuyama serviu de inspiração para a formulação da teoria da Nova Ordem Mundial, apresentada pela Administração Bush (1989-1993) nas Nações Unidas, com base em “nova parceria de nações”⁵²³.

Alguns meses após a queda do Muro de Berlim, em março de 1990, o presidente angolano concedeu uma entrevista ao *New York Times*, em que defendeu o ajustamento da diplomacia e da política externa angolana. Na mesma entrevista, apoiou a maior inserção de Angola no contexto africano e, em especial, na região da África Austral. Destacou também os contactos com os sul-africanos, assim como a abertura de missões diplomáticas em países com os quais Angola ainda não mantinha relações diplomáticas. Outro objetivo destacado foi a diplomacia ativa na ONU, na OUA e nos Países Não-Alinhados, tendo em conta a “estabilização e o afastamento completo do perigo da guerra”⁵²⁴. Em 1990, “Pik” Botha, ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, esteve em Luanda e conversou com o presidente angolano, dando início a “uma nova era de paz na Região Austral”⁵²⁵.

⁵²² Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1992, p. 13. Fukuyama, noutro escrito de 1999, afirmou que tinha sido mal interpretado e que a história manteria o seu curso enquanto existissem sociedades dispostas a buscar novas formas de conhecimento.

⁵²³ Luís Tomé, “Estados Unidos”, in Maria Raquel Freire (coord.), *op. cit.*, p. 135.

⁵²⁴ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 99.

⁵²⁵ *Jornal de Angola*, 2 de março de 1990.

Na tomada de posse de novos membros do Governo angolano, em 8 de outubro de 1990, foram apresentadas as bases para a despartidarização e a reorganização do organismo do Estado para melhorar e salvaguardar os interesses dos cidadãos angolanos no estrangeiro, numa altura em que a imagem angolana no exterior não era positiva e recomendável. Mas, em entrevista concedida ao *New York Times*, a 8 de novembro de 1990, o presidente angolano mostrou a sua preocupação com os acontecimentos na União Soviética, com receio de conflitos sociais e políticos, destacando, igualmente, o contributo da *perestroika*, classificando-a de “mola impulsadora para um grande número de transformações dentro e fora da União Soviética”⁵²⁶.

Serão os fatores internacionais causa dos problemas angolanos? Em entrevista ao jornal *Expresso*, edição de 18 de julho de 1992, o presidente angolano afirmou: “Não se poderia encontrar uma solução justa para a questão interna de Angola, sem que fossem afastados, ou mesmo eliminados, os fatores externos.” Nesta linha de pensamento, para as autoridades políticas angolanas, a cooperação económica entre os países africanos devia ser precedida de acordos sobre segurança, diálogo, respeito mútuo, de modo a permitir a integração da África do Sul democrática nas instituições regionais africanas.

Todavia, o presidente angolano exortou os seus embaixadores, apoiados pelo organismo com competências em matéria de política externa, a “antecipar[em]-se com a verdade dos factos às versões deturpadoras que poderosos *lobbies* da UNITA veiculam através de órgãos e organismos por si controlados”⁵²⁷. Outra preocupação das autoridades políticas angolanas prendeu-se com a ação armada levada a cabo pela UNITA, que deu origem ao reforço da diplomacia da busca da paz e da denúncia da ingerência externa, como foi realçado no encerramento do conselho consultivo alargado do Ministério das Relações Externas, em Luanda, no dia 25 de agosto de 1994 (discurso reproduzido na p. 232).

Entretanto, a revisão da Lei Constitucional, durante a década de 90, consagrou formalmente o multipartidarismo; clarificou o sistema político e de governo, a separação de funções, a interdependência dos órgãos de soberania, a organização e o funcionamento do Estado de direito democrático; manteve os poderes do chefe de Estado em matéria de política externa. Neste sentido, segundo o artigo 66.º da Lei Constitucional de 1992, publicada no *Diário da República* de Angola, 1.ª série, n.º 38,

⁵²⁶ José Mena Abrantes (org.), vol. I., *op. cit.*, pp. 553-554.

⁵²⁷ Tomada de posse de novos membros do Governo, em 8 de outubro de 1993. José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 129.

de 16 de setembro de 1992⁵²⁸, alterada em 1996, competia ao chefe de Estado: nomear e exonerar os embaixadores e aceitar as cartas credenciais dos representantes diplomáticos estrangeiros e ratificar os tratados internacionais.

O Estado angolano ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1990 e, dois anos depois, definiu os espaços marítimos de Angola, reiterando as linhas estabelecidas em 1967 com a fixação do limite interior do mar territorial do país⁵²⁹. Entretanto, foram levadas a cabo algumas alterações na estrutura e funcionamento do MIREX, organismo do Estado com as seguintes funções: definir as atribuições e competências, organizar e realizar a política externa; desenvolver a cooperação económica, técnico-científica e cultural; garantir a representação de Angola junto de outros Estados e organizações internacionais; defender os interesses do Estado; proteger os cidadãos angolanos e os seus direitos no estrangeiro.

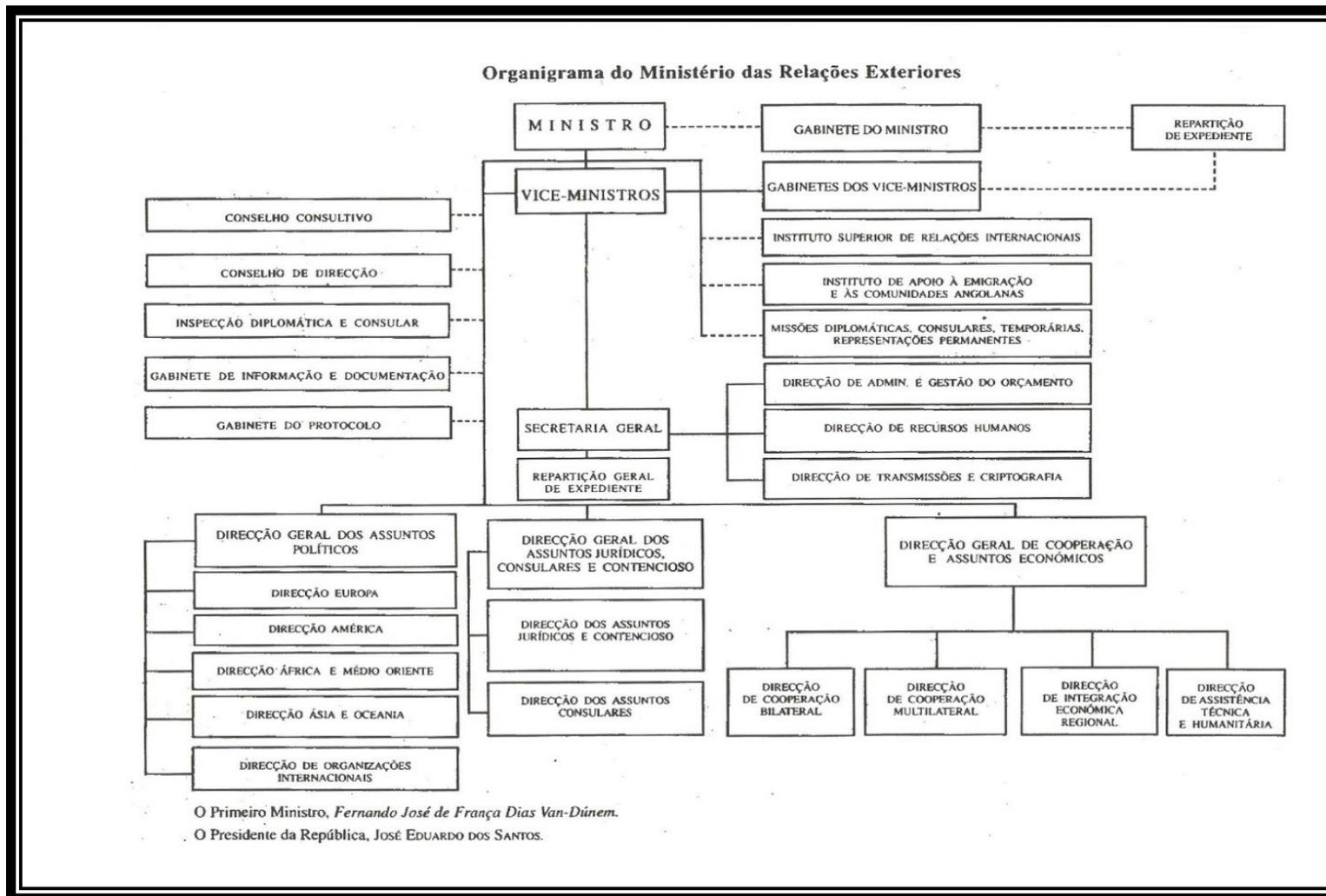
Deste modo, a reforma da política externa teve como finalidade permitir a coordenação eficaz e a concretização da cooperação nos domínios político, económico, técnico, científico e sociocultural. Outro objetivo da reforma foi a modernização das estruturas das Relações Exteriores, a fim de tornar eficaz a política externa, bem como melhorar e coordenar o funcionamento do órgão responsável.

De facto, passaram a subordinar-se ao MIREX o Instituto de Relações Internacionais, o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Angolanas no Exterior, ambos dirigidos por um diretor. Relativamente ao Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Angolanas no Exterior, a sua finalidade passou a ser a ajuda e a reinserção dos cidadãos que regressam ao país, a colaboração com organismos e instituições vocacionados para o apoio às comunidades angolanas no estrangeiro. Por fim, o Decreto-Lei n.º 11/98, de 3 de julho de 1998⁵³⁰, aprovou o novo organigrama do Ministério das Relações Exteriores.

⁵²⁸ Reproduzida em Jorge Bacelar Gouveia, *As Constituições dos Estados lusófonos*. Lisboa: Notícias Editorial, 2000, pp. 353-399.

⁵²⁹ Joaquim Dias Marques Oliveira, *Subsídio para o estudo de delimitação e jurisdição dos espaços marítimos em Angola*. Coimbra: Almedina, 2007.

⁵³⁰ Revogou o Decreto-Lei n.º 8/94, de 27 de maio de 1994, e o Decreto-Lei n.º 5/94, de 6 de maio de 1994.



Fonte: Decreto-Lei n.º 11/98, de 3 de julho de 1998.

Representantes diplomáticos e consulares de Angola no exterior estiveram reunidos nos dias 10 e 11 de junho de 2002, em Luanda, no encontro metodológico, centrado nos desafios da política externa. A abertura foi feita pelo presidente José Eduardo dos Santos, que abordou os novos desafios políticos. O encontro juntou os diretores e chefes de departamento das Relações Exteriores, 49 embaixadores e 13 cônsules de Angola no estrangeiro⁵³¹.

Foi pedido aos diplomatas desenvolvimento de ação para solucionar os conflitos em África, nomeadamente nos países que fazem fronteira com Angola, de modo a não criarem instabilidade na política interna, apoiando a solução dos conflitos na República do Congo-Brazzaville, na RDC (ex-Zaire) e na região dos Grandes Lagos, enquanto era privilegiada a posição geográfica no corredor que liga a África Central à África Austral.

Aos diplomatas angolanos foi pedida formação académica adequada, qualidades morais, éticas e patrióticas, de modo a promoverem e defenderem os interesses do Estado, assim como a imagem do país junto da comunidade internacional. Relativamente ao Instituto das Relações Internacionais, dependente do Ministério das Relações Exteriores, foi criado em 2000 para ministrar cursos de formação no âmbito de política internacional, tendo sido transformado em Academia Diplomática em 2010.

De facto, os primeiros licenciados em Relações Internacionais foram formados em 2008. Naquele ano, foi também publicado o *Prontuário diplomático angolano: direito diplomático e prática diplomática*⁵³², que trata de conceitos de negociação diplomática, diplomacia, formulários de correspondência e documentação diplomática. O objetivo da publicação foi dotar os diplomatas de elementos para que possam desempenhar cabalmente a sua missão no exterior.

Em 2010, foi apresentado o Estatuto do Diplomata, tendo em conta a reestruturação do Ministério das Relações Exteriores. Foram também aprovados o “Projeto de estatuto do diplomata”; as “Linhas mestras sobre política externa”; o “Relatório sobre políticas e estratégias de quadros”; o “Regulamento sobre a gestão financeira das missões diplomáticas e postos consulares” e a “Fundamentação da avaliação e desempenho”⁵³³. Entretanto, foi recomendada a discussão de um plano de reforma para os diplomatas com mais de 60 anos de idade, de homenagem para os que

⁵³¹ *Notícias de Angola – Boletim Informativo da Embaixada da República de Angola*, janeiro/junho de 2002, p. 3.

⁵³² Joaquim Dias Marques de Oliveira, *Prontuário diplomático angolano: direito diplomático e prática diplomática*. Luanda: Ed. Cefolex, 2008, pp. 167-363.

⁵³³ *Novo Jornal*, 11 de fevereiro de 2011, pp. 2-5.

prestaram serviços relevantes na diplomacia, promoção da imagem externa junto da comunidade internacional, assim como ações político-diplomáticas no âmbito das organizações regionais africanas. O objetivo destas medidas foi dotar os diplomatas de condições condignas e compatíveis com a função de defender a soberania do Estado⁵³⁴.

Por fim, a Constituição de Angola⁵³⁵, aprovada em 2010 pelos deputados eleitos nas eleições parlamentares realizadas em 5 e 6 de setembro de 2008, consagra o caráter unitário do Estado, a democracia pluralista e representativa das instituições do poder, a organização do poder autárquico; estabelece os fundamentos da política externa do Estado⁵³⁶ e a prática internacional na ordem interna⁵³⁷. A Constituição de 2010 reforçou os poderes presidenciais, cabendo-lhe: a definição da política externa; representar o Estado; assinar e ratificar os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais; nomear e exonerar os embaixadores; designar os enviados extraordinários e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros (artigo 121.º).

5.1 Novos e antigos aliados

Angola e a África do Sul estabeleceram relações diplomáticas formais em maio de 1994, com a abertura de embaixadas. No mês de setembro daquele ano, Alexandre Rodrigues Kito foi nomeado embaixador de Angola na África do Sul, tendo apresentado as cartas credenciais em novembro de 1994 ao presidente Nelson Mandela. Venâncio de Moura, ministro das Relações Exteriores, e o seu homólogo sul-africano, Alfred Nzo, assinaram em Luanda um protocolo de cooperação económica.

Relativamente às relações entre Angola e África do Sul durante a presidência de Nelson Mandela (1994-1998), pode afirmar-se que foram excelentes, ao contrário do

⁵³⁴ *Jornal de Angola online*, 9 de agosto de 2010. [Consultado no dia 22 de dezembro de 2010.]

⁵³⁵ Aprovada pela Assembleia Constituinte, a 21 de janeiro de 2010, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional, de 30 de janeiro, aprovado a 3 de fevereiro de 2010. *Constituição da República de Angola de 2010*. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

⁵³⁶ Ponto 1 do artigo 12.º: “a) Respeito pela soberania e independência nacional; b) Igualdade entre os Estados; c) Direito dos povos à autodeterminação e à independência; d) Solução pacífica dos conflitos; e) Respeito dos direitos humanos; f) Não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; g) Reciprocidade de vantagens; h) Repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção e tráfico de seres humanos; i) Cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade.”

⁵³⁷ Artigo 13.º: “1. O Direito internacional geral ou comum, recebido nos termos da presente Constituição, faz parte integrante da ordem jurídica angolana. 2. Os tratados e acordos internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica angolana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado angolano.”

que aconteceu no mandato de Thabo Mbeki (1999-2008), devido ao conflito de interesses que envolveu as crises políticas na RDC e no Zimbabué.

Angola e África do Sul assinaram, em novembro de 2007, em Luanda, dois acordos de cooperação nos domínios do petróleo e do turismo e uma declaração de intenções sobre isenção de vistos em passaportes normais angolanos e sul-africanos. Os três instrumentos jurídicos foram assinados no final da visita a Luanda da ministra sul-africana dos Negócios Estrangeiros, Nkosazana Dlamini Zuma. Com a eleição do novo presidente da África do Sul, Jacob Zuma, em 2009, as relações entre os dois países normalizaram, após a visita do presidente sul-africano a Angola. Por seu turno, o presidente angolano esteve em Pretória, em março de 2009, na tomada de posse de Jacob Zuma.

Em agosto de 2009, o presidente sul-africano visitou Luanda para consolidar as relações entre os dois países, tendo celebrado acordos de cooperação sobre consultas diplomáticas. Os dois Estados convergiram na política externa em relação ao processo de integração regional, comércio e a resolução de conflitos.

O facto de a África do Sul organizar a Taça do Mundo de Futebol, em 2010, a primeira realizada no continente africano, deu-lhe maior visibilidade a nível internacional. O presidente José Eduardo dos Santos, à margem da abertura do campeonato mundial de futebol, participou num encontro tripartido entre a África do Sul, Angola e Congo-Brazzaville. Em julho de 2010, os chefes de Estado de Angola, de Moçambique e da África do Sul reuniram-se em Pretória, à porta fechada, para analisarem a cooperação regional no âmbito da SADC. O chefe de Estado sul-africano deu conta dos assuntos tratados na reunião do G-20, que teve lugar em Toronto, Canadá, tendo sido o único presidente da África Austral presente. Na visita oficial à África do Sul, o presidente angolano foi condecorado no dia 14 de novembro de 2010 com a Ordem Oliver Tambo, considerada a mais alta distinção sul-africana. A visita permitiu analisar também a cooperação bilateral.

No mês de maio de 1993 (quatro meses após a tomada de posse da Administração Clinton), os EUA reconhecem oficialmente a República de Angola e tem início a normalização das relações entre os dois países, as relações políticas e a intensificação da cooperação⁵³⁸.

⁵³⁸ José Patrício, *Angola – EUA. Os caminhos do bom senso*. Lisboa: Dom Quixote, 1998, pp. 13-31; Assis Malaquias, “Angola’s external outlook: pragmatism and dissonance”, in Manuela Franco (coord.),

No encontro que o presidente angolano manteve com a Câmara de Comércio Angola-Estados Unidos, no dia 26 de fevereiro de 2002, falou da política interna angolana e do facto de a cooperação com os Estados Unidos abranger também outras companhias, como a Coca-Cola e outras envolvidas em setores da agricultura, pesca, manufatura e serviços financeiros.

Assunção dos Anjos, ministro das Relações Exteriores de Angola, e a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, assinaram, em julho de 2010, em Washington, um memorando de entendimento que estabelece a comissão bilateral entre os dois países. A cerimónia da assinatura teve lugar no Departamento de Estado norte-americano, com a presença da delegação angolana, representada pela embaixadora angolana nos Estados Unidos, Josefina Pitra Diakite, pelo embaixador junto da Nações Unidas, Ismael Martins, e os cônsules-gerais em Nova Iorque, Júlia Machado, e em Houston, Simão Pedro. A delegação norte-americana era formada pelo assistente da secretária de Estado para os Assuntos Africanos, Johnnie Carson, e pelo embaixador cessante em Angola, Dan Mozena.

Foi restabelecida a cooperação militar oficial com a Federação Russa, em 1996, quando o Governo russo aprovou o acordo assinado entre os Ministérios da Defesa da República de Angola e da Federação Russa, que previa o treino de militares angolanos na Rússia e o envio de especialistas russos para aquele país africano. Viktor Possuvaliuk, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros russo e enviado especial do primeiro presidente eleito da Federação Russa, Boris Ieltsin, em agosto de 1996, conversou com o seu homólogo angolano, que visitou Moscovo em junho de 1998. De visita à Federação Russa, num jantar oficial com Boris Ieltsin no dia 22 de junho de 1998, em Moscovo, o presidente angolano afirmou:

A UE e África: em busca de parceria estratégica. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais e Fundação Luso-Americana, 2009, pp. 37-53.

A nossa aliança do passado ganha hoje maior expressão no empenho de ambos os países na luta pela paz mundial e pelo predomínio do diálogo e da cooperação sobre o uso da força ou a confrontação bélica. Neste particular tenho a enaltecer o papel decisivo que a Federação Russa tem desempenhado ao nível da “troica” dos Países Observadores de Paz em Angola. (...) Aproveito esta ocasião para agradecer formalmente ao Presidente e ao Governo russo pela postura coerente e combativa com que tem defendido no Conselho de Segurança da ONU e noutras tribunas internacionais o Governo legítimo de Angola e as suas instituições democráticas. (...) Temos esperança de que, seja qual for o desfecho no atual impasse, poderemos continuar a contar com o indefetível apoio da Federação Russa, de modo a consolidarmos não só o nosso processo de transformações internas, mas a podermos também contribuir para a estabilidade e desenvolvimento das regiões Central e Austral de África.⁵³⁹

A reaproximação teve como objetivo atrair investimentos russos para a reconstrução de Angola. Dimitri Medvedev, presidente russo desde 2008, visitou Luanda em junho de 2009, para reacender as relações entre os dois países, tendo sido assinados acordos de cooperação económica, técnica, científica e comercial para 2009-2013.

Angola assinou com Cuba vários acordos especiais para: formação de professores de educação física e formação em artes plásticas, dança, teatro, música; intercâmbio nas áreas de investigação histórica, musical e folclórica; assessoria e formação de professores; intercâmbio de publicações e outro material científico para a docência no ensino superior; subscreveu acordos especiais para a cooperação na área da educação, permitindo, assim, o envio de jovens estudantes para Cuba. Foi assinado também um acordo de cooperação para o envio de professores cubanos para apoio à docência em programas de pós-graduação e em projetos de investigação de interesse comum⁵⁴⁰.

Com Deng Xiaoping, em 1978, teve início a abertura progressiva da China ao exterior, intensificada por Jiang Zemin, secretário-geral do Partido em 1992. Este foi posteriormente substituído por Hu Jintao, secretário-geral do Partido em 2002, que intensificou o investimento direto estrangeiro, passando, assim, a China de uma posição desinteressada e fechada a um crescente interesse, envolvimento e dependência, recorrendo, cada vez mais, à diplomacia multilateral, participando em organizações regionais; privilegiando o processo de consulta entre os vários atores de determinado espaço geopolítico. De facto, a China transformou-se num mercado importante a nível

⁵³⁹ José Mena Abrantes (org.), vol. II., *op. cit.*, pp. 369-370.

⁵⁴⁰ Protocolo da IX Sessão da Comissão Mista Intergovernamental Angolana/Cubana para a Cooperação Económica e Científica Técnica, de 19 de setembro de 1997.

industrial, apesar de o seu modelo de desenvolvimento ser alvo de críticas no mundo ocidental por não respeitar os direitos humanos.

Entretanto, a conferência de cooperação entre a China e os países-membros da CPLP, em novembro de 2010, em Macau, fez um balanço do plano de ação apresentado em 2006, que abrangia cooperação no comércio, construção de infraestruturas, indústria, agricultura, pescas, recursos humanos e naturais. O único país lusófono que não esteve presente foi S. Tomé e Príncipe, que mantém relações diplomáticas com Taiwan, ilha de Pequim considerada uma província da China e não soberana politicamente. Angola esteve representada pelo ministro da Economia, Abraão Gourgel, pelo vice-ministro do Comércio e por funcionários do Ministérios das Relações Exteriores e do Ministério da Economia.

O objetivo da conferência foi reforçar a cooperação bilateral e multilateral entre a China e os países lusófonos, constituindo parcerias entre empresários. O comércio entre a China e os países lusófonos, em 2010, aumentou 57%, totalizando 68,2 mil milhões de dólares (49,8 mil milhões de euros), enquanto, em 2003, contabilizava apenas 10 mil milhões de dólares (7,3 mil milhões de euros). Portanto, a China comprometeu-se a aumentar o comércio com os países lusófonos para 100 mil milhões de dólares (73,04 mil milhões de euros) até 2013⁵⁴¹.

O presidente angolano visitou o Japão em janeiro de 2001, com o objetivo de estreitar relações de cooperação económica e de intercâmbio comercial. Angola assinou com o Japão, nove anos depois, no mês de agosto, vários acordos de cooperação nos setores do comércio e investimento (público e privado). O primeiro projeto integrado no empréstimo em ienes está avaliado em 50 milhões de dólares; no segundo e noutro empréstimo a seguir, o custo do projeto pode aproximar-se dos 100 milhões de dólares⁵⁴².

5.2 Visita do Papa e relações diplomáticas com a Santa Sé

As questões relacionadas, por exemplo, com a devolução dos bens imóveis confiscados à Igreja pelo Estado, em 1975, o estatuto da Igreja e seu acesso aos meios de comunicação e a devolução da Rádio Eclésia estavam a dificultar o estabelecimento de relações com o Vaticano. Entretanto, a partir do momento da abertura política, a situação alterou-se: alguns bens imóveis das instituições religiosas, que tinham sido

⁵⁴¹ *Jornal de Angola online*, 15 de novembro de 2010. [Consultado no dia 16 de novembro de 2010.]

⁵⁴² *Jornal de Angola online*, 30 de agosto de 2010. [Consultado no dia 31 de agosto de 2010.]

nacionalizados, foram devolvidos a partir da década de 90. Em entrevista à RTP, em Luanda, no dia 8 de janeiro de 1991, o presidente José Eduardo dos Santos afirmou:

Eu penso que a Igreja está a favor da paz. Poderá haver divergências nas vias que deveremos seguir para alcançar essa paz. Mas as divergências são naturais, uma vez que nem todas as pessoas têm as mesmas ideias e opiniões. É através da discussão e do diálogo que se ultrapassam essas divergências. Nós temos mantido um diálogo permanente com a Igreja, a católica e as outras. Não diria que a Igreja está a colaborar com o Presidente da República, mas está a apoiar os esforços da Nação angolana na busca da paz.⁵⁴³

Em entrevista concedida a jornalistas angolanos e estrangeiros, em Luanda, no dia 28 de maio de 1991, o presidente informou que o Papa tinha aceitado o convite efetuado pelas autoridades políticas angolanas, em 1990, para visitar o país.

João Paulo II visitou Angola, entre os dias 4 a 10 de junho de 1992, para concluir a celebração dos 500 anos de Evangelização (1491-1991) naquele país africano lusófono. A visita foi acompanhada por jornalistas da rádio, televisão e imprensa escrita. O Papa foi recebido por um banho de multidão com danças e cânticos. Estavam credenciadas para a visita várias agências noticiosas, estações de televisão, emissoras de rádio, jornais diários, revistas e semanários estrangeiros, com destaque para jornalistas angolanos, enviados estrangeiros e mais de uma dezena de jornalistas portugueses.

No dia 3 de junho de 1992, o Papa chegou a Luanda, cidade outrora fundada com o nome de S. Paulo de Luanda por Paulo Dias de Novais. O presidente angolano, no seu discurso de boas-vindas, destacou as relações entre o Estado e a Igreja. O Papa celebrou missa em Luanda, no dia 7 de junho, na zona da praia do Bispo, diante do monumento projetado para mausoléu do primeiro presidente de Angola.

No dia 5 de junho, o Papa celebrou missa na cidade do Huambo, fundada em 1912 e que, em 1928, passou a chamar-se Nova Lisboa, voltando ao seu nome original com a independência de Angola em 1975. Durante a homilia, o Papa falou da justiça, da paz e dos direitos humanos para os católicos do Bié, do Luena e de Menongue, que também estiveram presentes naquela cidade angolana. No Lubango, cidade fundada em 1885 por madeirenses com o nome de Sá da Bandeira e que, com a independência, assumiu o nome de um soba local, Lubango, o Papa celebrou missa e pregou sobre a família.

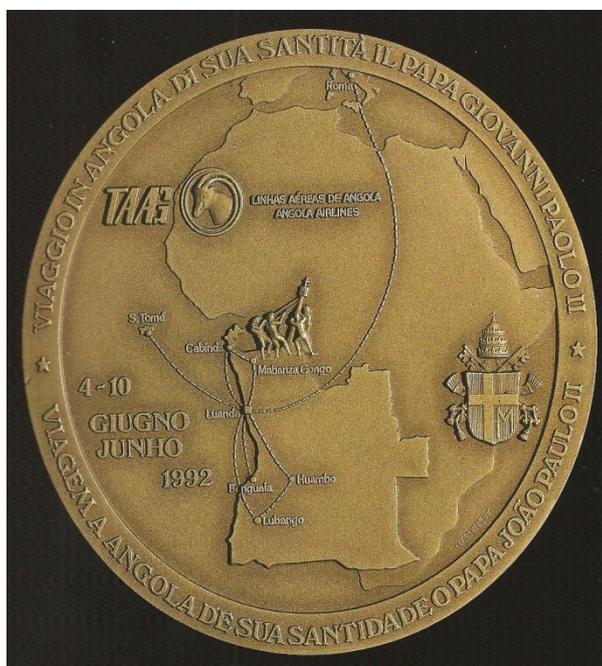
Em Cabinda, cidade com ricos jazigos de petróleo que foi anexada a Angola em 1956, durante o Estado Novo, o Papa celebrou missa e, durante a homilia, destacou os

⁵⁴³ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 275.

direitos e deveres dos trabalhadores, fazendo também um apelo à paz e ao diálogo. Em Mbanza Congo (diocese criada pelo Papa João Paulo II em 1984, sendo seu primeiro bispo o capuchinho Afonso Nteka) – com ligação ao antigo reino do Congo, que se tornou diocese em 1596 (instituída pelo Papa Clemente VIII com a Bula *Super specula militantis Ecclesiae*) – inicialmente designada de S. Salvador do Congo mas que com a independência retomou o seu nome original, o Papa também celebrou missa e durante a homilia falou da evangelização. Na cidade de Benguela, fundada em 1617 por Manuel Cerveira Pereira, o Papa dirigiu-se aos sacerdotes e aos catequistas, destacando a sua coragem ao longo da guerra civil.

Durante os dias em que o Papa visitou Angola, a vida pública quase parou. Os líderes políticos angolanos foram ao Palácio Presidencial saudar o Papa, que teve também um encontro com a juventude no Pavilhão da Cidadela Desportiva, em Luanda. Na despedida, o presidente José Eduardo dos Santos anunciou a introdução da disciplina de Moral no ensino, o estreitamento de relações diplomáticas entre Angola e o Vaticano. As relações da Igreja começam a ser de parceria e cooperação, apesar de o Estado angolano não ter atribuído nenhuma função à Igreja Católica na pacificação de Angola.

Ilustração 2 - Medalha que assinala os locais visitados pelo Papa João Paulo II, em junho de 1992



Fonte: Rodolfo Saltarin, *Angola*. Luanda: Cúria Vice-Provincial dos Capuchinhos, 1998, p. 98.

O primeiro embaixador de Angola junto da Santa Sé, o embaixador José Domingos Quiosa, membro do MPLA na década de 60, que, após o seu regresso a Angola, em 1991, integrou o Conselho da República, órgão de consulta do chefe de Estado, entregou as cartas credenciais em fevereiro de 1998 (o discurso do embaixador está reproduzido na p. 237).

O diplomata Armindo do Espírito Santo foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário no Vaticano em 2001, tendo apresentado as suas cartas credenciais em abril de 2002. Angola, através de uma comissão do Ministério das Relações Exteriores está a negociar com uma comissão eclesial, coordenada pelo Nuncio Apostólico em Angola, a celebração de um acordo para regular as relações entre a Igreja e o Estado.

Dezassete anos depois da visita do Papa João Paulo II, nos dias 20 a 23 de março de 2009, o Papa Bento XVI (cardeal Ratzinger) visitou apenas Luanda, cidade onde foi recebido ao som de “Papa amigo, Angola está contigo!”. Na homilia do dia 21 de março, na Igreja de S. Paulo, abordou a questão da feitiçaria, que deve ser erradicada por perturbar a paz.

5.3 Países lusófonos

Os representantes políticos dos países afro-lusófonos, também designados PALOP, mostraram alguma desconfiança, inicialmente, relativamente à institucionalização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), devido aos ideais pan-africanistas e da negritude⁵⁴⁴, concepções que defendem a reabilitação das culturas tradicionais africanas em oposição à cultura do ex-colonizador.

Entretanto, um dos obstáculos à institucionalização da CPLP, proposta apresentada pela diplomacia portuguesa em 1983⁵⁴⁵, está relacionado com o facto de Angola e os outros Estados que tinham sido colónias de Portugal, como Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, terem optado pelo marxismo-leninismo, o que conteve o projeto, visto como plano neocolonialista⁵⁴⁶. Mas

⁵⁴⁴ Fernando dos Santos Neves, *Negritude e revolução em Angola*. Paris: Edições “Etc.”, 1974; Eduardo dos Santos, *A negritude e a luta pelas independências na África portuguesa*. Lisboa: Editorial Minerva, 1975.

⁵⁴⁵ Brochura informativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal sobre dados estatísticos de 1997.

⁵⁴⁶ José Filipe Pinto, *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, p. 342.

o desagrado das autoridades políticas da RPA face ao atraso português em reconhecê-la, bem como o apoio manifestado por algumas individualidades portuguesas à UNITA, impediu que a CPLP fosse constituída antes de julho de 1996.

Em setembro de 1991, o presidente José Eduardo dos Santos prometeu apoiar a criação da CPLP⁵⁴⁷. Venâncio de Moura, ministro das Relações Exteriores de Angola, em 1993, manteve contactos com as autoridades políticas em Portugal sobre a criação desta Comunidade. Dois anos depois, os contactos com Portugal foram retomados. Em abril de 1996, o presidente angolano, em entrevista concedida à *Eurobrape, Brasil-Europa Magazine*, em Luanda, afirmou que apoiava “sem reservas a criação da CPLP”⁵⁴⁸, reconhecendo, no entanto, que

a existência de uma tal comunidade mais não é do que a consagração formal de um novo relacionamento entre sete países que estão ligados por laços históricos e culturais seculares. Este novo relacionamento é o corolário das mutações históricas que fizeram emergir novos Estados soberanos no espaço dos povos que falam o português. Numa época de nacionalismos estreitos e fragmentação de Estados, é revelador do nosso excelente entendimento propormo-nos criar um mecanismo supranacional para estreitar ainda mais as relações entre os nossos povos em todos os domínios.⁵⁴⁹

Neste contexto, a formalização da CPLP, pelos chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, veio a acontecer em julho de 1996. Tratou-se de um acontecimento de relevância política importante nas relações de Portugal com o Brasil e as ex-colónias africanas, transformando o espaço linguístico num espaço político, tendo como alicerce laços históricos e sentimentais⁵⁵⁰. O primeiro a ocupar o cargo de secretário executivo da CPLP foi o ex-primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, na década de 90⁵⁵¹.

O presidente José Eduardo dos Santos conversou com o seu homólogo português (1996-2006), Jorge Sampaio, no Palácio de Belém, em 1996, encontro que criou condições para que o primeiro-ministro António Guterres (1995-2002) visitasse Angola, em outubro de 1997, para analisar questões relacionadas com as relações bilaterais, a situação internacional, para celebrar acordos e protocolos, nomeadamente nos domínios

⁵⁴⁷ Aníbal Cavaco Silva, vol. II, *op. cit.*, p. 448.

⁵⁴⁸ José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 394.

⁵⁴⁹ José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 394.

⁵⁵⁰ Adriano Moreira, *Estudos de conjuntura internacional*. Lisboa: D. Quixote, 2000, p. 351; Jorge Sampaio, *Quero dizer-vos*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, pp. 61 e 202.

⁵⁵¹ Fernando Cristóvão (org.), *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, p. 189.

da promoção e proteção recíproca de investimentos, cooperação industrial, educação e formação profissional.

Era também uma oportunidade para examinar a questão das participações cruzadas entre empresas dos dois países, sobretudo a participação da Sociedade Nacional dos Petróleos (Sonangol) no capital social da empresa de petróleo portuguesa – a Petrogal. O Governo português apresentou uma proposta de “Acordo de base para a regularização da dívida de Angola a Portugal”. Por sua vez, o Governo português foi informado sobre a situação do processo de paz, sobre o papel positivo de Portugal na tróica de observadores com vista à implementação do Protocolo de Lusaka. Durante a visita à Companhia de Transmissões do Exército Português, integrada na missão das Nações Unidas em Luanda, em abril de 1997, Jorge Sampaio declarou que o relacionamento com os países africanos lusófonos é “prioridade da política externa portuguesa”⁵⁵².

Na cimeira, realizada na cidade da Praia, em Cabo Verde, em julho de 1998, a projeção da CPLP foi reforçada. Relativamente a Angola, o presidente português, Jorge Sampaio, manifestou inquietação quanto à guerra, exortando os Angolanos a tomarem “o seu destino, permitindo a Angola ocupar o lugar de destaque que lhe cabe no continente africano”⁵⁵³.

No que diz respeito à concertação político-diplomática, o apoio ao setor da Defesa, passou a constar, desde 2002, na alínea b) do artigo 3.º dos Estatutos da CPLP, embora a cooperação naquela área tenha sido iniciada, em 1998, por iniciativa portuguesa, o que permitiu formar em Portugal pessoal da Marinha, do Exército, da Força Aérea e das Forças Armadas de Angola.

A RTP-África resultou da parceria das televisões públicas dos países africanos membros da CPLP. As emissões para a África lusófona tiveram início em janeiro de 1998; no mês de março, a RTP-África passou a transmitir, através da TV Cabo, na área da Grande Lisboa e depois a transmissão foi alargada ao resto do território português. O ministro Jorge Coelho, do PS, foi um dos impulsionadores daquele canal televisivo⁵⁵⁴.

A inauguração solene teve lugar no Centro Cultural de Belém, contando com a presença do primeiro-ministro português, António Guterres, que, na sua mensagem, destacou o facto de a língua portuguesa, considerada por Amílcar Cabral como a melhor

⁵⁵² Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa Moeda, 1999, p. 556.

⁵⁵³ Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, pp. 501-502.

⁵⁵⁴ *Boletim da CPLP*, n.º 4, Ano II, de janeiro de 1998, p. 7.

herança do colonialismo, não ser “propriedade dos Portugueses”⁵⁵⁵. Por outro lado, Jorge Sampaio, chefe de Estado português, na sua mensagem, destacou o contributo das novas tecnologias de telecomunicações e o seu papel na CPLP⁵⁵⁶.

Estiveram presentes na inauguração da sessão representantes dos PALOP. Angola fez-se representar pelo vice-ministro da Comunicação Social, Aurélio João Evangelista, e o primeiro-ministro angolano, França Van Dúnem, participou na sessão via satélite.

5.3.1 Brasil, exemplo de cooperação Sul-Sul

Durante a década de 90, período caracterizado pelo discurso do afro-pessimismo – corrente ideológica e política que considera os países africanos incapazes de resolverem os seus problemas e de se afirmarem como Estados –, o Brasil privilegiou, nessa altura, as relações com o continente africano, nomeadamente com dois países produtores de petróleo, Angola e Nigéria, além da África do Sul.

Em julho de 1993, o chefe de Estado brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, visitou Angola e alguns países do continente africano. Em agosto de 1995, o presidente José Eduardo dos Santos esteve no Brasil, país que também participou num projeto gigantesco em Angola, com a construção da barragem de Capanda. Várias empresas brasileiras, como a Odebrecht, Braspetro e Furnas, estão presentes em Angola. Em agosto de 1998, o chefe de Estado de Angola recebeu o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Iguazu e foi-lhe outorgado o título de Comendador da Universidade do Rio de Janeiro.

A eleição de Inácio Lula da Silva representou a primeira vitória eleitoral de um presidente de esquerda no Brasil, tendo exercido o seu mandato entre 2003 a 2010. O presidente brasileiro desenvolveu uma política externa de aproximação aos países africanos, bem como o fortalecimento das relações com os países sul-americanos. Entre 2003 e 2006, o presidente Lula da Silva visitou os países africanos lusófonos e outros países de África. A política externa levada a cabo durante aquele período aproxima-se da política seguida pelos Governos militares do Brasil na década de 70, que “apresentaram o perfil de buscar novas parcerias estratégicas”⁵⁵⁷.

⁵⁵⁵ *Boletim da CPLP, op. cit.*, p. 6.

⁵⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁵⁵⁷ Rafaella de Lima Santos, *A política externa brasileira dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1995-2006): a nova inserção internacional do Brasil e o eixo Sul-Sul*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2009, p. 70.

Já no século XXI, a viagem do presidente Lula da Silva, em 2007, teve início em Luanda, local onde referiu a Lei n.º 10639, de 9 de janeiro de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da História de África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros. Aquando da visita do presidente angolano ao Brasil, nos dias 23 e 24 de junho de 2010, aquele país anunciou o aumento da linha de crédito para Angola, no valor de 10 biliões de dólares, como noticiou o *Jornal de Angola*, na edição de 25 de junho de 2010.

5.4 União Europeia

Desde a I Cimeira Europa-África, realizada no Cairo em 2000, o continente africano começou a ganhar visibilidade a nível internacional. Três anos depois, surge a ideia da realização da II Cimeira, em Lisboa, mas acabou por ser adiada para o mês de dezembro de 2007. O objetivo da cimeira foi encontrar mecanismos legais para dar continuidade às relações multilaterais entre os dois continentes.

Da II Cimeira saíram dois documentos bastante ambiciosos: a *Estratégia Conjunta* e o *Plano de Ação*, que estabelecem relações “de igual para igual”, isto é, sem paternalismos, firmados por chefes de Estado e de Governo no final da cimeira. O chefe de Estado de Angola, acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores, João Miranda, e pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, foi um dos subscritores dos documentos, baseados em princípios de interdependência, igualdade e respeito, com vista a uma cooperação estratégica para reforçar as relações nos domínios de desenvolvimento, comércio e política.

Entretanto, convém destacar a posição defendida pelo comissário europeu para a Ajuda ao Desenvolvimento, Louis Michel, ao classificar a II Cimeira como o fim da herança da Conferência de Berlim. Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana, Osei-Adjei, afirmou: “Chegou o momento de nos sentarmos em pé de igualdade, em que ninguém é mais alto do que o outro. Todos temos que sair vencedores. Temos de nos basear numa história partilhada, na geografia, no passado, no presente, no futuro e em valores comuns.”⁵⁵⁸

A União Europeia (UE), porém, mantém com Angola um programa de cooperação bilateral. Nas reuniões mantidas com o Governo angolano, foram discutidas

⁵⁵⁸ João Wengorovius Meneses, “Contributos para uma avaliação da II Cimeira União Europeia – África”, *Brotéria*, vol. 166, janeiro de 2008, p. 69.

as eleições, a boa governação, as reformas constitucionais, os direitos humanos, a estratégia de combate à pobreza, a migração, a capacidade administrativa, a reconstrução, a concessão de vistos, a integração regional e o processo de paz nas áreas pós-conflito.

Do ponto de vista político e diplomático, a delegação da UE tem de assegurar a representação junto do Governo de Angola, das missões diplomáticas e dos organismos internacionais, para acompanhar os *dossiers* da competência da Europa. Outra função da delegação é facultar aos órgãos de comunicação social, aos parceiros e aos interessados, informações sobre as realizações da Europa, bem como da sua delegação, cuja atividade se desenvolve em coordenação com os Estados-membros com representação diplomática. Dos atuais 27 Estados-membros, metade estão acreditados em Angola.

Foram intensificadas as relações bilaterais com alguns países da UE. Para além da cooperação na formação de forças de segurança em Angola, a Espanha mantinha relações de cooperação noutras áreas, tais como pescas, energia, transporte, saúde e educação. Foi reforçada a cooperação com a Itália na área dos petróleos, das infraestruturas ferroviárias, portuárias, saneamento básico e proteção costeira. Foram destacadas também outras áreas de cooperação, como o setor da educação, da saúde, agricultura, pescas, obras públicas, geologia e minas.

Foi reforçada a cooperação entre a Polónia e Angola, sobretudo nos domínios da economia, política, educação e cultura. A visita a Varsóvia, em setembro de 2003, foi uma oportunidade para o chefe de Estado de Angola encetar conversações, tendo em vista a reconstrução das infraestruturas destruídas pela guerra e as do aparelho produtivo, designadamente nos domínios da construção civil, transportes marítimos, pescas e derivados. No jantar oficial afirmou:

Estou certo de que a minha visita em muito irá contribuir para reforçarmos os tradicionais laços de amizade que unem os nossos dois países e para lhes darmos uma nova expressão mais consentânea com os tempos atuais, agora que estamos ambos a consolidar paulatinamente regimes de democracia multipartidária e de economia aberta. As profundas mudanças que têm estado a ocorrer na Europa e no mundo não excluem, antes pelo contrário, o resgate do muito que nos uniu no passado e a perspetivação de formas cada vez mais eficazes para desenvolvermos uma cooperação cada vez mais abrangente e mutuamente vantajoso.⁵⁵⁹

⁵⁵⁹ José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 444.

Angola e a Roménia, país que faz fronteira com a Ucrânia, Moldávia, Bulgária, Sérvia e Hungria e que é membro da UE desde 2007, estão ambas empenhadas na rubrica de um acordo geral de cooperação⁵⁶⁰. A Roménia manteve laços com o MPLA durante a luta pela independência política de Angola. Atualmente, as relações bilaterais entre os dois países, devido à conjuntura internacional, estão um pouco aquém dos laços que a Roménia manteve com o movimento de libertação angolano liderado por Agostinho Neto antes de Angola se tornar independente, apesar de ter sido criada a Associação de Amizade Angola-Roménia, que tem desempenhado um papel importante para relançar as relações entre os dois países.

Em julho de 2009, o presidente José Eduardo dos Santos participou na cimeira do G-8, em Áquila, em Itália, facto que deu alguma visibilidade internacional a Angola. A presença do presidente angolano foi aproveitada para apelar para uma Nova Ordem Económica Internacional, para uma maior regulação no mercado internacional, com a inclusão do continente africano no processo de globalização.

Luanda acolheu, em dezembro de 2009, a sessão da Assembleia Paritária entre a União Europeia (UE) e os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), que aprovou resoluções sobre alterações climáticas, negociações dos Acordos de Parceria Económica e a decisão que rejeita a interferência da crise financeira na ajuda aos países em desenvolvimento. Entretanto, a UE pediu transparência e boa governação aos países ACP, que apelaram no sentido de reformas nas instituições internacionais e abertura do mercado europeu aos seus produtos.

5.5 África Austral

A União Africana (UA) adotou, desde a sua criação em Lomé, em 2000, e sobretudo desde a sua efetiva operacionalização, em 2002, uma posição mais ativa face à inoperância da OUA, sua antecessora, classificada “como clube de ditadores”⁵⁶¹, criando estruturas e mecanismos para garantir o sucesso e a gestão dos conflitos regionais. Inspirada nos ideais pan-africanistas, pretende promover a unidade, solidariedade e coesão, bem como a cooperação entre os povos e os Estados africanos. No âmbito da UA, Thabo Mbeki, presidente da África do Sul, com base no pan-africanismo, destacou o projeto do renascimento africano, conceito introduzido em

⁵⁶⁰ *Jornal de Angola online*, 1 de dezembro de 2010. [Consultado no dia 3 de dezembro de 2010.]

⁵⁶¹ *Além-Mar*, maio de 2012, p. 26.

2001 na apresentação do programa de renascimento da África para o milénio, no Fórum Económico em Davos.

Na conferência ministerial da Comissão Económica das Nações Unidas para África, em maio de 2001, a África do Sul apresentou a “Parceria do milénio para o programa de renovação de África”; na mesma altura, o presidente senegalês, Abdoulaye Wade, expôs o Plano Ómega para África e a Comissão Económica das Nações Unidas para África deu a conhecer o seu programa para o “levantamento” de África. Em julho de 2001, na reunião de Lusaka, foi adotada a Nova Parceria para o desenvolvimento africano, com o compromisso de os Governos do continente tomarem medidas adequadas para a promoção do crescimento e desenvolvimento sustentável.

A primeira reunião da UA, criada para assegurar o direito dos africanos à modernidade e ao progresso, teve lugar em Durban, África do Sul, em julho de 2002. O chefe de Estado angolano lembrou os objetivos que estiveram na base da criação da OUA, designadamente o conhecimento recíproco, unidade e cooperação; apelou aos Estados-membros para apoiarem a candidatura angolana ao lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁵⁶².

Na reunião em Maputo, no mês de julho de 2003, o chefe de Estado angolano destacou os objetivos da UA em prol da paz, da estabilidade e do desenvolvimento e a criação do Conselho de Paz para dar continuidade ao órgão central do mecanismo para a prevenção, gestão e resolução de conflitos; abordou a questão dos refugiados, o fim dos conflitos armados e a pandemia do VIH/sida, assunto igualmente tratado na cimeira de Maseru, no Lesoto; dirigiu também um apelo para se ultrapassarem divergências e contradições, tendo em vista o desenvolvimento africano⁵⁶³.

A presidência da SADC, assumida por Angola, em 2002, foi vista como uma forma de desenvolver ações político-diplomáticas e reforçar a sua participação nas organizações regionais e internacionais⁵⁶⁴. Neste contexto, o diplomata Assunção dos Anjos, numa entrevista concedida em julho de 2003, quando era embaixador de Angola em Portugal, afirmou que o seu país tem autonomia suficiente para a escolha dos espaços e alianças, sejam elas de carácter económico, linguístico ou político⁵⁶⁵.

⁵⁶² José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 389.

⁵⁶³ José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, p. 391.

⁵⁶⁴ Abertura da reunião metodológica do MIREX, em Luanda, no dia 10 de junho de 2002. José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, pp. 131-133.

⁵⁶⁵ José Filipe Pinto, *op. cit.*, 2005, pp. 486-487.

Angola assumiu a presidência numa altura em que o objetivo da SADC passou a ser a erradicação da pobreza, do VIH/sida, bem como a globalização da economia e do conhecimento. No que diz respeito à política económica da África Austral, Angola aposta sobretudo na segurança, tendo apresentado a proposta de elaboração de um “pacto de não-agressão” entre os Estados-membros, pretendendo colocar quadros angolanos no secretariado da SADC e não admitindo a transferência da coordenação do setor da Energia para outro Estado-membro. No entanto, o Estado angolano não tem técnicos suficientes para acompanhamento de projetos económicos e que permitam tirar melhor aproveitamento dos financiamentos disponibilizados pelos parceiros para o desenvolvimento.

Apesar do que acima foi referido, Leonardo Simão, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, considerou, em agosto de 2003, em Dar-es-Salam, que Angola tem autoridade política na África Austral⁵⁶⁶. Por outro lado, José Maria Neves, primeiro-ministro de Cabo Verde, eleito em 2001, em declarações proferidas no Aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda, no dia 31 de agosto de 2010, realçou o contributo de Angola nas instituições internacionais⁵⁶⁷.

O diplomata moçambicano e secretário executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, numa palestra sobre “Integração Económica Regional” para comemorar o 30.º aniversário daquela organização regional africana, no dia 17 de agosto de 2010, em Luanda, afirmou que a união monetária e a adoção de uma moeda comum são aspetos importantes para tornar cada vez mais forte a SADC; relativamente à união aduaneira, destacou a sua importância para o mercado comum, de modo a permitir a livre circulação de pessoas, tal como uma política comercial única; fez também referência à necessidade da assinatura dos Acordos de Comércio Preferencial, para permitir o acesso dos mercados aos países envolvidos, tal como a criação de uma zona de comércio livre, para eliminar barreiras tarifárias e impor regras comuns.

5.6 Conselho de Segurança das Nações Unidas

Em junho de 2002, Angola anunciou que ia apresentar a sua candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período de 2003 a 2004, invocando a participação na solução dos conflitos armados no Congo-Brazzaville, na RDC (ex-Zaire) e nos Grandes Lagos africanos.

⁵⁶⁶ *Jornal de Angola*, 24 de setembro de 2003, p. 4.

⁵⁶⁷ *Jornal de Angola online*, 19 de setembro de 2010. [Consultado no dia 20 de setembro de 2010.]

A candidatura angolana contou com o apoio da embaixada de Angola em Adis Abeba, sede da UA, das embaixadas da Argélia, da Etiópia e do MIREX. Este último, em colaboração com o representante permanente de Angola nas Nações Unidas, o embaixador Ismael Martins, levou a cabo contactos bilaterais até à data da votação na Assembleia-Geral, que contou com a presença do ministro do MIREX, João Miranda, em setembro de 2002, tendo a candidatura angolana obtido 181 votos.

O mandato de Angola no Conselho de Segurança durou 24 meses, período em que foi dada relevância às questões africanas (particularmente a situação na Guiné-Bissau, na Costa do Marfim, na RDC, na Libéria, na Somália e a na região da África Central), nomeadamente a questão das minas nas operações de manutenção de paz no Sudão, na Somália, na Guiné-Bissau, tendo contribuído para a prevenção de conflitos no continente africano. A diplomacia angolana deu atenção também às questões relacionadas com o Afeganistão, Médio Oriente, Iraque, Chipre, Kosovo e Geórgia. Todavia, durante a presidência angolana no Conselho de Segurança, foi adotada a Resolução 1516, que condenou os atentados ocorridos em Istambul, na Turquia, a 15 e 20 de novembro de 2003; foi criado o Comité de Sanções que identificou individualidades e entidades iraquianas em maio de 2003, na altura da adoção da Resolução 1483, que levantou interdições sobre o Iraque.

Quadro 3 - Diplomacia angolana no Conselho de Segurança da ONU (2003-2004)

Resolução	País	Observação
1464 de 30 de janeiro de 2003	Costa do Marfim	Implementação do Acordo de Paz
1572 de 15 de novembro de 2004	Costa do Marfim	Embargo sobre armas e ameaça de tomada de outras sanções.
1556 de 30 de julho de 2004	Darfur (Sudão)	Condenação da violência contra civis, endosso do desdobramento da Força da União Africana.
1564 de 18 de setembro de 2004	Darfur (Sudão)	Desarmamento de milícias e assistência humanitária.
1507 de 12 de setembro de 2003	Etiópia	Prorrogação do mandato da ONU.
1560 de 14 de setembro de 2004	Etiópia	Prorrogação do mandato da ONU.
1580 de 22 de dezembro de 2004	Guiné-Bissau	Prorrogação do mandato da ONU.
1458 de 28 de janeiro de 2003	Libéria	Aprovação de sanções.
1549 de 17 de junho de 2004	Libéria	Supervisão das sanções.
1579 de 21 de dezembro de 2004	Libéria	Recondução das sanções.
1457 de 24 de janeiro de 2003	RDC	Exploração ilícita dos recursos naturais.
1552 de 27 de julho de 2004	RDC	Embargo de armas.
1477 de 29 de abril de 2003	Ruanda	Nomeação <i>ad litem</i> dos juízos do Tribunal Internacional.
1482 de 19 de maio de 2003	Ruanda	Prorrogação do mandato dos quatro juízos do Tribunal Internacional.
1505 de 4 de setembro de 2003	Ruanda	Nomeação de um procurador.
1512 de 27 de outubro de 2003	Ruanda	Emenda ao Tribunal Internacional.
1470 de 28 de março de 2003	Serra Leoa	Mandato da missão da ONU.
1537 de 30 de março de 2004	Serra Leoa	Prorrogação do mandato da ONU.
1519 de 24 de novembro de 2003	Somália	Investigação sobre as violações do embargo sobre as armas.

Fonte: José Paulino Cunha da Silva, Teté António, Isabel de Jesus da Costa Godinho, *Angola no Conselho de Segurança da ONU: experiência e contribuição prática na resolução dos conflitos em África (2003-2004)*. Luanda: Imprensa Nacional, 2006.

A presença de diplomatas angolanos no Conselho de Segurança permitiu aperfeiçoar os mecanismos de funcionamento diplomático do MIREX; lidar com a questão de massacres de civis por grupos armados na RDC; trabalhar o *dossier* da Libéria, país que viveu uma das maiores crises durante o mandato de Angola. Neste contexto, Angola defendeu o acompanhamento, pelo Conselho de Segurança, da mudança na Libéria e a concentração de esforços na capacitação dos Liberianos para explorarem os seus recursos naturais. Os diplomatas angolanos lidaram também com o conflito entre a Etiópia e a Eritreia, considerado o mais estagnante e delicado durante o mandato de Angola no Conselho de Segurança.

A intervenção dos diplomatas angolanos inscreveu-se na lógica de que África não pode fechar os olhos perante situações de carácter humanitário e de violação dos direitos humanos. Apesar de a diplomacia concordar com a necessidade de pressionar as partes envolvidas nos conflitos, defendeu maior coordenação entre o Conselho de Segurança e a UA, responsável *in loco* por velar pelo cumprimento dos compromissos assinados. A diplomacia angolana sustentou uma posição para colocar em evidência a liderança da UA, a necessidade do aumento do número de efetivos da sua força, da assistência da comunidade internacional à mesma; apoiou a implementação de um Acordo Global de Paz com uma estratégia integrada conjunta das agências especializadas e dos programas das Nações Unidas.

Os diplomatas angolanos empenharam-se também nas iniciativas referentes ao reforço da capacidade da missão das Nações Unidas na RDC, impondo o embargo às armas e o combate contra a violação dos direitos humanos, patrocinando a assistência à força da UA. Apoiaram a condenação do FNL/Rwasa, movimento subversivo, junto do Grupo *ad hoc* do Conselho Económico e Social das Nações Unidas sobre o Burundi, envidando esforços para que o país fosse assistido economicamente.

Outro aspeto a ter em conta é que a Conferência dos Grandes Lagos venceu as barreiras do Conselho de Segurança graças à diplomacia angolana, que inscreveu o tema na agenda da sua presidência do Conselho de Segurança, em novembro de 2003, chamando a atenção da comunidade internacional. Deve-se também aos diplomatas angolanos a proposta de extensão da experiência da Guiné-Bissau à República Centro-Africana no que diz respeito à cooperação entre o Conselho Económico e Social das Nações Unidas. A República Centro-Africana beneficiou da experiência da

diplomacia preventiva das Nações Unidas com o desdobramento da missão que se destinava a evitar a deterioração da situação, tendo sido bem-sucedida.

A posição francesa no que se refere à participação dos outros países da região foi idêntica à de Angola, o que permitiu concluir do interesse da participação na conferência dos países interessados, em particular os países vizinhos da RDC e do Burundi⁵⁶⁸.

Alves Primo, secretário-geral do MIREX, chefiou a delegação angolana que participou nos preparativos da cimeira sobre os Grandes Lagos, realizada no Uganda de 8 a 10 de novembro de 2004. A delegação angolana, composta também por representantes do Comité Intereclesial para a Paz (COIEPA), participou na Conferência de Dar-es-Salam como membro de pleno direito, tal como o Burundi, Congo-Brazzaville, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

Durante a negociação das resoluções e declarações relativas à questão da RDC, preocupação principal da delegação angolana no Conselho de Segurança, as posições defendidas pelos seus diplomatas identificavam-se com as da França, que elaborou a maior parte dos textos de projetos de resolução sobre aquele país africano no que diz respeito ao embargo de armas e à exploração ilícita dos recursos naturais.

O diplomata angolano Ismael Martins fez parte da missão conjunta na Guiné-Bissau, a convite do presidente dos grupos *ad hoc* do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em novembro de 2003, altura em que teve lugar a sessão pública do Conselho de Segurança sobre aquele país lusófono, contando com a presença e participação do presidente guineense Henrique Pereira Rosa. A sessão do Conselho de Segurança foi presidida por João Miranda, ministro das Relações Exteriores de Angola.

Entretanto, o *dossier* guineense mereceu maior atenção por parte da diplomacia angolana, que analisou o relatório em junho de 2003, conseguindo a transferência da coordenação do *dossier* das mãos da delegação francesa, graças às iniciativas tomadas na qualidade de presidente do Grupo de Trabalho *ad hoc* do Conselho de Segurança para a Prevenção e Resolução dos Conflitos em África. Com a entrada do Brasil no Conselho de Segurança, em 2004, Angola ganhou um parceiro, que tomou as responsabilidades do *dossier* guineense.

⁵⁶⁸ José Paulino Cunha da Silva, Teté António, Isabel de Jesus da Costa Godinho, *op. cit.*, p. 171.

O MIREX fez a entrega de cerca de 500 000 dólares americanos⁵⁶⁹ ao Governo guineense, lamentou o golpe ocorrido na Guiné-Bissau em 2003, apelou para o retorno à normalidade política e institucional pela via do diálogo, de forma a permitir a realização de eleições, segundo comunicado distribuído no dia 14 de setembro de 2003. As autoridades políticas angolanas prometeram apoiar a preparação das eleições guineenses, compromisso que foi transmitido à ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Fatumana Baldé, no encontro que teve com o chefe de Estado angolano.

Paralelamente, o ministro dos Negócios Estrangeiros de S. Tomé e Príncipe, Mateus Meira Rita, durante a sua visita a Luanda, no mês de setembro de 2003, condenou o golpe de Estado na Guiné-Bissau que derrubou o chefe de Estado guineense Kumba Yalá⁵⁷⁰.

5.7 Petróleo e política

O Golfo da Guiné é uma região importante, tal como o Médio Oriente, em vista do redobrado e revitalizado interesse pelo petróleo do continente africano, no âmbito da nova configuração geopolítica do petróleo. Porém, a instabilidade vivida no Golfo Pérsico deu maior importância a países como Angola, Guiné Equatorial, Nigéria e S. Tomé e Príncipe, designados por “Quarteto Estratégico”.

A descoberta de petróleo em águas profundas, desde a década de 90, aumentou o nível de produção de petróleo: cerca de um milhão de barris/dia⁵⁷¹. Ao visitar os Estados Unidos, o presidente José Eduardo dos Santos discursou no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington, no dia 8 de dezembro de 1995, onde lembrou o facto de as empresas norte-americanas estarem envolvidas na exploração do setor petrolífero, bem como o reconhecimento da República de Angola pelo presidente Bill Clinton. Na visita efetuada à Câmara de Comércio Estados Unidos–Angola, o presidente angolano reafirmou o facto de o seu país querer cooperar e aproveitar o melhor possível.

O presidente angolano foi recebido pelo presidente Clinton com honras de Estado. Do encontro, resultou um memorando de entendimento para o início de negociações com vista à assinatura de um tratado de assistência económica e técnica. Sete anos

⁵⁶⁹ José Paulino Cunha da Silva, Teté António, Isabel de Jesus da Costa Godinho, *op. cit.*, p. 130.

⁵⁷⁰ *Jornal de Angola*, 16 de setembro de 2003, p. 3.

⁵⁷¹ José Mena Abrantes (org.), *Angola em paz: novos desafios*. Luanda: Edições Maianga, 2005, p. 162.

depois, os Estados Unidos envolveram-se na ajuda para formar equipas de manutenção de paz, para erigir “instituições democráticas independentes, como um sistema judicial apto a fazer respeitar os direitos humanos”⁵⁷².

A aposta de Angola no gás natural, uma alternativa ao petróleo⁵⁷³, levou a que fosse realizado um investimento neste setor em 1997. No projeto participam a Sonangol, a Chevron e outros parceiros minoritários, como a Exxon Mobil, a Total e a BP. Porém, os Estados Unidos e Portugal manifestaram interesse no gás natural, um subproduto da indústria petrolífera. A Exxon Mobil, a Chevron, a BP e outras companhias petrolíferas investiram milhões de dólares para extrair o petróleo.

Em maio de 2004, o presidente angolano, em visita aos Estados Unidos, no encontro com empresários, reiterou apelos feitos nas visitas anteriores para maior investimento em Angola, tendo anunciado também o facto de Angola ter prorrogado até 2030 os direitos de exploração de petróleo pela Chevron/Texaco. Anunciou ainda a implementação, com a Exxon/Mobil e outras companhias, do projeto para a produção de gás natural liquefeito⁵⁷⁴.

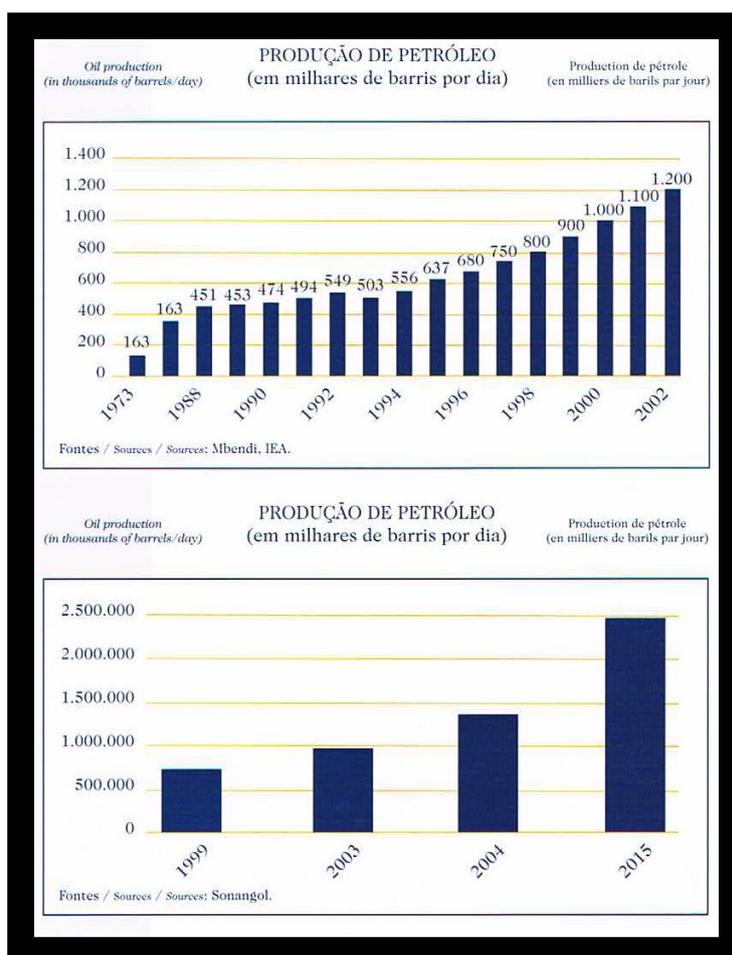
Angola e a RDC assinaram, em Kinshasa, em junho de 2003, um memorando de entendimento para o desenvolvimento conjunto das águas profundas da Bacia do Baixo Congo. Todavia, o documento estabeleceu um corredor marítimo no qual seriam definidas áreas de interesse comum que apresentassem depósitos de hidrocarbonetos, e cujos benefícios seriam repartidos entre os dois Estados. O respetivo corredor está situado na área marítima angolana a sul do bloco 14, a norte dos blocos 15 e 31, como nos dá conta o *Novo Jornal*, na sua edição de 30 de maio de 2009. Mas os Governos dos dois países assinaram, em julho de 2007, o protocolo de exploração de petróleo na zona costeira comum. Dois anos depois, em dezembro, negociaram a delimitação de fronteiras marítimas e terrestres, segundo o *Jornal de Angola*, na edição de 18 de dezembro de 2009.

⁵⁷² *Revista Elo. Cooperação e desenvolvimento*, n.º 41, fevereiro de 2003, p. 6.

⁵⁷³ Em 1979, a Sonangol dividiu o litoral angolano, desde a foz do Zaire até ao rio Cunene, em 13 blocos – áreas para a prospeção em alto-mar. No plano económico, a Sonangol negociou com a AGIP (italiana) e a ELF Aquitaine (francesa) os blocos 1 e 3, onde a companhia francesa iniciou as prospeções em maio de 1981. O primeiro poço comercial a produzir foi o Cuntala, com um volume, em 1982, de quase 2 mil barris diários e, naturalmente, a companhia operadora do bloco 2, a Texaco, prosseguiu as prospeções.

⁵⁷⁴ José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, p. 367.

Quadro 4 - Produção de petróleo em Angola (1973-2002)



Fonte: José Mena Abrantes (org.), *Angola em paz*, pp. 164-165.

O ministro das Finanças de Angola esteve na China em novembro de 2003, para tratar da ajuda financeira. Três anos depois, a Sinopec, empresa chinesa, obtém o direito de desenvolver a produção de petróleo em águas profundas. O Banco de Exportação-Importação da China emprestou cerca de dois mil milhões de dólares a Angola para reconstruir infraestruturas, tendo como garantia o petróleo, em 2004. No ano seguinte, as trocas comerciais realizadas entre a China e África foram contabilizadas em cerca de 38,6 mil milhões de dólares, 39% mais do que em 2004⁵⁷⁵.

Neste contexto, o objetivo asiático é manter uma “parceria comercial estratégica”⁵⁷⁶, como foi destacado na Conferência de Bandung, em abril de 2005,

⁵⁷⁵ Dilma Esteves, *Relações de cooperação China – África: o caso de Angola*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2007, pp. 119-121.

⁵⁷⁶ Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento, “Cooperação económica internacional, modelos de desenvolvimento e sociedade civil em África”, in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (org.), *op. cit.*, p. 239.

cinquenta anos após a primeira, que foi política. Entretanto, a China e a Índia⁵⁷⁷ procuraram manter contactos com as autoridades políticas angolanas no sentido de tiraram proveito dos produtos energéticos (gás, petróleo e minério) desde 2006.

Em 2006, a 29 de novembro, as autoridades políticas angolanas aprovaram a adesão de Angola à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como membro de pleno direito. Esta decisão foi tomada tendo em conta o maior protagonismo angolano no domínio petrolífero. O petróleo é uma das principais fontes de receita da República de Angola. Foi utilizado como “arma política” e como instrumento de “diplomacia económica”, permitindo ao Estado estar “imune” a pressões internacionais e desenvolver uma política externa assertiva, com a Sonangol a desempenhar um papel importante nessa estratégia⁵⁷⁸.

A visita de Hillary Clinton, secretária de Estado norte-americana, a Luanda, em 2010, permitiu aos Estados Unidos, segundo maior consumidor do petróleo angolano, constituir parcerias nos domínios da energia, saúde, agricultura, segurança e educação, numa altura em que a influência chinesa em África era visível. A secretária de Estado norte-americana lembrou que a Administração Obama considera a República de Angola um parceiro estratégico. Para as autoridades políticas angolanas, trata-se de um passo essencial “que cria um mecanismo sustentável para o diálogo político, económico e científico”⁵⁷⁹.

Em suma, Angola tornou-se o exportador para os EUA que mais cresceu, a par da Nigéria e de outros países da África Ocidental. Até 2015, os Estados Unidos deverão importar 25% do seu petróleo de África, em comparação com os 15% em 2007⁵⁸⁰. A produção de petróleo na ex-colónia portuguesa poderá atingir cerca de dois milhões de barris por dia, aumentando para cerca de 2,6 milhões de barris em 2011, o equivalente à produção do Kuwait.

⁵⁷⁷ A Sonangol e a empresa estatal petrolífera da Índia, Oil and Gas Corporation Videsh Ltd., assinaram um acordo para cooperação de petróleo e gás nos dois países, em janeiro de 2010. *Jornal de Angola online*, 20 de setembro de 2010. [Consultado no dia 21 de setembro de 2010.]

⁵⁷⁸ A internacionalização da Sonangol, empresa petrolífera angolana, em tempo de paz é o mote da investigação de António Manuel Luvualu de Carvalho, “O crescimento da economia angolana nos nove anos de paz. A internacionalização da Sonangol, a maior multinacional do País”, in José Francisco Paiva (coord.), *op. cit.*, pp. 127-156.

⁵⁷⁹ *Jornal de Angola online*, 10 de julho de 2010. [Consultado no dia 11 de julho de 2010.]

⁵⁸⁰ *Courrier International*, n.º 105 – 5 a 12 de abril de 2007, p. 30.

Conclusão

Os primeiros três capítulos deste estudo procuraram fornecer elementos para a compreensão da política do Estado Novo português na defesa da soberania política portuguesa nas suas ex-colónias, nomeadamente em Angola, assim como a ação dos movimentos de libertação angolanos que assinaram o Acordo de Alvor com Portugal, em janeiro de 1975, destacando também a sua política, bem como a busca de apoios junto dos países africanos, asiáticos, europeus e americanos. Cada movimento de libertação procurou tirar o maior proveito possível da ajuda exterior, designadamente do auxílio diplomático, militar, logístico, médico e de formação política. Para o efeito, os movimentos de libertação criaram estruturas para negociar, pedir apoio e apresentar as questões por que lutavam em várias assembleias internacionais, enquanto os guerrilheiros e as guerrilheiras (embora em menor número) levavam a cabo a sua missão.

Tanto os Estados Unidos como a União Soviética, duas potências mundiais na altura, delinearão as suas políticas para o continente africano a partir da década de 50 do século passado, de acordo com os interesses geoestratégicos de cada país. Contudo, os movimentos de libertação armados de Angola contaram com apoios externos de países africanos e de organizações regionais, designadamente da OUA, de Marrocos, da Nigéria, da Tunísia, da Argélia, do Gana, da Guiné-Conacri, do Senegal, do ex-Zaire, do Congo-Brazzaville, da Zâmbia, entre outros.

A OUA, formalizada em Adis Abeba em 1963, tendo como objetivo a libertação de África do poder colonial e o reforço da unidade africana, seguiu duas vias para atingir esses objetivos, como nos dão conta, por um lado, o grupo de Monróvia, conhecido também por países moderados, conservadores e politicamente situados à direita, e, por outro lado, do grupo de Casablanca, países designados como progressistas, radicais e politicamente à esquerda. Quando a OUA festejou o seu décimo aniversário, em 1973, o grupo de Casablanca ia ganhando força no continente africano.

Na verdade, o auxílio externo aos movimentos de libertação foi crucial para estes levarem a cabo a luta contra a soberania portuguesa vigente em Angola. Tal como aconteceu com a maior parte dos movimentos que reclamavam a independência política nos continentes africano e asiático, também os movimentos angolanos procuraram apoio junto daqueles que se identificavam com as suas causas.

No plano externo, o MPLA reforçou as suas alianças com os movimentos pró-independência africanos e com os partidos comunistas de França, Itália, Bélgica e Alemanha, que tiveram um papel importante na luta contra o fascismo. As representações do MPLA na Argélia, no Congo-Brazzaville, no Egito, na Tanzânia, na Zâmbia, em Itália, na Jugoslávia e na Suécia intensificaram as suas atividades. Neste contexto, as delegações em África serviram de entreposto para a propaganda no exterior, sobretudo na Europa. As representações instaladas nos países que fazem fronteira com o território de Angola tiveram um papel importante no apoio aos guerrilheiros do MPLA, permitindo que se aproximassem da fronteira.

Entretanto, a identificação ideológica foi também importante, assim como o facto que será referido a seguir. Na década de 50 e início da década de 60, a União Soviética e a China, duas potências comunistas, estavam em blocos opostos, situação que só beneficiou os Estados Unidos no início da Administração de Richard Nixon, ligando-a à disputa com a URSS e ao conflito no Vietname. Este conflito absorveu dos Americanos bastantes recursos humanos, financeiros e materiais, razão que colocou o país numa situação militar que não lhe permitiu agir como fizeram os cubanos e soviéticos em Angola. Esta situação veio, de certa forma, beneficiar o MPLA, que, com a sua ação política junto dos países do Bloco do Leste, nomeadamente Cuba, União Soviética, Bulgária e aliados, irá ganhar terreno em detrimento da coligação FNLA/UNITA e de outros partidos angolanos que pretendiam disputar as eleições, que não chegariam a ter lugar.

Mas, desde já, é importante destacar que o MPLA, liderado por Mário de Andrade e depois por Agostinho Neto, levou a cabo intensa atividade política e diplomática em África, na Europa, na Ásia e nos países socialistas, entre 1960 até 1974. O movimento de libertação angolano coordenou a sua ação política com os movimentos das ex-colónias portuguesas africanas no seio da CONCP, assim como reforçou as alianças com os movimentos da África do Sul, do Zimbabué, da Zâmbia e da Namíbia; abriu representações nos países africanos independentes; reafirmou a política de não-alinhamento a fim de evitar a ingerência dos países estrangeiros nos assuntos internos do movimento de libertação; internacionalizou o problema angolano para permitir maior isolamento do Estado Novo português na cena política mundial; exortou ao boicote político e económico contra Portugal pelo maior número possível de Estados.

Porém, a ação política dos movimentos de libertação armados de Angola a que o estudo deu maior atenção foram condicionados pelas superpotências e pelos seus aliados, também eles influenciados pela Guerra Fria.

Convém sublinhar que a luta contra a soberania colonial teve início antes do início da Guerra Fria. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) deu origem a duas correntes para combater o colonialismo. A primeira corrente tem a sua génese na Revolução Bolchevique, quando Lenine fez um apelo para que fosse posto fim ao imperialismo em todas as suas formas. A segunda corrente provém dos Estados Unidos, com o presidente Wilson (1913-1921), quando enunciou os seus 14 pontos, nos quais não deixou de lado a necessidade de ser redefinida a política colonialista, tendo em conta o interesse dos colonizados. Nos anos posteriores, as suas ideias vieram estimular os opositores do imperialismo na Ásia, no Médio Oriente e em África, nomeadamente entre os naturais de Angola e seus apoiantes.

Os países vizinhos de Angola irão contribuir para a internacionalização do conflito, com destaque para o ex-Zaire. Por outro lado, a ajuda e o apoio político da União Soviética, Cuba, República Democrática Alemã, Roménia, Bulgária, Escandinávia, Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia foram cruciais para o MPLA.

Após o 25 de Abril de 1974, no que diz respeito a Angola, o grupo de Monróvia era a favor da formação de um Governo de unidade nacional, reunindo a FNLA, o MPLA e a UNITA: Por sua vez, o grupo de Casablanca defendeu o reconhecimento da RPA. Entretanto, a Nigéria, que fazia parte do grupo de Monróvia, manifestou a sua preferência pelo MPLA. A política africana, naquela altura, em traços gerais, pendeu mais para a esquerda (grupo de Casablanca) do que para a direita (grupo de Monróvia). Esta é uma das razões do fracasso e não-reconhecimento, no âmbito africano, da República Democrática de Angola, proclamada pela coligação UNITA/FNLA.

O capítulo 3 deste estudo permitiu, acima de tudo, mostrar como a UNITA irá iniciar o processo para o reconhecimento e enquadrar a política angolana pós-colonial durante a presidência de Agostinho Neto e do seu sucessor na chefia do MPLA e na presidência da República Popular, José Eduardo dos Santos, quando tinha 34 anos de idade, designada por segunda fase socialista. Outra finalidade do capítulo foi mostrar como não foi fácil a transição política naquela ex-colónia portuguesa, nem o reconhecimento da RPA por alguns países ocidentais, incluindo Portugal, devido ao modo como foi feita a transição política e a proclamação da independência pelo MPLA

e pela coligação FNLA/UNITA, pró-americana, que proclamou a República Democrática de Angola.

Na verdade, a RPA conseguiu reconhecimento internacional e implantou-se em todo o território angolano devido à ajuda da União Soviética e do seu aliado cubano, invocando a solidariedade internacional e o dever do combate sem tréguas ao imperialismo. Vimos igualmente que, com a vitória do MPLA, em 1975, a FNLA perde relevância política, e a UNITA, após ser derrotada no Huambo, em 1976 (altura em que completou dez anos de existência), opta por regressar à guerrilha, contando com apoio dos Estados Unidos e dos seus aliados.

Como foi possível constatar ao longo da investigação, a política externa da RPA procurou, juntamente com os Estados da Linha da Frente, cooperar para a independência do Zimbabué, proclamada em 1980, da Namíbia, em 1990, e para o fim do *apartheid* na África do Sul, iniciado em finais da década de 80. De facto, a independência do Zimbabué e da Namíbia, o fim do *apartheid* na África do Sul e a integração daqueles países no sistema internacional vieram modificar as relações políticas e diplomáticas na África Austral, evidenciando-se a ambição sul-africana de liderar e se afirmar como porta-voz da África Austral, como demonstrou a intervenção sul-africana na ajuda ao Botsuana, ao Lesoto em 1998, bem como a procura de mediação do conflito que pôs fim ao poder de Mobutu Sese Seko, no ex-Zaire.

A investigação apontou também as transformações políticas que a queda do Muro de Berlim (em novembro de 1989) provocou em Angola, permitindo o abandono dos princípios marxistas-leninistas, seguidos pelo MPLA-PT; a retirada das tropas cubanas de Angola, a assinatura de acordos de paz com a UNITA; a realização das primeiras eleições gerais em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas; o reinício da guerra civil, destacando a ausência de pluralismo político e o facto de o MPLA e o Governo terem concentrado o poder, usando a ideologia como arma política, controlando as instituições da sociedade civil: organizações religiosas, sociais, partidárias, académicas, recreativas, entre outras.

Todavia, com o fim do modelo político e económico inspirado no paradigma soviético de desenvolvimento, foi inevitável o desmoronamento do Bloco do Leste, com quem o Estado angolano mantinha relações políticas e diplomáticas preferenciais desde 1975. Contudo, a mudança ideológica permitiu a instauração formal do multipartidarismo, numa fase em que o país irá levar a cabo a sua crescente internacionalização com a ajuda do petróleo.

Os capítulos 4 e 5 destacaram as linhas da política externa do Estado angolano durante e depois da Guerra Fria. Mostram igualmente as razões pelas quais foi possível o reconhecimento internacional da RPA e a normalização das relações diplomáticas com vários Estados, nomeadamente o reconhecimento oficial da República de Angola pelos Estados Unidos e a normalização das relações diplomáticas, a constituição da CPLP, em 1996, a assinatura do Acordo de Paz (protocolo) em Lusaka e o seu fracasso e, finalmente, a política externa da República de Angola após o fim da guerra civil até à aprovação da nova Constituição para Angola, em 2010. O estudo realçou as tentativas de paz negociadas em Gbadolite, Bicesse e em Lusaka, assim como a ação diplomática e militar levada a cabo para isolar a UNITA.

Terminada a guerra civil, em 2002, a República de Angola estabeleceu parcerias externas, privilegiando as relações com a China e mantendo as relações tradicionais com Cuba, a Federação Russa, o Brasil e outros países, enquanto concentra a sua política na segurança interna e no âmbito da África Austral e Central, de que Angola, devido à sua localização geográfica, faz parte.

Como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre 2003 e 2004, assumiu um papel importante na resolução dos conflitos em África. Outro acontecimento a destacar foi o ter assumido a presidência da SADC e o facto de a capital angolana ter sido o local escolhido para consulta sobre os conflitos dos Grandes Lagos, especialmente na RDC, em 1998, e sobre as crises políticas do Zimbabué e da Costa do Marfim, em 2010. A estratégia política das autoridades angolanas visou defender a soberania do Estado e impedir a manifestação do nacionalismo em Cabinda.

A investigação mostrou que o processo de formulação da política interna e externa cabe ao presidente da República, também líder do MPLA, sendo que o Governo tem como missão ratificar as decisões tomadas pelo partido, dando-lhe legitimidade. Portanto, a Lei Constitucional de 1975, que foi revista nas décadas de 80 e 90, e a Constituição aprovada em 2010 atribuíram imensos poderes ao presidente da República de Angola, em matéria de política interna e externa.

Em suma, o pós-colonialismo, assim como o pós-nacionalismo, implicaram o fim do domínio do colonialismo e do nacionalismo que caracterizaram a história de Angola durante a segunda metade do século XX, marcada pela Guerra Fria e pelo reforço da globalização, processo que determinou a economia e a política mundial. A sociedade angolana e o poder político angolano pós-colonial são caracterizados pelo clientelismo, pela pobreza e fome, pelo tráfico de influências, pela corrupção e suas

consequências sociais, económicas, financeiras, que têm sido mencionadas por várias organizações internacionais, entre as quais a Global Witness ou a Human Rights Watch.

Entretanto, será necessário um grande esforço, por parte das autoridades angolanas, para contrariar a imagem negativa que, durante vários anos, foi projetada no exterior acerca do Estado angolano e dos seus dirigentes. Quanto aos grupos de pressão e opinião, têm tido margem de ação limitada, porque as autoridades políticas angolanas mantêm a ação cívica sob inspeção, situação que não permite maior liberdade de expressão, nomeadamente aos críticos da governação e do partido no poder. Na realidade, o controlo das vozes dissidentes, práticas comuns durante a luta de libertação, continuou durante o período pós-colonial, caracterizado por um Estado centralista e autoritário.

Anexos

Carta de Iko Carreira a Mário Pinto de Andrade

Lusaka, 10 de maio de 1970

Meu caro Mário

A opinião generalizada dentro do Movimento [MPLA] e do próprio Presidente [António Agostinho Neto] é a de que deverias chefiar o Departamento das Relações Exteriores. Mas que para eu poder fazer a proposta, para coordenar também esses serviços, seria necessário que cá estivesses.

O Neto disse-me que a tua demora é motivada por alguns problemas que tens a solucionar com a tua esposa. Eu temo que seja o teu já habitual receio de “avançar”? E será desnecessário dizer-te da urgência de tal tomada de posição, pois as tarefas são inúmeras e não podem esperar.

A estrutura atual do órgão dirigente é diferente e pouco complexa, mas todos pensamos que é a única que pode servir a etapa atual.

É o único processo rápido que encontro para “ver o teu pulso”.

Diz-me qualquer coisa sobre isto.

Um abraço do Iko Carreira

P.S.:

Por telegrama o Neto pediu-me para te anunciar oficialmente a prisão do teu irmão [Joaquim Pinto de Andrade]. Não o fiz porque nessa altura a notícia foi tornada pública em toda a parte e tínhamos chegado carta de Alger nesse sentido. Parti do princípio que foste o primeiro a ser informado.

No entanto, fizemos sair imediatamente um comunicado e estamos procurando “empurrar” as igrejas zambianas e tanzanianas.

Fonte: FMS/Documentos Mário Pinto de Andrade, correspondência, pasta 04311.001.010

Carta de Mário Pinto de Andrade a Agostinho Neto, presidente do MPLA

Alger, 31 de outubro de 1970

Camarada Agostinho Neto,

Embora não tenha recebido até à data nenhuma resposta às minhas últimas cartas, volto a escrever-te muito sucintamente sobre questões de interesse imediata para o Movimento e também sobre algumas questões de ordem pessoal. Espero que os teus inúmeros afazeres permitirão que te debruces um pouco sobre umas e outras.

Como sabes, o objetivo primordial da minha viagem à Europa, foi o de tratar das condições de trabalho para a Sarah e de instalação da família em Paris. Estabeleci, entretanto, outros contactos em relação com o processo dos nossos compatriotas e pude assim apreender um certo número de problemas de interesse para a nossa Organização. Verás nas notas em anexo as informações essenciais sobre o estado atual do processo. Algumas delas foram-me fornecidas pelo advogado do Joaquim, Mário Brochado Coelho, que se encontrou comigo em Bruxelas.

Interpretando o espírito de mensagem enviada pelo Joaquim, e de acordo com o advogado, procurei interessar os meios da Igreja. Neste último setor, foi e continua a ser de extrema eficácia o cônego Houtart que tomou a seu cargo o desencantamento duma campanha junto do Vaticano.

Comunico o teor da correspondência trocada com as autoridades da Cúria Romana. Apesar da pressão do grupo conservador, é possível que o Papa faça uma intervenção diplomática, discreta, acompanhada de atenções de carácter humanitário, como vem procedendo há já vários anos. Por isso, é importante que aquele grupo sinta o peso duma opinião avançada no seio da Igreja. Assim, por exemplo, as cartas enviadas ao cardeal Villot e ao cardeal Roy foram assinadas por uma quinzena de teólogos de renome mundial, no decurso do Congresso Internacional que se realizou em setembro, em Bruxelas.

Assisti à sessão de encerramento de Assembleia dos Padres Contestatários, no decurso da qual foi aprovado o telegrama ao Papa e ao cardeal Cerejeira. Participou ativamente nessa Assembleia (em Amsterdão) o padre Vicente José Rafael, nosso compatriota, com quem tive naturalmente a oportunidade de discutir. Ele assegurou que rompeu definitivamente com a Igreja portuguesa, estando agora disponível para a luta política, no quadro do Movimento. Sugeri que te escrevesse diretamente. Entretanto, aqui tens a sua direção na Alemanha onde ele trabalha como ajudante de enfermeiro...

Passando a outros aspetos de carácter político, constatei, nesta viagem por alguns centros da Europa Ocidental (Bruxelas, Paris, Amsterdão, Colónia), que o nosso Movimento tem longa audiência, em diferentes setores que fazem a opinião. A nossa informação, é, todavia, irregular, insuficiente e a nossa diplomacia (com exceção da Alemanha) praticamente inexistente. Há possibilidades concretas de reativar campanhas de informação sobre a cumplicidade dos países ocidentais na guerra colonial e ao mesmo tempo, de recolher fundos, pelo menos na base da nossa propaganda de carácter humanitário da nossa ação nas regiões libertadas (a título de exemplo: uma parte da ajuda recolhida em Amsterdão para o PAIGC provém da propaganda feita pelos seus representantes, nas Igrejas durante os ofícios de domingo...)

Os vários Comitês de soutien [apoio] estão limitados, por natureza, na ação que desenvolvem, enquanto não assegurarmos, da nossa parte, uma constante circulação de ideias e de porta-vozes qualificados do Movimento. Faltam-nos também estudos de base, fundamentados em análises científicas

sobre o processo da nossa luta libertadora, quer sob o ângulo socioeconómico. É uma das tarefas a que tenho modestamente consagrado o meu tempo, neste período de transição. Gostaria de saber, aliás, que resposta contas dar à carta enviada pela Penguin Books, em setembro último. Já o Basil Davidson te falou largamente no assunto.

Quanto as questões de ordem pessoal:

Agradeço a recomendação que fizeste junto do cónego Houtart, que tem manifestado concretamente o seu interesse pela solução dos meus problemas familiares. Mas espero também a concretização de promessa de ajuda direta do Movimento, proposta no nosso breve encontro em Roma. Terei várias despesas a efetuar no fim do ano, ao abandonar o domicílio de Alger. O problema de instalação da Sarah em Paris (alojamento e trabalho) está bem encaminhado, em virtude do que obteve pela qualidade de realização cinematográfica de Monangambee. Além de Dinard (festival do filme de expressão francesa, em julho) ela acaba de receber na Tunísia o 2.º Prémio e, o que é importante, o Prémio da Crítica Internacional das jornadas de Cartago (na categoria de curta metragem). Talvez a informação interesse também ao DIP [Departamento de Informação Política] e, por isso, mando um recorte do jornal da Tunísia. Embora a Sarah tenha dificuldades aqui, para terminar a montagem do filme que realizou nos maquis da Guiné, creio que ela pode encarar o futuro próximo com certo otimismo.

Volto ainda à questão do processo dos nossos compatriotas:

O DIP anunciou oficialmente num comunicado que o julgamento estava marcado para o dia 16 de outubro. Ora, nessa data o Tribunal Plenário ainda estava de férias... Tal notícia (sem controle das fontes), propalada também pela Rádio da FPLN (de Alger) com apelos e manifestações junto do Tribunal, provocou uma certa confusão nos meios de juristas que pretendam deslocar-se a Lisboa. E o Conselho Mundial da Paz também já retomou o comunicado do Movimento referindo que o julgamento começou naquela altura, naturalmente.

Transcrevo a última mensagem recebida de Lisboa (a minha fonte é o advogado do Joaquim):

«Aguarda-se o acórdão do Tribunal Plenário sobre o recurso interposto pelo Ministério Público. Mal saiba de alguma coisa, voltarei a escrever-te... O julgamento já não deve ser em outubro, mas sim em novembro ou dezembro». Infelizmente, recebi esta mensagem há alguns dias, uma informação que julgo interessante: Samir Amin, conhecido economista egípcio, tomou a direção do Instituto de Desenvolvimento Económico e de Planificação, que tem a sua sede em Dakar, sob a égide da ONU e dos países africanos. Ora, pede-me para te transmitir que aceitaria estagiários enviados pelo nosso Movimento, possuindo noções de base de economia política, que se encarregariam, sob sua direção, de estudar os problemas económicos de Angola. O estágio (o período seria a determinar) poderia ser encarado para o princípio do próximo ano. O Instituto vai recolher os fundos para esta operação e pagará então as viagens e claro que atribuirá as bolsas de estudo.

Aguardo resposta sobre estes assuntos, logo que seja possível, bem como os boletins de informação do Movimento.

Aceite as saudações revolucionárias do Mário.

Fonte: FMS/Documentos Mário Pinto de Andrade, pasta 04311 001 006 “Carta de Mário de Andrade de 31 de outubro de 1970 a Agostinho Neto”.

Discursos de António Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola

1. Acordos assinados em Bissau, entre a República Popular de Angola e Portugal, no dia 29 de junho de 1978

Compatriotas, Camaradas:

Foi assinado em Bissau, no dia 26, um “acordo geral de cooperação” entre a República Popular de Angola e a República Portuguesa, compreendendo os domínios cultural, científico, técnico e económico.

O Povo Angolano e o Povo Português iniciam, assim, um período novo de relações, após a vitória sobre o regime colonial, conseguida por meio da luta armada e da adoção de um novo sistema de organização social.

A propósito deste acordo, importa considerar que a independência de Angola e a proclamação da República Popular, em 11 de novembro de 1975, levou o Povo angolano, dirigido pelo MPLA, a optar pelo socialismo científico e a transformar o Movimento em Partido do Trabalho.

Portugal, ao abandonar Angola na véspera da sua independência, deixava o país a braços com as forças invasoras sul-africanas e a agressão zairense.

A maior parte dos portugueses retirou-se do nosso País, abandonando os centros de produção, levando consigo equipamentos e destruindo instalações e máquinas.

O saque das instalações e do equipamento, foi acentuado pelos exércitos invasores, associando à destruição de pontes, estradas, aeródromos. Aviões, viaturas automóveis, tratores, gado, equipamento hospitalar e escolar desapareceram com as tropas da invasão.

No entanto, Angola nasceu, desenvolveu-se e tem um radioso futuro à sua frente – um futuro socialista.

E Portugal reconheceu a República Popular de Angola, em fevereiro de 1976.

As relações diplomáticas estabelecidas, permitiram a troca de embaixadores, tendo o Embaixador angolano sido acreditado este mês, junto do Presidente da República Portuguesa.

Para que chegasse a este estado de relações foi necessário ultrapassar, através de longa reflexão, algumas manifestações negativas, tais como a intensa campanha na Imprensa portuguesa, contra o MPLA e a República Popular de Angola e os seus Dirigentes, que impediu de certo modo, o desenvolvimento normal de relações entre os dois países. Mas, recentemente, a presença de elementos de agrupamentos fantoches em Portugal, que livremente fazem propaganda e procuram mobilizar a opinião pública portuguesa para obter apoio político e material tornou, aparentemente, mais longínquas as possibilidades da normalização.

Contudo, dados os laços existentes entre os Povos Angolano e Português, resultante de séculos de colonização e após a transformação violenta que levou Angola de país dominado a país livre e independente, era desejável uma atmosfera saudável para, em pé de igualdade política, estabelecer a cooperação entre Angola e Portugal.

Esta necessidade é compreendida por todos, tanto mais que as circunstâncias materiais de cada um dos países, exige também essa cooperação a fim de fazer face às tarefas do desenvolvimento atual. O passo dado eliminou os motivos de incompreensão. Este passo representa progresso, no interesse dos dois povos e até de interesse da Humanidade.

No que respeita a Angola, compatriotas e camaradas, além do esclarecimento e a resolução de questões de carácter económico e financeiro consideradas difíceis, mas que não são definitivamente insolúveis, a cooperação técnica e científica é de grande importância, assim como o aproveitamento de resultados de estudos científicos elaborados durante vários anos, para a dotação do país de estruturas modernas e viáveis.

A instrução e assistência médica, o comércio, as construções e vários serviços, beneficiarão com o acordo e muitos homens e mulheres angolanos e portugueses, encontrarão a forma de vida que desejam e como ela virá a ser realizada nos anos vindouros.

E como princípio, entendeu-se que a cooperação não significa apenas uma dádiva ou um benefício em sentido único. Ela tem um carácter recíproco o que lhe dá o carácter novo nas relações Angola-Portugal.

De grande importância no acordo é, também o regresso urgente dos refugiados que se encontram em Portugal, que por medo ou por razões de carácter político, saíram do país aquando da independência ou pouco antes.

Aqueles que quiserem, poderão regressar.

Não se põe a questão de saber das inclinações políticas no passado ou no presente, ou ainda, do seu comportamento moral ou social.

O regresso à Pátria é um direito natural que não pode ser negado a ninguém. Todos os angolanos, seja qual for a sua condição, têm o direito de regressar ao seu País se o desejarem, submetendo-se às leis que regem o nosso Estado.

E, muito especialmente no caso presente, não se deve nem pode excluir da possibilidade de regresso, nenhum angolano, por virtude do seu passado.

Todos terão direito ao trabalho e será o seu comportamento futuro a determinar a ascensão na escala social.

Quanto aos cidadãos portugueses que abandonaram Angola e que foram classificados como «retornados», esses, não têm o direito de regressar a Angola, só por aqui terem estado. A condição de «retornado» não é qualidade suficiente para a aquisição do direito de convívio com o Povo Angolano. Em certos casos é, até, um defeito.

Poderão os portugueses «retornados» regressar, dentro do quadro da cooperação, desde que preencham condições a exigir. O nosso Povo, através dos seus organismos partidários ou estatais, pronunciar-se-á sobre os casos que se apresentem.

Compatriotas e camaradas:

As bases em que assentará a cooperação são as do conhecimento geral: são as bases que inserem a existência de Angola como país independente e soberano e a direção do nosso Estado pelo MPLA – Partido do Trabalho, orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo.

Portugal tem uma orientação política distinta da de Angola, mas isso não impede a cooperação dentro do respeito mútuo.

Por outro lado, a Independência política, social, económica e cultural do Povo Angolano, é irreversível. E a liquidação das estruturas coloniais vai reforçando essa independência e tornando impossível o regresso a quaisquer formas de submissão.

O MPLA nunca mobilizou o Povo Angolano para fazer a guerra ao Povo Português. Mobilizou-o, sim, para liquidar o sistema colonial e iniciar uma nova era de relações.

Assim é agora. Os acordos de Bissau são mais uma vitória dos Povos Angolano e Português. O ambiente encontra-se desanuviado e a era da amizade e da solidariedade vai começar em bases sãs.

Como fizemos em Bissau, saudamos com emoção esta nova vitória, que completa a vitória contra o colonialismo.

A Luta Continua

A Vitória é Certa.

Fonte: Discursos pronunciados pelo camarada Presidente Agostinho Neto, op. cit., pp. 7-10.

2. Reunião dos embaixadores da República Popular de Angola, no dia 15 de agosto de 1978, no Cuanza Sul

Camarada Ministro das Relações Exteriores

Camarada Ministro da Agricultura

Camaradas Embaixadores

Camarada Comissário Provincial do Kwanza-Sul:

Iniciamos hoje, na cidade da Gabela, um novo tipo de atividade política: a reunião, que passará a ser periódica, de embaixadores e representantes da República Popular de Angola em diferentes países.

Neste belo quadro de colinas de vegetação abundante a servir-nos de moldura, o camarada Ministro da Agricultura proporcionou-nos as condições para que, num ambiente de distensão, possamos abordar alguns problemas de orientação, de organização e de técnica respeitante ao funcionamento das Relações Exteriores.

Certamente a contribuição do camarada Comissário Provincial e ajuda da administração da principal empresa agrícola desta Província servirão para tornar o nosso trabalho mais fácil e agradável.

A população que ocorreu para nos saudar ao longo das ruas mostra o quanto nós estamos beneficiando da coesão e da unidade que se manifesta hoje no País. Será, certamente, de grande utilidade para todos nós, já que nos encontramos neste centro de produção agrícola, convidarmos o camarada Ministro da Agricultura ou quem por ele nomeado para fazer uma breve informação, nesta reunião, dos aspetos mais importantes da produção do café.

A diplomacia é um elemento importante na vida dos países.

Camarada Ministro das Relações Exteriores,

Camaradas embaixadores:

As relações internacionais constituem um dos mais importantes elementos na vida atual das nações e dos povos. Os conceitos em que elas se baseiam, universalmente aceites, para convivência, para cooperação, para conhecimento mútuo e desenvolvimento de amizade entre os povos foram-se modificando ao longo dos tempos e constituem hoje uma ética e uma arte. Para seu incremento, os diferentes Estados do nosso planeta constituíram organismos continentais ou mundiais em que a difícil arte de conciliar interesses de povos, o respeitar a maneira de ser de cada um e contribuir para o desenvolvimento do mundo se concertam através das conversações, das ideias e das experiências.

É reconhecido o mérito da cooperação ansiado por cada povo, por cada país. A transmissão dos conhecimentos científicos acerca do universo e das técnicas, das formas de organização social, é favorecida pela existência atual das instituições especializadas que representam o que há de mais progressivo no mundo.

Nós, em Angola, sentimo-nos felizes pela existência de organismos internacionais como a Organização de Unidade Africana e a Organização das Nações Unidas que, pela sua universalidade, garantem-nos o intercâmbio e a defesa ou combinação de interesses de povos. As suas agências especializadas ou técnicas complementam a função nobre e digna que é de colocar a experiência acumulada pela humanidade ao serviço de cada um e de acordo com o género criador de cada associação humana.

Desde o início da nossa luta de libertação, as relações internacionais desempenharam um papel fundamental para o Povo angolano. A atitude progressista da maioria dos Estados do mundo contribuiu em grande escala para a independência política e desenvolvimento do nosso estilo de Relações Exteriores. Esse estilo é hoje concretizado na conquista da independência política e social, na afirmação da política de não-alinhamento e de cooperação internacionalista.

Através do mundo, vamos descobrindo bases para as relações amigáveis com os diferentes povos. Compreendemos, assim, as nossas relações de tipo novo com o povo português: compreendemos, assim, em relação aos povos latinos americanos em que o estado, cultural ou histórico, serve para aproximar os indivíduos ou as nações; compreendemos, assim, para os povos africanos ou europeus.

Evidentemente, não somos um povo acima dos povos. Fazemos nós parte da humanidade. Sofremos, portanto, da influência de um regime social. Neste aspeto a nossa posição é de compreensão da dialética de comando mútuo. Estaremos sempre ao lado do que se desenvolve e não ao lado da decadência. Somos pela libertação do homem. Destacamo-nos definitivamente do colonialismo ou do neocolonialismo. Somos, pela organização do tipo socialista, contra as formas capitalistas ou imperialistas que se medem e estrebucham entre a vida e a morte pela auto-asfixia.

O MPLA-Partido do Trabalho não desistirá dos seus objetivos até atingir o seu fim, o Socialismo. Portanto, as relações com os países socialistas serão sempre privilegiadas e a base da confiança e do interesse comum que é fundamental para a paz, progresso e o fim da exploração do homem pelo homem será desenvolvida.

Mas, a nossa política de não-alinhamento permite que estabeleçamos relações amistosas com outros povos que escolheram regimes diferentes do nosso. Gostaríamos de ter uma cooperação mais

intensa com os países desenvolvidos da Europa Ocidental. E penso ser necessário uma maior aproximação com os países da América Latina e Ásia.

As relações políticas mantidas com os países do nosso continente deverão progredir para formas de cooperação económica que sirvam o nosso objetivo: o de evitar que África continue a ser exportadora quando é absolutamente possível a transformação das matérias-primas e intercâmbio em bases mais justas com os outros continentes e um maior benefício para as classes trabalhadoras.

Diplomacia ativa e militante

Camaradas embaixadores:

O nosso Partido ensina-nos que devemos ter uma diplomacia militante e ativa em defesa dos nossos ideais, nacionais e universais. Temos de preparar as bases para um futuro ativo do nosso Povo, da nossa juventude e de todos os que ainda sofrem dos efeitos graves e profundos do colonialismo. E temos de nos preocupar com alguns problemas no plano internacional.

Estes são, no imediato, a Namíbia e o Zimbabué. É necessário que a função libertadora se refira não apenas às classes menos favorecidas de Angola mas, também, em relação aos povos oprimidos em áreas próximas ou longínquas. Trata-se de uma questão. Não tem sentido, não é completa a ideia de atingirmos a liberdade económica e social, sem darmos uma contribuição positiva e ativa para a libertação política dos outros povos. Seria contraditório, seria trair o interesse das classes trabalhadoras do mundo, remetermo-nos à posição de egoísmo ou de nacionalismo estreito.

A política de libertação tem de ser completa para ser coerente como também a política de independência ou de amizade com os outros povos têm de ser completa e coerentes.

O desenvolvimento nacional carece de mais audácia e coragem

Camaradas embaixadores:

O nosso desenvolvimento interno carece de mais audácia e decisão. O Comité Central prevê medidas para o desenvolvimento económico, para que este se faça de modo mais eficaz. Se, como prevemos, diminuirmos as nossas preocupações com a defesa, poderemos encarar formas práticas de desenvolvimento que consintam aos cidadãos do país maior felicidade. Porquanto, na ação governativa, o objetivo a atingir é a felicidade de cada indivíduo, proporcionada por uma série de condições criadas para esse fim. A base económica é o alicerce desta felicidade sobre a qual poderão crescer as super estruturas derivadas das emoções ou das tradições e inclinações espirituais.

Neste momento, camaradas, a diplomacia angolana seguirá os desejos de paz da Nação e a cooperação para o desenvolvimento económico. Servirá, também, para a libertação e a paz no mundo.

A Organização tem muitas atividades ao nível das Relações Exteriores. A Orientação geral sobre alguns problemas técnicos que serão objeto de trabalho desta reunião. Espero portanto uma boa compreensão de cada um de nós.

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!

Fonte: Discursos pronunciados pelo camarada Presidente Agostinho Neto, op. cit., pp. 55-58.

Discursos do Presidente José Eduardo dos Santos

1. Encontro nacional sobre relações exteriores, em Luanda, no dia 4 de maio de 1989

O caminho percorrido pela nossa diplomacia desde a primeira guerra de libertação nacional constitui uma epopeia de que nos orgulhamos. Baseando-se em princípios progressistas e numa postura transparente, ela soube denunciar com vigor os crimes e a opressão do governo colonial, desmistificando todas as teses sobre as chamadas «províncias ultramarinas» e mobilizar o apoio moral e material da comunidade internacional. As ações de guerrilha levada a cabo pelo povo angolano, sob a direção do MPLA, encontraram, assim, na atividade diplomática um complemento indispensável, que Agostinho Neto empregou com invulgar inteligência e habilidade para o êxito da nossa luta de libertação nacional. As crises por que passou essa luta, por causa das investidas das forças coligadas da reação interna e internacional, tiveram sempre um tratamento político e ideológico adequado por parte do MPLA nos fóruns internacionais, e isto permitiu desmascará-las e conquistar o respeito e admiração para a causa do povo angolano. (...) Os momentos de relativa distensão que caracterizam agora a situação do Sudoeste de África são mais uma prova de que a ação diplomática, quando corretamente conjugada com a ação militar, conduz normalmente a resultados positivos. A diplomacia é uma arma imprescindível na luta dos povos pela independência, a soberania e o progresso social (...) A assinatura dos Acordos de Nova Iorque foi o fim de uma etapa, depois do Compromisso de Lusaka, em 1984, que se seguiu às batalhas de Cahama, Cuvelai e Mulondo, e do Protocolo de Genebra, na sequência das batalhas do Cuíto Cuanavale, Tchipa e Calueque. Estes factos indicam que, para sermos respeitados ou considerados, não devemos ser fracos, e a fonte principal da nossa diplomacia são os êxitos alcançados dentro do país em todas as esferas da vida. (...) Mas não podemos deixar de reconhecer que as vitórias da nossa diplomacia não são o resultado de iniciativas ou de um trabalho sistemático e organizado dos quadros do Ministério das Relações Exteriores, mas sim de um pequeno grupo de pessoas, algumas das quais pertencentes a outros sectores. (...) O nosso sistema de Relações Exteriores precisa de ser melhorado no domínio da formação de quadros e da organização do trabalho, para garantir a concretização e aplicação à vida dos nossos princípios e orientações, pois temos constatado várias situações de inoperância diplomática, essencialmente por causa da falta de sentido prático, de habilidade diplomática e de criatividade de alguns dos nossos quadros. (...) Não se tem prestado, por exemplo, a necessária atenção ao problema da conjugação de todos os elementos que direta ou indiretamente concorrem para a realização da nossa política externa. Torna-se imperioso melhorar as formas de articulação entre todos os sectores da vida nacional que desenvolvem atividade internacional, tais como a área da cooperação, os gabinetes de intercâmbio internacional dos ministérios e das organizações de massas e sociais, a Universidade Agostinho Neto, as unidades técnicas de apoio à cooperação regional no âmbito da SADC, da UNESCO e da CEE [atual União Europeia], as estruturas de apoio às comissões mistas intergovernamentais, etc. (...) Por outro lado, no que se refere à interdependência que caracteriza as relações económicas internacionais, cabe às nossas missões diplomáticas o importante papel de promover no exterior do país a política da RPA, divulgando a sua realidade económica e dando a conhecer as vias e instrumentos jurídicos que definem as formas de

investimentos estrangeiros, transferência de tecnologia, intercâmbio internacional, etc. Cabe-lhes também dedicar maior atenção à captação das ajudas externas e agilizar os processos de aproveitamento dessas ajudas, de modo que os doadores se sintam motivados a prestar cada vez maior assistência financeira e de outro tipo ao nosso país. Por outro lado, no esforço de aperfeiçoamento que pretendemos levar a cabo, não devemos esquecer a organização de acompanhamento das comunidades angolanas no estrangeiro. (...) Como os nossos diplomatas estão em contacto constante com estrangeiros, exorto-vos a manterem-se permanentemente vigilantes para neutralizar todas as tentativas dos serviços secretos estrangeiros de recrutar agentes entre os nossos trabalhadores ou de se infiltrar de qualquer forma no seu seio, com o objetivo de destruir as nossas conquistas e subverter os objetivos da nossa revolução.

Fonte: José Mena Abrantes (org.), vol. I, *op. cit.*, pp. 97-99.

2. Conselho consultivo alargado do Ministério das Relações Exteriores de Angola, em Luanda, no dia 25 de agosto de 1994.

Estarão aqui certamente os nossos mais credenciados especialistas em matéria de política internacional ou em questões específicas do relacionamento bilateral e multilateral de Angola com os seus parceiros. Espero que eles tenham feito as reflexões que o momento impõe e que tenham dado a sua prestimosa contribuição ao aprofundamento do estudo dos temas que dominaram os trabalhos deste Conselho Consultivo, cujo objetivo visava, entre outras ações, melhorar a organização do Ministério das Relações Exteriores de Angola e tornar mais dinâmica a atividade diplomática de Angola no exterior. Espero ainda que essas reflexões tenham enriquecido as conclusões do Seminário sobre Política Externa e Diplomacia, realizado há cerca de dois anos e meio, que havia alertado para a necessidade de a nossa diplomacia se afirmar como instrumento de luta pela paz, igualdade e desenvolvimento económico e social dos povos, contra a injustiça e a ingerência em assuntos internos de outros Estados soberanos. Na realidade, a ingerência externa nos seus assuntos continua a ser um dos maiores problemas de Angola. É o persistente envolvimento externo no conflito armado angolano, designadamente o apoio logístico-militar canalizado através de alguns países da região, que alimenta a guerra, ou melhor, a rebelião armada que a UNITA conduz contra o Governo legítimo e democraticamente eleito de Angola. Trata-se de uma ingerência nefasta e inaceitável, que é a todos os títulos vestígio de uma ordem mundial caduca, cuja eliminação deveria ser por isso acelerada. (...) É neste mundo em mudança que a nossa diplomacia vai desenvolver a sua ação e assumir-se como guarda avançada da defesa dos interesses nacionais junto de outros Estados e nações e das instituições regionais e internacionais. A condição para se aceitar esta responsabilidade é ter boas qualidades morais e técnicas, nomeadamente possuir capacidade de liderança, saber cumprir e fazer cumprir, trabalhar com zelo e disciplina, tanto individualmente como em equipa, e ter conhecimentos adequados. Apesar de Angola não ser bem compreendida no exterior, por insuficiência de informação e desconhecimento da nossa política atual, o Ministério das Relações Exteriores de Angola tem procurado cumprir na medida do possível as suas atribuições e alguns dos

nossos diplomatas têm feito um esforço significativo para representar condignamente o país e defender os seus interesses. (...) O Ministério das Relações Exteriores de Angola não deve demitir-se por inércia da sua função de órgão reitor de todos os atos externos realizados pelo Governo ou em seu nome, mas sim assumi-la imediatamente e reforçar a sua autoridade nesse domínio. Convém por essa razão proceder à descentralização de competências para as áreas geopolíticas, para que estas cumpram o seu verdadeiro papel na definição de políticas e orientações para os órgãos executivos externos de si dependentes. Neste quadro, é de sublinhar que a despartidarização dos princípios que norteiam a política externa e a diplomacia tem vindo a ser aplicada no respeito pelas novas regras de convivência democrática e multipartidária vigente no país. Nesta conformidade devem ser criados mecanismos no estatuto dos diplomatas que garantam a execução obrigatória para todos eles da política externa do Estado, independentemente das suas convicções políticas ou partidárias. Os angolanos que se encontram no exterior querem e com razão maior atenção do seu Governo. As missões diplomáticas e consulares têm a obrigação de cuidar sempre do registo desses cidadãos, quando o desejarem, garantir-lhes proteção consular, sem atender a considerações de ordem política ou partidária, e criar condições que permitam uma constante ligação à Pátria. (...) Estou certo de que a diplomacia angolana vai continuar a orientar-se no sentido da busca da paz e da estabilidade em todo o mundo e também abrir caminho à obtenção expedita pelo país dos meios e recursos externos de que necessita para a reconstrução, crescimento e desenvolvimento, bem como para a dissuasão e neutralização de eventuais agressões externas ou de atos de desestabilização interna, fomentados e apoiados do exterior.

Fonte: José Mena Abrantes (org.), vol. II, *op. cit.*, pp.129-131.

3. Conselho consultivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola, no dia 7 de fevereiro de 2011.

Senhor Ministro das Relações Exteriores, senhores secretários de Estado, senhores embaixadores, distintos convidados.

Minhas senhoras e meus senhores.

Eu agradeço o convite para participar neste importante fórum de reflexão sobre a política externa da República de Angola. Aceitei com muito prazer porque a realização deste Conselho Consultivo Alargado ocorre num momento em que o Mundo está a viver um período bastante conturbado, marcado por crises de natureza política, militar, económica e social em vários Países, particularmente em África e Médio Oriente.

Estas crises, entre as quais algumas são antigas, resultam da incapacidade de se encontrar entendimentos políticos ou programas de Governo adequados para a sua resolução, e se tem agravado por causa das profundas alterações que o Mundo conheceu nas duas últimas décadas.

Com efeito, com o fim da Guerra Fria verificou-se a alteração da correlação de forças estabelecidas depois da II Guerra Mundial, quando foram definidas as bases políticas e jurídicas em que

se assentam as normas e os mecanismos universais vigentes que regulam o funcionamento da Comunidade Internacional.

Neste processo de transformação das Relações Internacionais muito contribuiu também o fenómeno da globalização que teve como principais motores a mundialização da economia, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, que garantem o estabelecimento de redes globais de produção e a funcionalidade dos mercados financeiros internacionais, bem como uma autêntica revolução da comunicação.

A rapidez dos transportes, da circulação da informação e dos fluxos financeiros no mundo tornou os países mais próximos e acentuou a interdependência, em maior ou menor escala, entre os diferentes atores das relações internacionais, impondo que a ocorrência de um facto num País ou numa sub-região possa ter impacto ou influência noutra ponto do Planeta.

Deste modo, para além dos problemas que lhes são próprios, os Estados não podem deixar de prestar a devida atenção as questões externas e de conceber programas de ação político-diplomática e de cooperação internacional com objetivos claros a alcançar a curto, médio e longo prazo.

No conjunto destas questões sublinhamos a recente crise económica e financeira mundial causada por políticas desajustadas adotadas pelos países ocidentais mais industrializados e que teve consequências negativas diretas ou indiretas na vida quotidiana de milhões de pessoas em todos os países.

Enquanto as economias dos Países se recuperam deste nefasto fenómeno, outros problemas da atualidade dignos de menção são conflitos intra-estaduais, o terrorismo, o tráfico de drogas e de seres humanos, a imigração ilegal, a pirataria, os crimes transnacionais, as grandes endemias, a pobreza, a intolerância política, étnica e religiosa, a discriminação racial e da mulher.

Estas questões naturalmente devem continuar a figurar nos nossos programas e agendas internacionais, assim como outros tais como as catástrofes naturais, que têm provocado um elevado número de vítimas humanas e enormes prejuízos materiais como resultado das alterações climáticas, e que exigem que tomemos parte ativa na concertação internacional com vista a tomada de medidas para diminuir a libertação de gases com efeito de estufa, o sobreaquecimento global e a desertificação.

Outras questões tais como a promoção e a proteção dos direitos do homem, a promoção da democracia, da boa governação e o desenvolvimento económico e social devem igualmente estar no centro das nossas atenções.

Neste contexto, senhor ministro, senhores embaixadores, senhores convidados, não é difícil concluir que, neste contexto, o Estado angolano tem muitas tarefas importantes e urgentes que requerem o tratamento adequado por quadros com boa formação técnica e política e a existência de um Ministro das Relações Exteriores, capaz e que assume de facto o seu papel de principal organismo executor e coordenador da política externa.

Neste sentido, este Ministério tem de aperfeiçoar a sua estrutura organizativa, racionalizar os seus métodos de trabalho e melhorar a coordenação e o controlo das suas ações.

Espera-se que este Conselho Consultivo faça uma análise crítica da situação do Ministério das Relações Exteriores, da sua estrutura orgânica e dos seus regulamentos internos, da qualidade dos seus recursos humanos e da situação dos seus recursos materiais e técnicos, bem como do desempenho das Missões Diplomáticas e Consulares.

Não menos importante para o funcionamento eficiente do Ministério é o estudo sobre a necessidade de uma nova metodologia de relacionamento entre a estrutura central e as Embaixadas no que respeita a recolha, tratamento, tramitação e expedição da informação por forma a garantir-se a compreensão dos objetivos e a realização com qualidade das ações diplomáticas.

Pretendemos que o Ministério das Relações Exteriores seja de facto um organismo moderno dotado de grande capacidade de execução efetiva e eficaz da nossa política externa.

Esta política fundamenta-se nos princípios estruturantes da Constituição da República e no Programa de Ação do Executivo cujos objetivos visam:

- 1. A preservação e fortalecimento da soberania nacional;*
- 2. O apoio ao desenvolvimento económico, social e político do País através de uma maior inserção de Angola no mundo;*
- 3. A proteção dos direitos e interesses angolanos no estrangeiro;*
- 4. A proteção da cooperação internacional em todos os seus domínios;*
- 5. A assunção da cultura como um dos principais elementos para a reafirmação da identidade nacional;*
- 6. A promoção da imagem de Angola no exterior;*
- 7. A promoção da paz, segurança e da estabilidade mundial;*
- 8. A prevenção, gestão e resolução de conflitos por via pacífica e condenação do uso da força como meio de resolução dos conflitos fora do sistema das Nações Unidas e dos parâmetros da União Africana;*
- 9. O reconhecimento do direito Internacional como norma de conduta dos Estados nas suas relações;*
- 10. A defesa e promoção da cooperação internacional e da integração regional como sistemas de convivência e vias de desenvolvimento dos Estados;*
- 11. Reforço do papel das organizações multilaterais, regionais e internacionais ao serviço da paz e do desenvolvimento dos Estados;*
- 12. A rejeição de toda e qualquer forma de colonialismo, neocolonialismo, terrorismo, discriminação ou segregação e reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e sua libertação dos sistemas opressivos;*
- 13. A não ingerência em assuntos internos de outros Estados e o respeito do princípio de igualdade soberana entre Estados.*

Senhor ministro, senhores embaixadores, distintos convidados, esta ocasião, da realização do conselho consultivo do Ministério das Relações exteriores, deve ser aproveitada também para se discutir, nos termos da Lei, um plano geral de reforma para os diplomatas com mais de sessenta anos, criando para já instrumentos para reconhecer o mérito e homenagear aqueles que nesta atividade se tenham destacado na prestação de serviços à Nação angolana.

Por outro lado, devemos reconhecer que o estatuto do Diplomata que conta com dezoito anos de vigência e que agora se pretende rever, apresentou para a época um grande progresso ao consagrar e ao reconhecer direitos adquiridos.

A atual proposta de revisão, ao retomar os progressos alcançados com a publicação e aplicação daquele documento, visa a sua preservação e conseqüente reforço, requerendo hoje aos profissionais da

diplomacia angolana um perfil académico e qualidades morais, éticas e patrióticas, consentâneas com o nível de desenvolvimento que o país alcançou, mantendo a mesma dimensão de direitos e privilégios universalmente consagrados para diplomatas sem perder de vista a especificidade e a realidade do nosso país.

Por outro lado, é necessário avaliar o modo como são utilizados os recursos financeiros que o Estado põe à disposição do sector. Peço a todos os gestores e aos gestores das Embaixadas, em particular, que façam um esforço permanente para gerirem de forma adequada, responsável e transparente o erário público, na esteira do rigor estabelecido para a execução do Orçamento Geral do Estado.

Senhor ministro, minhas senhoras e meus senhores, um dos importantes desafios que se colocam à política externa e à diplomacia angolana é o de promover e defender os interesses, o prestígio e a imagem do País junto da Comunidade Internacional.

Devemos continuar a desenvolver ações político-diplomáticas que conduzam ao desenvolvimento da Comissão do Golfo da Guiné, da Conferência dos Grandes Lagos e das Comunidades Económica Sub Regionais Africanas nas quais estamos inseridos, nomeadamente a SADC e a CEEAC.

Não nos esqueçamos que detemos a Presidência da CPLP por dois anos e que é nosso dever tudo fazer para que as deliberações desta Comunidade aprovadas na Cimeira de Luanda e de outras não aplicadas, sejam implementadas com êxito.

Neste contexto, temos de priorizar a concretização do programa para a Guiné Bissau e para adoção do português como língua de trabalho da Organização das Nações Unidas.

Devemos igualmente, dentro das nossas reais possibilidades, contribuir para a resolução dos problemas globais particularmente daqueles que afetam o nosso continente e assumirmo-nos simultaneamente como um fator de paz, segurança regional e mundial e agindo como parceiro justo disposto a partilhar interesses, a cooperar com vantagens recíprocas na construção de um mundo cada vez melhor.

Neste quadro é importante reforçar o papel do multilateralismo na resolução dos problemas universais, seguindo a lógica de um novo pensamento de responsabilidades e benefícios partilhados com base no reconhecimento dos legítimos interesses de todas as partes e na sua concertação com vista a serem encontradas soluções exequíveis.

Hoje, é cada vez maior o reconhecimento geral de que as instituições criadas há mais de 60 anos atrás, isto depois da II Guerra Mundial, carecem de reformulação e adaptação às novas realidades do mundo atual.

É assim necessário envolvermo-nos ativamente neste processo de reforma e continuar a lutar por uma participação efetiva e mais ampla de África no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Fundo Monetário Internacional e nos órgãos informais como o G20, G8 e outros.

Senhores membros do Conselho Consultivo, exprimo a minha satisfação por terem tomado a iniciativa de, finalmente, realizarem esta reunião cujo resultado, estou certo, terão efeitos positivos no vosso futuro trabalho.

Com estas palavras desejo muitos êxitos à vossa reunião.

Muito obrigado!

Fonte: Angop – Agência Angola Press, Discursos dos Presidentes,
<http://www.portalangop.co.ao/motix/pt> [consultado no dia 4 de novembro de 2011]

Discurso de Bernardo Domingos Quiosa, primeiro embaixador da República de Angola, junto da Santa Sé, no dia 7 de fevereiro de 1998

Beatíssimo Padre [João Paulo II]

Desde os primórdios da fé católica implantada no reino do Congo, cuja entidade geográfica e política faz hoje parte da moderna Angola, as autoridades nativas sempre se preocuparam com a promoção espiritual dos povos na nova religião trazida pelos europeus desde 1490.

A aceitação da fé cristã supunha a renúncia às práticas pagãs e o reconhecimento da autoridade da Igreja. A elevação ao episcopado do filho do monarca do Congo, D. Henrique, bispo titular de Utica, inaugurou uma era de cristianismo nos trópicos na idade da Renascença e, desde então, a fé não se apagou do coração do Africano que tradicionalmente é religioso e teve sempre o temor de Deus, como os Reis Magos que visitaram o Senhor em Belém. De facto, na vida quotidiana, o Africano de Angola sempre manteve o culto de adoração a Deus e a veneração dos antepassados que são tomados como os protetores do lar, da família e do clã.

Os reis do Congo queriam beber diretamente da fonte da fé cristã e, por isso, estabeleceram contactos diretos com a Sé Apostólica, que, desde 1595, correspondeu aos anseios dos povos convertidos enviando-lhes missionários no espírito do Apóstolo Paulo. E, para assegurar a continuidade dos serviços missionários, os reis do Congo pediram à Santa Sé, por intermédio do rei de Portugal, que fosse lá erigida uma diocese. Em 1600, entrou na Sé de São Salvador o primeiro bispo diocesano com o seu cabido, na pessoa do capuchinho português D. Miguel Rangel.

*É de recordar que, em 1534, o reino do Congo dependia eclesiasticamente da diocese de S. Tomé, erigida por ordem do Sumo Pontífice Paulo III, como sufragânea da arquidiocese do Funchal. Essa situação vigorou até 1557, data em que a dignidade da Sé metropolitana foi extinta em Funchal e transferida para Lisboa. O rei D. Álvaro II do Congo renovou, em 1587, o pedido à Santa Sé da criação da diocese do Congo e, pela Bula *Super specula militantis Ecclesiae*, de 20 de maio de 1596, o Papa Clemente VIII desmembrou de S. Tomé a nova diocese que passou a chamar-se diocese de Congo e Angola; muito mais tarde, em 1932, passou a ser a diocese de Angola e Congo até 1940, quando a Sé diocesana de S. Salvador foi mudada para Luanda e esta passou a sede metropolitana.*

O relacionamento do monarca do Congo com a Sé Apostólica vinha já do rei D. Afonso I, cujo filho fora elevado à dignidade episcopal. Entretanto foi no tempo de Álvaro II, mas precisamente em 1607, que se organizou uma embaixada, encabeçada por um neto seu, chamado António Manuel, o Nigrita, marquês de Vunda perto de S. Salvador, que chegou a Roma, depois de vários meses de espera em Madrid pela autorização do rei de Espanha, e faleceu no dia 5 de janeiro de 1608, pouco depois da sua chegada. Foi sepultado na Basílica de Santa Maria Maior, com todas as honras devidas a um digno embaixador do rei do Congo. Em abril do mesmo ano, falecia também o 2.º bispo do Congo, frei António de Santo Estêvão, dominicano português, que para lá se dirigira em 1504 com alguns padres dominicanos.

Neste tempo, os padres jesuítas já estavam estabelecidos em Luanda onde haviam aberto um Colégio por causa do nível de desenvolvimento que a cidade atingira, pois a partir de 1590 o reino de Angola contava já com algumas paróquias: a do Corpo Santo, a de Nossa Senhora da Conceição da

Vitória em Massangano, a de Nossa Senhora do Rosário de Cambambe e a de Nossa Senhora da Conceição da Muxima, ao longo do rio Kwanza. Em Luanda, tanto o colégio dos jesuítas, que contava com nove religiosos, como o convento dos franciscanos, que tinha cinco frades, estavam em franco desenvolvimento; mais tarde, em 1532, fundou-se a ermida de Nossa Senhora da Nazaré e, em 1679, a paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. Nessa época o bispo da diocese de Angola ordenou muitos clérigos naturais da terra e outros vindos do Brasil, sendo os primeiros formados no colégio dos jesuítas, que em 1620 fez uma celebração soleníssima pela beatificação de S. Francisco Xavier, o apóstolo das Índias.

No ano seguinte, registou-se o batizado de Njinga Mbadi, a célebre rainha Njinga, que viera a Luanda como embaixatriz do rei Ngola, seu irmão, potentado do reino do Ndongo (Angola). Ela entendia-se bem com os frades capuchinhos e durante 40 anos foi a heroína da resistência nacional contra a conquista e subjugação portuguesa. Faleceu piedosamente em 1663, assistida pelos franciscanos, frei Manuel Romano e padre João Cavazzi, em Santa Maria da Matamba, onde foi sepultada, tendo sido observados todos os ritos fúnebres da Santa Madre Igreja.

Em 1640, criou-se a Prefeitura Apostólica do Congo pelo decreto da Sagrada Congregação de Propaganda Fide, em 25 de junho, mas a Sé do Congo e Angola viria a estar vaga durante 30 anos devido a circunstâncias políticas entre Portugal e a Espanha, por esta última não aceitar a apresentação de bispos à Santa Sé, feita pelo novo monarca português.

É interessante notar, Santíssimo Padre, que nessa altura em Angola, as paróquias estavam sob a invocação da Mãe de Deus, sendo a da Muxima a de maior relevo e de afluência de devotos que até hoje aí ocorrem dia e noite em peregrinação, idos de todas as partes de Angola ao Santuário daquela que é a Padroeira da Nação Angolana.

Depois da embaixada do rei Álvaro II em 1607, assistiu-se ao envio de uma delegação a Roma, em 1947, a fim de assistir à canonização do beato João de Brito, sacerdote português martirizado na Índia, de que fez parte D. Pedro VII, símbolo da antiga realeza do Congo, a qual foi recebida pelo Sumo Pontífice Pio XII, de feliz memória.

Beatíssimo Padre!

Eis-nos pois aqui, diante de Vossa Santidade, depois de 390 anos de ausência, para testemunhar a fé e lealdade dos cristãos de Angola, que durante vários anos ansiaram por este momento com as suas orações e súplicas a Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos uniu a todos, na fé aos pés do Sucessor de Pedro, Pastor Supremo das nossas almas.

No mês de junho de 1992, tivemos o prazer de receber a visita de Vossa Santidade, dias de bênção cuja lembrança permanece indelével no coração dos angolanos. Grande mérito dessa visita foi o de apelar à paz entre irmãos e à reconciliação, que viria a formalizar-se nos Acordos de Lusaka, assinados em 20 de novembro de 1994, abrindo caminho ao estabelecimento duma Assembleia Nacional abrangente e do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, empossado no dia 11 de abril de 1997.

Não posso, de forma alguma, esquecer o papel desempenhado pelo Episcopado Angolano, mormente através das suas Cartas Pastorais, que sempre pugnou pela paz e reconciliação de todos os angolanos, procurando ao mesmo tempo aliviar na medida do possível dos sofrimentos do povo, promovendo a caridade fraterna e a solidariedade para com os deserdados da fortuna.

Trago a Vossa Santidade os mais ardentes votos e cumprimentos de Sua Excelência o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que viera aqui, ao Vaticano, em 8 de julho de 1997, para o estabelecimento das relações diplomáticas do País com a Santa Sé. Tenho também o ensejo de apresentar a Vossa Santidade a homenagem de um Povo carinhoso e dedicado à Sé Apostólica, em comunhão com as autoridades civis e religiosas da martirizada Angola.

Que Deus guarde Vossa Santidade por muitos anos.

Obrigado!

Fonte: *L'Osservatore Romano*, 14 de fevereiro de 1998, p. 78.

Entrevistas

1. Luís de Almeida, embaixador da República Popular de Angola em Paris, publicada em maio de 1982

[J. Pereira de Almeida] – A última reunião realizada em Paris, entre os representantes do Grupo de Contacto, foi antecedida por uma que se realizou em Genebra, entre Chester Crocker e Brand Fourie, respetivamente Sub-Secretário de Estado dos EUA para os Assuntos Africanos e Embaixador da África do Sul na ONU, como começa a ser habitual antes das reuniões dos “Cinco”. Os Estados Unidos encontram-se habitualmente com os sul-africanos antes de se reunirem com os seus parceiros. Crê que essa reunião isolada, tenha tido grande influência no encontro dos Cinco?

[Luís Almeida] – Tem sido nesta grande atividade diplomática em relação à Namíbia os tais encontros, digamos, bilaterais que precedem encontros multilaterais. Por exemplo, quando nós tivemos discussões com os americanos, em Janeiro, em que discutimos questões bilaterais e outras que interessam à região austral, já o senhor Chester Crocker, antes de vir discutir connosco, foi conversar com os sul-africanos. Nesta última reunião dos Cinco que teve lugar em Paris, Chester Crocker também se tinha avistado com os sul-africanos, sempre com a mesma justificação; que o “partenaire” sul-africano é difícil, portanto será preciso primeiro discutir com ele, ter a sua “luz verde” para depois continuar as discussões com os outros, tanto com a SWAPO e os Países da Linha da Frente, como com os outros membros do Grupo de Contacto; o que nos leva a pensar, muitas vezes, que no fundo, os “Cinco”, Estados Unidos, Grã-Bretanha, RFA, Canadá e França não são senão uma caixa-de-ressonância de todos os pontos de vista da África do Sul. Querem-nos fazer crer que toda a pequena concessão que possam conseguir dos sul-africanos deve ser aproveitada no sentido de fazer avançar o processo, quer dizer, a implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança das nações Unidas.

Desta vez, em Genebra não se soube exatamente o que os americanos e os sul-africanos discutiram. Há especulações em torno dessa reunião e eu sei que em Paris, contactando com responsáveis da diplomacia francesa, havia uma espécie de euforia, uma certa satisfação que dava a entender que naturalmente o Chester Crocker tinha conseguido arrancar algumas concessões da parte sul-africana. E é verdade que, antes desta reunião de Paris do Grupo dos Cinco, as agências de imprensa disseram que o Grupo iria já, nessa reunião, estudar a fase dois, quer dizer sem que a fase um tenha sido aceite pela SWAPO, a África do Sul e os seus fantoches namibianos.

Reuniram-se em Paris numa discrição total mas pretende-se querer que o Grupo de Contacto teria abandonado a questão do sistema eleitoral que vinha sugerindo, como sendo o mais democrático. Consideraram a intransigência da SWAPO e da Linha da Frente, teriam enterrado essa questão e agora iriam escolher um dos outros sistemas eleitorais que tinham previsto, antes daquele sistema complicado, posteriormente, apresentado. Dentro ainda destas especulações é bem possível que, brevemente qualquer coisa de novo saia e que faça avançar o processo. Este otimismo baseia-se numa declaração que o ministro francês das Relações Exteriores, Claude Cheysson teria feito à margem da reunião de Luxemburgo consagrada ao problema das sanções da CEE contra a Argentina e aos problemas agrícolas e ao Mercado Comum, em que ele disse ter encarregue os peritos de avançar depressa no sentido de aplicar

em 1982, o Plano das Nações Unidas para a solução pacífica do problema da Namíbia. Mas, como disse, isto ainda são especulações como uma nuvem que nem traz chuva, nem espaços de sol.

[J. Pereira de Almeida] – As potências ocidentais, tirando os Estados Unidos da América que tem, neste momento, a administração que nós conhecemos, aceitarão assim tanto em tom de “caixa-de-ressonância” as “ordens” norte americanas?

[Luís Almeida] – Eu penso que o chefe de fila, o tenor da orquestra é mesmo os Estados Unidos da América. Claro que a República Federal da Alemanha tem uma posição mais dura, mais correta do ponto de vista dos países da Linha da Frente, e a França também, faz coro com a RFA. Mas a Grã-Bretanha nunca teve uma posição definida, ainda que no tempo de Lord Carrington tentasse de facto apoiar-se no grupo europeu, face às veleidades americano-sul-africanas. Mas no fundo, de facto, quem comanda, quem tem ideias, quem define a estratégia a seguir, parece-me que são os Estados Unidos da América.

[J. Pereira de Almeida] – As potências ocidentais, pelo que sabemos, ainda não desmentiram uma notícia veiculada pela África do Sul, segundo a qual Savimbi terá dito que manteve recentes contactos com os “Cinco” sobre o problema namibiano. Não tem nenhum dado novo sobre esse assunto?

[Luís Almeida] – Eu, pessoalmente, fui encarregado de sondar junto do Governo francês e as autoridades francesas informaram-me que tal reunião nunca tinha tido lugar; a parte francesa negou categoricamente que o Grupo de Contacto tenha tido ou tenha qualquer contacto com os fantoches. Terá sido um exercício de propaganda do Savimbi!

[J. Pereira de Almeida] – Neste processo de negociações sobre a independência da Namíbia vemos muitas vezes à memória a experiência angolana na fase de transição e até mesmo o caso do Zimbabué, nos quais teve de haver grande agilidade diplomática, se bem que em situações diferenciadas. Em face disso a resposta da Linha da Frente incluindo a SWAPO, às iniciativas tendentes à solução do problema namibiano não será um tanto morosa? É errado pensar assim?

[Luís Almeida] – Eu penso que sim. Primeiramente os Países da Linha da Frente limitam-se a acompanhar o processo. Nós não somos uma parte diretamente ligada à questão, nós, como Angola, sofremos efeitos do conflito que opõe os camaradas nacionalistas namibianos à potência ocupante, a África do Sul. Muitas vezes reunimos e tomamos posições, mas estas respondem quase sempre às posições da SWAPO porque elas dizem respeito à SWAPO, dizem respeito aos namibianos e não a Angola, ao Zimbabué, a Moçambique ou à Zâmbia. Eu creio que as posições que os países da Linha da Frente têm tomado, enquadram-se neste processo que tem, necessariamente, de ser lento porque o inimigo é teimoso, é casmurro e para mais, fascista. E, portanto, penso que tudo o que tem vindo a ser feito, se faz com medidas e com vontade de andar depressa, simplesmente, a parte adversária é que não nos dá oportunidade de ir mais à frente e mais depressa.

[J. Pereira de Almeida] – E da parte do Grupo de Contacto nota-se essa mesma tendência de querer andar rápido, ou será apenas a intransigência sul-africana que atrasa a resolução do problema?

[Luís Almeida] – Por vezes há também da parte deles uma certa sinceridade porque ninguém tem interesse em perpetuar esta situação. Claro que o imperialismo tem interesse em manter uma espécie de “status quo” que visa essencialmente desgastar a capacidade de resistência do Povo angolano às permanentes agressões sul-africanas. Mas também se devem ter apercebido que essa capacidade de resistência é grande e que não se trata de uma questão de teimosia do governo angolano, mas de uma questão de princípio à qual todo o Povo angolano está ligado, solidário. Trata-se de ajudar um povo irmão a obter a sua independência, da mesma maneira que os Povos que apoiaram o MPLA durante a luta sofreram consequências desse apoio.

No Grupo de Contacto há posições diferentes. A dos Estados Unidos não é igual à da França, a vontade de ver o problema solucionado pelos alemães federais não é a mesma que a vontade dos Estados Unidos, que contam sempre em ganhar tempo na esperança de provocar a desestabilização do poder revolucionário angolano e a mudança do regime no nosso País, para depois puderem então, com um novo sistema neocolonial em Angola, encontrar a solução ideal que eles sonham para a Namíbia. Mas, pouco a pouco se vão apercebendo que, de facto, a nossa posição é correta e que a salvaguarda dos seus próprios interesses na África do Sul lhes dita uma certa pressa, porque à medida que o tempo passa, as posições vão-se radicalizando e que temem que se possa chegar a um ponto, como dizem os franceses de “non retour”, de regresso a uma situação tal que eles não possam dominar.

[J. Pereira de Almeida] – Neste sentido, o clima político que se vive em França, leva a pensar que os “Cinco” aceitarão esta proposta que a SWAPO faz, à semelhança de Genebra?

[Luís Almeida] – Pelas minhas conversas com os responsáveis franceses, parece-me que eles não vão aceitar esta proposta. Eles estarão sim dispostos a analisar o problema em termos globais, porque esta análise de fase a fase, pode durar dez anos, quinze anos. Portanto estão dispostos naturalmente a sentar-se a uma mesa com os países da Linha da Frente, e com a SWAPO, e analisar o problema em termos globais.

No tocante à tal conferência que propõe a SWAPO, segundo as informações que obtive das partes ligadas ao Grupo dos Cinco, não há muito entusiasmo por essa proposta, e mais, há uma certa oposição da África do Sul.

[J. Pereira de Almeida] – Portanto, essa via parece estar excluída à partida?

[Luís Almeida] – Está excluída não, eu penso que é a melhor via e que há que se insistir nela, e levar os países dos “Cinco” a aceitá-la porque é a única capaz de fazer ultrapassar o atual impasse, porque uma coisa é uma mesa redonda onde se discute livremente os problemas e outra são essas reuniões a conta-gotas que estão a fazer-se aqui e ali, umas vezes com os Países da Linha da Frente, outras vezes com a África do Sul ou com a SWAPO; dessa maneira é que nós não vamos lá depressa, de modo que

uma conferência entre as partes diretamente interessadas, a SWAPO, os sul-africanos e os seus fantoches, com os países da Linha da Frente e os “Cinco” como observadores é a melhor via; que nos sentemos e discutamos. Porque se os sul-africanos quiserem ou não negociar diretamente, um dia eles serão obrigados a fazê-lo com aquele que os combate, que é a SWAPO. É natural que numa tal discussão terá de haver concessões de parte a parte, sem que com isso se traiam os princípios que regem, neste caso, a SWAPO, a organização patriótica namibiana.

[J. Pereira de Almeida] – A declaração de Claude Cheyson que citou há pouco, poderá levar a crer que 82 ainda poderá vir a ser o ano da independência da Namíbia ou o da rápida implementação do Plano das Nações Unidas para esse fim?

[Luís Almeida] – Eu gostaria de ser otimista e de dizer como os árabes “ul tjala”, traduzindo literalmente, “que Deus o queira!

[J. Pereira de Almeida] – O camarada Luís de Almeida participou nos dois encontros havidos este ano, em Paris, entre o Ministro das Relações Exteriores, camarada Paulo Jorge e o Sub-Secretário de Estado norte-americano Chester Crocker. Os norte-americanos continuam a afirmar que só estabelecerão relações com o nosso País depois da retirada das tropas cubanas. Poderá haver relações mesmo com a soberana decisão angolana de ter aqui os companheiros cubanos? Poderão influenciar os EUA a retirar essa sua condição?

[Luís Almeida] – Essa é uma verdadeira obsessão dos Estados Unidos, ou então é a justificação de, (não deveria utilizar a expressão mas vou fazê-lo) uma posição política estúpida porque em parte nenhuma do Mundo, os Estados Unidos puseram como condição para o estabelecimento de relações diplomáticas com outros países a presença ou não a presença de tropas estrangeiras no território com o qual querem estabelecer relações. Temos um caso perto, o de Djibouti, quando esse Estado ascendeu à independência tinha quatro ou cinco mil soldados franceses que lá continuam, senão mesmo em maior número. Portanto nunca os Estados Unidos colocaram essa condição; em relação a nós digamos que é uma condição estúpida, e para mais, como condição que é não a aceitamos, os Estados Unidos se quiserem ter relações diplomáticas com a República Popular de Angola têm-nas tal como ela é, não como eles gostariam que ela fosse. Mas eles tantas vezes enganaram a sua opinião pública, tantas vezes afirmaram as suas condições, que agora estão numa situação difícil de não saber como salvar a face. De qualquer maneira, nós temos vivido muito bem sem relações diplomáticas com os Estados Unidos e poderemos continuar a viver. Agora, as condições impostas é que nós consideramos não somente como inaceitáveis mas escandalosas, porque uma superpotência como os Estados Unidos colocar a um pequeno país subdesenvolvido como o nosso, condições para estabelecer relações, isto é um escândalo. Nós recusámos e continuamos a recusar.

[J. Pereira de Almeida] – E como é que se pode entender a insistência dos norte-americanos de tentarem fazer regularmente esses encontros?

[Luís Almeida] – Talvez para ganhar tempo, querem manter talvez a ficção de estar à procura de uma solução, que querem normalizar as relações com Angola, mas ao mesmo tempo, através da CIA e da África do Sul tentam por todas as formas desestabilizar o regime popular angolano.

[J. Pereira de Almeida] – A questão dos fantoches angolanos não tem sido abordada nas conversações angolano-americanas?

[Luís Almeida] – Não, de forma alguma, porque quando os Estados Unidos nos colocam o problema dos seus protegidos da UNITA, nós perguntamos se esses protegidos constituem a quinquagésima primeira estrela da bandeira dos Estados Unidos, portanto não vemos como é que nas questões bilaterais entre Angola e os Estados Unidos esse elemento apreça, a não ser que os EUA considerem esse, um assunto de discussão, mas nós temos recusado tudo isso, considerando até como uma ingerência inadmissível nos assuntos internos de Angola.

[J. Pereira de Almeida] – Uma última questão relacionada com um assunto que não parece ter nada a ver com a Namíbia, mas que até, tem dados interessantes. Falo do problema das Malvinas. A CEE, o Conselho de Segurança tomaram posições rápidas de condenação à Argentina, boicotes, etc., uma ação vigorosa. Como interpreta essa disposição das potências, essa prontidão em relação a um problema dessa envergadura, quando um tema como a guerra que é movida contra Angola há tantos anos pela África do Sul e que ultimamente tem causado milhares de vítimas não merece sequer a adoção de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, num caso semelhante ao que a Grã-Bretanha reivindica em relação às Malvinas?

[Luís Almeida] – É o que eu chamo a solidariedade rácico-continental, porque quando se tratava de aplicar sanções ao Irão por causa dos reféns americanos, elas foram aplicadas; agora no caso da Inglaterra contra um país do Terceiro Mundo eles também aplicam as sanções contra esse País, sobre uma forma que me parece racista. No tocante à África do Sul nunca eles aplicaram sanções, torneiam sempre as questões, dizendo que não é aplicação de sanções que vai resolver o problema. Porque? Porque se trata de um país amigo e talvez haja considerações rácicas, porque não se explica como é que não se aceita a aplicação de sanções contra a África do Sul e se aceitam contra o Irão, contra a Argentina, portanto não vejo nenhuma outra explicação.

[J. Pereira de Almeida] – Querirá dizer então que se a Europa já fez a descolonização geográfica, mas ainda não fez a descolonização mental?

[Luís Almeida] – Não fez a descolonização mental e que levará muito tempo a fazê-la.

2. Alexandre Rodrigues “Kito”, chefe da delegação da República Popular de Angola nas conversações de Lusaka, publicada em fevereiro de 1984

ANGOP – Eu gostaria de saber se a questão da UNITA foi abordada nas conversações de Lusaka?

“Kito” – As questões da UNITA foram abordadas, tanto junto da delegação americana como da sul-africana. Aos sul-africanos nós manifestamos a nossa preocupação por termos conhecimento da existência de grupos da UNITA nas zonas desengajadas. Claro que esta presença da UNITA nesta área é possível dada a proteção que eles obtêm das forças sul-africanas.

Claro que esse assunto, a comissão mista, na prática, irá igualmente tentar resolver à medida que se forem desenvolvendo os seus trabalhos. Doutra maneira nós não avançamos outras questões relativamente à UNITA porque pensamos que, com o andamento positivo da comissão mista e o desengajamento dos sul-africanos do sul do nosso território, situação essa que vai culminar com a resolução 435, achamos, sem dúvida, e esperamos, que isso seja possível: uma cessação da ajuda da África do Sul à UNITA, esperando nós que não haja infiltrações a partir da Namíbia, uma vez cessado o desengajamento e iniciado o período de implementação da [resolução] 435. Este é um assunto interno dos angolanos e que deverá ser resolvido entre os angolanos.

Foi desta maneira que nós fizemos sentir a nossa posição às duas delegações.

EXPRESSO – O ministro dos Estrangeiros da África do Sul disse que esperava que Angola retomasse a sua soberania em relação às tropas cubanas e à SWAPO. O problema cubano foi discutido nas conversações?

R – O problema cubano não foi discutido porque achamos nós que estávamos a discutir com base nos quatro pontos expressos pelo Presidente da República aquando da visita a Angola do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Retirada incondicional das tropas sul-africanas de Angola; aplicação da resolução 435/78 da ONU sobre a Namíbia; cessação das agressões sul-africanas contra Angola; fim de todo o apoio, logístico e militar, à UNITA.

Praticamente não se discutiu essa questão por acharmos que, quando estiverem satisfeitos os quatro pontos que acabo de citar, Angola poderá negociar com o governo de Cuba um novo programa de retirada escalonada das tropas internacionalistas cubanas. Mas, para nós, continuam válidas as declarações de 4 de Fevereiro, entre os governos angolano e cubano.

JORNAL DE ANGOLA – Que garantia deu a África do Sul no sentido de abandonar o apoio que concede ao grupelho da UNITA?

R – Bom, o processo de desengajamento prevê, como disse, a implementação da resolução 435. E a implementação da resolução 435 vai criar condições para que cesse esse apoio. Agora, a África do Sul não tem diretamente respondido às nossas afirmações de que eles apoiam a UNITA. No entanto, eles não

negam existir uma presença da UNITA em território namibiano e que, de facto, eles dão esse apoio. Mas, nas conversações, é difícil arrancar esta resposta dos sul-africanos. Mas nós estamos em crer que a implementação da resolução 435 irá resolver o problema, uma vez que as tropas sul-africanas se deverão retirar do território namibiano. E uma vez isso acontecendo vai cessar, esperamos nós, o apoio da África do Sul à UNITA. Claro que, nas próximas conversações, nós vamos voltar a pôr este problema.

Fonte: *Revista Angolana Novembro*, fevereiro de 1984, p. 36.

Declaração de Havana, assinada entre a República Popular de Angola e Cuba, no dia 19 de março de 1984

Os Governos da República Popular de Angola e da República de Cuba, há mais de dois anos, na declaração conjunta de 4 de fevereiro de 1982, difundida mundialmente, expuseram com grande clareza a sua posição de princípios sobre a situação de tensão prevalecente no sul de África.

O período decorrido não fez mais do que confirmar a justeza de todos os pontos contidos na dita declaração que gozou da aprovação da opinião pública internacional e da simpatia quase unânime de todos os países do globo, com a vergonhosa exceção dos governos dos Estados Unidos de América e da África do Sul, intransigentes durante anos, na perniciosa fórmula do chamado “linkage”, carecida de qualquer fundamento jurídico e moral e repudiada por todo o mundo, exceto pelos seus autores.

A heróica resistência do Povo angolano, apoiado firmemente pelos seus aliados internacionalistas, persuadiu os agressores imperialistas da impossibilidade de fazerem vergar a República Popular de Angola e de liquidarem o seu processo revolucionário, obrigando-a a aceitar negociações sobre novas bases.

O Governo da República Popular de Angola ofereceu sempre informações detalhadas ao Governo de Cuba sobre o curso das conversações que realiza atualmente com a África do Sul e os Estados Unidos da América, com o objetivo de procurar, sobre a base de princípios, uma solução negociada para o conflito que enfrenta, há anos, o Povo angolano contra os agressores sul-africanos e criar as condições que permitam a aplicação imediata da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU e a Independência da Namíbia.

Dentro do contexto deste esforço, desenvolvido a favor da paz por parte de Angola, a Declaração Conjunta de 4 de fevereiro mantém plena vigência e, constitui uma base de princípios para qualquer solução negociada que elimine a tensão atual e assegure a paz e a plena independência, para as Nações desta região. Respeitando rigorosamente o estabelecido na referida declaração conjunta, os Governos de Cuba e de Angola reafirmam que reiniciarão, por vontade própria e no exercício da sua soberania, a execução da retirada gradual do contingente militar internacionalista cubano, logo que forem cumpridos os seguintes requisitos:

Retirada unilateral das tropas racistas da África do Sul do território angolano.

Aplicação estrita da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, o acesso da Namíbia à sua verdadeira independência e a retirada total das tropas sul-africanas que ocupam ilegalmente este país.

A cessação de qualquer tipo de agressão direta ou de ameaça de agressão contra a República Popular de Angola, por parte da África do Sul, dos Estados Unidos da América e seus aliados.

Junto a estes três requisitos, constituirá também uma condição indispensável, como expressou o governo de Angola na declaração de 26 de agosto de 1983, feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a cessação de qualquer ajuda à organização contra revolucionária UNITA e a qualquer outro grupo fantoche, por parte da África do Sul, dos Estados Unidos da América e dos seus aliados.

Satisfazer estas exigências significaria respeitar as normas do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, respeitar as numerosas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU, do Movimento dos Países Não-Alinhados e da Organização da Unidade Africana.

O Governo de Cuba, em nome do Povo cubano, presta uma merecida homenagem ao heroísmo do Povo angolano que trava já há quase um quarto do século, a guerra de libertação contra os colonialistas, os racistas, os seus amos imperialistas e os seus lacaios e pagou um elevado tributo de sangue na conquista da sua plena independência e na ajuda internacionalista a outros povos irmãos.

O Governo da República Popular de Angola expressa a infinita gratidão do Povo angolano pela ajuda internacionalista do Povo cubano, desde há duas décadas, na sua luta de libertação e testemunha o seu reconhecimento mais fervoroso pela generosidade, pelo sacrifício e pelo heroísmo de mais de cento e cinquenta mil cubanos e cubanas que passaram pela terra angolana, oferecendo a sua colaboração inestimável, tanto no campo militar como civil, para a independência nacional de Angola, prestando deste modo uma contribuição histórica à causa de todos os povos no continente.

Ambos os governos expressam a sua admiração e a sua solidariedade com a luta heróica travada pelos povos da Namíbia e da África do Sul, sob a direção dos seus únicos e legítimos representantes, a SWAPO e o ANC, contra o regime vergonhoso do apartheid. Reafirmaram a sua convicção de que tão repugnante instituição está condenada historicamente a desaparecer.

Feito na cidade de Havana aos 19 do mês de março de 1984, em dois originais em Português e Espanhol, tendo igual valor ambos os textos.

José Eduardo dos Santos

Presidente do MPLA – Partido do Trabalho e da República Popular de Angola.

Fidel Castro Ruz

Primeiro-Secretário do Comité Central do Partido Comunista Cubano

Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros da República de Cuba

Fonte: *Revista Angolana Novembro*, março/abril de 1984, p. 13.

Quadros

Quadro 5 - Ministros das Relações Exteriores da República Popular de Angola (1975–1992) e da República de Angola (1992–2010)

Ministros	Mandatos
José Eduardo dos Santos	novembro de 1975 – novembro de 1976
Paulo Teixeira Jorge	novembro de 1976 – outubro de 1984
José Eduardo dos Santos	outubro de 1984 – março de 1985
Afonso Van Dúnem “Mbinda”	março de 1985 – janeiro de 1989
Pedro Van Dúnem “Loy”	janeiro de 1989 – novembro de 1992
Venâncio da Silva Moura	novembro de 1992 – janeiro de 1999
João Bernardo de Miranda	janeiro de 1999 – outubro 2008
Assunção dos Anjos	outubro de 2008 – novembro de 2010
George Rebelo Pinto Chicoti	novembro 2010 –

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de Angola, <http://www.mirex.gov.ao>

Quadro 6 - Embaixadas acreditadas na República de Angola (2010)

África	Europa	América	Ásia
África do Sul	Alemanha	Brasil	China
Argélia	Áustria+	Canadá +	Coreia
Benim+	Bélgica	Cuba +	Índia
Cabo Verde	Bulgária	EUA	Japão
Congo	Checoslováquia	Uruguai +	Palestina
Costa do Marfim	Espanha	-	Vietname
Egito	França	-	-
Gabão	Federação Russa	-	-
Gana	Grã-Bretanha	-	-
Guiné-Bissau +	Israel	-	-
Guiné Equatorial	Itália+	-	-
Mali	Jugoslávia	-	-
Marrocos	Namíbia	-	-
Moçambique	Noruega	-	-
Nigéria	Países Baixos	-	-
Namíbia	Polónia	-	-
R. Árabe Sarauí	Portugal+	-	-
R. Centro Africana +	R. Checa	-	-
S. Tomé e Príncipe	Roménia	-	-
Zâmbia	Suécia	-	-
Zimbabwe	Ucrânia	-	-

Legenda: Consulados +

Fonte: *Guia Turístico de Angola*. Luanda: Empresa de Listas Telefónicas de Angola, 2010, pp. 17-18.

Quadro 7 - Embaixadas da República de Angola em África (2012)

País	Embaixador
África do Sul * +	António Condessa de Carvalho “Toka”
Argélia	José Agostinho Neto
Botswana	Josefa Guilhermina Coelho da Cruz
Cabo Verde	Pedro Fernando Mavunza
Congo	Gilberto Buta Lutucuta
Costa do Marfim	Emílio Guerra
Congo Democrático	Arcanjo Maria do Nascimento
Etiópia e União Africana	António da Costa Fernandes
Egito	Ana Maria Teles Carreira
Gana	Feliciano António dos Santos
Guiné-Bissau	Armando Mateus Cadete
Guiné Equatorial	Lugar a prover
Gabão	Isaías Jaime Vilinga
Moçambique	Manuel Aragão Miguel da Costa
Marrocos	Alexandre Domingos Duarte “Kito”
Namíbia * +	Lugar a prover
Nigéria	Josefina Perpétua P. Pitra Diakite
S. Tomé e Príncipe	Alfredo Eduardo Manuel Mingas
Tanzânia	Ambrósio Lukoki
Zâmbia	Balbina Malheiro Dias da Silva
Zimbabué *	Hendrick Vaal Neto

Legenda: Chancelarias militares *; Consulados +

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de Angola, <http://www.mirex.gov.ao>

Quadro 8 - Embaixadas da República de Angola na América (2012)

País	Embaixador
Argentina	Hermínio Joaquim Escórcio
Brasil	Nelson Cosme
Canadá	Agostinho Tavares da Silva Neto
Cuba *	César Augusto Kiluanje
EUA*	Carlos Alberto Ribeiro “Kabulo”
ONU, Nova Iorque	Ismael Gaspar Martins
México	Leovigildo Costa e Silva

Legenda: Chancelarias militares *

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de Angola, <http://www.mirex.gov.ao>

Quadro 9 - Embaixadas da República de Angola na Europa (2012)

País	Embaixador
Alemanha	Alberto Correia Neto
Áustria	Maria de Jesus Ferreira
Bélgica e União Europeia	Maria Elisabeth Simbrão
CPLP em Lisboa	Júlio Hélder de Moura Lucas
Espanha	Victor Manuel Lima
França *	Miguel da Costa
Grécia	Isabel Mercedes da Silva Feijó
Hungria	Liseth Nawanga Satumbo Pena
Israel	José João Manuel
Itália	Florêncio Mariano Almeida
ONU, Genebra	Apolinário Jorge Correia
Portugal * +	José Marcos Barrica
Países Baixos/Holanda	Luís José de Almeida
Paris, UNESCO	Diakumpuna Sita José
Polónia	Domingos Culolo
Reino Unido * +	Miguel Gaspar da Costa Neto
Rússia *	Joaquim Augusto de Lemos
Suíça, Berna	Oswaldo dos Santos Varela
Suécia	Brito António Sozinho
Sérvia	Toko Diakenga Serrão
Turquia	José Guerreiro Alves Primo
Vaticano	Armindo Espírito Santo

Legenda: Chancelarias militares *; Consulados +

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de Angola, <http://www.mirex.gov.ao>

Quadro 10 - Embaixadas da República de Angola na Ásia (2012)

País	Embaixador
China	João Garcia Bires
Coreia	Albino Malungo
Emiratos/Abu Dabi	Flávio Fonseca Saraiva de Carvalho
Índia	Manuel Eduardo dos Santos Bravo
Japão	João Miguel Vahekeni
Singapura	Fidelino Loy de Figueiredo
Vietnam	João Manuel Bernardo

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de Angola, <http://www.mirex.gov.ao>

Fontes

Arquivos

1. Arquivo Histórico Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros

Política Asiática e Africana

Maço 7

Maço 7A

Maço 7B

Maço 11 B (provisório)

Maço 33 (provisório)

Maço 39 (provisório)

Maço 83

Maço 89

Maço 92

Maço 107

Maço 163

Maço 222

Maço 223

Maço 225

Maço 226

2. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PIDE/DGS, Delegação de Angola e Serviços Centrais

Processo 11.25.C/25 “FNLA”, NT 1845

Processo 11.27.B/1 “Juventude da União das Populações de Angola”, NT 1858

Processo 11.27.C “UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos”, NT 1858

Processo 11.32.M “Ghana”, NT 1866

Processo 11.32.F “China Comunista”, NT 1863

Processo 13.20.A/1 “Audiência dada pelo Papa a Elementos Terroristas”, NT 1889

Processo 15.37 A/5 “Colaboração dos Portugueses Naturais de Angola”, NT 2100

Processo 22/59 “Pascoal Gomes de Carvalho”, NT 452

Processo 40/59 “Gabriel Leitão Pereira”, NT 454-455
Processo 61 SC CI (2) “ Sócrates Dáskalos”, NT 6954
Processo 359/51 SC SR “Lúcio Rodrigo Leite Barreto Lara”, NT 2683
Processo 515/61 SR “FUA”, NT 3059
Processo 888/61 SR “Ralph Edward Dodge, John Tucker Parsons, Escrivão António Anglaze ou Escrivão, António Zungunze, Eugeen Mawrence Smith, Roy Short e Eunice Elvira Davis Dodge”, NT 3082
Processo 1202 Gab “Ruben Sanjovo Chitacumbe”, NT 8071
Processo 1203 Gab “Ernesto Pires Barreto de Lara”, NT 980
Processo 1641/60 SR “João Eduardo Pinock”, NT 3015
Processo 19603 CI (2) “Jonas Sidónio Malheiro Savimbi”, NT 7842
Processo 3852 CI (2), “Infiltração Comunista no Ultramar Português”, NT 7296-7304
Processo 3509/61 SR “Manuel André Miranda, José D’Assunção Alberto Dele”, NT 3132
Processo 4328 CI (2) “Penetração Cubana em África”, NT 7348
Processo 4809/62 SR “União dos Estudantes de Angola”, NT 3249
Processo 8266 CI (2) “Movimento de Mobilização no Interior de Angola”, s/NT
Processo 110 00 30 “MPLA”, NT 2545-2562
S/n.º de processo CI (2) “Relatórios recebidos da Delegação de Angola”, NT 7921-7924

António de Oliveira Salazar

AOS/CP-90 “Joaquim Moreira da Silva Cunha”, 1965-1966, vol. II.

AOS/CP-90 “Joaquim Moreira da Silva Cunha”, 1967-1968, vol. III

AOS/CP-107 “ Hélio Augusto Felga, 1957-1968”

3. Fundação Mário Soares

Documentos Mário Pinto de Andrade

Pasta 04334. 002. 007 – “Estatutos da CONCP, 1960”;

Pasta 04334. 002. 008 – “Projeto do Regulamento Interno do Secretariado Permanente da CONCP, 1960”;

Pasta 04314.002.004 – Comunicado da CONCP com data de 21 de julho de 1962 sobre a saída clandestina de Agostinho Neto e família de Portugal.

- Pasta 04306.006.005 – “Apelo a favor da libertação dos prisioneiros políticos angolanos, guineenses e moçambicanos submetidos à tortura nos campos de concentração portugueses... Emitido pela delegação permanente do MPLA na Argélia, 2 de julho de 1965”;
- Pasta 04334.003. 004 – “Reivindicação da CONCP, junto da OUA, do reconhecimento do MPLA como representante único do povo angolano, s/d” ;
- Pasta 04311.001.010 – “Urgente necessidade de Mário de Andrade para a chefia do Departamento das Relações Exteriores do MPLA. Notícias sobre a prisão de Joaquim Pinto de Andrade, [carta de Iko Carreira], de 10 de maio de 1970”;
- Pasta 04311 001 006 – “Carta de Mário Pinto de Andrade de 31 de outubro de 1970 a Agostinho Neto”;
- Pasta 04317.002.001 – “Conferência de Imprensa em Paris, pelo Encarregado das Relações Externas, Jorge Sangumba, com informações sobre o 3.º Congresso da UNITA, em Angola, com presença de observadores estrangeiros, Paris, 5 de outubro 1973”;
- Pasta 04339.003.011 – “Mensagem do MPLA ao Povo português, tornada pública por Agostinho Neto, aquando da sua passagem em Londres, 1 de maio de 1974”;
- Pasta 04317.003.001 – “Resolução sobre Angola, em sessão extraordinária do bureau da Presidência do Conselho Mundial da Paz. Reunião da presidência do Conselho Mundial da Paz em Helsínquia nos dias 16 e 18 de janeiro de 1976, que tratou da situação de Angola...”

4. Associação Tchiveka de Documentação

Arquivo Lúcio Lara

- “Relatório sobre a visita de Agostinho Neto a Alemanha, elaborado por Luís de Almeida, de 25 de janeiro de 1963”;
- “Conferência de solidariedade Afro-Asiática em Moshi, entre 4-11 de fevereiro de 1963”;
- “Viagem de Agostinho Neto à Europa e África do Norte, 11 de março de 1963”;
- “Comunicado do GRAE sobre o reconhecimento pelo Congo-Léopoldville, de 29 de junho de 1963”;
- “Nota aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, 26 de janeiro de 1965”;

“Comunicado sobre o reconhecimento do MPLA em Nairobi, 13 de março de 1965”;

“Comunicado de guerra n.º 3/69, sobre intervenção da África do Sul em Angola, 25 de março de 1969”;

“Allocution prononce par le représentant du MPLA [Paulo Jorge], le 4 Février 1970 a Brazzaville”;

“Memorandum présente par P. Luvualu a la session du Conseil de Sécurité de L’ONU, tenue du 28 Janvier au 4 Février 1972”.

“Carta circular do DRE do MPLA a todos os representantes, 1972”;

“Os Representantes no exterior do Movimento Popular de Libertação de Angola, chamados a reunir-se para passar em revista..., s/data”;

“Planificação das atividades do DIP, reunião em Kassamba, 26 de outubro de 1972”;

Outras fontes

1. Webgrafia

Angop – Agência Angola Press, <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt>

Delegação da Comissão Europeia em Angola, <http://www.delago.ec.europa.eu>

Ministério das Relações Exteriores de Angola, <http://www.mirex.gov.ao>

2. Estudos policopiados

ANDRADE, Maria Arlete Ribeiro, *A União Europeia e a cooperação com Angola*. Lisboa: Universidade Moderna, 1999.

ANDRÉ, Rebeca Helena, *O ensino da História em Angola. Balanço (1975-2009) e prospetiva*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

BARBEITOS, Arlindo, *Portugal e Angola: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 2006.

CAMATI, Manuel S., *Os títulos do Banco Central de Angola (TBC’S). Análise para a compreensão da sua natureza jurídica*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005.

- CARNEIRO, José Luís Ferreira, *Formação e consolidação da elite dirigente do MPLA (1960-1978)*, Lisboa: Universidade Técnica, 1999.
- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira, *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. S. Paulo: USP, 1999.
- COSTA, João Custódio da, *O endividamento da República de Angola*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1998.
- COSTA, Jorge Nelson, *Correntes de pensamento sobre a questão ultramarina angolana. Os treze anos inquietantes (1960-1973)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.
- ESTEVES, Dilma, *Relações de cooperação China-África: o caso de Angola*. Lisboa: Universidade Técnica, 2007.
- IMPERIAL, Jovelina Alfredo António, *A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros. Um exemplo: Angola*. Lisboa: Universidade Técnica, 2006.
- JOSÉ, Joveta, *A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- KENIS, Godelieve, *O regime comercial da IV Convenção de Lomé e uma pré-consideração acerca dos prováveis efeitos do mercado único nas relações comerciais CEE-ACP*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991.
- MAGALHÃES, José de, *Os fundamentos jurídicos da política monetária em Angola e a fase de transição para uma economia de mercado*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1998.
- MAIA, Pedro Nuno Fernandes, *A cooperação Portugal, Angola, Moçambique na área da defesa e segurança: sua problemática e potencialidades estratégicas*. Lisboa: Universidade Técnica, 2006.
- MENDES, Melanie Bravo, *Relações económicas bilaterais de Portugal com Angola*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008.

- MIGUEL, Manuel Alfredo, *A política externa angolana e a sua inserção no contexto nacional e internacional*. Lisboa: Universidade Técnica, 2002.
- PEIXOTO, Carolina Barros Tavares, *Limites do Ultramar Português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- PEREIRA, José Carlos Fernandes, *Perspetivas para a entrada da África do Sul na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral*. Lisboa: Universidade Técnica, 1995.
- RUSSO, Mariagrazia, *A imagem em Itália da identidade angolana através dos acontecimentos do 4 de fevereiro: como a imprensa italiana acolheu o início da independência*. Comunicação não publicada, gentilmente cedida pela autora (por email em outubro de 2010), IV Encontro Internacional de História de Angola, realizado em Luanda nos dias 28, 29, 30 de setembro e 1 de outubro de 2010.
- SALVADOR, Caroline Alves, *O Brasil e as operações de paz das Nações Unidas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2007.
- SANCA, Domenico Oliveira, *Análise do regime jurídico da exploração diamantífera em Angola*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1998.
- SANTOS, Rafaella de Lima, *A política externa brasileira dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1995-2006): a nova inserção internacional do Brasil e o Eixo Sul-Sul*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2009.
- SILVA, José Paulino Cunha da, *As resoluções das Nações Unidas sobre Angola*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001.
- SULTANEGY, Zaida Maria, *O papel desempenhado por África na hierarquia internacional das potências*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003.
- ZUMBA, João, *Fatores internos como condicionantes da assistência externa: aspetos qualitativos e quantitativos da APD do caso angolano, 1976-1998*. Lisboa: Universidade Técnica, 2001.

3. Boletins

Vitória ou Morte, Informação do MPLA (1962-1963)

Diário de Informação, MPLA Press (1975)

Boletim da CPLP (1998)

Juventude Revolucionária – Órgão de Combate da Juventude Angolana (1963)

Notícias de Angola – Embaixada da República de Angola em Lisboa (2002)

4. Jornais

A Capital (1970)

A Defesa – Semanário Católico (1970)

A Província de Angola (1975)

Courrier International (2007)

Diário de Lisboa (1959)

Diário de Notícias (1983)

Expresso (1974, 1982, 1983, 1995)

Jornal de Angola (1977, 1978, 1990, 2003, 2004)

Jornal da Bahia (1975)

Jornal do Brasil (1975)

Jornal Comércio (1975)

Le Journal d'Égypte (1975)

L'Osservatore Romano (1998)

Le Progrès Égyptien (1975)

Marroc Informations (1961)

Moudjahid (1978)

Novo Jornal (2011)

Nô Pintcha (1975)

O Avante! (1959, 1960)

O Diário (1976, 1982, 1983)

O Século (1976)

Portugal Democrático (1961)

Público (2000)

Semanário (1988)
Semanário Angolense (1999)
Tempo (1976)
The Egyptian Gazette (1975)

5. Revistas

Africana (1997)
Além-Mar (2009, 2010, 2012)
África Notícias (1985, 1988, 1990)
Análise Social (1991)
Brotéria (2008)
Caderno de Estudos Africanos (2011)
Elo, Cooperação e Desenvolvimento (2003)
Flama (1976)
Jeune Afrique (1962)
La Gaceta de Cuba (1966)
Présence Africaine (1955)
Revista Angolana Novembro (1982, 1984, 1984)
Revista Angolana de Sociologia (2008)
Revista do Jornal Expresso (1982)
Revista Jornal do Independente (1995)
Revista do Jornal Público (1997)

6. Leis e portarias

Decreto-Lei n.º 18570, de 8 de julho de 1930 – Aprovação do Ato Colonial.

Decreto-Lei n.º 22241, de 22 de fevereiro de 1933 – Constituição Política.

Decreto-Lei n.º 22465, de 11 de abril de 1933 – Revisão do Ato Colonial.

Decreto-Lei n.º 1900, de 21 de maio de 1935 – Revisão do Ato Colonial.

Decreto-Lei n.º 31207, de 5 de abril de 1941 – Estatuto Missionário.

Portaria n.º 11491, de 21 de Setembro de 1946 – Determina que no Boletim Oficial de todas as Colónias seja feita a publicação de textos da Constituição Política da República Portuguesa e do Ato Colonial.

Decreto-Lei n.º 2048, de 11 de junho de 1951 – revisão da Constituição Política.

Decreto-Lei n.º 38300, de 15 de junho de 1951 – Substituição das designações Ministério das Colónias e respetivo Secretariado de Estado e o Conselho do Império Colonial por Ministério e Subsecretariado de Estado do Ultramar e Conselho Ultramarino.

Decreto-Lei n.º 39602, de 3 de abril de 1954 – Organização e atribuições do Conselho Ultramarino.

Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de maio de 1954 – Promulga o Estatuto dos Indígenas portugueses das Províncias de Angola, Guiné e Moçambique.

Decreto-Lei n.º 39749, de 9 de agosto de 1954 – Estende ao Ultramar as competências da PIDE e reorganiza os seus serviços.

Decreto-Lei n.º 43893, de 6 de setembro de 1961 – Revogação do Estatuto dos Indígenas portugueses das Províncias de Angola, Guiné e Moçambique.

Decreto-Lei n.º 44267, de 4 de abril de 1962 – Regulamento do imposto para a defesa e valorização do Ultramar.

Decreto-Lei n.º 44321, de 2 de maio de 1962 – Criação das colónias penais, correcionais e granjas correcionais para cumprimento do trabalho penal agrícola

Decreto-Lei n.º 49401, de 24 de novembro de 1969 – A PIDE passa a designar-se DGS.

Lei n.º 3/71, de 16 de agosto de 1971 – Revisão da Constituição Política.

Decreto-Lei n.º 368/72, de 30 de setembro de 1972 – Reorganização da DGS.

Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril de 1974 – Extinção da DGS.

Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio de 1974 – Reconhecimento do direito a autodeterminação dos Povos africanos.

Decreto-Lei n.º 458-A/75, de 22 de agosto de 1975 – Suspende o Acordo de Alvor.

Lei n.º 1/75, de 11 de novembro de 1975 – Lei Constitucional da República Popular de Angola.

Decreto-Lei n.º 21/76, de 20 de março de 1976 – Lei da Nacionalidade Angolana.

Lei n.º 71/76, de 11 de novembro de 1976 – Revisão parcial da Lei Constitucional da República Popular de Angola.

Lei n.º 8/84, de 7 de fevereiro de 1984 – Complemento à Lei da Nacionalidade Angolana.

Lei n.º 14/91, de 11 de março de 1991- Lei de associação.

Lei n.º 12/91, de 6 de maio de 1991 – Alterações à Lei Constitucional.

Lei n.º 2/391, de 15 de agosto de 1991 – Liberdade de imprensa e o direito de manifestação.

Lei n.º 23/92, de 16 de setembro de 1992 – Revisão Constitucional.

Decreto-Lei n.º 11/98, de 3 de julho de 1998 – Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores de Angola.

Lei n.º 2/00, de 11 de fevereiro de 2000 – Lei geral do trabalho.

Lei 1/05, de 1 de julho de 2005 – Nova Lei de Nacionalidade Angolana

Decreto-Lei n.º 2/07, de 31 de agosto de 2007 – Regime jurídico dos estrangeiros.

A Constituição da República de Angola foi aprovada pela Assembleia Constituinte, no dia 21 de janeiro de 2010, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 111/2010. [Constituição. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.]

7. Documentação diversa

Acordos de Alvor (1975). Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1975.

CORREIA, Adérito e SOUSA, Bornito de, *Angola. História constitucional*. Coimbra: Almedina, 1996.

CORREIA, Pedro Pezarat, *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996.

DIAS, Jofre, *Angola. From the Estoril Peace agreement to the Lusaka Peace Accord 1991-1994*. Genebra: Edição de Autor, 1995.

GOMES, Manuel Saturnino Costa (coord.), *Concordatas. Santa Sé e Portugal. 18 de maio de 2004 – 7 de maio de 1940*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico, Universidade Católica Portuguesa, 2004.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Acordos de cooperação entre Portugal e os Estados africanos lusófonos*. Lisboa: Cooperação Portuguesa e Revista de Cooperação, 1998.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *As Constituições dos Estados lusófonos*. Lisboa: Notícias Editorial, 2000.

LARA, Lúcio, *Documentos e comentários para a história do MPLA até fevereiro 1961, vol. I*. Lisboa: Edição D. Quixote, 1999.

LARA, Lúcio, *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara, vol. II (1961-1962)*. Luanda: Edição de Autor, 2006.

LARA, Lúcio, *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara, vol. III (1963-1964)*. Luanda: Edição de Autor, 2008.

MIRANDA, Jorge, *As constituições portuguesas, 1822-1976*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976.

MPLA – Partido do Trabalho, *Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico e social da República Popular de Angola no período 1978/90*. Luanda: Imprensa Nacional, 1978.

MPLA – Partido do Trabalho, *Relatório do Comité Central ao I.º congresso extraordinário*. Luanda: Imprensa Nacional, 1981.

MPLA – Partido do Trabalho, *Relatório do Comité Central ao II.º congresso*. Luanda: Imprensa Nacional, 1986.

UNITA – *A via da recuperação nacional de Angola. Definição dos princípios e objetivos*. Jamba: dezembro de 1983.

VAZ, Carmo, *Angola: Rumo à Independência. O governo de transição: documentos e personalidades*. Luanda: Livrangol, 1975

8. Biografia e afins

AMARAL, Ilídio do, *Em torno dos nacionalismos africanos: memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*. Porto: Granito Editores e Livreiros, centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2000.

BARRADAS, Acácio (coord.), *Agostinho Neto. Uma vida sem tréguas, 1922-1979*. Luanda: Edição Patrocinada por AAA, Seguros & Pensões, 2005.

BOTELHO, Américo Cardoso, *Holocausto em Angola. Memórias de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Vega, 2007.

BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi. Uma chave para África*. Lisboa: Perspetiva & Realidades, 1988.

CARDOSO, Silva, *Angola. Anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2005.

CARREIRA, Iko, *Memórias*. Luanda: Nzila, 2005.

CARREIRA, Iko, *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: D. Quixote, 1996.

CARVALHO, Américo de, *Angola. Anos de esperança*. Coimbra: Minerva, 2001.

CHIWALE, Samuel, *Cruzei-me com a História*. Lisboa: Sextante, 2008.

- CORREIA, Fernando, *Américo Boavida: tempo e memória (1923-1968)*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2009.
- DÁSKALOS, Sócrates, *Memórias. A Casa dos Estudantes do Império. Fundação e primeiros anos de vida*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993.
- DÁSKALOS, Sócrates, *Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.
- DODGE, Ralph E., *The revolutionary bishop: who saw god at work in Africa*. Arizona: Wheatmark, 2009.
- FERNANDO, Emídio, *Jonas Savimbi no lado errado da História*. Lisboa: D. Quixote, 2012.
- FERREIRA, Luiz Gonzaga, *Quadros de viagem de um diplomata. África. Congo/Zaire – Angola*. Lisboa: Vega, 1999.
- FIGUEIREDO, Leonor, *Sita Valles. Revolucionária, comunista até à morte (1951-1977)*. Lisboa: Aletheia, 2010.
- FRANÇA, António Pinto de, *Angola. O dia-a-dia de um embaixador*. Lisboa: Prefácio, 2004.
- FREITAS, Amadeu José de, *Angola: o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes Editora, 1975.
- GUERRA, João Paulo, *Savimbi, vida e morte*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002.
- JESUS, José Manuel Duarte, *Casablanca: o início do isolamento português – memórias diplomáticas, Marrocos, 1961-1963*. Lisboa: Gradiva, 2006.
- KAPUSCINSKI, Ryszard, *Mais um dia de vida. Angola – 1975*. Porto: Campos de Letras, 1997.
- LECOFF, Georges, *Angola. Independência envenenada*. Lisboa: Edições Flecha, 1977.
- Lúcio Lara. *Tchiweka. Imagens de um percurso... 80 anos... até à conquista da independência*. Luanda: ATD, 2009.
- MARIA, Paula, *Angola. Juventude em fuga*. Braga: Braga Editora, 1977.

- MATEUS, Dalila Cabrita, *Memórias do colonialismo e da guerra*. Lisboa: Asa, 2006.
- MATROSS, Dino, *Memórias, 1961-1971*. Luanda: Nzila, 2007.
- MUEKÁLIA, Jardo, *A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*. Lisboa: Sextante Editora, 2010.
- NETO, Maria Eugénia, NETO, Irene (coord.), *Agostinho Neto e a libertação de Angola (1949-1974) – Arquivo PIDE/DGS*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2011. 5 Volumes.
- NGANGA, João Paulo, *O pai do nacionalismo angolano. As memórias de Holden Roberto, 1.º volume, 1923-1974*. S. Paulo: Editora Parma, 2008.
- NOGUEIRA, Eurico Dias, *Episódios da minha missão em África*. Braga: Diário do Minho, 1995.
- PACAVIRA, Manuel Pedro, *O 4 de fevereiro pelos próprios*. Leiria: Instituto Politécnico, 2003.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. O prisioneiro (1949-1960), vol. 3*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- PINHO, Moisés Alves de, *Memórias. Recordações duma vida que o Senhor quis longa*. Lisboa: Edição de Autor, 1979.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos africanos*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes. Uma biografia política*. Lisboa: Âncora Editora, 2012.
- ROCHA, Edmundo, *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964). Testemunho e estudo documental*. Lisboa: Dinalivro, 2009.
- ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco e FERNANDES, Moisés (coord.), *Angola. Viriato da Cruz. O Homem e o mito. Porto Amboim 1928- Beijing (China) 1973*. Lisboa: Prefácio, 2008.

- SAKALA, Alcides, *Memórias de um guerrilheiro. Os últimos anos de guerra em Angola*. Lisboa: D. Quixote, 2006.
- SANTOS, Onofre dos, *Os (meus) dias da independência*. Lisboa: Notícias Editorial, 2002.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia política. O percurso até à maioria absoluta e a primeira fase da coabitação, vol. I*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia política. Os anos de governo em maioria. Vol. II*. Lisboa: Temas e Debates, 2004.
- SMITH, Ian, *The great betrayal. The memoirs of Ian Douglas Smith*. Londres: Blake, 1997.
- SOUSA, André Franco, *Angola: o apertado caminho da dignidade*. Carcavelos: Edição de Autor, 1998.
- VALENTIM, Jorge, *1954-1975. Esperança: época de ideais da independência e dignidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.
- VAZ, Camilo Augusto de Miranda Rebocho, *Norte de Angola. 1961. A verdade e os mitos*. Coimbra: Edição de Autor, 1993.

9. Entrevistas publicadas

- ABRANCHES, Henrique, in LABAN, Michel (coord.), *Angola. Encontro com escritores*, vol. I. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1991.
- ABREU, Antero, in LABAN, Michel (coord.), *Angola. Encontro com escritores*, vol. II. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1991
- ANDRADE, Joaquim Pinto de, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 84-97.

- ANDRADE, Mário Pinto de, “Sur la première génération du MPLA: 1948-1960. Mário de Andrade, Entretiens avec Christine Messiant (1982)”, *Dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine. Lusotopie*, 1999, pp. 185-221.
- BARATA, Themudo, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 238-248.
- BELO, Carlos Belli, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 114-131.
- BOAVIDA, Maria da Conceição Dias Jerónimo, in CORREIA, Fernando, *Américo Boavida: tempo e memória (1923-1968)*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2009, pp. 330-380.
- CARNEIRO, Soares, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 224-235.
- CHIPENDA, Daniel, “Revolta do Leste”, in ANTUNES, José Freire, *A guerra de África, 1961-1974*, vol.2. Lisboa: Temas e Debates, 1996, pp. 845-850.
- CHIPENDA, Daniel, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 134-153.
- CORREIA, João César, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp.156-167.
- CORREIA, Pezarat, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 208-221.
- COUTINHO, Rosa, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 268-278.

- CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes. O último marechal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- CUNHAL, Álvaro, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 252-264.
- GOMES, Costa, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 282-293.
- JAMBA, Jaka, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 182-199.
- LABAN, Michel (coord.), *Viriato da Cruz: cartas de Pequim – com uma entrevista de Monique Chajmowicz e um ensaio de Christine Messiant*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2003.
- LABAN, Michel, *Mário Pinto de Andrade, uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1997.
- LARA, Lúcio, *Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua* (entrevista com Altair L. Campos). *Cadernos do Terceiro Mundo*, 25, julho de 1980, pp. 13-22.
- LARA, Lúcio, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp.36-55.
- LIMONTA, Rafael Moracen, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 320-329.
- LOPES, João Vieira, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 100-111.
- LOPES, João Vieira, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp.100-111.

- MAKAPA, Bernardo Pinto, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp.296-306.
- MEDINA, Maria do Carmo, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 72-81.
- MELO, Ovídeo de Andrade, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp.310-316.
- MOREIRA, Adriano, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 202-205.
- PENNE, Guy, *Mémoire d’Afrique (1981-1998). Entretien avec Claude Wauthier*. Paris: Fayard, 1999.
- PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- PUNA, Miguel Nzau, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 170-179.
- RISQUET, Jorge, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 332-346.
- ROBERTO, Holden, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp. 16-33.
- ROCHA, Edmundo, in CORREIA, Fernando, *Américo Boavida: tempo e memória (1923-1968)*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2009, pp. 270-312.
- SAVIMBI, Jonas, “Arte de Resistir”, in ANTUNES, José Freire, *A guerra de África, 1961-1974*, vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1996, pp. 96-100.

SAVIMBI, Jonas, *Combats pour l'Afrique et la démocratie. Entretiens avec Atsutsé Kokouvi Agbobli*. Paris: FAVRE, 1997.

SOUSA, André Franco de, in BARBER, Hélder e JAIME, Drumond (orgs.), *Angola: depoimento para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição de Autor, 1999, pp.58-69.

10. Discursos e mensagens

ABRANTES, José Mena (org.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo. Palavras de um estadista, vol. I Primeira República, 1979-1992*. Luanda: Edições Maianga, 2004.

ABRANTES, José Mena (org.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo. Palavras de um estadista, vol. II Segunda República, 1992-2004*. Luanda: Edições Maianga, 2004.

ALMEIDA, Roberto de, *Peço a palavra. Peças de oratórias parlamentar*. Luanda: Kilombelombe, 2011.

CEAST, *A Igreja em Angola entre a guerra e paz. Documentos episcopais, 1974-1998*. Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé: Secretariado Pastoral, Luanda, 1998.

FRANCISCO, Armando, *Discurso de um candidato. O Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Eleições de 1992*. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2011.

NASCIMENTO, Alexandre, *Discursos e mensagens*. Amadora: Edição Livraria Mensagem, 2002.

NETO, Agostinho Neto, *Textos políticos escolhidos*. Luanda: Edições DIP, 1987.

NETO, Agostinho, *Ainda o meu sonho (discurso sobre a cultura nacional)*. Lisboa: Edições 70, 1980.

NETO, Agostinho, *Avancemos na revolução com o partido da classe operária*. Luanda: DOR, 1977.

- NETO, Agostinho, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*. Luanda: Departamento da Educação Político Ideológico de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA, 1978.
- NETO, Agostinho, *Pela independência económica*. Luanda: Edições DIP, 1976.
- NETO, Agostinho, *Quem é o inimigo? Qual o nosso objetivo?* Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- NETO, Agostinho, *Relatório do Comité Central ao 1.º congresso do MPLA*. Lisboa: Edições Avante, 1978.
- NETO, Agostinho, *Sobre a libertação e a revolução em África*. Luanda: Edições DIP, 1981.
- NETO, Irene e CONCEIÇÃO, Amarildo da (Coord.), *António Agostinho Neto – Discursos – Presidente da República Popular de Angola, 1975-1979*. Angola Música: Fundação Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 2009. (10 CD áudio que reúne 54 discursos).
- SALAZAR, António de Oliveira, *Defesa de Angola – defesa da Europa*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1962.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Problemas portugueses em África*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1962.
- SANTOS, José Eduardo dos, *A luta do povo pela unidade e pelo socialismo*. Lisboa: Edições Avante, 1985.
- SANTOS, José Eduardo dos, *Discurso de sua excelência o presidente da República Popular de Angola, Eng.º José Eduardo dos Santos proferido na sessão de abertura da Assembleia do Povo em 20 de março de 1991*. Lisboa: Embaixada da República Popular de Angola, 1991.
- SAVIMBI, Jonas, *O que é o espírito de Bissau: Todos os portugueses poderão regressar a Angola?* Aveiro: Tipave, 1978.
- SAVIMBI, Jonas, *Por um futuro melhor*. Lisboa: Nova Nórdica/Tempo, 1986.

Bibliografia

1. Relações internacionais, política externa e diplomacia

AAVV, *Os Estados Africanos de Língua Portuguesa e os Estados Unidos da América*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

ALMEIDA, Eugénio da Costa, *Angola: potência regional em emergência*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

AMARAL, Carlos E. Pacheco, “Ética, política e Relações Internacionais”, Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 129-142.

AMARAL, Freitas do, *A tentativa falhada de um Acordo Portugal – EUA sobre o Ultramar Português (1963)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

ANSTEE, Margaret Joan, “Vencer a desconfiança é um fator chave para a resolução diplomática de conflitos: lições retiradas das negociações para a paz em Angola”, BRAVO, Manuel (coord.), *Angola – Transição para a paz. Reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: Hugin, 1996, pp.85-98.

ANSTEE, Margaret Joan, *Órfão da guerra fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/1993*. Porto: Campo de Letras, 1997.

BARROS, Manuel Correia de, *Reflexões sobre geopolítica e geoestratégia em Angola e África*. Luanda: Nzila, 2006.

BARROSO, José Manuel, “A Guerra Fria e o fim do Império colonial português (algumas contribuições para o seu estudo)”, TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.), *A guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, pp. 163-170.

BARROSO, Luís Machado, *Salazar e Ian Smith. O apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009.

BARROSO, Luís, *Salazar, Caetano e o “reduto branco”. A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*. Lisboa: Fronteira do Caos, 2012.

- BENY, Eduardo, *A nova geopolítica do petróleo do golfo Pérsico ao golfo da Guiné*. Lisboa: Ed. Novo Imbondeiro, 2007.
- BENY, Eduardo, *A paz e a guerra nas novas relações internacionais*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás, “Contributos de Angola para a arquitetura da paz e segurança africana. A cooperação militar no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma estratégia de afirmação regional”, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 107-120.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás, *Estratégias de intervenção em África. Uma década de segurança e defesa da CPLP*. Lisboa: Prefácio, 2007.
- BRANCO, Luís Castelo, “As missões da ONU na África Austral: sucessos e fracassos”, *Nação e Defesa*, verão 2003, n.º 105, 2.ª série, pp. 81-101.
- BRANCO, Luís Castelo, *Das razões políticas da SADCC às razões económicas da SADC*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1997.
- CAETANO, Marcelo, *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Ática, 1963.
- CAHEN, Michel (org.), *Géopolitique des mondes lusophones*. Paris: L’Harmattan, 1994.
- CAMPOS, Fernando, “O século XXI. África aposta no futuro?”, *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, n.º 2, 2009, pp. 131-140.
- CARDOSO, Fernando Jorge, “SADCC e interdependência económica: realidades e perspectivas”, in *África Austral – O desafio do futuro: integração nacional e regional*. Lisboa: IEEI, 1989, pp. 73-100.
- CARDOSO, Fernando Jorge, *A África e a Europa: resolução de conflitos, governação e integração regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005.

- CARDOSO, Fernando Jorge, *Diplomacia, cooperação e negócios: o papel dos atores externos em Angola e Moçambique*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2006.
- CARVALHO, Anabela, *A política angolana e a imprensa portuguesa*. Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 1995.
- CARVALHO, António Manuel Luvualu de, “O crescimento da economia angolana nos nove anos de paz. A internacionalização da Sonangol a maior multinacional do País”, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 127-156.
- CRAVINHO, João Gomes, *Visões do mundo. As Relações Internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- CUNHA, J.M. Silva, *Questões ultramarinas e internacionais*. 2 vol. Lisboa: Ática, 1961.
- DANIEL, Marcos, “Portugal e a França na década de 1960: a questão colonial e o apoio internacional”, *Relações Internacionais*, setembro de 2000, pp. 31-45.
- ESTEVES, Dilma, *Relações da cooperação China África: o caso de Angola*. Coimbra: Almedina, 2008.
- FERNANDES, Ana Paula, *EUA e Angola. A diplomacia económica do Petróleo*. Lisboa: Principia, 2004.
- FERNANDES, António José, *Relações Internacionais. Factos, teoria e organizações*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- FERNANDES, Moisés Silva, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas, 1945-1995. Cronologia e documentos*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- FERREIRA, José Medeiros, “O 25 de abril no contexto internacional”, *Relações Internacionais*, julho de 2004, pp. 143-158.
- FERREIRA, José Medeiros, *Cinco regimes na política internacional*. Barcarena: Presença, 2006.

- FERREIRA, José Medeiros, *Estudos de estratégia e Relações Internacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.
- FERREIRA, Manuel Ennes, “Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola”, *Relações Internacionais*, julho de 2005, pp. 73-89.
- FILHO, Pio Penna, LESSA, António Carlos, “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil”, *Estudos Históricos*, 39, 2007, pp. 57-81.
- FONSECA, Ana Mónica, “Dez anos de relações Luso-Alemãs, 1958-1968”, *Relações Internacionais*, setembro, 2006, pp. 47-60.
- FREIRE, Maria Raquel (coord.), *Política externa. As Relações Internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- GEORGE, Edward, *The Cuban intervention in Angola, 1965-1991*. Londres: Ed. Autor, 2002.
- GLEIJESES, Piero, “Política cubana em Angola, 1975-1976”, *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6 (2.º semestre), Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 35-39.
- GLEIJESES, Piero, *Missões em conflito – Havana, Washington e África, 1956-1976*. Lisboa: Caminho, 2004.
- GONÇALVES, Pedro, “Angola e Portugal: uma relação do passado que se projeta no futuro. O eixo económico entre Lisboa e Luanda”, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 73-87.
- GUEDES, Armando Marques, “As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na política externa de Angola, 1975-2002”, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 21-72.
- GUIMARÃES, Fernando Andresen, “Os EUA e a descolonização de Angola: as origens de uma política falhada”, *Regime e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006, pp. 163-194.

- JORGE, Paulo, “Angola e a comunidade internacional: passado, presente e futuro”, VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2002, pp. 291-293.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- LOPES, José Alberto Azeredo, *Textos históricos do Direito das Relações Internacionais*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1999.
- LOPEZ, Philippe Sébille, *Géopolitiques du pétrole*. Paris: Armand Colin, 2006.
- LUSOTOPIE. *Les organisations non gouvernementales en lusophonie*. Terrains et Débats. Paris: Karthala, 2002.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *A diplomacia pura*. Venda Nova: Bertrand, 1996.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *Portugal e as Nações Unidas. A questão colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.
- MALAQUIAS, Assis, “Angola’s external outlook. Pragmatism and dissonance”, FRANCO, Manuela (coord.), *A UE e África: em busca de parceria estratégica*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, Fundação Luso Americana e Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 37-53.
- MATOS, Vera, *Portugal e Itália. Relações diplomáticas, 1943-1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- MAXWELL, Kenneth, “Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)”, *Relações Internacionais*, n.º 8, dezembro de 2005, pp. 5-38.
- MENESES, João Wengorovius, “Contributos para uma avaliação da II cimeira União Europeia – África”, *Brotéria*, vol. 166, janeiro de 2008, pp. 101-126.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *A África na política de cooperação europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 1997.
- MORAIS, Carlos Blanco de, *O direito à autodeterminação dos povos: o estatuto jurídico do enclave de Cabinda*. Lisboa: Edições da Universidade Lusíada, 1998.

- MOREIRA, Adriano, *Política internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1989.
- OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de, *Prontuário diplomático angolano: direito diplomático e prática diplomática*. Luanda: Ed. Cefolex, 2008.
- OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques, *Subsídios para o estudo de delimitação e jurisdição dos espaços marítimos em Angola*. Coimbra: Almedina, 2007.
- OLIVEIRA, Pedro Aires de, “Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo”, *Penélope*, 26, 2002, pp. 93-122.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os despojos da aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares, “Sobre as relações entre Portugal e Angola ao fim de trinta anos: um ensaio crítico”, *Relações Internacionais*, n.º 8, dezembro, 2005, pp. 55-72.
- PALMA, Elisabeth Proença Rodrigues e Costa, *Cultura, desenvolvimento e política externa: ajuda pública ao desenvolvimento nos países africanos lusófonos*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- PATRÍCIO, José, *Angola – EUA. Os caminhos do bom senso*. Lisboa: D. Quixote, 1998.
- PAULO, Manuel Paulo, “A política externa angolana entre 1975 e 2002”, VIDAL, Nuno, e ANDRADE, Justino Pinto de (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2002, pp. 301-305.
- PAVIA, José Francisco Lynce Zagalo, “As relações Angola R.P. China”, in PAVIA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 7-19.
- PEREIRA, Rui P., “A nova política da China em África”, *Relações Internacionais*, junho de 2006, pp. 19-38.
- PINHEIRO, Leticia, “Ao vencedor, as batatas: o reconhecimento da independência de Angola”, *Estudos Históricos*, 39, 2007, pp. 83-120.

- PINTO, António Costa, “Uma guerra esquecida: a comunidade internacional nas vésperas da última campanha colonial”, in TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.), *A guerra colonial: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 105-124.
- PINTO, António Costa, *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Portugal Responde en las Naciones Unidas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1970.
- REIS, Bruno Cardoso, “Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970) ”, Lisboa, *Análise Social*, 161, 2002, pp. 1022-1024.
- RODRIGUES, Luís Barbosa e ALVES, Sílvia, *Direito Internacional Público Geral e Africano*. Coimbra: Almedina, 2005.
- RODRIGUES, Luís Nuno, “Missão impossível: o plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965”, *Relações Internacionais*, março, 2004, pp. 99-112.
- RODRIGUES, Luís Nuno, “O homem do Presidente: George Ball em Lisboa, 1963”, *História*, 61, novembro de 2003, pp. 22-27.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963*. Lisboa: Notícias Editorial, 2002.
- ROGEIRO, Nuno, *O que é a política*. Quimera: Lisboa, 2002.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- SÁ, Tiago Moreira de, *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola. Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola*. Lisboa: D. Quixote, 2011.
- SANTOS, Victor Marques dos, *Introdução à teoria das Relações Internacionais. Referências de enquadramento teórico-analítico*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007.
- SARAIVA, José Flávio Sombra, “Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos descobrimentos atuais”, in PANTOJA, Selma (org.), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 225-254.

- SARAIVA, Luís Eduardo, “As relações entre Angola e a Guiné-Bissau”, PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 89-106.
- SCHNEIDMAN, Witney W., *Confronto em África. Washington e a queda do Império colonial português*. Lisboa: Tribuna da História, 2004.
- SIERRA, Lázaro Cárdenas, *Angola e África Austral. Apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Mayamba, 2010.
- SILVA, António Martins da, *Portugal entre a Europa e Além-Mar: do Plano Briand ao acordo comercial com a CEE*. Coimbra: Minerva, 2000.
- SILVA, José Paulino Cunha da, ANTÓNIO, Tété e GODINHO, Isabel de Jesus da Costa, *Angola no Conselho de Segurança da ONU: experiência e contribuição prática na resolução dos conflitos em África (2003-2004)*. Luanda: Imprensa Nacional, 2006.
- SIMON, David, *South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the region*. Oxford: James Currey, 1998.
- SOUSA, Fernando de, *Dicionário de relações internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- SOUSA, José Pedro de, FERNANDES, Castro Teixeira, *A segurança da Europa Ocidental: uma arquitetura euro-atlântica multidimensional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação Ciência e Tecnologia, 2002.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre África e a Europa. A política externa portuguesa, 1890-2000”, PINTO, António Costa (org.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2004, pp. 87-116.
- THAKUR, Ramesh, COOPER, Andrew F., E., John (coords.), *Enhancing global governance. Towards a new diplomacy?* Tóquio: United Nations University Press, 2002.
- TOMÉ, António Almeida, *Relações internacionais. Geopolítica e geoestratégia. O estudo e a problemática*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

- TSHIYEMBE, Mwayila, *Géopolitique de paix en Afrique médiane. Angola, Burundi, République Démocratique du Congo, République du Congo, Ouganda, Rwanda*. Paris: L'Harmattan, 2003.
- VAISSE, Maurice, *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- VALENTIM, Jorge, *Caminho para a paz e reconciliação nacional. De Gbadolite a Bicesse, 1989-1992*. Luanda: Mayamba, 2010.
- VASCONCELOS, Álvaro, *África Austral – O desafio do futuro. Integração nacional e integração regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 1991.
- VENÂNCIO, Moisés, *The United Nations, peace and transition: lessons from Angola*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1994.
- WAGNER, Tilo, “Portugal e a RDA durante a revolução dos cravos”, *Relações Internacionais*, setembro, 2006, pp. 79-89.
- WRIGHT, George, *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho, 2000.

2. Colonialismo, anticolonialismo e movimentos de libertação

- ALEXANDRE, Valentim, “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, 123-124, 1993, pp. 1117-1136.
- ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ALMEIDA, Benjamim, *Angola. O conflito na frente leste*. Lisboa: Âncora Editora, 2011.
- ALMEIDA, Luísa de, “A juventude estudantil africana nos anos 60: assimilado mas não tanto...Uma fuga para a “luta”, in HAVIK, Philip J., SARAIVA, Clara, TAVIM, José Alberto (orgs.), *Caminhos cruzados em História e Antropologia. Ensaios de homenagem a Jill Dias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 196-198.

- AMORIM, Fernando Pacheco de, *Na hora da verdade. Colonialismo e neocolonialismo na proposta de lei da revisão constitucional*. Coimbra: Edição de Autor, 1971.
- ANDRADE, Mário Pinto de, OLIVIER, Marc, *A guerra em Angola*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e rutura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: D. Quixote, 1997.
- ANTUNES, José Freire, *O Império com pés de barro: colonização e descolonização, as ideologias em Portugal*. Lisboa: D. Quixote, 1980.
- BARROS, Victor, *Campos de concentração em Cabo Verde. As ilhas como espaço de deportação e de prisão no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- BIRMINGHAM, David, *Portugal em África*. Lisboa: Vega, 2003.
- BITTENCOURT, Marcelo, “A criação do MPLA”, *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro), 32, Dezembro de 1997, pp. 185-208.
- BITTENCOURT, Marcelo, *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- BOAVIDA, Américo, *Angola. Cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BOTZÁRIS, Alejandro, *África e o comunismo*, vol. 1. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1959.
- CABRITA, Dalila Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.
- CABRITA, Dalila Mateus, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.
- CAETANO, Marcelo, *O conselho ultramarino. Esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

- CAETANO, Marcelo, *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.
- CAHEN, Michel, *Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interprétation en science sociales ou le sébastianisme de l'exception*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (CESA), 1997.
- CANN, John P., *Contra insurreição em África. O modo português de fazer a guerra, 1961-1974*. S. Pedro do Estoril: Atenas, 1998.
- CARVALHO, Emílio, *Ouço passos... etapas do metodismo em Angola*. Luanda: Igreja Metodista Unida de Angola, 1994.
- CASTELO, Cláudia, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- CASTELO, Cláudia, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez, *El último Imperio occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*. Mérida: UNED, Centro Regional da Extremadura, 1998.
- CHONÉ, Jules, *Mobutu, chefe supremo. Do sargento Joseph Désiré ao general Sese Seko*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CLINGTON, Mário de Sousa, *Angola libré?*. Paris: Galimard, 1975.
- CORNEVIN, Marianne, *Apartheid, poder e falsificação histórica*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- CORREIA, Pezarat, *Descolonização de Angola. A joia da coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- CRUZ, Elisabeth Ceita Vera, *O estatuto do indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.

- CRUZ, Viriato da, “Angola: quelle independence?”, *Revolution. Revue Mensuelle Internationale* (Paris), n.º 6, fevereiro, 1964, pp. 5-16.
- CUNHA, Silva, *Aspetos dos movimentos associativos na África Negra*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1959.
- CUNHA, Silva, *O ultramar, a nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- DAVIDSON, Basil, *Angola no centro do furacão*. Lisboa: Delfos, 1974.
- FILHO, Ernesto Lara, *Crónicas da roda gigante*. Porto: Afrontamento, 1990.
- FILIPE, Emílio, *S. Nicolau: Tarrafal angolano*. Lisboa: África Editora, 1975.
- FRANCO, Graça, *A censura à imprensa. 1820-1974*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- GABRIEL, Manuel Nunes, *Angola. Cinco séculos de cristianismo*. Queluz: Literal, 1978.
- GALLO, Donato, *Antropologia e colonialismo. O saber português*. Lisboa: Heptágono, 1988.
- GARCIA, José Luís Lima, “História colonial: história do colonizador ou história do colonizado”, Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp.159-166.
- GONÇALVES, António Custódio, “Identidades culturais e emergência do nacionalismo angolano (1885-1930)”, *Africana Studia*, 2, 1999, pp. 47-60.
- GONÇALVES, José Júlio, *Protestantismo em África*, 2 vols. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- GRENFELL, F. James, *História da igreja batista em Angola, 1879-1975*. Queluz: Centro de Publicação Cristã, 1999.
- GUERRA, Henrique Lopes, *Angola. Estrutura económica e classes sociais: os últimos anos do colonialismo português em Angola*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- GUIMARÃES, José Marques, *A difusão do nativismo em África: Cabo Verde e Angola: séculos XIX e XX*. Lisboa: África Debate, 2006.

- GUIMARÃES, José Marques, *A política “educativa” do colonialismo português em África, da I República ao Estado Novo (1910-1974)*. Porto: Profedições, 2006.
- HEIMER, Franz Wilhelm, *O processo de descolonização em Angola 1974-1976: ensaio de Sociologia Política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- HENDERSON, Lawrence Wallace, *A Igreja em Angola. Um rio com várias correntes*. Lisboa: Ed. Além-Mar, 1990.
- HENRIQUE, Isabel Castro, *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Casal de Cambra: Editorial Notícias, 2001.
- KAJIBANGA, Vitor, *A alma sociológica na ensaística de Mário Pinto de Andrade. Uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano*. Luanda: Instituto Nacional das Indústrias Culturais, 2000.
- KWAME, Nkrumah, *A África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- LARANJEIRA, Luís Pires, “A poesia de Agostinho Neto como documento histórico. Premonição de liderança, projeto de libertação nacional e organização do movimento popular, em 1945-1956”, in Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares e Sousa, Julião Soares Sousa (orgs.), *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 111-116.
- LARANJEIRA, Pires, *A negritude de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.
- LÓPEZ, José Luis Cortés, *Historia contemporánea de África: de Nkrumah a Mandela (desde 1940 hasta nuestros días)*. Madrid: Editorial Mundo Negro, 1995.
- M’BOCOLO, Elikia, *África negra. História e civilizações do século XIX aos nossos dias*, tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- MARCUM, John, *The Angolan revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: MIT. Press, 1969.
- MATA, Inocência e PADILHA, Laura (orgs.), *Mário Pinto de Andrade. Um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

- MATEUS, Dalila Cabrita, “A evolução das guerras coloniais na perspetiva dos relatórios de informação”, *Revista Portuguesa de História*, XXXVIII. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, 2006, pp. 155-162.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Sintra: Editorial Inquérito, 1999.
- MEDINA, Maria do Carmo *Angola: processos políticos da luta pela independência*. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2003.
- MELO, João de, *Os anos da guerra, 1961-1975. Os portugueses em África, crónica, ficção e história, 2. Vols*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.
- MESSIANT, Christine, *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémises du mouvement nationaliste*. Suíça: P. Schlettwein Publishing Switzerland, 2006.
- MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque, *A sociedade angolana através da literatura*. S. Paulo: Ática, 1978.
- MOUTINHO, Mário, *O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MUACA, Eduardo André, *Breve história da evangelização de Angola*. Santarém: CEAST, 2001.
- NETO, Ana Maria, *Industrialização de Angola. Reflexão sobre a experiência da administração portuguesa, 1961-1975*. Lisboa: Escher, 1991.
- NETO, Maria da Conceição, “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. *Lusotopie*, 1997, pp. 327-359.
- NEVES, Fernando dos Santos, *As colónias portuguesas e o seu futuro: elementos para uma análise-revolução da estrutura colonial portuguesa*. Paris: Etc., 1975.
- NEVES, Fernando Santos, *Negritude e revolução em Angola*. Paris: Etc., 1974.
- NEVES, José, *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história do século XX*. Lisboa: Tinta da China, 2008.

- NORÉ, Alfredo & ADÃO, Áurea, “O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo”, Lisboa, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 1, 2003, pp.101-106.
- OLIVEIRA, Mário António, “À procura de uma identidade angolana: do Liceu Salvador Correia à Sociedade Cultural de Angola”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7, 1987, pp. 179-194.
- OLIVEIRA, Mário António, *Reler África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Antropologia, 1990.
- PACHECO, Carlos, *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega, 1997.
- PAREDES, Margarida, “Deolinda Rodrigues, da família metodista à família MPLA, o papel da cultura na política”, *Caderno de Estudos Africanos*. Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa, 20, janeiro de 2011, pp. 12-26.
- PÉLISSIER, René, *La colonie du minotaure, nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1978.
- PÉLISSIER, René, *Les Naufrage des caravelles. Études sur la fin de l’empire Portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1979.
- PEPETELA, *Mayombe*. Lisboa: D. Quixote, 1993.
- PIMENTA, Fernando Tavares, “Nacionalismo euro-africano em Angola. Uma nova Lusitânia”, in Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares e Sousa, Julião Soares Sousa (orgs.), *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 59-74.
- PIMENTA, Fernando Tavares, “Perspetiva da historiografia colonial portuguesa (século XX)”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp.143-158.
- PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2008.
- PIMENTA, Fernando Tavares, *Branco de Angola. Autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2005.

- PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas & Debates, 2007.
- PINTO, José Filipe, *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- QUINTINHA, Santana, *O terrorismo e os partidos subversivos no Ultramar Português*. Lisboa: S/Ed., 1973.
- REIS, Maria do Céu Carmo e REIS, Fidel Carmo, “O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos”, *Atas temáticas do III congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, 4-7 de Julho de 1994*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, volume II, 1996, pp. 697-709.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A polícia política do Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- RODRIGUES, Paulo Madeira, *4 países libertados. Portugal, Guiné/Bissau, Angola, Moçambique*. Lisboa: Bertrand, 1975.
- SANTOS, Eduardo dos, *A negritude e a luta pelas independências na África Portuguesa*. Lisboa: Editorial Minerva, 1975.
- SANTOS, Eduardo dos, *Maza. Elementos da etno-história para a interpretação do terrorismo no Noroeste de Angola*. Lisboa: Edição de Autor, 1965.
- SANTOS, Mariana Lagarto dos, “A escola e a ideologia colonial. Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa”, in Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares e Sousa, Julião Soares Sousa (orgs.), *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 49-57.
- SELLSTROM, Tor (coord.), *Liberation in Southern Africa. Regional and Swedish voices. Interviews from Angola, Mozambique, Namibia, South Africa, Zimbabwe, the Frontline and Sweden*. Upsala: Nordiska Afrikaninstitut, 1999.
- SELLSTROM, Tor, *Sweden and national liberation in Southern Africa. Formation of a popular opinion (1950-1970)*. Upsala: Nordiska Afrikaninstitut, 1999.

- SILVA, Cristina Nogueira da, *O constitucionalismo e império. A cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SILVA, Douglas Monsur da, *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Vega, 2011.
- SOUSA, Julião Soares, *Os movimentos unitários anticolonialistas (1954-1960). O contributo de Amílcar Cabral*, Estudos do século XX [Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais], n.º 3. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, pp. 325-349.
- TALI, Jean Michel Mabeko, *Dissidências e poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977), ensaio de história política*, 2 volumes. Luanda: Editorial Nzila, 2001.
- TAVARES, José Manuel Soares, *O campo de concentração do Tarrafal. A origem e o quotidiano*. Lisboa: Colibri, 2007.
- TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- TORGAL, Luís Reis, “Muitas raças, uma nação ou o mito de Portugal multirracial na Europa do Estado Novo”, *Estudos do Século XX*, n.º 2, 2002, pp. 147-165.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos. Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira (coord.), *Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais*. Estudos do século XX, n.º 3, 2003.
- TORRES, Adelino, *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- VAZ, Nuno Mira, *Opiniões públicas durante as guerras de África, 1961-1974*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

VIEIRA, José Luandino, *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Lisboa: Edições 70 e união dos Escritores Angolanos, 1979.

VIEIRA, José Luandino, *Luuanda*. Lisboa: Edições 70, 1974.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

WITTE, Ludo de, *O assassinato de Lumumba*. Lisboa: Caminho, 2001.

3. Angola pós-colonial

ABRANTES, José Mena (org.), *Angola em paz: novos desafios*. Luanda: Edições Maianga, 2005.

AGUALUSA, José Eduardo, “Tentativa de explicação de Angola: a componente etnocultural da guerra civil”, *Política Internacional*, n.º 6, primavera 1993, pp. 73-81.

AGUALUSA, José Eduardo, *Estação das chuvas*. Lisboa: D. Quixote, 1996.

ALBUQUERQUE, Carlos, *Angola. A cultura do medo*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

ANSTEE, Margaret Joan, *Órfão da guerra fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/1993*. Porto: Campo de Letras, 1997.

AREIA, M. Laranjeira Rodrigues de, “A diversidade cultural e a construção do Estado – Nação em Angola”, in Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares e Sousa, Julião Soares Sousa (orgs.), *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 75-85.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA [Portuguesa], *Audições sobre Angola. O recomeço da guerra em outubro de 1992*. Lisboa: Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, 1994.

BARBEITOS, Arlindo, “O colonialismo, a guerra civil e a crise da angolanidade”, *Encontros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de Guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, pp. 147-157.

- BEMBE, Miguel Domingos, “Análise do processo de paz no enclave de Cabinda”, *Caderno de Estudos Africanos – Centro de Estudos Africanos*, Instituto Universitário de Lisboa, 20, janeiro de 2011, pp. 27-54.
- BIRMINGHAM, David, “O carnaval em Luanda”, *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991, pp. 417-429.
- BOSSCHÈRE, Guy de, *Para entender o Terceiro Mundo*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- BRITTAIN, Victoria, *Morte da dignidade: a guerra civil em Angola*. Lisboa: D. Quixote, 1999.
- CABRITA, Dalila Mateus, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Texto Editora, 2009.
- CACETE, Simão, “A paz de Bicesse – uma trégua na tragédia angolana”, *Encontros de Divulgação e debate em Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 127-131.
- CAFUSSA, Alberto, *Tendências de voto do eleitor angolano nas eleições legislativas de 2008*. Luanda: Kilombelombe, 2012.
- CAHEN, Michel, MESSIANT, Christine, *Vilas et cidades. Bourgs e villes de l’Afrique Lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers Monde, 1989.
- CALADO, José Carlos, *A emergência do empresariado em Angola. Motivações e expectativas*. S/l: Pé de Página Editores, 1998.
- CARDOSO, Fernando Jorge, “SADCC e interdependência económica: realidades e perspectivas”, *África Austral – O desafio do futuro: integração nacional e regional*. Lisboa: IEEI, 1989, pp. 73-100.
- CARRASCO, Carlos Antonio, *Los cubanos en Angola – bases para el estudio de una guerra olvidada*. La Paz: Editorial Aeronáutica, 1995.

- CARVALHO, Paulo de, “Génese do conflito angolano”, *Encontros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 119-125.
- CARVALHO, Paulo de, *Angola. Quanto tempo falta para amanhã. Reflexões sobre as crises política, económica e social*. Oeiras: Celta, 2002.
- CARVALHO, Rui Duarte, *Atas da Maianga: dizer da(s) guerra (s) em Angola?*. Lisboa: Cotovia, 2003.
- COLLIER, Paul, *Os milhões da pobreza. Por que motivo os países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres? Qual a verdadeira chave para o seu crescimento?*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.
- CRISTOVÃO, Fernando (coord.) e ALMORIM, Maria Adelina, *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005.
- DOMINGUES, Carlos Alberto, *Justiça e paz. Contribuição para a história contemporânea de Angola*. Lisboa: Universitária Editora, 2002.
- ENDERS, Armelle, *História da África lusófona*. Lisboa: Inquérito, 1997.
- FERREIRA, Manuel Enes, *A indústria em tempo de guerra. Angola, 1975-1991*. Lisboa: Edições Cosmos-Instituto da Defesa Nacional, 1999.
- FOUNOU-TCHUIGOA, Bernard, *Crise africana – alternativas*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1997.
- GOMES, Carlos de Matos, “Angola – balanço da guerra”, *Encontros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 35-39.
- GONÇALVES, José, “As ciências sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe”, in AAVV, *Ciências Sociais em África. Alguns projetos de investigação*. Dakar: Codesria, 1992, pp. 11-61.
- GONÇALVES, José, *Angola a fogo intenso*. Lisboa: Cotovia, 1991.
- GUEDES, Armando Marques, *Sociedade civil e Estado em Angola. O Estado e a sociedade civil sobreviverão um ou outro?*. Coimbra: Almedina, 2005.

- HARE, Paul G., *A última grande oportunidade para a paz em Angola: o processo de paz visto por dentro*. Porto: Campo de Letras, 1999.
- HEIMER, Franz Wilhelm, “Estudos africanos em Portugal. Balanço das dinâmicas atuais”, *Caderno de Estudos Africanos*, n.º 1, julho/dezembro de 2001.
- HODGES, Tony, *Angola. Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Estoril: Principia, 2003.
- JAMBA, Sousa, *Confissão tropical*. Lisboa: D. Quixote, 1995.
- JAMBA, Sousa, *Patriotas*, Lisboa: Cotovia, 1991.
- JORGE, Manuel, *Para compreender Angola: da política à economia*. Lisboa: D. Quixote, 1998.
- JÚNIOR, Miguel, *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. Primeiro exército nacional (1975-1992)*. Lisboa: Prefácio, 2007.
- LAMPREIA, Luiz Felipe, “A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso: continuidade e renovação”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 41, n.º 2, julho/dezembro, 1998, pp. 5-17.
- LAZITCH, Branko, *Angola, 1974-1988. Um fracasso do comunismo em África*. Lisboa: Edições Referendo Lda., 1988.
- LERT, Frédéric, *Les asiles de la CIA*. Paris: Histoire & Collections, 1998.
- LIMA, Manuel dos Santos, *Os anões e os mendigos*. Porto: Afrontamento, 1984.
- LIRA, Domingos, “Partidos civis em Angola”, *Encontros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 133-139.
- LUEMBA, Francisco, *O problema de Cabinda exposto e assumido à luz da verdade e da justiça*. Porto: Papiro, 2008.

- MACEDO, Braga e FEIJÓ, Carlos, *Parcerias público privadas integração económica na África Austral: textos apresentados numa conferência realizada em Luanda, Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Universidade Católica de Angola, 2004.
- MAIER, Karl, *Angola: Promises and Lies*. Londres: William Waterman Publications, 1996.
- MARCUM, J., *The Angolan revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976), vol. II*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1978.
- MARGARIDO, Alfredo, *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MARQUES, Rafael, *Diamantes de sangue. Corrupção e tortura em Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- MASCARENHAS, Luis, *Estórias de Angola*. Lisboa: Prefácio, 2006.
- MATEUS, Ismael (coord.), *Angola. A festa e o luto. 25 anos de independência*. Lisboa: Vega, 2000.
- MESSIANT, Christine, “A propos des “transitions démocratiques” notes comparatives et préalables à l’analyse du cas angolais”, *Africana Studia*, 2, 1999, pp. 61-95.
- MESSIANT, Christine, *L’Angola post colonial*. Paris: Editions Karthala, 2008. 2 vol.
- MESTRE, David, *Lusografias crioulas*. Évora: Pendor Editorial, 1997.
- MIGUEL, Francisco, *Nuvem negra: o drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica, 2007.
- MILHAZES, José, *Angola. O princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Vega, 2009.
- MORAIS, Joaquim, *Jonas Savimbi. Uma Angola para todos os angolanos, um símbolo uma bandeira, uma pátria*. Braga: APPACDM, 2008.
- MOSCA, João, *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

- MOURISCA, Francisco da Mata, *Socialismo científico e cristãos comunistas*. Lisboa: Multinova, 1979.
- NEVES, Fernando Santos (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono. Mitideologias, realidades e potencialidades*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- NEVES, Fernando Santos (org.), *O lugar e o papel das Ciências Sociais e Humanas na “modernização”, na “integração europeia” e na “cooperação africana” de Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1992.
- NEVES, Tony, *Angola. A Igreja católica pela Paz*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2001.
- NEVES, Tony, *Missão em Angola (1989/1994)*. Arquidiocese do Huambo e Diocese do Kwito Bié, 1997.
- NGABA, André Vela, *Angola: a voz profética dos bispos da CEAST (1975-2002). Uma antropologia teológica para a educação para a paz*. Mbanza Congo: SEDIECA, 2008.
- PACHECO, Carlos, *Angola. Um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre África e o mundo*. Lisboa: Vega, 2010.
- PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*. Lisboa: Vega, 2000.
- PAHULA, Ovídio, *Estudos sobre o sistema jurídico-económico angolano*. Estoril: Principia, 2008.
- PANTOJA, Selma (org.), *Identidades, histórias e memórias em terras africanas*. Brasília/Luanda: LGE/Nzila, 2006.
- PEPETELA, *A geração da utopia*. Lisboa: D. Quixote, 1996.
- PEPETELA, *Predadores*. Lisboa: D. Quixote, 2005.
- PINTO, José Filipe, “As relações Europa-África: perspetiva diacrónica.” *Africanologia* – Revista Lusófona de Estudos Africanos, n.º 2, 2009, pp. 37-47.
- RAMALHO, Vitor, *África, que futuro? Conferência*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

- RIBEIRO, Maria Calafate, *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.
- ROQUE, Fátima, “Angola: a transição possível para a democracia económica”, BRAVO, Manuel (coord.), *Angola – transição para a paz. Reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: Hugin, 1996, pp. 55-84.
- ROQUE, Fátima, “O renascimento abrangente de África – A SADC no limiar do novo milénio.” *Humani Nihil Alienum – Revista de Humanidades e Tecnologias*, n.º1, 1999, pp. 10-22.
- ROQUE, Fátima, *Angola: em nome da esperança*. Lisboa: Bertrand, 1994.
- ROQUE, Fátima, *Construir a paz em Angola. Uma proposta política e económica*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- ROSA, Vitor Pereira da, CASTILO, Susan (orgs.), *Pós colonialismo e identidade*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 1998.
- RUI, Manuel, *Janela de Sónia*. Lisboa: Caminho, 2008.
- SÁ, Ana Lopes de, *A (Re) construção da Angolanidade em Uanhenga Xitu. Contributo para um estudo dos Cultos Especiais. Seguido de o Estado pós-colonial em Angola: uma leitura antropológica de «O Ministro» de Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro Editores, 2003.
- SAID, Edward, *Orientalism*. London: Penguin, 1977.
- SAMAKAKA, José, *Senhores da guerra: verdades ocultas*. Sintra: Regional Editora, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.), *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Almedina e Centro de Estudos Sociais, 2009.
- SANTOS, José Reis, “Entre o Futungo e a Assembleia: considerações sobre o sistema político angolano”, in LOBO, Marina Costa e NETO Octávio Amorim (orgs.), *Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 49-78.

- SCHUBERT, Benedict, *A guerra e as Igrejas. Angola, 1961-1991*. Suíça: P. Schlettwein Publishing Switzerland, 2000.
- SOARES, João, *África: uma posição*. Lisboa: Secção de Almirante Reis do PS, 1990.
- STOCKWELL, John, *A CIA contra Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1980.
- TORRES, Adelino, *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*. Lisboa: Vega Editora, 1998.
- VAN-DÚNEM, João, “O MPLA – Governo”, *Encontros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 95-99.
- VENÂNCIO, José Carlos, “ Nacionalismo e pós-nacionalismo na literatura angolana. O itinerário Pepeteliano”, in Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares e Sousa, Julião Soares Sousa (organizadores), *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 101-110.
- VENÂNCIO, José Carlos, *A dominação colonial. Protagonismos e heranças*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.
- VENÂNCIO, José Carlos, *Colonialismo, Antropologia e lusofonias*. Lisboa: Vega, 1996.
- VERSCHAVE, François Xavier, *L’Envers de la datte. Criminalité politique et économique au Congo-Brazza et Angola*. Marselha: Agone Editeur, 2001.
- VIDAL, Nuno, e ANDRADE, Justino Pinto de (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2002.
- VIDAL, Nuno, e ANDRADE, Justino Pinto de (orgs.), *Sociedade civil e política em Angola. Enquadramento regional e internacional*. Lisboa: Edições Firmamento, Média XXI, 2008.
- VILLIERS, Gérard de, *Angola a ferro e fogo*. Lisboa: Edições Saída de Emergência, 2010.

VINES, Alex, “Angola – a guerra das eleições (1992-1994)”, *Encontros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 113-117.

VIVO, Raul Valdes, *Angola: fim do mito dos mercenários*. S/l: África Editora, 1976.

YEKENHA, Mota, *Kambonha*. Odivelas: Europress, 1992.